

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

DOUGLAS ZAMPAR

MÍDIA E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2010: O
FUNCIONAMENTO DO IMAGINÁRIO NA *FOLHA DE S. PAULO*
ACERCA DA CORRUPÇÃO NO PT

MARINGÁ – PR

2014

DOUGLAS ZAMPAR

MÍDIA E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2010: O
FUNCIONAMENTO DO IMAGINÁRIO NA *FOLHA DE S. PAULO*
ACERCA DA CORRUPÇÃO NO PT

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Célia Cortez Passetti

MARINGÁ – PR

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

Z26m Zampar, Douglas
Mídia e eleições presidenciais de 1994 a 2010: o funcionamento do imaginário na Folha de S. Paulo acerca da corrupção no PT / Douglas Zampar. -- Maringá, 2014.
227 f. : il. color., figs.

Orientador : Prof. Dr. Maria Célia Cortez Passetti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humana, Letras e Artes, Programa de Pós Graduação em Letras, 2014.

1. Partido dos Trabalhadores - Corrupção - Eleições Presidenciais - 1994-2010. 2. Partido dos Trabalhadores - Formação imaginária - Folha de S. Paulo - Análise do discurso. 3. Partido dos Trabalhadores - Folha de S.Paulo - Corrupção - Eleições Presidenciais. I. Passetti, Maria Célia Cortez, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humana, Letras e Arte. Programa de Pós Graduação em Letras. III. Título.

CDD 21.ed.401.41

Zss

DOUGLAS ZAMPAR

**MÍDIA E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1994 A 2010: O FUNCIONAMENTO DO
IMAGINÁRIO NA FOLHA DE S. PAULO ACERCA DA CORRUPÇÃO NO PT.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovado em 08 de agosto de 2014

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Maria Célia Cortez Passetti
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -



Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Profª Drª Bethania Sampaio Correa Mariani
Universidade Federal Fluminense - UFF

*A meus pais, Antônio e Christina,
que tornaram tudo possível.*

Agradecimentos

Agradeço a Deus, que me deu a vida, que me deu tudo mais que tenho a agradecer.

A meus pais, que me ensinaram o que fazer com minha vida.

À Professora orientadora Maria Célia Cortez Passetti. Pela paciência nos momentos difíceis. Pelos ensinamentos que tornaram essa dissertação possível. Pelo incentivo constante.

Ao Professor, membro da banca, Edson Carlos Romualdo. Por ter sido meu primeiro orientador. Pelos ensinamentos que até hoje ressoam. Pelo carinho dedicado à dissertação.

À professora, membro da banca, Bethânia Mariani. Pela inspiração. Pela leitura atenta da dissertação.

Aos amigos que cruzaram meu caminho, servindo de exemplo, dando força, dando motivos para rir.

À amiga Raquel Arcine, que estava lá em um momento que precisei muito.

A meu irmão Rafael Zampar. Por ter sido exemplo de sucesso que sempre persegui. Por ter nos dado a linda Cecília.

À Paula Linke, que chegou no finalzinho do percurso, mas fez toda a diferença.

Ao CNPq, pelas bolsas de Iniciação Científica, que foram degraus para o mestrado, e pela bolsa de mestrado.

À UEM, em seus professores e funcionários. Por ter sido meu local de aprendizagem durante oito anos de minha vida.

*93 million miles from the sun
People get ready, get ready
Cause here it comes, it's a light
A beautiful light, over the horizon
Into our eyes
Oh, my, my, how beautiful
Oh, my beautiful mother
She told me, son, in life you're gonna go far
If you do it right, you'll love where you are
Just know, wherever you go
You can always come home*

*240 thousand miles from the moon
We've come a long way to belong here
To share this view of the night
A glorious night
Over the horizon is another bright sky
Oh, my, my, how beautiful,
Oh, my irrefutable father
He told me, son, sometimes it may seem dark
But the absence of the light is a necessary part
Just know, you're never alone,
You can always come back home*

(Jason Mraz)

Resumo

As eleições presidenciais, em seu funcionamento midiático discursivo, são o objeto de nosso trabalho. Observamos o conjunto de enunciados produzidos ao longo do período eleitoral, e a forma como produzem efeitos de sentido. Para tanto, na presente dissertação, tomamos a interface mídia e política e elegemos para construção de nosso *corpus* o jornal *Folha de S.Paulo*. Problematicamos o imaginário acerca da corrupção no Partido dos Trabalhadores (PT) que funciona na *Folha de S.Paulo* e se constitui historicamente ao longo de diversas eleições. Nossa hipótese é a de que existem deslocamentos na forma como a corrupção é discursivizada nas duas últimas eleições quando comparadas com as demais. Diante do que foi exposto, propomos como objetivo geral de nossa pesquisa verificar a manutenção e os deslizamentos do imaginário na *Folha de S.Paulo* acerca da corrupção no PT em eleições presidenciais. Para tanto, nossos objetivos específicos são: a) analisar enunciados que constituem redes de sentido que atravessam uma ou mais eleições, verificando deslocamentos, retomadas e apagamentos que funcionam na produção de efeitos de sentido; b) observar a constituição histórica dos sentidos sobre corrupção e PT ao longo de coberturas de diferentes eleições presidenciais pela *Folha de S.Paulo*, discutindo os modos como a memória discursiva constitui Formações Imaginárias. A partir de uma base teórica sustentada na Análise do Discurso (AD), especialmente nas reflexões produzidas em torno do pensamento de Michel Pêcheux, operamos um batimento constante entre o dispositivo teórico analítico construído ao longo da pesquisa e o *corpus* eleito para nossa análise. Erigimos nossa pesquisa em torno de cinco eleições presidenciais (1994, 1998, 2002, 2006 e 2010), as quais compõem nosso *corpus*. Os questionamentos que nos movem se orientam em torno do funcionamento da Formação Imaginária, ou seja, os sentidos sobre o que é a corrupção no PT que atravessam a produção de efeitos de sentidos durante as campanhas. Para tanto, trabalhamos com o conceito de memória discursiva, a qual compreendemos como um processo por meio do qual os enunciados produzem efeitos de sentido a partir de sua remissão a uma rede, de forma que o sentido seja atravessado por enunciados outros que trazem consigo as condições de produção nas quais emergiram. Dessa forma, compreendemos o enunciado em sua espessura histórica. Nossa pesquisa mostra, ao longo das cinco eleições estudadas, um imaginário acerca da corrupção como característica da política nacional, transcendendo partidos político. A forma como a os sentidos acerca da corrupção se constituem é constituída por deslocamentos, de forma que a corrupção é tomada enquanto desrespeito às leis nas eleições de 1994 e 1998, como prática imoral nas eleições 2002 e como prática imoral e antiética nas eleições 2006 e 2010. O imaginário acerca da corrupção no PT se constitui a partir de 1994 e 1998 em torno da questão do uso da máquina pública, e nas eleições 2002 pela inserção de sentidos acerca da moral. Nas eleições 2006 e 2010, demonstramos um deslocamento na forma como a corrupção no PT é abordada, pois esse imaginário passa a funcionar em torno dos escândalos de corrupção.

Palavras chave: corrupção; Partido dos Trabalhadores; Formação Imaginária; *Folha de S.Paulo*

Abstract

The presidential elections, on its discursive and media operation, are the object of our study. We look upon the group of enunciates produced throughout the electoral period, and the way they produce meaning. To this end, in this dissertation, we took the interface between media and politics and elected the newspaper *Folha de S.Paulo* to build our *corpus*. We problematize the imagery of corruption in the Workers Party (PT) function on *Folha de S.Paulo* and its historical construction over several elections. Our hypothesis is that there are shifts in how corruption is made into discourse in the last two elections when compared with others. Given that, we propose as a general goal of our research to verify the maintenance and the shifts of the imaginary on *Folha de S.Paulo* about corruption in PT in presidential elections. To this end, our specific objectives are: a) to analyze statements that constitute networks of meaning that traverse one or more elections, checking shifts and deletions that work on the production of meaning effects; b) to observe the historical constitution of the senses on corruption and PT along different presidential elections coverages by *Folha de S.Paulo*, discussing the ways in which discursive memory constitutes Imaginary Formations. From theoretical basis on Discourse Analysis, especially the reflections produced around the thought of Michel Pecheux, we operate a constant movement between the analytical and theoretical device constructed throughout the research and the *corpus* elected to our analysis. We build our research around five presidential elections (1994, 1998, 2002, 2006 and 2010). The questions that move us are oriented around the operation of Imagery Formations, i.e. the senses of what is corruption in PT which crosses the production of meaning effects during campaigns. To do so, we work with the concept of discursive memory, which we understand as a process that produce effects of meaning from the reference of a sentence to a network, so that the meaning is crossed by other statements which entail the production conditions in which they have emerged. Thus, we understand the statement in its historical thickness. Our research shows an imaginary about corruption as a feature of national policy, transcending political parties in the five elections studied. We also perceive a shift of meanings that constitute corruption, which is taken as a violation of laws in the 1994 and 1998 elections, as an immoral practice in 2002 and as immoral and unethical practice in the 2006 and 2010 elections. The imagery of corruption in PT is constituted in 1994 and 1998 on the issue of the use of government, and in 2002 by inserting the issue of morality. The 2006 and 2010 elections demonstrated a shift in how corruption in the PT is approached, because this imaginary starts to work around the corruption scandals.

Key words: corruption; Work Party; Imaginary Formation; *Folha de S.Paulo*

Sumário

Introdução.....	10
1 Processos de produção de sentido: o funcionamento da língua na história.....	17
1.1 Condições de produção.....	20
1.2 Formação imaginária.....	22
1.3 Efeito metafórico e paráfrase discursiva.....	26
1.4 Memória discursiva e interpretação.....	31
2 O imbricamento entre o discurso político eleitoral e o discurso midiático.....	37
2.1 O discurso político, o discurso político eleitoral e o discurso midiático.....	37
2.2 As condições de produção do surgimento do PT.....	44
2.3 Corrupção, escândalos, <i>lobby</i> e caciquismo.....	46
3 Procedimentos de construção e leitura do <i>corpus</i>.....	49
3.1 O funcionamento do arquivo <i>Acervo Folha</i>	49
3.2 Coleta e sistematização do <i>corpus</i>	53
4 Eleições 1994 e 1998.....	56
4.1 Corrupção na política: o desvio tomado como norma....	58
4.2 Corrupção no PT: uso da máquina pública.....	62
4.3 Discussão.....	64

5	Eleições 2002.....	66
	5.1 Corrupção na política: moral.....	66
	5.2 Corrupção no PT: uso da máquina pública e moralidade.....	70
	5.2.1 O caciquismo político.....	72
	5.3 Discussão.....	74
6	Eleições 2006 e 2010.....	75
	6.1 Corrupção na política: ética e moral.....	79
	6.2 Corrupção no PT: escândalos políticos.....	83
	6.2.1 Escândalos de corrupção e voto.....	87
	6.4 Discussão.....	91
	Considerações finais.....	94
	Referências.....	99
	Anexos.....	103

Introdução

As eleições no Brasil constituem um momento no qual podemos observar uma intensa produção de enunciados, os quais circulam em diversos espaços, tais como a mídia. Nosso olhar sobre esse processo, tendo como embasamento teórico a Análise do Discurso (AD), procura observar esses enunciados, seu funcionamento, sua constituição, sua emersão na língua e na história, os sentidos que produzem e movimentam e como o fazem. Observamos, em nosso trabalho, o entrecruzamento mídia e política, do ponto de vista discursivo. Entendemos discurso, a partir do pensamento de Michel Pêcheux, como um efeito de sentido produzido entre interlocutores, ou seja, ao interpretar um enunciado o sujeito produz um efeito de sentido que resulta da filiação ideológica que o constitui enquanto sujeito e atravessa a produção de imagens que significam os interlocutores, e a posição que ocupam nas condições de produção de dado discurso. Dessa forma, um efeito de sentido é sempre um entre outros que são apagados no e pelo próprio processo de sua produção. Os partidos produzem suas campanhas por meio de propaganda eleitoral no rádio, na televisão, na internet, bem como por meio de panfletos, comícios, sites oficiais, redes sociais, reuniões e outros. Também a mídia atravessa essa produção uma vez que enuncia sobre a campanha. Nosso gesto de leitura opera sobre a mídia, e sobre sua participação na conjuntura das eleições, de forma que nosso objeto de estudo consiste no discurso político eleitoral em sua faceta midiática.

Um olhar para a história recente dos processos eleitorais no Brasil, focando nossa atenção nas eleições presidenciais, permite perceber um marco na eleição de Fernando Collor em 1989, pois este foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto desde o golpe que em 1964 instaurou a ditadura militar no País. A primeira eleição direta, em 1989, foi disputada em dois turnos, sendo que no segundo turno pleitearam a presidência os candidatos Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional - PRN), eleito, e Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT). Em 1994 e em 1998, Fernando Henrique Cardoso (FHC - Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) venceu as eleições em primeiro turno, sendo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o segundo colocado. Nas duas eleições seguintes, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi eleito no segundo turno disputado contra José Serra

(PSDB) em 2002 e Geraldo Alckmin (PSDB) em 2006. Por fim, Dilma Rousseff (PT), foi eleita em 2010, no segundo turno disputado contra José Serra (PSDB). É possível notar dois partidos, PT e PSDB, protagonizando o cenário eleitoral brasileiro desde a reabertura política, já que foram os partidos dos dois primeiros colocados de cinco das seis eleições do atual período democrático brasileiro.

Essa conjuntura histórica nos inquieta justamente na medida em que uma dualidade se estabelece em um processo constitutivamente plural: apesar da existência de diversos candidatos em cada processo eleitoral, a partir de 1994 dois partidos emplacam seus candidatos como protagonistas da disputa pela presidência. Focamos nossa atenção nos processos eleitorais que ocorrem a partir de 1994, pois defendemos que o funcionamento das Formações Imaginárias acerca dos partidos é constitutivamente contraditório, ou seja, não é possível entendermos o funcionamento do imaginário do PT sem que observemos o mesmo em sua relação constitutiva com o PSDB. E para nosso gesto de leitura optamos por enfocar também essa contradição, tanto como base de nosso recorte quanto como funcionamento abordado em nossas análises.

A mídia possui um papel fundamental nas campanhas eleitorais, uma vez que estas se constituem na e pela mídia. Colling (2006), em um levantamento de diversos trabalhos sobre mídia e eleições dentro dos estudos da comunicação, aponta três diferentes formas de se observar essa relação: a mídia espetaculariza as eleições, tirando delas seu caráter político; a mídia participa, mas não é dominante no processo eleitoral; e a mídia e a política são dois campos que se interinfluenciam. Nosso trabalho está situado na terceira forma de entender o processo. A mídia é constitutiva da política na medida em que a política é também constitutiva da mídia, ou seja, pela contradição, a mídia e a política se tornam interdependentes, de forma que a compreensão da política demanda um estudo sobre a mídia, estudo com o qual esse trabalho almeja contribuir.

Em termos discursivos, não há uma relação direta e transparente entre eleitor e candidato ou entre eleitor e proposta de governo, mas sim um trabalho de interpretação, por parte do eleitor, direcionado ao candidato, sua proposta de governo e seu partido. O voto, assim, é marcado pela atribuição de sentidos. Durante as campanhas eleitorais, dizeres diversos vão integrando o interdiscurso e organizando-se

em redes a partir das quais as palavras retiram seus sentidos, inscrevem-se na história e se tornam parte dela. Dessa forma, o que os candidatos dizem compõe um espaço de disputa de sentidos ao lado de tudo que se diz sobre os candidatos. A compreensão do processo eleitoral brasileiro, portanto, demanda o estudo do papel de diversas instâncias de produção de sentidos, incluindo a mídia, e da relação que se estabelece entre elas. A AD permite a realização de trabalhos cujo olhar é direcionado para o processo eleitoral tomado em sua opacidade constitutiva. É no interior dessa disciplina e a partir desse olhar que situamos nosso trabalho, questionando o papel da mídia na produção e circulação de sentidos durante a campanha eleitoral.

O consumo de mídia impressa no Brasil é baixo em relação ao consumo de outras mídias (MUNDIM, 2012). Justificamos, entretanto, a importância do estudo dos jornais na medida em que a mídia impressa é constantemente fonte de conteúdo para outras mídias. Assim, circulam na internet textos originalmente publicados em jornais e revistas impressas, programas de notícia no rádio por vezes são baseados na leitura de textos da mídia impressa, e também a televisão reproduz o conteúdo da mídia impressa. Destacamos que existe um imaginário acerca do jornal impresso, conforme discutimos no item 3.1 *O funcionamento do arquivo Acervo Folha*, que lhes confere autoridade e mobiliza sua leitura e sua reprodução em outras mídias. Além disso, podemos destacar, com Mundim (2012), que a leitura dos jornais, enquanto prática corrente em determinados extratos sociais (os mais escolarizados), tem potencial de influenciar a decisão desses eleitores na medida em que, nos termos de Mundim (2012, p. 126) “a imprensa interfere na construção da imagem dos candidatos” ou, nos termos de nossa pesquisa, contribui para o funcionamento de um imaginário acerca desses candidatos. Nosso olhar se lança para a mídia impressa e, mais especificamente, para o jornal *Folha de S.Paulo*, eleito como material de análise por sua expressividade no cenário nacional. A Associação Nacional de Jornais (ANJ), com base em dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), disponibiliza na página <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil> a lista dos maiores jornais brasileiros em termos de circulação diária de exemplares. Os dados estão disponíveis a partir do ano de 2002, sendo que de 2002 a 2009 a *Folha de S.Paulo* figura como maior jornal em circulação no país, e fica em segundo lugar no ano de 2010.

Quando lidamos com o discurso jornalístico precisamos perceber que a prática jornalística se funda sobre o mito da transmissão de informações. Mariani (1998) discute o processo histórico de constituição da instituição jornalística, baseada na transmissão de informações, e lembra que, mesmo quando o jornal apresenta opiniões em espaços como os editoriais, esta prática apenas reforça o mito da transmissão de informação, pois, se há o espaço no qual circulam as opiniões, os outros espaços serão reservados à informação, produzindo um efeito de imparcialidade e, mais especificamente em períodos eleitorais, apartidarismo. Por conta disso, justificamos um olhar atento sobre a Formação Imaginária que funciona na *Folha de S.Paulo*. Nosso trabalho coloca em suspenso o processo histórico de constituição do jornal enquanto espaço de transmissão de informação e permite ver os efeitos de sentido produzidos no jornal, bem como os sentidos que são silenciados. Sendo assim, com nosso trabalho esperamos contribuir para uma descrição mais profunda, do ponto de vista discursivo, das condições de produção do discurso político eleitoral em sua interface midiática, permitindo, dessa forma, avanços nos estudos em relação a esse discurso.

Existem diversos trabalhos em AD direcionados ao estudo do discurso político, inclusive trabalhos que se dedicaram ao estudo da *Folha de S.Paulo* em algumas das eleições que são foco de nossa atenção (ARCINE, 2013; MARECO, 2007; MARQUES, 2013; SANTOS, 2009; MENEZES, 2000). Esses trabalhos serão retomados e suas contribuições farão parte de nossas discussões. Nossa proposta, porém, diferencia-se das demais por lançar seu olhar ao longo de cinco eleições, de forma que poderemos observar os processos de (re)configuração do discurso do jornal sobre a corrupção no PT. Para tornarmos nossa pesquisa viável, operamos, ao longo do processo de batimento entre teoria e *corpus*, alguns recortes que nos auxiliaram a formular e refinar nossos objetivos. Partimos de um olhar voltado ao funcionamento do imaginário na *Folha de S.Paulo* acerca do PT e do PSDB ao longo das cinco eleições protagonizadas por esses partidos. Decidimos, entretanto, enfatizar o imaginário acerca de um dos partidos, sem deixar de lado sua relação constitutiva com o outro. Optamos pelo PT, por se tratar de um partido que desde as eleições de 1989 protagoniza as disputas eleitorais, obtendo primeiro ou segundo lugar ao final dos pleitos. Além disso, operamos também um recorte temático, escolhendo a corrupção,

por sua recorrência como um tema central ao discurso político e por sua expressividade no funcionamento da imagem acerca do PT nas duas últimas eleições.

Orientamos nosso trabalho em torno da seguinte problematização: refletir sobre o imaginário acerca da corrupção no PT que funciona na *Folha de S.Paulo* e se constitui historicamente ao longo de diversas eleições. Nossa hipótese é a de que existem deslocamentos na forma como a corrupção é discursivizada nas duas últimas eleições quando comparadas com as demais. Diante do que foi exposto, propomos como objetivo geral de nossa pesquisa verificar a manutenção e os deslizamentos do imaginário na *Folha de S Paulo* acerca da corrupção no PT em eleições presidenciais. Para tanto, nossos objetivos específicos são:

- a) Analisar enunciados que constituem redes de sentido que atravessam uma ou mais eleições, verificando deslocamentos, retomadas e apagamentos que funcionam na produção de efeitos de sentido.
- b) Observar a constituição histórica dos sentidos sobre corrupção e PT ao longo de coberturas de diferentes eleições presidenciais pela *Folha de S.Paulo*, discutindo os modos como a memória discursiva constitui Formações Imaginárias.

Gostaríamos de destacar aqui que essa dissertação tem também em sua base o levantamento do estado da arte dos estudos sobre eleições no Brasil a partir da interface mídia e política que caracteriza nosso enfoque. Sendo assim, buscamos trabalhos que, nos campos dos estudos midiáticos, das ciências políticas e da AD, se debruçassem sobre alguma ou algumas das eleições que estudamos. Esses trabalhos nos auxiliam particularmente na compreensão das condições de produção de cada eleição, e suas contribuições serão citadas ao longo das análises nos casos em que a leitura do estado da arte aponta questões que foram foco de nossa atenção e/ou nos momentos em que esses trabalhos sustentarem nossas análises. Destacamos também a contribuição dos trabalhos do Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos da UEM (GEPOMI¹), no seio do qual surgiu a proposta desse e de diversos outros trabalhos que se debruçam sobre as eleições e nos dão sustentação na medida em que proveem

¹ O GEPOMI, grupo de estudo coordenado pelos Profs. Drs. Maria Célia Cortez Passetti e Edson Carlos Romualdo, tem como objetivo estudar temas relacionado à mídia, à política, e a suas inter-relações na contemporaneidade, tendo a linguagem como elemento central (www.gepomi.com.br).

referencial teórico e um ambiente coletivo para produção do conhecimento. O GEPOMI possui também um extenso arquivo construído acerca das eleições 2010 do qual retiramos parte do material que compõe nosso *corpus*.

Erigimos nossas reflexões a partir da construção de um dispositivo teórico metodológico sustentado na AD. Marcamos nosso trabalho em uma filiação ao pensamento de Michel Pêcheux, cuja obra procuramos ler em sua existência histórica, ou seja, buscando a compreensão dos conceitos não em definições estanques mas em seu desenvolvimento na obra do autor. Avançamos nas discussões teóricas por meio da articulação das reflexões de Pêcheux às de pesquisadores que, na esteira desse autor, promovem o desenvolvimento da AD no Brasil, sendo Eni Orlandi e Bethania Mariani as mais relevantes para nossos objetivos.

As questões centrais que nos movem, no tocante à teoria, envolvem a inscrição da língua na história, as Formações Imaginárias e os mecanismos que funcionam quando, movidos à interpretação, os sujeitos remetem um enunciado a outros que o constituem para, dessa forma, interpretá-lo. Discutimos na seção “*Processos de produção de sentido: o funcionamento da língua na história*” o funcionamento dessa inscrição, dando especial atenção aos conceitos de *formação imaginária, condições de produção, efeito metafórico, redes de sentido, interpretação e memória discursiva*, discutindo sua constituição dentro da AD e sua produtividade analítica.

Dedicamos o capítulo “*O imbricamento entre o discurso político eleitoral e o discurso midiático*” para refletirmos teoricamente sobre as relações mídia e política. Discutimos os conceitos de discurso político, discurso político eleitoral, a relação entre esses discursos e a mídia. Além disso, apresentamos um levantamento das condições de produção do surgimento do PT e discutimos o conceito de corrupção e algumas das formas como essa pode se manifestar na política.

Em seguida, dedicamos a seção “*Procedimentos de construção e leitura do corpus*” à a noção teórica de arquivo, apresentando o arquivo *Acervo Folha*, a partir do qual construímos o arquivo de nossa dissertação. Descreveremos ainda, nessa seção, os procedimentos adotados para coleta/construção e leitura do *corpus*.

Por fim, nas seções “*Eleições 1994 e 1998*”, “*Eleições 2002*” e “*Eleições 2006 e 2010*”, apresentamos as reflexões analíticas que constituem nosso trabalho. O agrupamento das eleições já constitui em si um gesto de leitura uma vez que estão

assim organizados pois cada grupo apresenta particularidades que o distingue dos demais. As análises são organizadas em torno das redes de sentido que levantamos em nosso gesto de leitura. Além disso, apresentamos um breve levantamento das condições de produção de cada eleição estudada sustentado em textos que compõem o estado da arte, uma vez que foi esse levantamento que nos permitiu a seleção dos acontecimentos que em cada eleição apontam para os textos sobre os quais nos debruçamos.

1. Processos de produção de sentido: o funcionamento da língua na história

Nossa investida teórica central, erigida no interior da interface mídia e política, abarca o funcionamento da Formação Imaginária (FI). Em um movimento de reflexão metodológica sobre a pesquisa em AD, propomos operar o conceito de FI para darmos conta de uma pesquisa que, tendo por base o estudo da produção de sentidos por meio da memória discursiva, discute o funcionamento do imaginário na *Folha de S.Paulo* acerca da corrupção no PT, ampliando assim a compreensão que temos da interface mídia e política nas eleições presidenciais brasileiras. A partir de um olhar lançado sobre a questão da corrupção no PT, discutimos a forma como os enunciados que circulam na *Folha de S.Paulo* são interpretados, ou seja, os processos que sustentam a possibilidade do dizer tornando os enunciados passíveis de interpretação pelos sujeitos. Para tanto, ao lado da reflexão sobre Formação Imaginária, operamos outros conceitos da AD que consideramos fundamentais para nossa proposta, especialmente os conceitos de memória discursiva, redes de sentido, condições de produção e efeito metafórico.

Iniciamos nossas discussões por uma retomada histórica que visa o desenvolvimento dos conceitos no interior da obra de Michel Pêcheux, buscando compreender, para além das definições, o funcionamento de cada um. Nossa retomada histórica não visa um acompanhamento cronológico das obras de Pêcheux, mas antes um olhar para sua obra como um todo, de forma a percebermos o refinamento dos conceitos em um processo de constantes idas e vindas. Ao longo dessa retomada, refletimos também a partir de outros autores que, na esteira de Pêcheux, avançam nas discussões a respeito de cada conceito. De forma sintética, defendemos que, face a um enunciado dado, o sujeito interpreta na forma da remissão desse enunciado a outros que o constituem, funcionamento denominado memória discursiva, que opera pela inserção do enunciado em uma rede de sentidos constituída por diversos enunciados produzidos em condições de produção específicas e ligados por outro funcionamento ao qual denominamos efeito metafórico, sendo que o processo de cristalização dessas interpretações constitui e é constituído pela formações imaginárias que atravessam a interpretação.

A obra *Análise Automática do Discurso* (AAD69 - PÊCHEUX, 2010a [1969]) pode ser tomada como um ponto inicial no desenvolvimento da teoria do Discurso, como uma obra na qual “se ligam – pela primeira vez – todos os fios constitutivos de um objeto radicalmente novo: o discurso” (MALDIDIER, 2003, p. 19). Já se faz presente nessa obra um aspecto que atravessa o pensamento de Pêcheux ao longo de sua trajetória, a saber, a investida no terreno da epistemologia por meio da crítica das ciências humanas e sociais. Pêcheux (2010a [1969]) inicia sua obra por uma retomada de diversas teorias que se ocupam de questões que a linguística deixa em aberto por conta da divisão Língua/Linguagem proposta por Saussure. O autor marca em dois pontos sua crítica à forma como a ciência vinha se organizando até o momento. Em primeiro lugar, Pêcheux (2010a [1969], p. 64) critica as análises nas quais se confundem a “função teórica do analista e a função prática do leitor” de forma que se reproduza nas análises a “grade de leitura” que as tornou possível, sendo que notamos, nesse ponto, a crítica à ausência do que virá se chamar de distanciamento entre a posição do analista e a posição de um sujeito interpelado. Em segundo lugar, Pêcheux (2010a [1969], p. 66) aborda a questão da “instituição”, ou melhor, uma falta de questionamento a respeito de seu papel, uma vez que existem análises que, por falta de critério, constroem seus *corpora* a partir de uma “harmonia preestabelecida” entre quem produz determinados textos e quem os analisa. O conceito de instituição, tomado a partir de Saussure, que considera a língua como uma instituição em meio a outras, é bastante produtivo nesse primeiro texto de Pêcheux, uma vez que está presente nas discussões a respeito das condições de produção dos discursos, um dos fios condutores da obra, o qual será abordado mais à frente.

Já no início, a obra AAD69 apresenta uma ruptura que se fará presente ao longo de todo o desenvolvimento da AD, trata-se de um movimento operado por Saussure e retomado por Pêcheux (2010a [1969]), a saber, o deslocamento do olhar que vê a língua por sua função de exprimir sentido, para outro olhar, que busca no sistema linguístico seus funcionamentos, de forma que não devemos nos perguntar o que significa cada parte da língua, mas sim “*quais são as regras que tornam possível qualquer parte, quer se realize ou não*” (p. 60, grifos do autor). Ao lado do conceito de funcionamento, bastante caro ao desenvolvimento da Teoria do Discurso, Pêcheux opera outro deslocamento, esse em relação à própria teoria linguística tal qual proposta

por Saussure. A proposta saussureana de dividir língua e fala faz com que a língua, objeto de estudo da linguística, seja tomada em sua existência como sistema abstrato, social e desvinculado da realidade singular dos enunciados, os quais pertencem à ordem da fala. Pêcheux (2010a [1969], p. 72, grifos do autor) abandona essa divisão, afirmando que não basta observar a referência da frase “a *uma norma* universal inscrita *na* língua, mas sim que esta frase deve ser referida ao *mecanismo discursivo* específico que a tornou possível e necessária”.

Uma questão problemática característica do início da AD consiste na tomada da maquinaria discursiva e da Formação Discursiva (FD) a partir de um fechamento. Nessa linha de reflexão, Pêcheux aborda a questão das matrizes de sentidos, um conjunto de enunciados que, a partir de condições de produção específicas e homogêneas, operavam por meio da paráfrase e estruturavam a produção de sentido no interior de FDs, as quais eram vistas a partir de uma ordem que as mantinha homogêneas e estáveis. Segundo Malidier (2003), o conceito de contradição engendra uma transformação que leva à implosão das maquinarias discursivas. O início desse movimento pode ser visto em Pêcheux (1990, p. 8): “uma ideologia é não-idêntica a si mesma, ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão, ela não se realiza senão dentro da contradição que organiza nela a unidade e a luta dos contrários”. Dessa forma, a AD começa a questionar a homogeneidade que se cria existir no interior de uma FD, e também a força que as relações de paráfrase possuem na constituição das matrizes de sentido que tornam a interpretação possível. Pêcheux nos mostra que os discursos não existem sob a forma de um isolamento, de uma unidade homogênea, mas sua constituição é contraditória, de forma que um discurso engendra em sua própria constituição discursos outros que estabelecem com ele complexas relações. Pêcheux (2011a [1981], 1988 [1075]) mostra como o ideológico e o histórico intervém no encaixe sintático. É justamente no ponto em que outros discursos são rememorados, em que o enunciado se constitui em sua unidade dividida e contraditória, que discursos diversos passam a existir no interior de uma FD, de um discurso, de forma que é impossível trabalharmos com o fechamento discursivo, uma vez que em cada enunciado se inserem diversos outros discursos que o constituem, que falam nele por meio do efeito metafórico.

1.1 Condições de produção

A noção de condições de produção consiste em um aspecto abordado por Pêcheux ao longo de toda sua obra. Do texto AAD-69, trazemos uma citação na qual a noção de condições de produção é tomada no seio de um pensamento atravessado pela ideia da homogeneidade e do fechamento da maquinaria do discurso. Ainda assim, percebemos, desde esse momento, uma reflexão que nos impede de pensar o sentido como contido no texto, uma vez que a partir de sequências linguísticas dadas, o analista deve referi-las a seu contexto de produção para compreender como os sentidos são produzidos:

Faremos a hipótese de que, a um estado dado das condições de produção corresponde uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto dos discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo. Isto supõe que é *impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção. (PÊCHEUX, 2010a [1969], p. 78)

Sendo assim, Pêcheux aponta nessa obra para a importância do contexto de produção para a produção de sentidos. O contexto de produção, os sujeitos envolvidos e o momento histórico em que se enuncia são, portanto, constitutivos do sentido. Haroche, Pêcheux e Henry (2007 [1971], p. 20) afirmam que “o laço que une as ‘significações’ de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações”. Pêcheux (2010a [1969]) aponta para uma questão que será desenvolvida com mais cuidado nas obras Haroche, Pêcheux e Henry (2007 [1971], p. 20) e Pêcheux (1988 [1975]): a relação entre formação social, FI e FD. As formações sociais compreendem a organização da sociedade tomada a partir de uma reflexão de base marxista que compreende as relações de produção. As FIs, cuja discussão no interior da AD aprofundamos no item subsequente, compreendem práticas e representações que intervêm, do campo simbólico, nas relações sociais. A relação entre essas duas formações e o discurso

constitui justamente o funcionamento da FD, ou seja, a faceta discursiva do encontro entre a organização social e as relações imaginárias que atravessam essa organização, o ponto em que o enunciado, pela remissão a outros, compõe uma rede de sentidos e retira dela seu potencial semântico.

Ao abordar o conceito de FD, Pêcheux (1988 [1975], p. 160) afirma que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. O sentido depende da complexa relação que se estabelece entre o social, o ideológico e o discursivo, sendo que, em cada enunciação, os sujeitos envolvidos ocuparão determinadas posições sujeitos, as quais determinam as redes de sentido que serão mobilizadas pelos enunciados produzidos pela enunciação. E, nessa mesma direção, compreendemos a possibilidade dos enunciados serem sempre outros, uma vez que diferentes redes de sentido podem ser mobilizadas dependendo das posições ocupadas pelos sujeitos, e conseqüentemente, das formações discursivas às quais se filiam os sujeitos.

Ao refletir acerca da noção de condições de produção, portanto, Pêcheux enfatiza as relações de força que compõem uma dada formação social. Dessa forma, não podemos simplesmente tomar o jornal *Folha de S.Paulo* como um jornal que transmite informação, mas precisamos toma-lo em nosso gesto de leitura como um espaço de produção e circulação de sentidos. Pêcheux destaca ainda que o contexto não funciona fisicamente, mas por meio do imaginário. Não se trata, portanto, do jornal em sua existência física, mas, uma vez que existe no mundo, a existência do jornal é interpretada, os sujeitos que entram em contato com o jornal o significam, e é essa significação, ao lado de diversas outras, como as imagens que circulam sobre partidos políticos, política, eleições, corrupção, ética, religião, economia, saúde, educação, segurança, e tanto outros que atravessam as interpretações dos sujeitos. Haroche, Pêcheux e Henry (2007 [1971]) destacam com clareza que é preciso pensar o funcionamento conjunto das relações de força que compõe uma formação social e das relações de sentido que compõem o interdiscurso. Além disso, o filósofo nos ensina que as condições de produção são historicamente construídas, uma vez que os traços sociais e ideológicos que determinam, por exemplo, o que é um candidato à presidência da república e o que é um eleitor, são resultantes da história. O dizer sempre remete a outros que o precedem, de forma tal que é impossível alcançarmos a

origem dessa remissão, ou seja, é impossível retornarmos até o ponto em que o primeiro padrão enunciou da posição de padrão. Destacamos também que Pêcheux (2010a [1969]) afirma que toda enunciação não apenas se sustenta nas condições de produção, em sua existência imaginária e histórica, mas altera essas mesmas condições de produção, que, por consequência, não são estáveis.

Courtine (2009) defende, para a noção de condições de produção, um status heterogêneo e instável, afirmando que os diversos elementos que compõe as condições de produção – sujeitos, imaginário, história e outros – se relacionam de forma desigual, sendo que diferentes trabalhos de análise abordam as condições de produção com enfoques diferentes. Destacamos, desde já, que nosso trabalho, ao mesmo tempo em que parte de um esforço de descrição das condições de produção dos acontecimentos estudados, também avança no estudo das condições de produção que são específicas ao discurso político, e especialmente da interface mídia e política. Na esteira de Courtine (2009), afirmamos que as FIs compõem, justamente com outros elementos, as condições de produção de um discurso. Sendo assim, avançaremos nossas discussões abordando esse conceito.

1.2 Formação imaginária

Pêcheux (2010a [1975]), conforme discutimos, afirma que os sentidos produzidos por um enunciado dependem das “condições de produção” que os engendram e nas quais eles circulam, o que compreende as “relações de força” existentes no interior de uma formação social e as “relações de sentido” estabelecidas entre discursos prévios e discursos que estão por vir. Ao criticar as formas como as condições de produção são abordadas pela linguística de seu tempo, Pêcheux (2010a [1969]) pontua a presença de duas formas de pensar: (1) “um esquema ‘reacional’, derivado das teorias psicofisiológicas e psicológicas do comportamento (esquema estímulo-resposta ou ‘estímulo-organismo-resposta’)” (PÊCHEUX, 2010a [1969], p. 78), cujo problema é anular a presença do produtor e do destinatário, o que é legítimo quando se fala de uma relação estímulo-resposta física, mas não é válido para o comportamento verbal; e (2) “um esquema ‘informacional’ derivado das teorias sociológicas e psicossociológicas da comunicação (esquema emissor-mensagem-

receptor)”, trata-se do conhecido esquema ou modelo comunicacional de Jakobson. Sem se aproximar do primeiro esquema, acusado de promover “excessivos ‘esquecimentos’ teóricos” (PÊCHEUX, 2010a [1969], p. 80), o autor apresenta, nos seguintes termos, seu distanciamento também em relação ao segundo esquema:

a teoria da informação, subjacente a este esquema, leva a falar de mensagem como transmissão de informação: o que dissemos precedentemente nos faz preferir aqui o termo discurso, que implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B (PÊCHEUX, 2010a [1969], p. 81).

Temos nessa citação a formulação básica do conceito de discurso visto como efeito de sentido entre locutores, conceito esse que está na base de nossa proposta de análise e que será discutido mais à frente. Seguindo a discussão a respeito dos aspectos nos quais sua teoria se afasta da concepção de língua como instrumento para transmissão de informação, Pêcheux (2010a [1969]) introduz o conceito de FI. A AD propõe um olhar sobre a língua em que se leve em consideração quem diz o que para quem, ou seja, a compreensão de um enunciado demanda a reflexão acerca de quem são os sujeitos envolvidos na enunciação, qual sua relação com o discurso, e como as palavras têm seu sentido constituído sobre outros dizeres já esquecidos, sobre a língua e sua inscrição na história. Para explicar sua teoria, Pêcheux (2010a [1969], p. 82) formula perguntas cujas respostas descrevem o imaginário que funciona na enunciação. Quem fala constrói um imaginário sobre si “quem sou eu para lhe falar assim?”, e sobre o outro “quem é ele para que eu lhe fale assim?”; e esse outro constrói um imaginário sobre si “quem sou eu para que ele me fale assim?” e sobre quem fala “quem é ele para que me fale assim?”.

Quando afirmamos, anteriormente, que é preciso levar em consideração quem diz o que para quem, não nos referíamos aos indivíduos empíricos envolvidos em uma conversa e o assunto do qual falam, mas às posições imaginárias construídas por relações que no decorrer da obra de Pêcheux se mostrarão regidas pelo inconsciente. O autor, já nesse momento, aponta para a importância de tomarmos tais posições na relação com uma formação social, de forma que o que interessa é, na fala do patrão, os traços sócio-históricos que marcam para determinado grupo de sujeitos o que é ser

padrão, de forma tal que isso implica determinados dizeres e determinadas interpretações para uma conversa entre um patrão e um empregado, por exemplo.

Em Pêcheux (1988 [1975]), o conceito de sujeito é discutido em torno das noções de forma-sujeito e posição sujeito. A forma sujeito corresponde ao conjunto de saberes que possibilitam, em determinadas condições de produção, a identificação de um sujeito a uma FD. Assim, para que um candidato seja reconhecido como tal, é preciso que se identifique, ainda que parcialmente, com a forma sujeito da política. A noção de posição sujeito dá conta justamente da possibilidade da identificação parcial. Ao enunciar, o sujeito assume uma posição, ou seja, negocia sua identificação com a forma sujeito. Grigoletto (2005, 2007) reflete acerca da noção de sujeito na AD, tomando a obra de Pêcheux, especialmente as noções de forma sujeito e posição sujeito, como ponto de partida. A autora diferencia em seu trabalho as noções de lugar social e lugar discursivo. O lugar social é constituído empiricamente, e corresponde ao lugar, nas formações sociais, de onde fala o sujeito. As FIs encontram-se no entrecruzamento da formação social com as formações discursivas. Sendo assim, ao enunciar da posição social de candidato, o sujeito assume uma posição sujeito em relação à forma sujeito da política e enuncia de um lugar discursivo, o qual, por sua vez é constituído na e pela língua em sua relação com as formações imaginárias e sociais. Dessa forma, Grigoletto (2007) afirma que tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social quanto o lugar social é efeito do lugar discursivo.

É preciso destacar, ainda, que as relações entre lugares discursivos não operam de forma pacífica. Ao abordarmos as condições de produção do discurso, as quais abarcam, como dissemos, as formações sociais e as FI em jogo na interpretação de um enunciado, somos remetidos às relações de força presentes nessas formações sociais. Nesse ponto, a definição do discurso como efeito de sentido entre locutores, ou, nas palavras de Pêcheux (2010a [1969], p. 81), “um ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B” encontra seu desenvolvimento. A teoria da transmissão de informação é desconstruída na medida em que, para determinadas condições de produção, funcionam determinadas FIs, de forma que a interpretação de um enunciado resulta da disputa de sentidos que o enunciado mobiliza por emergir em meio a relações de força entre os sujeitos. Se tomamos, por exemplo, um enunciado proferido por um patrão para um empregado, ou por um candidato para um eleitor, o que está em jogo são os

lugares discursivos ocupados por esses sujeitos, que trazem para o discurso, na forma da disputa dos sentidos, as relações de força que ligam os lugares sociais a partir dos quais os sujeitos enunciam. Pêcheux (2010a [1969], 1988) aponta, portanto, para um olhar sobre a língua em que o sentido não é mera transmissão de informação, mas sim disputa, conflito, relação de força que atravessa a interpretação. É, aliás, nessa disputa de sentidos que irrompe a interpretação, pois diferentes sujeitos podem interpretar um mesmo enunciado de diferentes formas. Ainda é preciso lembrar que é nessa disputa de sentido que se constituem as formações sociais que regem uma sociedade, pois ao mesmo tempo que o discurso, enquanto efeito de sentido entre locutores, remete a uma dada formação sociais, ele atua em sua manutenção e em sua transformação.

Pêcheux (2010a [1969], p. 83) avança na explicação das FIs afirmando que há um imaginário não só para os sujeitos envolvidos na enunciação, mas também para o assunto de que se fala, imaginário esse que pode ser recuperado pela resposta às seguintes perguntas: “de que lhe falo assim?” e “de que ele me fala assim?”. Ao tratarmos do discurso jornalístico, é importante destacar essas perguntas, pois é um discurso que “contribui na construção do imaginário social” (MARIANI, 1998, p. 61), ou seja, o que é dito nos jornais, por sua grande circulação e pela constituição histórica de um imaginário que lhe confere o papel de informar sem opinar, ajuda a construir historicamente o imaginário dos leitores a respeito dos assuntos noticiados. Mariani (1998), ao discorrer sobre a constituição de seu objeto de estudo que é o imaginário a respeito dos comunistas nos jornais cariocas desde a fundação do partido em 1922 até as eleições de 1989, afirma:

no discurso jornalístico, os sentidos sobre os comunistas vão aparecendo assim, aparentemente desconectados e distantes entre si. No entanto, ganham sua espessura pela repetição, pela crítica às vezes nítida, às vezes sutilmente disfarçada em explicação. (MARIANI, 1998, p. 63)

O mesmo se aplica ao nosso objeto de pesquisa: o imaginário que funciona na *Folha de S.Paulo* acerca da corrupção no PT, o qual também funciona por uma série de enunciados aparentemente dispersos que, pela relação que estabelecem uns com os outros, “atuam na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro” (MARIANI, 1998, p.61). Partimos da pergunta formulada por

Pêcheux (2010a [1969], p. 83) “de que lhe falo assim” para erigirmos nosso gesto de leitura especificando que se trata de questionar o que é, na *Folha de S.Paulo*, a corrupção no PT para que o jornal, enquanto instituição midiática, enuncie sobre a política. Para tanto, observamos enunciados que circulam no *Folha de S.Paulo* e que foram produzidos no espaço específico do entrecruzamento da mídia com a política eleitoral, focando nossa atenção nos enunciados que abordem a questão da corrupção no PT. A partir desse conjunto de enunciados produzidos em diferentes condições de produção ao longo da história, podemos compreender o funcionamento desse imaginário específico, a forma como atravessa os enunciados e se materializa na língua.

Entendemos que a FI é constituída no entrecruzamento da formação social e do discurso. Trata-se de um funcionamento que opera na ordem do simbólico, e atravessa o imbricamento entre os lugares sociais, os lugares discursivos e as posições sujeito negociadas em cada enunciação. Sendo assim, a FI, ao mesmo tempo em que funciona na construção dos lugares discursivos e dos efeitos de sentido produzidos na interpretação dos enunciados, é constituída por essas interpretações. Ao observarmos a interface mídia e política, nos vemos diante de um emaranhado de FIs que atravessam os diferentes espaços em que circulam os enunciados, dentre esses espaços, o da imprensa e, mais especificamente, dos jornais. Nosso gesto de leitura recai sobre o imaginário que funciona na *Folha de S.Paulo*, o qual é construído ao longo da história por meio de enunciados diversos que atuam na cristalização de interpretações e colocam em funcionamento uma imagem acerca da corrupção no PT, a qual atravessa a interpretação dos enunciados que emergem ao longo das eleições, e também em diversos outros momentos em que mídia e política se entrecruzam. Para realizarmos esse estudo, nos munimos dos conceitos de efeito metafórico, paráfrase discursiva, memória discursiva e interpretação que discutimos nos próximos itens.

1.3 Efeito metafórico e paráfrase discursiva

Pêcheux (2010a [1969]) cita o exemplo de um discurso de um deputado na câmara, e questiona a posição saussureana que observaria o referido discurso enquanto fala, liberdade individual. Um sociólogo, por sua vez, observaria o mesmo discurso

como parte de um mecanismo em funcionamento, pertencente a normas que não são nem totalmente individuais nem totalmente sociais e que corresponde a um lugar em uma formação social. A partir dessas considerações o autor marca sua posição e reafirma que todo discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção dadas*, e continua:

Se prosseguirmos com a análise do discurso político – que serve aqui apenas de representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos – veremos que por outro lado, ele deve ser remetido às *relações de sentido* nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele “orquestra” os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido” (PÊCHEUX, 2010a [1969], p. 76, grifos do autor)

Temos aqui uma forte indicação da importância do olhar direcionado aos enunciados outros que funcionam na interpretação de um enunciado específico. Pêcheux aponta para esse funcionamento a partir do cotejo operado entre seu projeto teórico e o trabalho de Saussure (2006), apresentado no *Curso de Linguística Geral*, em especial a retomada do conceito de valor, fundamental para a compreensão da noção de efeito metafórico. Para introduzir o conceito de valor em sua teoria, Saussure questiona a ligação entre pensamento e som, e considera uma ilusão crer que a união de um som a um conceito dá conta de explicitar o funcionamento de um termo no sistema, justamente porque é no sistema, e apenas no sistema, que os signos existem. Fora do sistema o signo é abstração. Trazemos aqui a mesma passagem de Saussure que Pêcheux (2010a [1969]) reproduz em seu texto:

No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem ideias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como: *recear*, *temer*, *ter medo* só tem valor próprio pela oposição, se *recear* não existisse, todo o seu conteúdo iria para os seus concorrentes. (SAUSSURE, 2006, p. 134-135)

A partir dessa retomada de Saussure, e da definição de substituição contextual como a possibilidade de dois termos serem considerado sinônimos em um contexto dado, Pêcheux (2010a [1969], p. 96) define efeito metafórico como “o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” e destaca que “esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y”. Acreditamos que nesse ponto se define um dos aspectos centrais do dispositivo que pretendemos construir para o estudo do imaginário que funciona na *Folha de S.Paulo*. Se admitimos, com a AD, que o sentido é efeito construído entre os interlocutores, e que os signos não possuem a capacidade de conter os sentidos, mas sim de apontar para eles, a memória enquanto possibilidade da retomada e da remissão a um imaginário se apresenta como fundamental nesse processo. O autor segue sua discussão afirmando que o efeito metafórico produz ancoragens semânticas para o discurso, e que, por vezes, um conjunto de efeitos metafóricos pode ocorrer de forma que dois enunciados superficialmente distintos possam ser o resultado de um mesmo processo discursivo, sendo que, nesse caso, é possível colocar lado a lado esses dois enunciados distintos e recuperar os efeitos metafóricos que os ligam. O funcionamento da memória no efeito metafórico apresenta uma produtividade analítica que é fundamental para a condução de nossa pesquisa: diante de um enunciado, podemos nos perguntar a quais outros enunciados se refere, com quais outros enunciados conversa, a que rede de enunciados se filia para poder significar, por quais imaginários é atravessado, e a partir desses questionamentos, avançar na leitura dos enunciados diversos que pelo efeito metafórico constituem aqueles que são nosso objeto de análise.

Retomando a citação de Pêcheux sobre a fala de um deputado na câmara em sua relação com o conceito de valor, destacamos que relações de sentido são as relações que se estabelecem entre os enunciados, de forma que esses signifiquem não por si só, não pela revelação de um sentido que o signo contém, mas pela relação que um enunciado estabelece com outros. Sendo assim, a compreensão dos efeitos de sentido produzidos por um enunciado depende da relação que se estabelece entre os signos que compõem o eixo sintagmático do enunciado com as diversas (im)possibilidades de outras formas de dizer que povoam o eixo paradigmático. Importa, especialmente, destacar que o sentido é construído pelo que Pêcheux

denominará deslizamento, ou seja, se estudamos a relação entre dois ou mais enunciados, devemos compreender que o sentido não é construído nem em um nem em outro, mas precisamente na relação que se estabelece entre eles.

O conceito de metáfora em Pêcheux, assim, nega a tradição linguística que considera a metáfora como um desvio do sentido literal (ORLANDI, 2007). Isso se dá porque, com base na AD, compreendemos que o literal é um produto da história, um efeito de literalidade. Para o autor, todo processo de produção de sentidos se dá pelo constante deslizamento de sentidos por meio do qual um enunciado remete a outros, constituindo redes e tornando a interpretação possível justamente pela remissão a essas redes. O efeito metafórico é, portanto, o resultado desses deslizamentos, os quais acontecem termo a termo, por meio de paráfrases discursivas.

Santos (2010, p. 30 e p. 39) apresenta duas abordagens da paráfrase na linguística: “A paráfrase sob o enfoque estrutural” e “A paráfrase sob o enfoque enunciativo”. Serrani (1993, p. 36-37), por sua vez, aponta três visadas possíveis para o fenômeno parafrástico: “Relação de sinonímia-identidade”, “Relação de não-sinonímia” e “Relação de sinonímia-equivalência”. Dentro do enfoque estrutural, segundo Santos (2010), a paráfrase é vista como o mecanismo de dizer o mesmo, sendo que a língua é tomada ora em uma visada lexical, ora em uma visada sintática, mas sempre levando em consideração apenas o sistema, ou seja, buscando identificar e explicitar a repetição por meio de características intrínsecas de unidades da língua. Serrani (1993) destaca, ao abordar a relação de sinonímia-identidade, que essa abordagem se sustenta em uma visão simplificadora das relações entre forma e sentido, sendo que o fenômeno parafrástico é observado de uma maneira estática, ou seja, duas sentenças ou *são* ou *não são* paráfrase, e esse estatismo só é possível graças a um consenso dos sujeitos que resulta do conhecimento instintivo do sistema linguístico. Já na relação de não-sinonímia, a autora destaca trabalhos que afirmam uma correlação direta entre significado e significante, sendo que entre duas formas diferentes nunca existirá paráfrase. Da mesma forma que Santos (2010) e Serrani (1993), nos afastamos dessa visão sobre o fenômeno parafrástico, alinhando nossas reflexões a uma concepção discursiva do funcionamento da língua.

Retomando também a teoria do valor em Saussure, Santos (2010) observa o aspecto relacional que existe entre termos que fazem parte de um sistema linguístico.

Saussure (2006, p. 135) afirma que “o valor de qualquer termo está determinado por aquilo que o rodeia”. Sendo assim, não é possível compreender o sentido de uma forma linguística quando a tomamos isoladamente, uma vez que para observarmos seu valor, é preciso compreender o lugar que ocupa no interior de determinado sistema, ou seja, pensá-la a partir do inventário de formas da língua da qual ela faz parte. Dessa forma, ao observarmos as sequências que analisamos, precisamos tomar os termos em sua relação sintagmática, ou seja, na maneira como se relacionam com os termos que os precedem e os que os seguem na sentença, ao mesmo tempo em que levamos em consideração o eixo paradigmático, ou seja, o conjunto de outros signos que poderiam e que não-poderiam ocupar aquele espaço na sentença.

Retomando Serrani (1993, p. 43), a paráfrase, do ponto de vista discursivo, deve ser entendida “como uma relação semântica não estável”. Não se trata, portanto, de simples identidade entre dois enunciados, mas sim, conforme destaca Pêcheux (2010a [1969]) de uma construção de efeitos de sentidos possíveis que se dá na relação de diversos enunciados que se inserem em uma rede de sentidos ao mesmo tempo em que a constituem. A paráfrase, segundo Serrani (1993), constitui um espaço de heterogêneo de disputa de sentidos. A cada novo elemento que integra uma matriz de sentido, novas interpretações se tornam possíveis, e, além disso, uma única palavra pode remeter a mais de uma matriz de sentido. Com Pêcheux (2011c [1982]), podemos afirmar que a língua, em sua relação com a história, é constituída pela tensão entre paráfrase e polissemia. Em nosso trabalho, ao lançarmos um olhar sobre a relação que se estabelece entre diferentes enunciados, o fazemos, conforme já apontamos anteriormente, cientes de que mesmo nas paráfrases, na estabilização dos sentidos, podemos encontrar o diferente, o polissêmico, o deslize.

Segundo Orlandi (2001), a paráfrase é responsável pela manutenção dos sentidos, e é por meio dela que um mesmo sentido pode permanecer atrelado a um mesmo enunciado em diversas enunciações. Achard (2007) destaca que as operações parafrásticas não são significativas pela repetição apenas, mas, principalmente, pela regularidade. Tanto na retomada pelo implícito, quanto na retomada explícita de um termo, o que produz sentido são as regularidades que organizam as paráfrases, direcionando as redes de sentido e sua filiação ideológica. Ao lado da paráfrase, segundo Orlandi (2001), a polissemia diz respeito aos processos de ruptura, de

deslocamento. Ao lidarmos com a polissemia lidamos com o equívoco. É por meio da falha, da ruptura, que se instaura o novo, que ocorre o movimento dos sentidos e dos sujeitos. A ideologia atua no sujeito pela falha, pelo equívoco, o que nos permite afirmar que nem a língua, nem o sujeito e nem o discurso estão prontos, eles estão em constante movimento. E este movimento é regido pela constante tensão que se estabelece entre a paráfrase a polissemia.

Com Pêcheux, compreendemos que a paráfrase é necessária para que a interpretação seja possível na medida em que a forma como interpretamos esse enunciado é a remissão de um enunciado a outros que lhe constituem. Ao mesmo tempo em que a paráfrase possibilita o sentido pelo retorno ao mesmo, a polissemia está presente como constituinte das redes de sentido, pois esses não são nem estáveis nem únicos. O conflito, a disputa funciona constantemente de modo que existe sempre a possibilidade de outro sentido, e todo signo linguístico está sujeito a processos de deslize que o ressignificam constantemente. A partir das relações de paráfrases que possibilitam o efeito metafórico, os imaginários atravessam e constituem o enunciado, tornando a interpretação possível por meio de outro funcionamento discursivo que discutimos a seguir, a memória discursiva.

1.4 Memória discursiva e interpretação

Maldidier (2003) destaca que no final de sua obra, Pêcheux marca um novo ponto de partida. Questões como o triplo real da língua, da história e do inconsciente, as materialidades discursivas e o próprio conceito de Memória Discursiva introduzido na AD por Courtine (2009) a partir do trabalho de Foucault se apresentam como novas preocupações. A questão da leitura e da interpretação se torna imperativa, e é justamente neste ponto que acreditamos poder contribuir e apresentar, a partir da retomada feita até aqui, a produtividade analítica do trabalho com a memória:

A condição essencial da produção e interpretação de uma sequência não é passível de inscrição na esfera individual do sujeito psicológico: ela reside de fato na existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço de memória da sequência. (PÊCHEUX, 2011b, p. 145).

Nessa citação percebemos o refinamento das discussões apontadas até aqui. O discurso é aberto, o dizer só significa, só se torna passível de interpretação pela sua inscrição na língua e na história. Outros discursos, já ditos em outros lugares e possivelmente esquecidos constituem uma voz sem dono que retorna no dizer. Assim, “a língua natural não é uma ferramenta lógica mais ou menos falha, mas sim o espaço privilegiado de inscrição de traços linguageiros discursivos, que formam uma memória sócio-histórica” (PÊCHEUX, 2011b, p. 146).

Em Pêcheux (2010b [1983]), o autor novamente se volta para sua obra como um todo, mostrando como a questão do fechamento da maquinaria discursiva vai sendo abandonado em prol da compreensão do funcionamento do discurso que opera pela remissão, pela retomada, pela contradição, pela memória. Esse texto também coloca as questões que serão objeto de reflexão de Pêcheux (2008, [1983]), último texto do autor, como por exemplo, a compreensão do funcionamento do Real e dos universos logicamente estabilizados e não logicamente estabilizados. Destacamos, em Pêcheux (2008 [1983]), a citação que segue, a partir da qual apresentaremos nossa proposta teórica de definição do conceito de memória:

“todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação.

E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguageiro, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes” (PÊCHEUX, 2008 [1983], p. 53-54)

Primeiramente destacamos nessa citação a definição do enunciado como série de pontos de deriva possível. Se voltarmos ao início de nosso texto, falamos de eixos sintagmático e paradigmático e do conceito de valor em Saussure. Temos aqui, novamente, uma menção a esse funcionamento, tomada agora em toda a opacidade do

processo de significação discursiva que passa pela inscrição do enunciado na língua e na história. Retomamos também aqui a questão do efeito metafórico, que consideramos central a nossa proposta. Acreditamos que a possibilidade do dizer seja sustentada pelo efeito metafórico, que não funciona apenas pela paráfrase homoganeamente estabilizada, mas por meio do deslize, que permite que a história atravesse diversos enunciados, conferindo-lhes a opacidade que lhes é característica. O estudo da memória pode ser realizado, assim, por meio de um trabalho de retomada de um conjunto de enunciados que se relacionem por meio da metáfora, ou seja, por se encontrarem nos pontos em que pelo deslize o enunciado se abre.

Temos em AD uma definição de memória que talvez possamos chamar de canônica, para Pêcheux (2007 [1983], p 52) “a memória é a condição do legível em relação ao próprio legível”. O autor trata, nesse texto que também é da fase da Desconstrução Dirigida, do enunciado como acontecimento e da memória como reestabelecimento dos implícitos. Destacamos ainda uma vez a possibilidade de reconstruirmos em nossas análises redes de significantes que constituam parte das redes por meio das quais a memória se faz presente nos enunciados. A AD é uma disciplina de interpretação. Sendo assim, o papel do analista é buscar a compreensão dos textos e os funcionamentos que tornam essa interpretação possível. A memória está presente como um desses processos, e seu estudo passa pelo trabalho com a metáfora e o deslize, com as matrizes de sentido e redes de significação. E é por meio dessas redes que a história se faz presente no dizer, que a contradição se instala e que os sujeitos se constituem e significam.

Pêcheux (2008 [1983]) discute a questão do acontecimento, visto como um ponto em que a atualidade atravessa a memória, em que irrompe um dizer que, sustentado por outros que o constituem, passa por sua vez a também constituir outros enunciados que surgem ao seu redor. O autor discute o acontecimento enquanto espaço em que o enunciado significa por sua opacidade, ainda que se produzam para ele interpretações transparentes, evidências de sentido. Os sentidos são constituídos pela forma como, pelo funcionamento da ideologia, determinadas redes de significação são atualizadas no enunciado conferindo a ele significado. Na abordagem do acontecimento “On a gagné” Pêcheux (2008 [1983]) nos mostra que a análise dos enunciados deve ser feita a partir de batimentos. O principal deles sendo, conforme

propõe o título, entre estrutura e acontecimento. É preciso questionar o enunciado a partir da história e a história a partir do enunciado. O acontecimento existe enquanto enunciado, língua, sendo assim, é na materialidade que buscamos as pistas que aponta para o funcionamento da inscrição da língua na história.

Pêcheux (2007 [1983], p. 50) estabelece uma “dupla forma-limite” a partir da qual os acontecimentos históricos passam a integrar o interdiscurso, constituindo possíveis memórias discursivas: “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever;” e “o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido”. Tomamos o interdiscurso como um conjunto de já ditos organizados em redes de sentido que funcionam pelo esquecimento, ou seja, o interdiscurso é uma voz sem dono. Um acontecimento discursivo provoca a movimentação das redes de sentido que constituem o interdiscurso para que possam significar e ser absorvidos por essas redes. Através de um complexo movimento de sentidos estabilizados e sua transformação, os enunciados produzidos a partir de um acontecimento passam a integrar o interdiscurso. Novas redes de sentido se formam e outras se modificam, de forma que, no futuro, o acontecimento venha a integrar a produção de sentidos de outros enunciados que o retomam pela memória que é, como sabemos, indispensável ao dizer.

Orlandi (2001) diferencia os conceitos de interpretação e compreensão. Segundo a autora a interpretação é efeito, evidência. Compreendemos a noção de evidência, a partir de Pêcheux (1988 [1975]) como um efeito de sentido atribuído a um enunciado por um sujeito interpelado ideologicamente, sendo que a evidência funciona por meio do apagamento. Ao produzir uma interpretação, que é uma dentre outras possíveis, o sujeito esquece o processo que produz essa interpretação, criando assim uma evidência de sentido, ou seja, a crença de que aquela interpretação é a única possível. Orlandi (2001) destaca que o trabalho do analista de discurso é construir um dispositivo teórico metodológico que permita a desconstrução da evidência. Assim, diante de um enunciado, o analista não pergunta o que significa, pois a resposta a essa pergunta consiste em uma interpretação, uma evidência de sentido. Antes disso, o analista pergunta como significa, busca explicitar os funcionamentos discursivos que tornam um enunciado possível e as diversas interpretações que podem ser produzidas a partir desse enunciado, produzindo assim um trabalho de compreensão.

A interpretação está submetida à memória discursiva. Ao desconstruirmos as evidências de sentido, nos deparamos com o plural, o polissêmico, as múltiplas possibilidades de interpretação que um enunciado apresenta, sendo cada uma delas relação a uma memória, deriva, metáfora, efeito de sentido. Orlandi (2007, p. 21) afirma que “o político é o fato de que o sentido é sempre dividido”, sendo que a divisão é resultado do trabalho da memória, da inscrição do enunciado na história, nas redes de sentido. O termo político, enquanto substantivo, se refere na AD à disputa de sentidos que advém do atravessamento das FI no imbricamento das formações sociais com o discurso. A política, por sua vez, consiste em um espaço socialmente institucionalizado de disputa de poderes, conforme discutiremos no próximo capítulo. Retomamos novamente aqui a definição do discurso enquanto efeito de sentido entre locutores para reforçar que esse efeito é resultado de disputas, de conflito, é político em sua constituição. Orlandi (2007, p. 16) afirma ainda que a mídia atua no esvaziamento do político, uma vez que o funcionamento da mídia é o da “estabilização dos percursos”, ou seja, um trabalho de instituição e cristalização de memórias que faz com que determinadas interpretações sejam largamente aceitas em detrimento de outras, que são apagadas.

Ao questionar a transparência dos sentidos, Orlandi (2007), sustentada no trabalho de Paul Henry, afirma que é preciso repensar a noção de história, que deixa de ser compreendida como história cronológica, e passa a ser vista como um conjunto de fatos que reclamam sentidos. Assim, quando buscamos compreender os enunciados em sua inserção na história, retomamos a história em sua materialidade discursiva. E a necessidade de retomar essa inserção é causa do que chamamos de incompletude dos textos. A interpretação produz para o texto um efeito de completude, de princípio e fim, entretanto, em nosso trabalho de compreensão buscamos os pontos em que o texto se abre à deriva, os pontos nos quais aponta para a memória discursiva e se abre à diversas interpretações. Em outras palavras, a interpretação só é possível em virtude da abertura dos enunciados ao seu exterior constitutivo: a memória discursiva e as condições de produção.

Embora nosso trabalho se organize em torno do estudo da memória discursiva e seu funcionamento na produção de sentidos, acreditamos que a menção a outras memórias se faz relevante para que possamos construir nosso dispositivo teórico

metodológico e, de fato, operar um trabalho de compreensão dos enunciados. Orlandi (2010) diferencia três tipos de memória: “memória discursiva ou interdiscurso, memória institucional (arquivo) e memória metálica (técnica)” (ORLANDI, 2010, p 8). Segundo a autora, a memória discursiva se constitui pelo esquecimento, funcionando como uma voz sem dono. Já a memória institucional (memória de arquivo) não esquece, funciona através de instituições como escolas e museus que alimentam e normatizam a significação a partir de uma textualidade documental.

A memória metálica, por sua vez, é produzida pela mídia. Trata-se de uma memória constituída por registros físicos que podem ser consultados (ORLANDI, 2002). Assim, os arquivos de um jornal impresso, televisivo ou online constituem um exemplo dessa memória metálica, mecânica. Trata-se de um trabalho de interpretação que “anula a memória, a reduz a uma sucessão de fatos com sentidos (dados) quando, na realidade, o que se tem são fatos que reclamam sentidos” (ORLANDI, 2005, p. 180). A história, do ponto de vista discursivo, é produzida justamente no momento em que os fatos reclamam sentidos, demandam interpretações. Sendo assim, a memória metálica funciona produzindo acontecimentos sem história. Trata-se de um processo que funciona pelo acúmulo, pela quantidade que apaga a historicidade (ORLANDI, 2010).

2. O imbricamento entre o discurso político eleitoral e o discurso midiático

Nesse capítulo, buscamos operar definições acerca de conceitos que perpassam nossa reflexão como um todo. Sustentados na definição do discurso enquanto efeito de sentidos que resulta do conflito entre os sujeitos, avançamos refletindo acerca do discurso político, do discurso político eleitoral e do discurso midiático. Buscamos também uma definição para partidos políticos, visto que nossos objetivos circulam em torno da imagem acerca da corrupção no *Partido* dos Trabalhadores. Por fim, buscamos operar uma definição acerca da corrupção, a partir da qual buscaremos compreender a forma com a corrupção é discursivizada nas páginas da *Folha de S.Paulo*.

2.1 O discurso político, o discurso político eleitoral e o discurso midiático

Já de posse de uma definição acerca do discurso, avançamos a descrição de nosso objeto definindo o discurso político. Uma questão central que perpassa a definição do discurso político em Piovezani (2009) é a questão da legitimidade, de forma que o autor inicia seu questionamento a respeito do que é o discurso político pela discussão dos mecanismos por meio dos quais o poder político se legitima recorrendo ao trabalho de Le Barte para abordar um conjunto de crenças que o discurso político pressupõe e no qual busca sua sustentação:

O discurso político contribui para legitimar a ordem política, amarrando os fios de uma intriga de quatro tempos, cuja trama pode ser enunciada da seguinte maneira: 1) A realidade social é transparente; 2) A autoridade política é legítima; 3) Ela controla os fenômenos sociais; 4) A soma dos cidadãos constitui uma comunidade. Propriedades obrigatórias do discurso político, essas quatro proposições revelam, ao se cruzarem, o indizível e, provavelmente, o impensável do discurso político: eu não sei de nada; não tenho nenhum direito de governar; não posso fazer nada por vocês; vocês são apenas uma soma de indivíduos diferentes. Le Barte (1998, apud PIOVEZANI, 2009, p. 132)

Se o sujeito político admite a complexidade da sociedade que rege, e a intrincada rede de poderes que a caracteriza e que precisa ser mobilizada para que a mudança ou a manutenção de determinada situação seja possível, ele estará admitindo sua impossibilidade de ser, de fato, representante do povo e detentor do poder que o imaginário coletivo atribui a determinado cargo público. Dessa forma, o discurso político se sustenta e atua na manutenção de um imaginário de sociedade transparente, cuja explicação esteja a seu alcance, uma vez que ele próprio “classifica as palavras e as coisas, as pessoas e os grupos, e explica o mundo” (PIOVEZANI, 2009, p. 132). O autor lembra ainda que uma das características envolvidas neste aspecto do discurso político é o funcionamento de binarismos como legítimo e ilegítimo, verdadeiro e falso, entre outros, sendo que todos eles se referem a divisão fundamental entre bem e mal, que, ao perpassar o discurso político, produz a evidência da simplicidade tanto para esse discurso quanto para o mundo.

Quanto à legitimação da autoridade política, Piovezani (2009) destaca que, no processo político contemporâneo, o poder é exercido por sujeitos que ocupam cargos públicos conquistados pelo voto. Dessa forma, o processo de legitimação advém da produção de um *eu*, de uma imagem para o sujeito político que permite um processo de identificação com os eleitores, de forma que atributos pessoais como sinceridade, honestidade e generosidade legitimam o político a ocupar o cargo que ocupa, e a deter o poder que detém. Trata-se de um funcionamento sustentado por enunciados que são atravessados por um imaginário acerca de determinado sujeito político de forma tal que o sujeito pode enunciar a partir de um lugar discursivo que é parte do campo político. Uma vez que o sujeito político possui um saber sobre o mundo, simplificado pelo discurso político, e uma atuação legitimada, garantida pelo voto que o leva ao poder e pelas FI em funcionamento no campo político, acredita-se no poder que os políticos têm de transformar a sociedade. E é no entrelaçamento desse saber e desse poder que o político sustenta o imaginário acerca de sua capacidade de transformar a sociedade, de forma que um candidato de oposição pode criticar aquele que ocupa o cargo ao qual almeja, sem, por isso, minar a legitimidade do cargo em si, mas apenas do sujeito que o ocupa.

Por fim, Piovezani (2009) lembra que o discurso político, especialmente em períodos eleitorais, é dirigido a uma massa que é tratada como homogênea. Sempre

que o político enuncia, ainda que use uma forma como *você* para se referir ao cidadão, ele se refere a um *nós*, ao conjunto de todos os eleitores. Trata-se de uma imagem acerca do outro construída por aqueles que enunciam de lugares discursivos que compõem o campo político, como o daqueles que ocupam ou disputam cargos eletivos. Entrelaçado aos demais aspectos, percebemos aqui que a intrincada teia da legitimidade requer que o sujeito político veja toda a sociedade, simplificada pelo próprio discurso político, como detentora de um mesmo conjunto de desejos e necessidades.

Seguindo a definição de discurso político, Piovezani (2009) reflete sobre a definição do político enquanto disputa de poder, que abordamos anteriormente a partir de um olhar discursivo que toma o político enquanto disputa de sentidos. Para distinguir “o político” e “política”, Piovezani (2009, p. 142) trabalha a especificidade da política sustentada nos discursos ligados às instituições políticas, o que nos permite tomar “o político”, a disputa de sentidos, apenas enquanto substantivo, de forma tal adjetivações como discurso político, sujeito político e campo político compõe o que chamamos “a política”. Como ponto de partida, Piovezani (2009, p. 143) considera como discurso político aquele que funciona a partir da remissão a instituições políticas. Trata-se de um campo político constituído por saberes e práticas específicas que demarcam um espaço de circulação de enunciados que serão, por circularem nesse espaço e se vincularem a instituições políticas, considerados como constituintes do discurso político.

Além das instituições, o autor menciona os temas que constituem o campo político, centrados no que se diz sobre as condições de vida e do governo de uma sociedade. Além disso, é possível buscar uma caracterização do discurso político em seus enunciadores, de forma que será considerado discurso político aquele que for enunciado por homens e mulheres políticos. Por fim, existem determinados gêneros discursivos que compõem o discurso político, tais como “programas de governo, pronunciamentos, declarações, entrevistas, debates, panfletos, cartas abertas, *jingles*, documentários etc.” As características do discurso político elencadas devem ser tomadas em seu entrelaçamento, de forma a evitar um grau redutor à definição que pode advir da tomada de cara elemento individualmente.

Partindo das considerações de Piovezani, e retomando nossa filiação à AD sustentada pelos trabalhos de Michel Pêcheux, definimos o discurso político a partir de dois *funcionamentos* que o caracterizam. O primeiro funcionamento advém do caráter coletivo da política. A prática da política, da governança em qualquer instância, e da busca pelo poder representado pelo direito de governar, implica sempre um espaço coletivo. Sendo assim, o discurso político não apenas se dirige ao coletivo, mas organiza esse coletivo, lhe imprime características, evidencia sua homogeneidade, lhe constrói um imaginário. Dessa forma, o discurso político, ao enunciar para uma coletividade homogênea, constrói para essa coletividade um efeito de homogeneidade, de forma que, apesar das diferenças culturais, linguísticas, financeiras e políticas, são produzidos efeitos de sentidos em torno de um imaginário de Brasil enquanto uma unidade que responde a um único governo.

Um segundo funcionamento que atravessa o político é a questão do poder, que se atrela diretamente à questão da legitimação. A sociedade se organiza por meio de relações de poder, as quais permeiam as relações interpessoais, e o mesmo ocorre com o poder político. A esse respeito, acreditamos ser necessário destacar dois aspectos. O primeiro é a questão da legitimidade. O discurso político funciona por meio de uma constante busca por legitimidade, de forma que os sujeitos possam conquistar e manter os cargos que ocupam e a relevância desses cargos, pois um presidente sem legitimidade pode chegar a sofrer impeachment, como ocorreu com o ex-presidente Fernando Collor de Melo, e um presidente com grande legitimação pode ter um papel protagonista na eleição de seu sucessor, como ocorreu com Lula e Dilma Rousseff. Um segundo aspecto diz respeito ao entrecruzamento da necessidade política de simplificar a sociedade com a questão da legitimação. Se a sociedade é organizada por meio de relações de poder, um presidente da república não pode, sozinho, operar mudanças na sociedade, ou garantir a manutenção de determinado estado de coisas, ele precisa mobilizar essa rede de poderes, sobre a qual tem influência, exerce poder, mas sobre a qual não tem controle absoluto. Entretanto, na busca pela legitimação, tanto para conquistar o poder, se eleger ou se reeleger, quanto para manter-se no poder, o político precisa silenciar essa intrincada rede e significar seu cargo como um cargo onde pode, efetivamente, atuar na sociedade, sem depender de outros.

Por fim, uma nota necessária. Nosso gesto de leitura centra-se na questão do discurso, na força e relevância da palavra para as questões políticas. Sabemos, entretanto, que o campo político não opera apenas nos limites da palavra, mas também da prática política. Sendo assim, o estudo do discurso político opera, como qualquer outro estudo, nos limites de um recorte. Pêcheux (1988 [1975]) nos lembra, baseado em um de seus grandes mestres, Louis Althusser, que as formações discursivas operam no interior das formações ideológicas, que são constituídas pelas ideologias, conjuntos de práticas que englobam, mas não se limitam ao dizer.

Após a delimitação do conceito de discurso político, Piovezani (2009) inicia uma reflexão acerca do *discurso político eleitoral*. O autor alerta que o termo *eleitoral* pode, de um lado, remeter ao universo discursivo político partidário, mas, de outro, pode retomar situações corriqueiras como a eleição de um síndico para um prédio ou de capitão para um time de futebol. Entretanto, quando inserimos o termo *eleitoral* em *discurso político eleitoral*, delimitamos sua significação para o campo da disputa pela conquista e manutenção do poder político na sociedade, sendo que essa disputa opera justamente no âmbito político-partidário e engendra a produção de discursos específicos. Uma característica particular do poder que se disputa nas eleições consiste em seu caráter de representação. Segundo Rubim (2001), tanto o governo quanto os governantes legitimam seu poder por representarem os cidadãos e os interesses desses cidadãos. No processo eleitoral, cada eleitor possui uma parcela de poder em sua mão, e essa parcela é transferida aos políticos.

Um segundo elemento relevante à definição do discurso político eleitoral consiste na questão da temporalidade das eleições. Rubim (2001, p. 167) define as eleições como “um momento e um procedimento – ritualizado, periódico e legitimado – de escolha e investidura de dirigentes representativos para exercício de poder(es) na sociedade”. Trata-se de um momento esperado, agendado pelo próprio campo político e amplamente divulgado pela mídia. Piovezani (2009) questiona, a partir do ponto de vista discursivo, a possibilidade de delimitarmos um período eleitoral, uma vez que sabemos, conforme apresentado em nosso trabalho, que os sentidos são produzidos pela remissão a redes que funcionam por uma inscrição que transcende a história cronológica. Dessa forma, pela análise discursiva, é preciso questionar a temporalidade das eleições, uma vez que as redes de sentidos que compõem o discurso

político eleitoral ultrapassam períodos cronologicamente ou legalmente considerados com eleitorais. Entretanto, Piovezani (2009, p. 154) avança essa discussão apontando para o fato de que discursivamente existe um período eleitoral, “na vida ordinária fala-se frequentemente e predominantemente em ‘ano que tem eleições’, em ‘época de eleição’, em ‘perto das eleições’ etc.” e circulam na mídia enunciados em que essa temporalidade discursiva se materializa: “na mídia faz-se referência amiúde ao ‘ano eleitoral’, às ‘pesquisas de opinião’ concernentes às eleições, à agenda dos candidatos ou pré-candidatos.” Trata-se de uma temporalidade que não é cronológica, mas discursiva, que produz sentidos, que opera por meio de deslizamentos, pela constituição de redes de sentido, pelo funcionamento mesmo da memória.

Dessa forma, compreendemos o discurso político eleitoral como um discurso que, sustentado por uma temporalidade particular, se constitui em torno do poder democrático e opera por meio da disputa partidária por esse poder. Outra característica fundante do discurso político eleitoral é sua faceta midiática, sobre a qual lançamos nosso olhar no presente trabalho. A proliferação das diferentes modalidades de comunicação, a forma como essas modalidades atravessam nossa vivência e constituição enquanto sujeitos, as transformações culturais que advêm da comunicação e o fato de que a comunicação estrutura e ambienta a sociedade contemporânea são algumas das características da Idade Mídia, termo utilizado por Rubin (2001) para se referir à contemporaneidade, por sua ampla ambientação midiática. A política eleitoral, por sua vez, é também ambientada e estruturada pela mídia. Uma das marcas dessa ambientação consiste no surgimento de formatos específicos para a prática da política eleitoral, como exemplo podemos citar os debates televisivos e o Horário Gratuito para Propaganda Eleitoral.

Rubin e Colling (2004) operam um levantamento histórico do desenvolvimento da mídia no Brasil e destacam que a ambientação da política pela mídia emerge nos EUA por volta dos anos 50 e 60. No Brasil, esse processo não ganha vulto no mesmo período por ter sido interdito pela ditadura militar. O autor lembra, entretanto, que a ditadura atuou em um processo que criou os alicerces sócio tecnológicos para o desenvolvimento da mídia, sendo que o objetivo desse processo era o fortalecimento do controle e da dominação ideológica no país. Essa conjuntura, entretanto, gera uma contradição na medida em que, embora a midiática da sociedade esteja em

andamento no período ditatorial, a política e a política eleitoral são interdidadas nesse processo. Sendo assim, são as eleições de 1989, primeiro processo eleitoral pós ditadura em que o presidente é eleito pelo voto direto, que configuram um marco inicial para a ambientação midiática da política eleitoral no país (RUBIM, 2001; RUBIM e COLLING, 2004).

No período pós ditadura, a mídia ganha espaço também na política e na política eleitoral. A ambientação midiática das campanhas passa a protagonizar as disputas eleitorais, e a mídia se torna um centro de produção de fatos político eleitorais. Colling (2006), ao operar um extenso levantamento do estado da arte nos estudos sobre mídia e política, apresenta três vertentes possíveis para pensarmos essa relação. Alguns pesquisadores consideram que a mídia não alterou a forma como se faz política eleitoral. Segundo essa linha de pensamento a espetacularização e a mitificação dos políticos sempre foi uma característica da disputa pelo poder, e a mídia apenas potencializa esse fenômeno. Uma segunda linha de pensamento considera a mídia como protagonista do processo político eleitoral, manipulando o eleitor, esvaziando o caráter político das eleições e definindo seus resultados. A terceira vertente, com a qual trabalham Rubim (2001, 2004) e Rubin e Colling (2004), e da qual nos aproximamos teoricamente a partir de um olhar discursivo, considera a interinfluência entre os dois campos.

Para além de uma pesquisa a respeito de em que medida a mídia se sobrepõe à política ou vice-versa, Rubim e Colling (2004) propõem um olhar atento para a forma como essa predominância se manifesta de forma dinâmica, para a forma como o entremeio mídia e política eleitoral se inscreve em condições de produção dadas. O entremeio mídia e política funciona de forma complementar e conflituosa (RUBIM e COLLING, 2004), sendo que a delimitação da faceta midiática do discurso político eleitoral perpassa a compreensão do funcionamento contraditório entre mídia e política, ou seja, ao pensarmos a política eleitoral na contemporaneidade é preciso refletir sobre a forma como a mídia a molda e é moldada por ela.

3.2 As condições de produção do surgimento do PT

Uma vez que nosso trabalho lança um olhar para o PT, consideramos necessário partir de uma definição sobre partido político e também um breve olhar sobre a história desse partido. Viana (2003, p. 12) define partidos políticos como “organizações burocráticas que visam à conquista do Estado e buscam legitimar esta luta pelo poder através da ideologia da representação e expressam o interesse de uma ou outra classe ou fração de classe existentes”. A partir da definição de Viana, podemos considerar discursivamente o partido como uma unidade que congrega diversos sujeitos em torno da busca pelo poder, sendo que funciona para o partido um imaginário que, construído a partir dos sujeitos que o compõe, atravessa os enunciados por eles produzidos.

Bobbio (2010) discute também a questão do partido político enquanto uma organização que, atuando dentro do campo político, visa a conquista e a manutenção do poder. O autor avança sua definição destacando que os partidos políticos surgem em sistemas políticos que, por sua complexidade, permitem que a tomada de decisões envolva diferentes partes do sistema político e que essas partes sejam compostas por indivíduos que representam os desejos daqueles que o alçaram a determinado espaço da política. Ao abordarmos essa questão discursivamente, retomamos nossa definição de discurso político enquanto um espaço de disputa de poder sustentado por um imaginário em que o outro da política é uma massa homogênea de sujeitos, compreendemos o partido político como um espaço de produção de sentidos. Ao abordarmos o PT, por exemplo, tomamos a questão do partido discursivamente, uma vez que os sentidos produzidos pelo/para o PT se organizam em torno da imagem do partido, de forma que se possa efetivamente falar sobre esse partido e falar a partir de lugares discursivos atrelados a esse partido, como o lugar discursivo de candidato do PT à presidência da república. Sendo assim, nossa reflexão acerca do partido político observa o funcionamento discursivo dessa unidade que organiza em torno de si uma constelação de enunciados produzidos em diversas instâncias do discurso político.

Para operarmos nosso gesto de leitura sobre o PT, consideramos relevante observar a história da constituição desse partido que surge no período de reabertura política que antecede o fim da ditadura militar, ao lado de seu principal adversário no

âmbito das disputas presidenciais recentes, o PSDB. A partir de 1966, apenas dois partidos políticos tinham permissão para atuar, a Arena - Aliança Renovadora Nacional e o partido de oposição, o MDB - Movimento Democrático Brasileiro (FLEISCHER, 2004). O bipartidarismo tem fim no ano 1979, sendo que a ARENA se transforma no Partido Democrático Social (PDS), o MDB se transforma no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e novos partidos surgem, dentre eles o PT (FLEISCHER, 2004). Furtado (1996) destaca que o retorno ao pluripartidarismo advém de um esforço do regime militar cujo objetivo consistia em enfraquecer a oposição que, ao invés de reunir forças em torno do partido de oposição ao regime, MDB, se dividiria em partidos menores. O PSDB foi criado em 1988, durante a Assembleia Nacional Constituinte. Furtado (1996) destaca que o PSDB se funda na social-democracia, ou seja, em um processo que busca diminuir as desigualdades sociais no interior dos limites do capitalismo. Além disso, o autor lembra que o partido foi fundado por dissidentes do PMDB.

O PT, desde sua fundação, se comprometeu com a prática do socialismo, sendo que esse socialismo é materializado em uma singularidade: trata-se do socialismo petista, sustentado na luta em prol dos trabalhadores e na filiação sindicalista. Furtado (1996) destaca que o sindicalismo praticado na década de 70, período marcado pelo controle ditatorial da prática sindicalista e pelo milagre econômico promovido pela ditadura, percebeu a necessidade de operar não apenas como sociedade civil que pressiona o Estado, mas de atuar diretamente na política. Por conta disso, a organização sindical se organiza em um partido, o PT, que por representar de forma institucionalizada os interesses da classe operária pode disputar e vencer eleições.

O PT surge, assim, com o objetivo de organizar e articular determinadas parcelas da sociedade civil, em especial aquelas que antes eram marginalizadas. O partido conta com uma origem fundada no social, sendo que a organização dos núcleos de base, órgãos que garantem a democratização interna do partido, foram fundamentais para organização do PT (FURTADO, 1996). Essa característica é uma das principais responsáveis por tensões internas que atravessam o PT, o que se configura nas eleições na forma de questionamentos em torno de qual parcela do partido efetivamente assumiria o poder em caso de uma vitória petista nas eleições presidenciais.

Furtado (1996, p. 131) apresenta uma definição para o PT: “Como corporação una, o PT pode ser caracterizado como um partido de massa, democrático, de origem classista, com voz nos movimentos sociais”. O movimento que vai do surgimento do partido às vitórias nas disputas presidenciais atravessa disputas internas variadas, e um processo de construção de identidade partidária. Do manifesto de fundação do PT, Furtado (1996, p. 133) destaca três aspectos: o partido nasce das lutas sociais, as quais justificam a necessidade de existência de um partido dos trabalhadores; trata-se de um partido de massas, que luta pelo fim do controle estatal das massas populares; por fim, o partido luta pela participação política dos trabalhadores, de forma a garantir sua autonomia política, a independência sindical e os direitos trabalhistas.

3.3 Corrupção, escândalos, *lobby* e caciquismo

Nosso gesto de leitura parte de um recorte temático em torno do tema corrupção. Conforme mencionado, trata-se de uma temática que se apresenta de forma bastante recorrente, sendo a temática central das eleições 2006 e uma das questões centrais das demais eleições estudadas. Dessa forma, consideramos relevante a nossas observações buscarmos conceituar *corrupção*. Filgueiras (2008) no campo da comunicação política e Bobbio (2010) no campo da sociologia definem a corrupção como uma prática em que interesses pessoais se sobrepõem aos interesses públicos e as normas de conduta. A partir dessa definição, Filgueiras (2008, p. 78) aponta algumas práticas que podem ser consideradas corruptas: “Nepotismo, clientelismo, patronagem, desvio de recursos públicos, fraudes e todo o tipo de desonestidade do homem público”.

Filgueiras (2008) parte, assim, de uma concepção de corrupção como transgressão, e avança a partir desse pensamento cuja origem o autor marca no senso comum para refletir sobre a corrupção dentro do campo da comunicação política. Para considerar a corrupção como uma transgressão às normas que regem a política, o autor questiona a forma como essas normas se instituem, afirmando que se trata de um processo no qual normas e valores são acordados nos processos de comunicação política. Ao abordarmos essa questão do ponto de vista discursivo podemos definir a corrupção como uma transgressão a um conjunto de práticas construídas em torno do

imaginário acerca da política e do que seria um bom político. Buscamos em nossas análises não apenas observar a forma como a corrupção é discursivizada e a forma como atravessa o imaginário acerca do PT, mas também traços constituintes desse conjunto de normas a partir do qual a corrupção é significada.

Uma das formas pelas quais a corrupção é abordada em nosso trabalho consiste na análise de escândalos de corrupção, sendo assim consideramos relevante definir o que configura um escândalo. Azevedo (2010) destaca que nem toda denúncia da mídia se configura em escândalo, para considerarmos um fato político como um escândalo, é preciso que esse fato seja altamente midiaticizado e que seu desenrolar seja noticiado. Nossa concepção de escândalo, portanto, está subordinada à mídia, uma vez que um ato de corrupção, por exemplo, só se tornará um escândalo de corrupção se for descoberto e midiaticizado, com seu desenrolar noticiado passo a passo. Diversos escândalos recebem atenção da mídia, como escândalos familiares envolvendo artistas ou outros famosos, escândalos religiosos, escândalos sexuais e escândalos financeiros. Entretanto, para nossos objetivos importam apenas aqueles atravessados pelo discurso político eleitoral. Consideramos, assim, como escândalo de corrupção coberturas midiáticas acerca de acontecimentos políticos que recebem atenção por transgredirem normas de conduta estabelecidas para a política.

Outra forma de corrupção observada nas eleições estudadas consiste em uma prática conhecida como *lobby*. Saïd (1996) afirma que o termo tem sua origem na língua inglesa e, em uma de suas acepções, se refere ao *lobby* ou vestíbulo dos hotéis, espaço no qual os *lobistas*, representantes de determinado grupo social, buscavam influenciar as decisões de políticos hospedados no hotel. Santos (2007, p. 88) afirma que a prática do *lobby* tem como objetivo “influenciar as decisões tomadas pelas autoridades governamentais por meio de informação, da ação coletiva e de outras estratégias”. Nos Estados Unidos, existem leis que regem a forma como o *lobby* pode ser praticado, de forma que é relevante destacarmos que a prática do *lobby* em si não produz sentidos de ilegalidade ou corrupção, uma vez que pode ser ética e legal. É um traço constitutivo da democracia que a sociedade se divida e se organize em grupos, escolhendo representantes e lutando para que suas necessidades sejam atendidas pelo Estado. Entretanto, a forma como o *lobby* é praticado e noticiado também pode produzir efeitos de sentidos que o atrelem à corrupção, uma vez que o representante de

um grupo pode utilizar de meios ilegais ou antiéticos para conquistar benefícios para si próprio ou para o grupo que representa, prejudicando assim os demais.

Saïd (1996) define caciquismo a partir da referência aos caciques indígenas que chefiavam as tribos. O termo desliza para a política na forma dos caciques políticos, que atuavam antes do voto secreto, obrigando determinadas parcelas da população a seguir suas orientações no momento do voto. A prática do caciquismo diminuiu com a introdução do voto secreto, entretanto, a figura política do cacique ainda existe em regiões menos desenvolvidas. Os caciques políticos são figuras políticas locais que, geralmente em decorrência da posse de recursos como terras ou controle de meios de comunicação, possuem grande poder e influência sobre a política local. Esse poder pode ser utilizado para alcançar cargos públicos, eletivos ou não, ou para ajudar a eleger figuras políticas que pela prática da troca de favores favorecem os caciques.. A prática pode ser considerada corrupta na medida em que o cacique age em benefício próprio, e não em benefício daqueles que o seguem.

3. Procedimentos de construção e leitura do corpus

3.1 O funcionamento do arquivo *Acervo Folha*

Denominamos hemeroteca a seção de uma biblioteca especializada em arquivar jornais, revistas, periódicos e livros em série. Se um site disponibiliza acesso a materiais desse tipo, podemos denominá-lo hemeroteca digital. São exemplos de hemerotecas digitais o *Acervo Digital Veja* (<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>), o *Acervo Estadão* (<http://acervo.estadao.com.br/>), a *Hemeroteca Digital Brasileira* (<http://hemerotecadigital.bn.br/>), e o *Acervo Folha* (<http://acervo.folha.com.br>). Nosso trabalho se volta ao estudo do arquivo *Acervo Folha*, tomando-o, assim como aos demais, enquanto arquivo a ler, e questionando o funcionamento desse arquivo nos processos de leitura tanto do arquivo em si, quanto das publicações presentes e futuras dos veículos de comunicação que os possuem e administram. Destacamos que o arquivo *Acervo Folha* se compõe de uma memória metálica ali disponibilizada; mas também possui sua faceta no presente, na forma do jornal que está hoje nas bancas e das notícias constantemente publicadas no site do jornal; e aponta para o futuro, por um espaço já reservado para o jornal de amanhã. Observamos o lançamento desse acervo do ponto de vista discursivo, e questionamos a forma como, enquanto arquivo, se apresenta à leitura e demanda interpretações.

Durante as comemorações dos 90 anos do jornal *Folha de S.Paulo*, em 2011, o Grupo Folha lançou sua hemeroteca digital, o *Acervo Folha*, na qual constam todas as edições dos principais jornais publicados pelo grupo folha, desde o lançamento, em 1921, do jornal *Folha da Noite*. O site permite que o leitor navegue por três dos jornais do grupo Folha, procurando edições pelas datas, e apresenta também ferramentas de busca, links para impressão das páginas, compartilhamento em redes sociais, envio de páginas específicas do jornal entre outros recursos. A disponibilização do acervo se insere no acontecimento “folha 90 anos”, celebrado com uma pomposa comemoração, iniciada com cerimônia que contou com a presença de oito líderes religiosos, discurso da presidente Dilma Rousseff, cuja foto aparece como manchete do jornal no dia seguinte, do governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, do então prefeito

de São Paulo, Gilberto Kassab, do diretor de redação da *Folha de S.Paulo*, Otavio Frias Filho, além de outras personalidades do cenário nacional, e encerrada com a apresentação da Orquestra Sinfônica de São Paulo. Durante as comemorações também foi lançada a 7ª edição do livro *Primeira Página*, composto pelas 90 primeiras páginas dos jornais do grupo escolhidas pelo jornal como as páginas que noticiam os 90 mais importantes acontecimentos dos últimos 90 anos. E também o lançamento da página *Folha 90 anos* (<http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/>).

Defendemos que a existência do *Acervo Folha* significa. A disponibilização do arquivo funciona pela circulação de um imenso conjunto de enunciados que clamam interpretações. E a possibilidade de leitura desses enunciados faz com que essa interpretação (re)circule, reforçando, dessa forma, um efeito de verdade. Assim, percebemos em funcionamento um imaginário acerca da *Folha de S.Paulo* enquanto um meio de comunicação que, além de contar a verdade sobre o que acontece no dia a dia, permite uma forma de acesso à “verdade” da história, dos fatos ocorridos nos últimos 90 anos, disponíveis em uma página organizada, com ferramentas que facilitam o acesso à informação, de onde enunciam sujeitos amparados pela instituição *Folha de S.Paulo*.

No texto “Ler o arquivo hoje”, Pêcheux (1997 [1982]) reflete sobre a questão da leitura, uma questão que toma a atenção do autor no final de sua obra, e questiona a leitura de grandes arquivos em sua constituição atravessada por relações de poder e pelo papel das instituições. A leitura do arquivo mobiliza sujeitos que ocupam uma posição na qual lhes é reservado o direito de ler, o poder de produzir interpretações, enquanto outros são interpelados em posições sujeito que, pela evidência da leitura objetiva, os força a apagarem-se a si mesmos no próprio ato de sua leitura, silenciando seu trabalho e reforçando a evidência da leitura unívoca.

Pêcheux (1997 [1982]) nos lembra, portanto, que a questão do arquivo tem estreita relação com a posição ocupada pelos sujeitos, sendo que historicamente existem posições sujeitos às quais é reservado o papel de ler, de produzir leituras a serem transmitidas. O jornal *Folha de S.Paulo* enuncia de um espaço de autoridade, marcado pela reiteração constante da possibilidade de enunciar com neutralidade. Mariani (1998) discute o conceito de narratividade como um trabalho do discurso jornalístico sobre a memória que funciona pela institucionalização de dizeres, pela

estratificação de caminhos para as redes de sentido e pela interdição do deslize. A narratividade atua na “reorganização imaginária do acontecer histórico em suas repetições, resistência e rupturas” (MARIANI, 1998, p. 106). Sendo assim, as notícias do jornal ocupam, no imaginário social, o espaço do relato dos fatos, de forma que as páginas do jornal, dispostas em um arquivo, funcionam pela narratividade, instituindo uma interpretação como verdade. Sabemos, entretanto, que não existe enunciado sem sujeito e não existe sujeito sem ideologia, de forma que a história apresentada pelo jornal é uma dentre outras interpretações possíveis do real.

Pêcheux (1997 [1982]) afirma que a organização social do trabalho de leitura funciona na relação dos sujeitos com a história. Sendo assim, destacamos ainda uma vez mais que o jornal não está apenas disponibilizando seu acervo, mas sim, construindo para si o espaço de sujeito que conta a história. Pêcheux (2008 [1983]) nos lembra que o Real não existe em uma forma simples e pura, mas está condicionado à interpretação. Sendo assim, se nos perguntamos qual a história de nosso país, independente da resposta que obtivermos, estaremos diante de uma interpretação possível, e nunca de uma verdade absoluta. Entretanto, quando o sentido encontra o poder, o processo de interpretação é atravessado por um processo de imposição de sentidos. Sendo assim, o trabalho sobre a plurivocidade do sentido é substituído pela necessidade de encontrarmos a interpretação verdadeira. A busca pelo sentido unívoco opera no campo das evidências, instaurando uma necessidade de verdade que opera no campo institucional. Sendo assim, no atravessamento da leitura pelo poder, o imaginário social é construído a partir de enunciados institucionais.

A *Folha de S.Paulo* apresenta nas páginas do jornal uma interpretação da história. Funciona em cada enunciado um apagamento, mas esse apagamento também é apagado. O processo de construção de um espaço institucional da memória, o funcionamento do arquivo ligado ao imaginário acerca do jornal *Folha de S.Paulo* e da prática jornalística no geral, funciona, fazendo com que *uma memória* signifique como *a memória*. O suporte institucional, assim, pode fortalecer uma memória em detrimento de outras, fazer uma interpretação do Real funcionar na imposição de leituras unívocas.

Conforme discutido anteriormente, Orlandi (2002, 2005, 2010) apresenta uma distinção entre: a memória discursiva, que opera por meio do esquecimento; a

memória de arquivo, que opera por meio da lembrança aliada à instituição, impedindo o esquecimento; e a memória metálica, que por meio do excesso de enunciados, apaga a interpretação, saturando os enunciados com evidências de sentidos que funcionam pela repetição. Acreditamos que o funcionamento de um arquivo como a *Folha de S.Paulo*, envolve o trabalho da memória de arquivo e da memória metálica: trata-se de um trabalho do arquivo sobre a memória de tal forma que o arquivo substitui a interpretação, saturando os sentidos com evidências, sobrepondo-se ao funcionamento mesmo da memória e suprimindo o trabalho da metáfora. A memória metálica funciona na medida em que, ao invés de remeter os enunciados à história, remete os enunciados à própria memória. Não há necessidade de recorrer a fontes plurais, a própria *Folha* conta a história do país, e sua história. Trata-se, portanto, de um retorno do arquivo sobre si mesmo, a memória metálica retoma a própria memória. Ao invés de apontar para a história, a memória metálica se retroalimenta. Trata-se de um espaço de imposições de leitura, o que foi uma leitura possível agora se apresenta como verdade, é um processo de homogeneização da leitura. É preciso ler o arquivo para além das evidências.

Pêcheux (1997 [1982]) retoma uma vez mais a questão da oposição entre univocidade e plurivocidade para nos fazer um alerta: “o risco é simplesmente o de um policiamento dos enunciados, de uma normalização asséptica da leitura e do pensamento”. É preciso questionar em que medida a normalização asséptica da leitura e do pensamento podem atuar na construção de uma identidade de nação, de uma verdade sobre a história, sobre a política e sobre todo o resto, uma vez que o imaginário constrói para a mídia o papel de dizer tudo sobre tudo, sendo que o que não vira notícia não acontece. Vale uma ressalva: sabemos que a *Folha* não é onipresente, nem é o único meio de comunicação a dispor de um arquivo em que institucionaliza sua verdade sobre a história, entretanto, descrevemos aqui um funcionamento discursivo, relevante na medida em que explica o funcionamento desse tipo de arquivo, e impõe, por sua vez, ressalvas à sua leitura.

3.2 Coleta e sistematização do *corpus*

O presente trabalho encontra sua origem no desejo de investigar a produção de efeitos de sentido ao longo da história nas páginas do jornal *Folha de S. Paulo*. Por interesse pessoal, nos vimos diante do *Acervo Folha*, lendo textos antigos do jornal. Em meio a essa leitura percebemos que determinados textos poderiam ser republicados sem nenhuma alteração em mais de uma eleição. O despertar de nossa proposta surgiu, portanto, na leitura de textos antigos do jornal e em uma estranha familiaridade causada por esses textos. Ao transpormos essa inquietação pessoal para um questionamento acadêmico, e munidos do aparato teórico metodológico da AD, percebemos a necessidade/produtividade de um estudo atravessado pela memória discursiva. Em uma investida inicial, ao observamos as eleições presidenciais brasileiras, podemos perceber um claro marco que separa a eleição de 1985 e as que a precedem das eleições de 1989 e as que a sucedem. Após o período ditatorial, as eleições diretas passam a ser ambientadas na e constituídas pela mídia, de forma tal que, desde então, temos 6 eleições com alguns traços semelhantes que marcam suas condições de produção. Uma vez que nosso interesse, enquanto pesquisadores, reside justamente no entremeio mídia e política, decidimos focar nossa atenção nessas seis eleições.

Nossa empreitada, entretanto, nos deixa em posse de uma extensiva quantidade de material a ser analisado, de forma tal que propomos uma metodologia de seleção do material, caracterizando já nesse ponto o batimento entre teoria e análise que é fundamental a um trabalho de AD, uma vez que partimos do manuseio de nosso *corpus* e das inquietações que nos movem para a reflexão teórica, a qual nos muniu dos meios necessários para iniciarmos nossos recortes e darmos continuidade a nosso trabalho. Sendo assim, decidimos direcionar nosso gesto de leitura ao funcionamento da imagem do PT na *Folha de S. Paulo* nas eleições em que esse partido protagoniza a disputa ao lado do PSDB, pois dessa forma podemos nos munir do conceito de contradição e observamos a constituição do imaginário do PT também pela contradição com o PSDB. As eleições presidenciais analisadas serão as dos anos de 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010.

O trabalho com o *corpus* se iniciou pela construção de um banco de dados dos textos estudados, o que foi feito salvando digitalmente as páginas da *Folha de S.Paulo* que poderiam ser foco de nossa atenção a partir do acervo digital disponibilizado pelo jornal no endereço eletrônico www.acervo.folha.com.br. Devido ao grande volume de material publicado pelo jornal ao longo de cinco eleições, propomos um recorte inicial para tornar viável nossa pesquisa. Inicialmente, recortamos um período determinado de publicações. Como as três últimas eleições presidenciais foram disputadas em dois turnos, estudamos apenas o segundo turno, quando a oposição entre PT e PSDB é intensificada. Como os segundos turnos duram pouco menos de um mês, para as eleições de 1994 e 1998, decididas no primeiro turno, contaremos, regressivamente, 25 dias a partir do resultado das eleições, de forma que o volume de material para as cinco eleições seja semelhante.

Além dos recortes já mencionados, delimitamos também os cadernos a serem estudados. Optamos por incluir em nosso trabalho as páginas A1 (primeira páginas) e A2 (editoriais) dos jornais. Além dessas páginas, fazem parte de nosso trabalho, quando disponível, o caderno especial das eleições, e quando não disponível, o primeiro caderno do jornal. Nossa primeira entrada no *corpus* se deu por meio da leitura das páginas A1 e A2 dos dias selecionados para composição do *corpus*. A partir dessa leitura e do trabalho inicial com o estado da arte, operamos nosso primeiro gesto de leitura, o qual se deu na delimitação temática de nosso objetivo. Por conta da relevância do tema corrupção nas últimas duas eleições estudadas decidimos delimitar nossa problematização no funcionamento do imaginário acerca da corrupção no PT, e levantamos a hipótese de que existe uma mudança na forma como a corrupção é discursivizada nas duas últimas eleições quando comparadas com as demais.

Em um segundo momento, operamos a leitura integral do material que compunha nosso *corpus* e a seleção dos textos que se referiam à corrupção. Por fim, de posse desses textos, operamos a seleção de sequências discursivas que poderiam vir a integrar nossas análises. As sequências foram sistematizadas a partir das redes de sentido que compunham, de forque que organizamos nossas análises a partir de regularidades discursivas instauradas em uma ou mais eleições. As sequências discursivas encontradas no *corpus* estão dispostas nos anexos desse trabalho. Os enunciados que foram analisados no texto encontram-se em destaque no anexo, e para

esses enunciados apresentamos também o texto completo do qual as sequências foram retiradas e a página inteira do jornal.

Um segundo gesto de leitura se deu na forma da organização de nosso trabalho. Dividimos as cinco eleições em três grupos distintos. Inicialmente agrupamos as eleições de 1994 e 1998, nas quais o tema corrupção no PT não foi preponderante. As eleições 2002 constituem nosso segundo grupo, um momento em que o tema corrupção no PT passa a ganhar força. Por fim, as eleições 2006 e 2010 são marcadas pelo tema corrupção apresentado na forma de escândalos políticos.

4. Eleições 1994 e 1998

Após o a ditadura militar brasileira que teve seu início com o golpe militar de 1964, um presidente é eleito pelo voto direto pela primeira vez nas eleições de 1989. Dentre os traços que constituem as condições de produção dessa eleição destacamos, a partir de Santos (2009), o funcionamento de uma imagem para o candidato Lula sustentada em efeitos de sentidos oriundos de uma memória da esquerda política no Brasil: o não pagamento da dívida externa e a efetivação da reforma agrária. Pesquisas realizadas no campo dos estudos da mídia consideram a midiaticização das eleições de 1989 como fortemente tendenciosa, incluindo a edição de debates políticos (CHAIA, 2004). De forma geral, estudiosos da mídia afirmam que a campanha de Fernando Collor de Mello aliada à forma como o pleito foi midiaticizado produziram efeitos de sentido em torno do candidato como algo novo para a política nacional, como uma opção que os eleitores buscavam para condução do país.

Iniciamos nosso gesto de leitura pela retomada de trabalhos de estudiosos da mídia e da AD que lançam um olhar para alguma das disputas políticas que estudamos de forma a retomarmos as condições de produção de cada pleito. Nas eleições de 1994, Chaia (2004) destaca o sentido de medo relacionado a Lula e sua suposta incapacidade de estabelecer alianças políticas com outros partidos caso vencesse as eleições, sendo que esse medo se materializa na midiaticização da campanha produzindo efeitos de sentido de que um eventual governo Lula não teria força política para conduzir o país. Santos (2009) aponta para o início de uma mudança de postura de Lula que produz sentidos na mídia de forma tal que a imagem de político incapaz de se aliar aos demais passa a ser apagada em prol de uma imagem conciliadora. A afirma ainda que a aproximação de Lula com o marqueteiro Duda Mendonça consiste em um indício dessa mudança de postura, e destaca, entretanto, que o partido não aceita a participação do marqueteiro na campanha de 1994.

Em relação a nossa temática, a corrupção no PT, destacamos, com base na leitura de nosso *corpus* e a partir de Santos (2009), que nas eleições de 1994, escândalos de corrupção envolvendo políticos se constituíam como uma regularidade na campanha brasileira, sendo que, nessas eleições, os escândalos divulgados envolviam, na maioria dos casos, membros do PSDB. A autora destaca, entretanto,

que essas eleições foram marcadas por um distanciamento da mídia em relação à campanha que não enfocou esses escândalos da mesma forma que em outras eleições. Um dos escândalos midiáticos durante as eleições ficou conhecido como caso Ricupero, em referência a Rubens Ricupero, que assumiu a pasta como ministro da fazenda no momento em que FHC deixa o cargo para concorrer à presidência. O então ministro afirmou em conversa com um repórter que os reais índices de inflação não estavam sendo divulgados para não prejudicarem a campanha Tucana. A conversa foi captada por meio de antenas parabólicas sem o conhecimento de Ricupero. Outro escândalo presente nas eleições 1994 foi o caso Lucena, referente ao senador Humberto Lucena que, na busca pela reeleição, utilizou a gráfica do senado para imprimir propaganda eleitoral, caracterizando, assim, uso da máquina pública em benefício próprio.

A respeito das eleições de 1994, Menezes (2000) aponta dois marcos iniciais da campanha vitoriosa de FHC. Um desses marcos foi a articulação, pelo candidato, de uma ampla base de apoio sustentada em personalidades diversas e partidos que não compunham sua coligação. Paulo Maluf é citado como exemplo desse apoio, uma vez que havia se lançado candidato à presidência e se retirou do pleito no mesmo dia em que FHC anuncia sua candidatura. O autor afirma que a formação dessa base de apoio instaurou um sentimento antiLula no cenário político nacional, e também que a permanência de Lula, enquanto representante da esquerda, na dianteira das pesquisas de opinião a partir do *impeachment* de Fernando Collor de Melo, instaura o desejo de consagrar uma liderança antiLula com representatividade nacional e possibilidade de vencer as eleições. Um segundo ponto, consistiu no lançamento oficial da candidatura em março de 1994, quando o “Plano de Estabilização Econômica”, que instaura o Real como moeda nacional, havia sido aprovado pelo congresso. Menezes (2000) afirma que, na esteira da criação do real, o candidato do PSDB sustentou sua campanha nos resultados positivos da implantação da moeda, de forma que ao mesmo tempo em que circulava na mídia a imagem de FHC como pai do Real, se produziam efeitos de sentido em torno de Lula como um candidato que se opunha à moeda. Chaia (2004), por sua vez, analisa a propaganda eleitoral do PSDB, a qual também se organizou em torno da produção de sentidos para Lula como um opositor ao plano real e, portanto, à

estabilidade trazida por este plano, explorando o medo de que, em um eventual governo Lula, o Brasil seria uma vez mais assolado pelo problema da inflação.

Além das eleições de 1994, abordamos nesse item também o processo eleitoral de 1998. Santos (2009) afirma que no início da preparação da campanha de 1998, Lula demonstrou o desejo de não se candidatar à presidência, entretanto, o partido inicia um movimento de ampliação de sua base de apoio, e diante desse fato, Lula decide se candidatar uma vez mais. Os estudiosos da mídia, segundo Rubin (2004, p. 9) consideram as eleições de 1998 como “uma eleição que não existiu”, uma vez que durante esse pleito observou-se um baixo índice de cobertura midiática acerca das eleições. Uma das marcas desse processo é a não cobertura da agenda dos presidencialistas. O autor também destaca a mudança da legislação eleitoral que diminui o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão. Tal fato também foi constatado em nossa leitura do *corpus*, uma vez que dispomos de uma quantidade consideravelmente menor de sequências discursivas nas eleições de 1998 quando comparada às demais eleições.

4.1 Corrupção na política: o desvio tomado como norma

Iniciaremos nosso gesto de leitura abordando o funcionamento do imaginário acerca da corrupção na política. Consideramos relevante a nossos objetivos de pesquisa a compreensão do funcionamento da imagem acerca da corrupção na política, para, dessa forma, melhor compreendermos o funcionamento da imagem acerca da corrupção no PT. Para tanto, centramos as análises do presente item nos enunciados que significam a corrupção sem tocar em um ou outro partido especificamente, ou então como uma prática que atravessa todos os partidos políticos, incluindo mas não se limitando ao PT. Iniciaremos nossas análises com uma sequência discursiva produzida nas eleições de 1994. A SD1 foi retirada de um editorial intitulado “Volta, Collor” assinado por Clóvis Rossi:

SD1

Fora isso, é tudo tão ridículo que dá até uma certa saudade de Fernando Collor. Por ser farsante profissional, dava à sua farsa uma qualidade que os farsantes amadores de hoje não conseguem

alcançar, por mais que tentem. (FSP, 14/09/1994, p. A2 – Anexo I, p. 103)

A SD1 consiste no último parágrafo de um texto que aborda o caso Ricupero, em especial as reações às palavras do então ministro que foram gravadas sem seu conhecimento e circularam na mídia. Partindo de uma definição da corrupção enquanto uma prática em que sujeitos políticos objetivam ganhos pessoais ao invés do bem público, consideramos a postura do ministro Ricupero, que faz uso de seu cargo para manipular informações a respeito da economia do país de forma a beneficiar seus aliados políticos, como uma prática corrupta. A partir dessa remissão a um comportamento que podemos denominar como corrupto, afirmamos que o texto é atravessado pela imagem acerca da corrupção na política nacional ao mesmo tempo em que a constitui.

Temos na sequência uma adjetivação da forma como o caso repercute no cenário nacional: *Fora isso, é tudo tão ridículo*. O pronome *isso* retoma o que foi dito no texto, ou seja, as reações favoráveis e contrárias à postura de Ricupero. Dessa forma, o enunciado produz um efeito de exclusão da classificação de ridículo, distanciando-se, nesse ponto, do comentário restrito ao caso em foco, uma vez que a adjetivação *ridículo* não recai sobre o que foi comentado no texto, mas sobre a política como um todo, materializada pelo termo *tudo*. Assim, em *tudo é tão ridículo*, o enunciado se abre enquanto ponto de deriva à interpretação, uma vez que podemos interpretar *tudo* como remissão ao caso Ricupero e seus desdobramentos, como remissão a todos os casos em que políticos agem em benefício próprio, ou até mesmo como a política em si.

Além disso, a sequência mobiliza a memória do ex-presidente Fernando Collor, cuja atuação política resultou em um *impeachment*. Passetti (1999) trabalha a ironia em uma perspectiva pragmática, abordando a presença de dois locutores, um locutor sério e um locutor absurdo, de forma tal que a ironia somente ocorre quando o leitor é capaz de ativar os dois locutores em sua interpretação. A partir dessa concepção, podemos tomar o enunciado *dá até uma certa saudade de Fernando Collor* como irônico, pois podemos perceber no enunciado um enunciador sério, que afirma ter saudade de Collor, ao lado de um enunciador absurdo, que não tem saudade alguma de Collor, e se marca na explicação do motivo pelo qual o locutor tem saudade do ex-

presidente: não se trata de um político honesto, mas sim de um político corrupto que é farsante com qualidade. Sendo assim, o enunciado se constrói em torno de uma saudade irônica de Fernando Collor. Ao abordar não uma política de qualidade mas sim uma política em que a farsa tenha qualidade, o enunciado lida com a imagem da política enquanto constitutivamente corrupta, de forma que o cidadão almeja que o país seja conduzido por indivíduos capazes de fingir que são honestos. O enunciado produz um sentido de profunda descrença na política, materializado na mobilização da memória de um ex-presidente cujo mandato foi interrompido como resultado de uma mobilização popular, e no fato de que a figura de Collor é introduzida, ironicamente, como modelo de presidente.

A sequência SD2 também foi retirada das eleições de 1994 e aborda a questão da corrupção como uma prática que encontra seu respaldo justamente no fato de ser largamente praticada na política nacional. Trata-se de um editorial escrito por Gilberto Dimenstein, intitulado “É injusto?”. Nesse texto é retomada, na forma do discurso direto, a fala de Humberto Lucena, que enuncia de uma posição discursiva que congrega seu cargo de senador com o de candidato ao senado, pois disputava a reeleição. Conforme levantado anteriormente, o caso Lucena gira em torno do uso indevido da máquina pública para fins eleitorais.

SD2

Ao se defender, Lucena escudou-se na noção de **normalidade** – ou seja, se “todos fazem, também posso fazer”. **É a suposição de que a banalização do delito o transforma em legal.** O argumento costuma ser repetido quando a vítima tem poder – e muitas vezes funciona. Foi usado e abusado, por exemplo, pelos políticos e empresários que passaram pelas CPIs. (FSP, 16/09/1994, p. A2 – Anexo IV, p. 187)

Destacamos nessa sequência a formulação *É a suposição de que a banalização do delito o transforma em legal*. Ao operarmos um olhar discursivo sobre esse enunciado, questionamos as condições de produção que permitem sua aparição. Para que se possa discutir em que medida a prática em larga escala de determinado comportamento o justifica ou não, é preciso enunciar a partir de uma memória que funciona pela crença na prática em larga escala desse comportamento. Ou seja, independente dos sentidos que se produzem em torno dessa questão, para que se possa

discutir se a prática generalizada do uso da máquina pública e da corrupção como um todo justifica ou não essa prática, é preciso que funcione acerca da política um imaginário que considera a corrupção como uma prática comum, normal. O termo *normalidade* materializa nesse enunciado um traço constitutivo da imagem acerca da política nas eleições 1994 e 1998, trata-se de uma imagem em que a corrupção é tomada como norma e não como desvio de conduta, ou seja, o enunciado produz efeitos de sentido a partir do atravessamento de uma imagem da política enquanto constitutivamente corrupta.

A SD3 foi retirada de um editorial do jornal intitulado “O ministro na calçada”, publicado nas eleições de 1998. O texto comenta uma infração de trânsito cometida pelo então ministro dos transportes, Eliseu Padilha, que, apesar de ter sido multado, utilizou seu cargo para anular a punição.

SD3

Como **tantos políticos** o fazem, o ministro **não demonstra especial apreço por leis** ou pela compostura do cargo, **a não ser que exista o risco de o deslize se tornar público**. (FSP, 26/09/1998, p. A2 – Anexo I, p. 108)

Destacamos dois efeitos de sentidos produzidos pelo enunciado, funcionando pela inserção do mesmo à rede de sentido que estamos estudando. A corrupção é significada inicialmente nesse enunciado como o desrespeito às leis: *não demonstra apreço por leis*, sendo que sua prática atinge a política em larga escala, uma vez que os praticantes de atos corruptos são significados pelo termo *tantos políticos*, retomando o que consideramos um traço marcante da imagem acerca da política nas eleições 1994 e 1998, a corrupção tomada como norma, conforme discutimos especialmente na análise do termo *normalidade* na sequência SD2. Além disso, o enunciado retoma a imagem da corrupção como uma prática em que o político busca o benefício próprio, visto que o desrespeito às leis só será tomado como prejudicial ao político no caso de *o deslize se tornar público*, ou seja, a prática da corrupção, além de ser significada como constitutiva na política, é vista como uma prática prejudicial apenas se afetar negativamente o político, sendo mediatizada e custando-lhe votos.

Após observarmos o imaginário acerca a corrupção na política nas eleições de 1994 e 1998, avançamos nosso gesto de leitura observando o funcionamento da imagem acerca da corrupção no PT nessas mesmas eleições.

4.2 Corrupção no PT: uso da máquina pública

O uso da máquina pública com objetivos eleitorais constituiu um tema recorrente nas eleições de 1994 e 1998, sendo que a circulação de acusações diversas de uso indevido de cargos e bens públicos insere tais enunciados na rede de sentidos que significa a corrupção como um traço da política nacional e também do PT. Na sequência discursiva SD4 foi retirada da primeira página de uma edição de 1994 da *Folha de S.Paulo*.

SD4

Lula usa obra da prefeitura para comício

O comício de Luiz Inácio Lula da Silva anteontem em Santos ocorreu em aterro sanitário feito pela prefeitura administrada por petistas. Lula descreveu a obra como “exemplo do que o PT realiza quando é governo”. (FSP, 08/09/1994, p. A1 – Anexo III, p. 153)

Na sequência SD4, percebemos a questão do uso da máquina pública funcionando na escolha lexical do verbo *usa* no título do texto. A prática de destacar obras realizadas por governos de um partido é comum durante as propagandas políticas. Comerciais de televisão e outras mídias utilizam constantemente imagens de obras realizadas pelo partido no governo como uma forma de provar sua eficácia e seu valor, de forma a conquistar votos. Se o mesmo comício fosse retomado pela propaganda política de Lula, a sequência discursiva funcionaria de forma diferente, produzindo sentidos a partir da remissão a uma rede de sentidos que se constituiria em torno dos bons resultados dos governos petistas. Entretanto, ao analisarmos nossa sequência a partir das condições de produção em que emerge, percebemos que o título opera um direcionamento das remissões operadas pelo enunciado. Dessa forma, a memória das benfeitorias do PT que poderia ser mobilizada pelo destaque a uma obra do partido é silenciada em prol da produção de um efeito de sentido que se constitui pela remissão à rede de sentidos que submete a prática política ao interesse pessoal do

candidato, caracterizando assim o uso da máquina pública e a retomada da obra como uma prática corrupta.

As sequências SD5 e SD6 mostram a questão do uso da máquina pública por Fernando Henrique Cardoso. Trouxemos para nossas análises sequências discursivas acerca do uso da máquina pública pelo candidato do PSDB uma vez que esse tema foi bastante recorrente nas eleições de 1994 e 1998, com grande incidência de denúncias relacionadas ao uso da máquina pública por FHC. Além disso, nesse ponto, o contraponto entre as imagens do PT e do PSDB nas eleições é produtivo para refletirmos acerca da corrupção no PT.

SD5

Fernando Henrique corre o sério risco de virar um ex-Fernando Henrique. Ele nega que tenha dito “esqueçam o que escrevi”. Mas, na prática, faz algo pior: pede que esqueçam quem foi ele. Sua campanha macula-se pelas alianças com a oligarquia mais retrograda e pela **manipulação** inescrupulosa da máquina pública. (FSP, 08/09/1994, p. A2 – Anexo III, p. 155)

SD6

A condução da política econômica brasileira parece estar se **submetendo** demasiadamente ao calendário eleitoral. Há mesmo sinais de que o pedido de socorro a organismos multilaterais e ao FMI estaria sendo postergado por esse motivo. (FSP, 18/09/1998, p. A2 – Anexo III, p. 167)

Destacamos o efeito metafórico que funciona entre *uso* (SD4), *manipulação* (SD5) e *submetendo* (SD6), significando a prática que denominamos *uso da máquina pública*, e permitindo sua inserção nas redes de sentido que circulam em torno do tema corrupção. Em *uso*, *manipulação* e *submetendo* os sentidos operam sobre o deslocamento do trabalho do político que defende os interesses da população que representa para os sentidos que significam o político que faz uso de sua posição em benefício próprio, seja para se reeleger ou auxiliar a eleição de um membro de seu partido. Por esse deslocamento percebemos o funcionamento dos sentidos que circulam em torno do uso da máquina pública como um elemento que compõe o imaginário acerca da corrupção na política, sendo que essa prática atravessa os dois principais partidos que disputam eleições presidenciais no Brasil.

4.3 Discussão

A análise das eleições 1994 e 1998 demonstrou que o imaginário acerca da corrupção em funcionamento na *Folha de S.Paulo* nessas eleições centra-se nas questões de manutenção de poder, na política praticada em benefício próprio e não em prol daqueles cujos votos foram responsáveis pelo alçamento do político ao cargo que ocupa. Além disso, a corrupção é tomada como desrespeito às leis, ou seja, é significada enquanto *delito* (SD2), desvio de conduta (*não demonstra especial apreço por leis*, SD3), sendo que a obediência ou não às leis é também submetida à lógica do benefício próprio, ou seja, funciona acerca dos sujeitos políticos uma imagem de que a lei será respeitada apenas quando lhes for favorável ou quando desrespeitá-la lhes trazer benefícios. Dessa forma, imagem da corrupção como característica intrínseca da política nacional se constitui em um traço dessas eleições. Esse traço do imaginário acerca da corrupção na política instaura redes de sentido que permitem o surgimento de enunciados em que a prática de atos corruptos é justificada no fato de que tais atos são comuns na política, de forma a apagar o sentido de desvio e cristalizar o sentido de normalidade para as práticas corruptas.

Uma forma particular de significar a corrupção nas eleições 1994 e 1998 foi a questão do uso da máquina pública. O próprio termo *usa* (SD4) denota a subversão do trabalho do político que, ao invés de fazer uso do poder que lhe foi conferido em prol da população que lhe conferiu aquele poder, o faz em benefício próprio, para garantir a manutenção do poder ou para que esse seja transferido a membros de seu partido. Notamos nessas duas eleições que a questão do uso da máquina pública já se constitui em um traço da corrupção no PT, uma vez que, apesar de Lula não ser candidato a reeleição em nenhum dos pleitos, seu papel no PT é retomado de forma que a imagem de Lula é atravessada pela questão da corrupção na forma do uso da máquina pública, sendo essa máquina pública significada na forma de cidades e estados governados por políticos petistas. Destacamos, por fim, que nessas duas eleições, o uso da máquina pública também funciona como traço do imaginário acerca da corrupção no PSDB, entretanto, conforme destacado no levantamento das condições de produção, são duas eleições em que a participação da mídia foi reduzida. Dessa forma, na interface mídia e política funciona um efeito de apagamento dos sentidos acerca da corrupção no

PSDB, ao mesmo tempo em que o uso da máquina pública se constitui como um primeiro traço do imaginário acerca da corrupção no PT.

5. Eleições 2002

As eleições presidenciais de 2002 constituem um marco no percurso da política nacional sobre o qual lançamos nosso gesto de leitura, uma vez que, conforme destaca Rubin (2004) temos de fato uma eleição ambientada pela mídia. Nesse mesmo texto, conforme apontado anteriormente, o autor afirma que as eleições de 1994 e 1998 foram marcadas por certo distanciamento da mídia em relação à disputa eleitoral, entretanto, em 2002 temos essa situação transformada, e um pleito que Rubin (2004, p. 9) resume no termo “superexposição”, cunhado por Nelson de Sá em um texto publicado na *Folha de S.Paulo*. O autor destaca a ditadura militar como um dos motivos que impede a ambientação midiática das eleições até 1985, a partir de quando a mídia passa a estreitar seus laços com a política em suas diversas facetas, inclusive a eleitoral. Os estudos sobre a interface mídia e política também despontam com considerável expressividade a partir das eleições de 2002.

Nessa eleição, Lula ocupa o primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto. Esse processo funciona na mídia uma vez que o candidato ganha visibilidade e passa a figurar com maior intensidade na cobertura midiática (SANTOS, 2009). Rubin (2004) destaca que as eleições de 2002 foram disputadas em torno das figuras dos presidentiáveis, de forma que se percebe a sobreposição do sujeito político ao cargo que ocupa, ao partido que representa e à plataforma que defende. Santos (2009), focada no estudo do corpo, ou, mais precisamente, da docilização do corpo de Lula, discute como esse corpo, enquanto superfície de inscrição do simbólico na história, integra um processo de transformação marcado nas eleições de 2002 no qual Lula abandona uma imagem em funcionamento até então, em prol de outra imagem a partir da qual vence as eleições. As mudanças em torno de Lula e do PT vão além da aparência, uma vez que circulam na mídia sentidos em torno das mudanças no discurso de Lula, de forma que afirma-se uma mudança de postura, um deslocamento do partido que vai da esquerda para uma postura de centro. Uma das hipóteses levantadas pela mídia para explicar a mudança de paradigma que as eleições marcaram foi o trabalho de Duda Mendonça, que se torna marqueteiro de Lula a partir dessa disputa. Segundo Santos (2009), o então candidato passa a deixar para trás um

discurso marcadamente de esquerda para adotar um discurso de centro-direita, o qual pode atingir um público maior.

Santos (2009) destaca ainda a circulação na mídia de comparações entre duas posturas diferentes atribuídas à Lula. De um lado, temos o candidato em 2002, com um discurso mais afinado aos interesses da maioria dos eleitores e uma postura flexível; de outro, a imagem do candidato no passado, um passado de derrotas, radicalismo e oposição ao sistema econômico vigente. Um dos grupos atingidos pela mudança de postura de Lula consiste nos empresários, na elite econômica do país, que se opõe à postura socialista de Lula. Lula foi acusado pela mídia e chamado diversas vezes a se explicar a respeito de sua mudança de postura, de discurso, a respeito das alianças historicamente incongruentes que fez durante a campanha, especialmente com o Partido Liberal (PL) do qual fazia parte o vice da candidatura de Lula, José de Alencar. Uma das materializações dessa mudança foi o surgimento da designação “Lulinha paz e amor”, que se refere a essa imagem de um Lula com o corpo dócil, alianças mais frouxas, propostas menos esquerdistas e mais filiadas ao modelo capitalista no que diz respeito à economia (RUBIN, 2004; SANTOS, 2009).

Ao lado da imagem materializada pelo termo “Lulinha paz e amor”, Rubin (2004) destaca a construção da imagem pública do Lula negociador. Cunhada no contexto de crise sócio-econômica, a imagem do negociador vai ao encontro da necessidade de articular alianças políticas com outras forças presentes no cenário nacional. Dessa forma, Lula é significado na campanha como um líder capaz de negociar soluções e comandar o país em um processo de reconstrução. Outro aspecto relevante na campanha de 2002 foi o apontamento da inexperiência de Lula no campo administrativo (SANTOS, 2009; RUBIN, 2004). A esse argumento, Lula respondia apontando sua carreira de luta sindical e suas candidaturas à presidência como um indicativo de sua capacidade e conhecimento referente às necessidades do país (SANTOS, 2009).

Santos (2009) e Rubin (2004) afirmam que a mudança de postura de Lula perceptível na vitoriosa campanha de 2002 não se configurou na forma de uma mudança brusca, antes disso, indícios dessa mudança passam a ser vistos desde 1998, o que pode indicar uma nova postura do partido, em oposição a uma jogada de marketing criada exclusivamente por Duda Mendonça.

5.1 Corrupção na política: moral

Iniciaremos a análise das sequências das eleições 2002 retomando a rede de sentidos que se constitui em torno da imagem acerca da corrupção na política. A prática do *lobby*, definida anteriormente como a influência exercida por um grupo social sobre um político, é abordada na sequência SD7.

SD7

Ligações perigosas: *Indústria automobilística cria mecanismo para financiar campanhas de políticos e preservarem o sigilo.*

Na **surdina**, montadoras engatam lobby

(FSP, 20/10/2002, p. E6 – Anexo I, p. 111)

A sequência SD7 produz um efeito de sentido para o *lobby* enquanto uma prática corrupta pois remete a uma rede de sentidos que, pelo uso de termos como *surdina*, que implica a necessidade do *lobista* agir escondido, e a adjetivação *perigosas* associada ao termo *ligações*, que significa possíveis consequências negativas advindas do jogo de influências entre a indústria automobilística e os políticos cuja campanha foi financiada. O enunciado compõe uma notícia acompanhada de uma ilustração na qual o mapa do Brasil é mostrado com indicações de esquemas de lobby e o local onde acontecem (imagem na página 110). Destacamos principalmente o fato de que esquemas de lobby são mostrados em todas as regiões do país, e também o grande número de partidos envolvidos nesses esquemas. A partir disso, percebemos o funcionamento da rede de sentidos que significa a corrupção como um traço constitutivo da política nacional.

A sequência SD8 foi retirada de um editorial assinado por Eliane Cantanhêde, intitulado “Matar ou morrer”.

SD8

O militar não pode torturar, o jogador de futebol não pode quebrar pernas alheias, os políticos não devem meter a mão no meio nem inventar dossiês. Mas candidatos podem e devem forçar comparações, enaltecendo suas qualidades e evidenciando os defeitos dos adversários. (FSP, 11/10/2002, p. A2 – Anexo I, p.117)

A sequência SD8 funciona pela remissão a um conjunto de práticas, *torturar*, *quebrar pernas alheias*, *meter a mão no meio* e *inventar dossiês*, as quais são significadas como pertencentes a um conjunto de atitudes que não condizem com o

imaginário do que deve ser um *militar*, um *jogador de futebol* e *os políticos*. Quando se pensa no papel de um militar, cujo dever é de proteger a nação, espera-se que não torture, entretanto a memória da ditadura militar, bem como outras memórias da forma como o exército atua quando chamado a ação, significam esses sujeitos como torturadores. Da mesma forma o enunciado mobiliza a memória do jogador de futebol que em uma jogada desleal quebra a perna de um jogador adversário, ainda que o esporte seja por constituição uma forma amistosa de resolução de conflitos. No tocante aos sujeitos políticos, duas práticas são retomadas, *meter a mão no meio* e *inventar dossiês*. Em *meter a mão no meio*, destacamos o vazio deixado após o termo *meio*, em que funciona uma memória da política nacional como constitutivamente corrupta, produzindo um efeito de sentido de que os políticos habitualmente *metem a mão no meio* do dinheiro público. Além disso, outro traço do imaginário acerca da corrupção na política se materializa em *inventar dossiês*, sendo que o termo *invenção* produz efeitos de sentido em torno da mentira como característica da política nacional. O sentido opera por um funcionamento marcado pela estrutura *não deveria mas faz*: o militar não deveria torturar, mas tortura; o jogador não deveria cometer faltas, mas comete; os políticos não deveriam ser corruptos, mas são.

A sequência SD9 foi retirada de um texto escrito por Nelson de Sá, em um espaço reservado a comentários sobre a mídia, intitulado “Tudo, menos anjo”.

SD9

O âncora Boris Casoy, diante dos movimentos de Lula e José Serra por apoio, comentou, em relação aos cortejados que criam dificuldades para vender facilidades:

-Em política tem de **tudo, menos** anjo. (FSP, 10/10/2002, p. E2 - Anexo I, p. 115)

Na SD9, última sequência que trazemos para discussão nesse item, apontamos a forma como o enunciado, ao se constituir por pontos de deriva, se abre à interpretação, de forma tal que se insere em redes de sentido e, ao retirar seus sentidos dessas redes, as modifica e as constitui. O enunciado não aborda a questão da corrupção como tema central, mas sim a questão das alianças que os políticos buscam para conquistarem a vitória no segundo turno e a forma como ocorrem as negociações em torno dessas alianças. A partir desse fato, temos reproduzida em citação direta no texto, e também como título, a fala do Jornalista Boris Casoy, que faz uso do termo

anjo como um oposto da caracterização dos políticos brasileiros. A emersão do termo *anjo* aponta para dois funcionamentos que interessam à nossa análise. Inicialmente, temos uma caracterização da política que opera pela negação: o que se tem em política compreende tudo o que não se caracteriza como as práticas de um *anjo*. Percebemos nesse enunciado a abertura à interpretação mencionada, ou seja, o uso do termo *anjo* apaga do campo da possibilidade de caracterização dos políticos termos como *bom, justo, guardião*, sendo que este último, alçado ao campo das interpretações silenciadas pela relação com *anjo da guarda*, significa diretamente a não realização plena do trabalho do político que deveria zelar pelos que nele depositaram seu voto. Nessa sequência, notamos no campo dos sentidos que caracterizam o político, a presença da questão da corrupção, de forma que na compreensão desse enunciado percebemos a possibilidade de inseri-lo na rede de sentidos que aborda a questão da corrupção, de forma tal que a questão da moral e dos bons costumes passa a compor essa rede no campo do que se espera de um político, de forma tal que a corrupção passa a ser significada não apenas como um ato criminoso, mas também um ato imoral.

Avançando nosso gesto de leitura sobre as eleições 2002, lançaremos nosso olhar para a rede de sentido que se organiza em torno da imagem do PT como um partido corrupto.

5.2 Corrupção no PT: uso da máquina pública e moralidade

A sequência SD10 foi retirada de um texto que aborda o uso da máquina pública por candidatos do PT.

SD10

Petistas usam cesta básica a favor de Lula

Coordenadores do programa de distribuição de cestas básicas do governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio, o Zeca do PT, têm feito reuniões com moradores pobres nos bairros de Campo Grande para pedir votos a Luiz Inácio Lula da Silva e Zeca, candidato à reeleição. O programa distribui 60 mil cestas por mês. (FSP, 20/10/2002 – Anexo II, p. 135)

Destacamos nessa sequência a inserção a uma rede de sentido que atravessa também as eleições 1994 e 1998, significando a corrupção pelo uso da máquina

pública e o PT como um partido que se beneficia da máquina pública na disputa de votos. Dessa forma, podemos observar a manutenção de um imaginário acerca da corrupção como uma prática em que o político age em benefício próprio, utilizando do cargo que ocupa para se manter no poder ou auxiliar seus aliados na conquista de votos, materializada em *usos*, que remete ao termo *uso* estudado na sequência SD4. Além disso, percebemos também a manutenção do imaginário acerca do PT como um partido corrupto pois, ainda que Lula não seja presidente, tira proveito do poder de membros do partido, como o governador Zeca do PT citado no texto.

A sequência SD11 foi retirada de um texto que noticia declarações de José Serra.

SD11

Os discursos, incluindo o de Serra, foram duros com o PT e tentaram animar a militância, diante do mal desempenho de Serra nas pesquisas: “**O PT tem duas caras**: a da TV e a do MST”, disse o candidato, que afirmou ainda que há o PT da “tropa de choque”, do Rio de Janeiro. (FSP, 20/10/2002, p. E4 – Anexo I, p. 119)

Avançamos nossa análise pela remissão sequência SD11 à rede de sentidos que analisamos no item anterior. O imaginário acerca da corrupção que funciona na *Folha de S.Paulo* as eleições 2002 mobiliza sentidos que advém do confronto com questões morais. Inserido nessa mesma rede, o enunciado *o PT tem duas caras* produz um efeito de sentido para o PT como imoral, um partido que não é digno de confiança, e portanto, não merece o voto da população e o espaço da Presidência da República. Trata-se de uma fala de Serra retomada pelo jornal e citada entre aspas, o que produz um efeito de distanciamento do jornal para com a declaração. A esse respeito apresentamos duas considerações. Primeiramente, ainda que a fala esteja citada entre aspas, o fato de o jornal escolher esse enunciado e não outros para reproduzir é sintoma do imaginário que circula a respeito do partido. Em segundo lugar, é justamente esse imaginário que buscamos analisar em nosso gesto de leitura, dessa forma, o que nos interessa observar aqui é o fato de que a remissão a uma rede de sentido que desloca os sentidos da corrupção do campo político propriamente dito, o que implica os campos legal e criminal, para um universo de sentido que circula em torno da moral, permite que a adjetivação do partido como um partido de duas caras seja possível. Não apenas por resvalar na questão da corrupção, mas pela possibilidade

de pensar a política pela moral, é que o sintagma *duas caras* significa nas eleições 2002, produzindo efeitos de sentidos que vão de encontro à confiança da população no PT que é significada pelas pesquisas de opinião.

5.2.1 O caciquismo político

Os efeitos de sentido que abordaremos aqui se organizam em torno das figuras públicas conhecidas como caciques. Iniciamos nossas análises pela sequência SD12, uma fala de FHC retomada pelo jornal. Essa frase é retomada em destaque, na página A2 da *Folha de S.Paulo*.

SD12

“Graças ao meu estilo de governar, pouco a pouco as oligarquias, **os caciques foram perdendo centralidade na política**” (FSP, 09/10/2002, p. A2 – Anexo II, p. 144)

Destacamos que essa página é reservada aos editoriais, ou seja, um espaço reservado para exposição de opiniões, inclusive a do jornal, que publica diariamente um editorial sem assinatura, ou seja, um texto que produz um efeito de opinião do jornal. Além dos editoriais, são sempre publicadas na página A2 frases que o jornal destaca. No dia 09 de outubro de 2002, data da publicação da sequência SD12, o editorial do jornal, intitulado *O revés dos caciques*, discute o fato de que diversas figuras políticas consideradas como caciques não foram eleitas ou reeleitas no primeiro turno das eleições, considerando esse fato como um avanço da democracia brasileira. Ao lado desse texto figura a frase de FHC na qual o candidato à reeleição chama para si a responsabilidade pela diminuição do poder dos caciques brasileiros. Destacamos a justaposição desses enunciados em uma mesma página do jornal, de forma que a organização dessas sequências na página do jornal também funciona discursivamente, organizando as redes de sentido que operam em torno do tema da corrupção e tornando possível um efeito de sentido que signifique FHC como um político que luta contra os caciques, e que a diminuição destas figuras é resultado do trabalho de FHC na presidência.

SD13

FHC exalta queda de caciques

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse **achar “extraordinário” que caciques tradicionais da política brasileira**

não tenham sido eleitos –casos de Paulo Maluf, em SP, Newton Cardoso, em Minas, e Fernando Collor, em Alagoas.

“**Agora vejo até que as forças oligárquicas**, talvez para tentar sobreviver, **correm para o Lula** [presidenciável do PT]”. (FSP, 08/10/2002, p. A1 – Anexo II, p. 141)

SD14

Outra característica de um eventual governo Lula será a **influência de caciques regionais que apoiaram o petista**. (FSP, 27/10/2002, p. E3 – Anexo II, p. 138)

Na sequência SD13 percebemos uma vez mais um efeito de sentido que alinha FHC a uma discursividade contrária ao caciquismo. Pela paráfrase, podemos partir de *P1: achar extraordinário que caciques não tenham sido eleitos* para *P2: achar desprezível/ detestável/ péssimo que caciques se elejam*, e por fim para *P3: desprezar/ detestar caciques*. Dessa forma, percebemos a cristalização de um imaginário que afasta os caciques de FHC. Na sequência, a declaração avança produzindo sentidos que cristalizam a proximidade dos caciques com Lula: *P'1: agora vejo até que as forças oligárquicas... correm para o Lula*. No enunciado SD12 percebemos que nas declarações de FHC os caciques são representantes de oligarquias, o que permite operar uma paráfrase em direção a *P'2: agora vejo até que os caciques... correm para Lula*. Dessa forma, a declaração de FHC mobiliza sentidos que, para além de afastar as práticas atreladas ao caciquismo de sua figura política, as aproxima do candidato da oposição. Por fim, a sequência SD14 cristaliza a organização dessa rede de sentidos relegando ao PT o espaço discursivo do caciquismo. Ao afirmar que *a influência de caciques regionais* será uma *característica* do governo Lula, o enunciado materializa a contradição que significa FHC como contrário à influência dos caciques e Lula como dependente, e por consequência favorável, a essa mesma prática.

O caciquismo se constitui em uma prática sustentada na troca de favores e no jogo de influências. Sendo assim, compreendemos que o caciquismo constitui uma prática imoral por se tratar da exploração do mais fraco, possuindo, assim uma discursividade atrelada à questão da corrupção. Dessa forma, o contraponto entre FHC e Lula materializado nos sentidos sobre o caciquismo produz um imaginário para FHC de moralidade, de luta contra as práticas atrasadas e imorais da política nacional, enquanto produz, pela contradição, um imaginário para Lula de dependência dessas práticas, e portanto de uma eventual prática política atravessada pelo jogo de influências, pela falta de moralidade e, por consequência, pela corrupção.

5.3 Discussão

Nas eleições de 2002 percebemos a manutenção de um imaginário acerca da corrupção na política significada como uma prática que atinge a política nacional como um todo. Dessa forma, notamos a constituição de uma rede de sentidos que atravessa três eleições presidenciais. Considerando os enunciados como constituídos por pontos de deriva, percebemos a constituição de uma rede entre os termos *normalidade* (SD2, 1992), *tantos políticos* (SD3, 1998) e *tudo menos anjo* (SD9, 2002), ao lado do mapa do Brasil pontuado em todas as suas regiões com casos de *lobby* significados como corrupção (SD7, 2002), de forma tal que um efeito de sentido da corrupção como característica nacional se instaura enquanto memória, atravessando a interpretação de diversos outros enunciados. Além disso, percebemos também um deslocamento na forma como a corrupção é significada nessas eleições. A questão da ilegalidade, característica das eleições 1994 e 1998, é apagada, enquanto a corrupção passa a ser observada do ponto de vista da moralidade. Os efeitos de sentido produzidos pelos termos *deve* (SD8) e *anjo* (SD9) constroem uma imagem da corrupção como desrespeito à moralidade, às normas de conduta que refém a sociedade.

Quanto a corrupção no PT, tomamos as eleições 2002 como um momento transitório. Os sentidos acerca da corrupção no PT, de um lado, funcionam pela manutenção de um imaginário estabelecido nas eleições anteriores. Destacamos, entretanto, que o deslocamento apontado no estudo da corrupção na política funciona também no imaginário da corrupção no PT. A imagem acerca do PT nessas eleições funciona a partir do questionamento acerca da forma como o partido conduzirá a política quando chegar ao poder, se submeterá ou não sua prática às propostas que sustentaram a fundação do partido, o que se materializa no termo *duas caras* (SD11). Além disso, percebemos no pleito de 2002 um imaginário que organiza sentidos em torno de Lula e FHC atrelados ao caciquismo, o qual consideramos uma prática imoral. O contraponto entre os dois sujeitos políticos mostra como as redes de sentido se organizam nessas eleições de forma tal que se constitui para FHC um imaginário ligado à moralidade e a Lula um imaginário ligado à imoralidade e, pelo deslize, à corrupção.

6. Eleições 2006 e 2010

As eleições de 2006 e 2010 foram marcadas pela presença de escândalos de corrupção, os quais constituem tema recorrente na cobertura midiática de assuntos políticos. O ano de 2005 foi marcado por um escândalo que ficou conhecido como mensalão, ou mensalão do PT, uma vez que outros escândalos políticos também receberam a denominação mensalão com outras determinações. Na esteira desse escândalo, até mesmo a possibilidade de *impeachment* de Lula veio à tona (BOLAÑO E BRITO, 2010). O caso mensalão atravessou a produção midiática das eleições 2006, tornando a corrupção no formato de escândalos um dos temas mais recorrentes da campanha. A eleição presidencial 2006 foi polarizada por Lula, que se reelegeu ao final do segundo turno do pleito, e Geraldo Alckmin, candidato do PSDB. Rennó (2007) retoma os resultados de pesquisas realizadas pelo Estudo Eleitoral Brasileiro, as quais apontam que, segundo os eleitores, a corrupção e escândalos decorrentes foram o mais relevante tema da campanha 2006.

Ao lado das diversas denúncias de corrupção, as eleições de 2006 foram marcadas por uma economia promissora, com juros baixos e aumento da oferta de emprego. Nesse contexto, Lula se apresentava como candidato protetor dos pobres e Alckmin como uma opção para moralizar a política (SILVA, 2008), sendo relevante destacar que nas eleições 2002 a imagem da corrupção foi construída justamente em torno da questão moral. Lula não participou dos debates organizados no primeiro turno das eleições, entretanto, investiu intensamente em suas aparições na mídia durante o segundo turno, participando dos debates e se dedicando intensamente às eleições (BOLAÑO E BRITO, 2010).

As eleições 2006 foram marcadas por dois grandes escândalos políticos, a saber o escândalo das sanguessugas e o escândalo do dossiê. O escândalo das sanguessugas, ou máfia das ambulâncias, envolveu membros de diversas agremiações partidárias, especialmente do PSDB, e consistiu em um esquema que fraudava a venda de ambulâncias. A partir da montagem de empresas fantasmas, os envolvidos fraudavam as licitações e entregaram mais de mil veículos, movimentando cerca de R\$ 110 milhões (BOLAÑO E BRITO, 2010). O maior escândalo das eleições 2006 ficou conhecido como escândalo do dossiê, e se referiu a um dossiê produzido contra José

Serra, então prefeito da cidade de São Paulo e candidato à Governador do Estado de São Paulo. O dossiê continha fotos e vídeos em que José Serra aparece em uma entrega de ambulâncias da máfia dos Sanguessugas. O material seria vendido por Luiz Antônio Vedoin, considerado chefe da máfia, a Gedimar Pereira Passos, advogado, e Valdebran Padilha da Silva, membro do PT. A partir desse ponto, importantes nomes do PT passaram a ser associados ao escândalo, culminando na queda do então presidente do partido, Ricardo Berzoini, que, conforme constatado posteriormente, não estava envolvido no caso. (BOLAÑO E BRITO, 2010).

A disputa eleitoral pela presidência da república em 2010 foi polarizada por Dilma Rousseff, que pela primeira vez se candidatava a um cargo eletivo, e José Serra, que estava se candidatando pela segunda vez à presidência da república após já ter sido eleito deputado, senador, prefeito e governador. Um ponto em comum entre os dois candidatos é terem lutado contra o regime militar enquanto líderes estudantis (2, 2013). O público central da campanha 2010, segundo Arcine (2012), foi a classe econômica menos favorecida, a qual teria sido retirada da linha da pobreza pelo governo Lula. Por conta disso, ambos os candidatos buscam contar sua biografia marcando uma origem pobre, e significando a vitória nas eleições como uma conquista de vida. Esse processo desliza da eleição do próprio Lula, o primeiro operário eleito presidente da república no Brasil.

A campanha presidencial de 2010 foi singularizada pela relevância conferida à temática religiosa, que vêm à tona por meio da polêmica em torno da questão do aborto. Esta polêmica surge na discussão do tratamento destinado à questão do aborto, iniciando por ser visada como questão de saúde pública, mas sendo, em seguida, assolado pela questão religiosa (MARECO, 2013). Diversas denominações religiosas vem a público enunciar sua posição contrária ao aborto, e, na maioria dos casos, contrária à candidatura de Dilma, cuja imagem funcionava como a de uma candidatura favorável ao aborto, em oposição à candidatura de Serra, significada como contrária à prática (ARCINE, 2012). Arcine (2012) destaca que, durante as eleições 2010, algumas temáticas tradicionalmente utilizadas pela propaganda antipetista foram retomadas, a saber: a questão religiosa, que mobiliza uma memória de Lula enquanto um sujeito que proibiria cultos religiosos, o que resvala na memória do comunismo enquanto prática política antirreligiosa; e a questão econômica, que mobiliza a

memória do medo de que a eleição de Lula representaria riscos para a economia nacional. Arcine (2012) discute também o cruzamento entre família e Estado, trazido à tona pela discussão em torno do dever do Estado em garantir o bem estar das famílias. Essa discussão funciona nas redes de sentido que significam temas como o aborto e a união civil de pessoal do mesmo sexo.

Outro ponto singular dessa campanha foi o fato de uma candidata mulher ter sido eleita presidenta da república, fato que irrompe no discurso da campanha desde a escolha de Dilma como candidata. O fato de ser candidata mulher faz circular, pela contradição, sentidos diversos que vão desde a aclamação do pioneirismo do feminino na presidência até o questionamento da capacidade que Dilma, enquanto mulher, possuía para governar (MARQUES, 2013). Arcine (2012) destaca que a candidatura de Dilma representa também uma mudança na forma como Lula fala sobre a mulher, uma vez que até 2009 seus discursos denotavam uma imagem tradicional da mulher mãe e esposa.

A indicação de Dilma como candidata foi atribuída a Lula, que terminou seu segundo mandato com altos índices de popularidade, sendo que circularam ao longo da campanha efeitos de sentido que significaram Dilma como uma mera fachada para um terceiro governo de Lula, que não podia se candidatar a uma segunda reeleição por questões legais. A denominação “poste” foi utilizada pela mídia para significar essa presença de Dilma apenas como uma fachada. Desde o início da campanha, Dilma passa a fazer diversas aparições públicas ao lado de Lula, de forma que a mídia ao mesmo tempo em que noticia, critica um esforço de transferência de popularidade e votos de Lula para Dilma (MARQUES, 2013). A campanha petista, por sua vez, explora a popularidade de Lula, significando Dilma como a única candidata capaz de efetivamente dar continuidade ao governo Lula (Arcine, 2012).

O tema corrupção, por meio dos escândalos políticos, foi bastante recorrente nas eleições 2010, de forma que a campanha foi considerada pela mídia como uma das mais agressivas da história, sendo marcada por intensas trocas de acusações entre os candidatos (MARQUES, 2013; ARCINE, 2012). Dentre os escândalos noticiados durante a campanha, destacamos a quebra de sigilo de integrantes do PSDB, o caso Erenice Guerra e o Caso Paulo Preto.

Dilma Rousseff participou do governo do ex-presidente Lula desde o início, assumindo o Ministério de Minas e Energia em 2002 e se tornando ministra-chefe da Casa Civil em 2005, cargo que ocupou até março de 2010, quando deixa o ministério por conta de sua escolha para candidatar-se à presidência da república. Erenice Guerra trabalhou com Dilma nos dois ministérios, e assumiu o comando da Casa Civil em março de 2010, para que Dilma pudesse concorrer à presidência da república (MARECO, 2013). Um dos escândalos que marcam a campanha de 2010 ficou conhecido como caso Erenice Guerra, e tem início com a publicação pela revista *Veja* de reportagem na qual afirma que a empresa MTA Linhas Aéreas, especializada em transporte de pacotes, mantinha contratos com os correios por conta da ligação com Ismael Guerra, filho de Erenice Guerra. Além de sucessora, Erenice foi “braço-direito” de Dilma por vários anos, sendo que esse termo foi utilizado de forma recorrente pela *Folha de S.Paulo* ao mencioná-la.

O escândalo da quebra de sigilo teve início em junho, com a divulgação da quebra do sigilo de Eduardo Jorge Caldas Pereira, então vice-presidente do PSBD. A quebra de sigilo ocorreu em uma agência da Receita Federal em Mauá, São Paulo. Também circularam na mídia denúncias de quebra de sigilo fiscal de José Serra, sua esposa, Monica Serra, e sua filha Verônica Serra. (ARAUJO, PENTEADO E SANTOS, 2011). Os dados conseguidos nessas quebras de sigilo seriam utilizados para produção de um dossiê contra José Serra. Pessoas ligadas ao PT e a campanha petista, bem como membros do PSDB aliados a Aécio Neves foram acusadas de envolvimento nesses casos, uma vez que, de um lado, o PT poderia usar um dossiê contra Serra na campanha e Aécio Neves poderia usar esse mesmo dossiê para ser escolhido candidato do PSDB à presidência da república. A questão do dossiê marca a filiação desse escândalo a uma rede de sentidos que remete diretamente ao escândalo do dossiê das eleições 2006.

Paulo Preto foi acusado de arrecadar ilegalmente 4 milhões de reais em nome do PSDB, esse dinheiro teria sido desviado, não chegando efetivamente aos cofres da campanha (MARECO, 2013,). O caso obteve repercussão a partir do momento em que José Serra, ao ser questionado sobre Paulo Preto, afirmou não o conhecer. Após a repercussão dessa negativa de Serra, o candidato monta sua defesa em torno da afirmação de que houve um problema de comunicação, que o nome Paulo Preto, um

apelido classificado por Serra como preconceituoso, para ele não remetia à pessoa em questão, a quem ele conhecia pelo nome Paulo de Souza. (Mareco, 2013)

6.1 Corrupção na política: ética e moral

A leitura dos textos que compõem nosso arquivo nos levou a refletir sobre as eleições 2006 e 2010 em um bloco, na medida em que a questão da corrupção se apresenta marcadamente construída por meio de escândalos. Em torno desses escândalos, circula uma constelação de enunciados que, constituindo redes de sentido, significam os escândalos e são significados por eles. Percebemos, inicialmente, a presença de termos que remetem ao campo semântico da ética e da moral na política, e operamos um levantamento desse léxico. Apresentaremos como sequência discursiva SD15 alguns dos termos que encontramos em nosso levantamento.

SD15

“frouxidão moral”, “despudores”, “duas caras”, “mil caras”, “crime”, “desmando ético”, “bandidos”, “crônica policial”, “levianidade”, falta de “autoridade moral”

Podemos perceber marcas de duas redes de sentido que se estabelecem em torno dos escândalos políticos: de um lado, percebemos a ética e a moral significados como a prática dos bons costumes; de outro, como desrespeito às leis que regem o país. Quanto a questão legal, podemos perceber termos que materializam a corrupção como um desrespeito à lei, um *crime* cometido por *bandidos*. Nesse campo semântico a corrupção é tida como prática ilegal, passível de punição. Termos como *frouxidão moral*, *despudores* e *levianidade* retiram seus sentidos, quando tomados fora de contexto, de uma memória que remete à práticas que constituem a conduta dos indivíduos na sociedade, remetendo não apenas ao campo político, mas a sentidos de família, etiqueta, educação, sexo, comportamento entre outros. Arcine (2012) destaca que a discussão em torno de valores tradicionais, como família e religião, tomou maior preponderância, nas eleições 2010, do que a discussão acerca dos planos de governo. Dessa forma, percebemos uma imagem da política enquanto extensão de uma imagem de sociedade ideal, de forma tal que encaixar-se em um determinado padrão se configura como uma necessidade para ocupação de cargos eletivos. Nesse ponto,

percebemos o encontro de sentidos diversos que significam Lula como inadequado ao cargo de presidente, uma vez que sua origem é humilde, sua educação informal e seus hábitos, como bebida e alimentação, incongruentes com o cargo que ocupa. Essa inadequação ressoa em Dilma uma vez que a candidata é, por vezes, tida como despreparada para assumir o cargo, ainda que por razões outras, como a falta de experiência em cargos eletivos, e o fato de ser mulher, conforme apontado em nosso levantamento. Percebemos aqui, uma memória de um ideal de sociedade pautado por sentidos tradicionalistas que determinam valores segundo os quais espera-se que os sujeitos vivam. Mais do que isso, percebemos essa memória deslizando para o imaginário acerca do PT e significando a corrupção como um desrespeito a valores sociais, e o partido como um praticante desse desrespeito.

Continuando nossa observação acerca da forma como a corrupção emerge enquanto tema recorrente nas eleições 2006 e 2010, percebemos um traço que consideramos característico da imagem nacional acerca da política como um todo: a corrupção é tida como uma característica geral da política nacional, afeta todos os partidos, todos os níveis e a maioria, ou mesmo todos os sujeitos políticos. Uma sequência discursiva expressiva nesse eixo é a sequência SD16, das eleições 2006:

SD16

A noite, em pronunciamento ao “Jornal Nacional”, da TV Globo. Lula disse que no segundo turno pretende “politizar a sociedade” e comparar o seu desempenho no campo **ético com o dos tucanos**. “Quero fazer um debate profundo sobre a **questão ética no país para que a gente possa inclusive fazer comparação nessa questão**, porque nós temos feito mais do que qualquer outro governo fez na história deste país para punir qualquer desvio.” (FSP, 03/10/2006, p E2 – Anexo I, p. 125)

A fala de Lula produz efeitos de sentido acerca da ética no PSDB: *Quero fazer um debate profundo sobre a questão ética no país para que a gente possa inclusive fazer comparação nessa questão* (SD16). Dessa forma, Lula se posiciona contrariamente ao imaginário em funcionamento durante as eleições 2006, o qual significa a corrupção mais como traço do PT do que como traço do PSDB. É importante destacar que a escolha do jornal em reproduzir essa declaração produz sentidos, uma vez que essa escolha é feita em detrimento de outras. Para que emergisse esse enunciado, para que essa declaração seja reproduzida pelo jornal, outros

enunciados e outras declarações são apagadas. Se questionamos essa escolha do ponto de vista do funcionamento do imaginário acerca da corrupção política nas eleições 2006, percebemos que essa escolha denuncia justamente o imaginário da corrupção enquanto traço da política como um todo, uma vez que um enunciado que significa o PSDB enquanto corrupto foi reproduzido pelo jornal ao invés de outros enunciados que criticam o PSDB em outros aspectos da política. Tomando esse enunciado em sua relação metafórica com outros que analisamos aqui, percebemos o estabelecimento de uma rede de sentidos que, ao mesmo tempo: produz o sentido da corrupção enquanto traço da política brasileira como um todo; possibilita a leitura desse sentido no enunciado; e insere o enunciado na rede de sentido que ao mesmo o constitui e é constituída por ele.

Iniciamos a análise das eleições 2010 pela sequência SD17:

SD17

Com raríssimas exceções, todos os partidos têm custos superiores aos declarados para lançar seus candidatos nas ruas.

O efeito colateral de tamanha informalidade são os milhões em caixas dois e os maços de dinheiro escondidos em cuecas, bolsos e sapatos dos mais desavisados. [...]

Como curar a política desse incurável **desvio congênito?** (FSP, 24/10/2010, p. E5 – Anexo I, p. 131)

Na sequência SD17 podemos utilizar a paráfrase enquanto mecanismo analítico para percebermos sua remissão à uma rede de sentidos que pretendemos analisar nesse momento. O enunciado “*com raríssimas exceções, todos os partidos têm custos superiores aos declarados para lançar seus candidatos nas ruas*” significa pela remissão de *custos superiores aos declarados* ao sintagma *caixa dois*. Esse sintagma representa a corrupção a partir do ponto de vista financeiro, pois não apenas políticos, mas empresas e qualquer tipo de organização podem sofrer com desvios financeiros operados por meio de caixa 2. Dessa forma, podemos operar uma primeira paráfrase: “*P1: com raríssimas exceções, todos os partidos têm caixa 2*”. A partir dessa formulação, tomamos *caixa 2* como um exemplo das diversas práticas corruptas que existem na política, e operamos uma segunda paráfrase: “*P2: com raríssimas exceções, todos os partidos são corruptos*”. Dessa forma, observamos nesse enunciado um elemento da imagem da política enquanto corrupta de forma geral. Se

retomarmos nossa análise inicial, acerca do campo lexical que circula os escândalos políticos, podemos perceber que a questão legal desliza para a imagem da política enquanto constitutivamente corrupta. Se todos ou quase todos os políticos são corruptos, a ilegalidade é comum nesse âmbito social, e, ao lado dela, a impunidade.

Nesse mesmo enunciado, temos o seguinte questionamento: “*como curar a política desse incurável desvio congênito?*”. Inicialmente percebemos a contradição marcada em *curar o incurável*, que denota um processo de construção da corrupção na política como parte do próprio processo de construção da política. Em outras palavras, a política é significada como sendo desde sempre atravessada pela corrupção, sendo que esse sentido é reforçado pelo termo *congênito*, que indica que a política já nasceu corrupta. Na adjetivação do termo *desvio* por *congênito*, percebemos o funcionamento da imagem da política nacional enquanto corrupta em um nível constitutivo. *Desvio congênito* remete ao campo da genética: um ser humano com um desvio congênito nasce com esse desvio, sendo que o uso de *desvio* funciona pela remissão a uma rede constituída por termos como *problema congênito* e *doença congênita*. Dessa forma, percebemos que a política é corrupta desde seu nascimento, o que remete à história de nossa política bem como à cultura do país, tido como generalizadamente corrupto, propenso ao “jeitinho” e a pequenas práticas antiéticas como jogar lixo em locais impróprios, furtar pequenos objetos do local de trabalho e furar o sinal de trânsito.

SD18

Ele [Ciro Gomes] disse que os eleitores que apoiaram Marina Silva (PV) no primeiro turno estão preocupados com a ‘frouxidão moral’ demonstrada ‘**aqui e ali**’ e que a ida de Dilma ao segundo turno foi uma ‘lição de humildade’ (FSP, 06/10/2010, p. E1 – Anexo I, p. 128)

Na sequência SD18, a marca “*aqui e ali*” retoma uma memória discursiva que aponta justamente para aquilo que é feito em todo lugar, sendo que *aqui e ali* pode ser qualquer lugar. Esse enunciado é característico daquilo que fica escondido, daquilo que acontece de forma tal que não se percebe, ou que não se faz nada para impedir. Trata-se de um enunciado que apareceria em uma conversa para descaracterizar a importância de um fato, por exemplo, se alguém diz que em determinada cidade roubos acontecem *aqui e ali*, isso significa o problema com importância reduzida,

como algo que não será resolvido. Dessa forma, essa escolha lexical aponta para um imaginário que significa a política como naturalmente corrupta.

6.2 Corrupção no PT: escândalos políticos

Conforme nossa proposta central de trabalho, voltamos nosso olhar a algumas especificidades do funcionamento da imagem acerca da corrupção no PT. Em virtude disso, elencamos algumas sequências a partir das quais podemos perceber a constituição de redes de sentido que significam especificamente o PT como um partido corrupto.

SD19

Diante da **reincidência** do Partido dos Trabalhadores num **desmando ético**, quando faltavam 15 dias para o primeiro turno, o eleitor brasileiro decidiu estender a disputa pelo Planalto por mais quatro semanas. (FSP, 02/10/2006, p. A2 – Anexo II, p. 147)

Nesse enunciado percebemos a corrupção caracterizada como um desmando ético, significando pela remissão à rede de sentidos que explicitamos anteriormente, entretanto articula essa rede em torno do PT, produzindo efeitos de sentidos pelo funcionamento de uma imagem que marca o partido dos trabalhos como reincidentemente corrupto. A aparição do termo *reincidência* é particularmente significativo nesse enunciado, uma vez que é justamente nele que o enunciado se abre para inserção em uma rede de sentidos que, para além de marcar o PT como um partido corrupto, significa essa corrupção como recorrente. Além disso, a emergência do termo *reincidência* funciona significando escândalos outros de corrupção como já tendo sido revelados. Esse efeito de sentido é reforçado pela enunciação da corrupção como causa para os eleitores não votarem no PT, dessa forma, percebemos a imagem de uma partido cuja corrupção é não apenas uma de suas características, mas também uma característica conhecida.

O termo *desmando ético*, reforçado pela palavra *reincidência*, é apontado como causa para o eleitor pensar com cautela sobre a reeleição de Lula, levando a campanha para o segundo turno. O desmando ético significa o partido enquanto corrupto, o que coloca em funcionamento uma imagem que, ao mesmo tempo, significa o partido enquanto organização e os sujeitos que o compõem, incluindo Lula, como corruptos.

O termo *desmando*, além disso, significa pela remissão ao verbo *mandar*, e a sua execução de forma incorreta. Dessa forma, ao enunciar a corrupção com o termo *desmando*, que pela paráfrase pode ser compreendido como *mandar de forma incorreta*, indica não apenas o desvio de conduta de Lula, mas o abuso de poder enquanto Presidente da República, cargo que lhe assegura autoridade e que possibilitaria a ele a absolvição pela prática de determinados desvios éticos.

SD20

Lula tem pressa no dossiê; para Alckmin, petista perdeu a vez

Quero saber quem **arquitetou essa obra de engenharia**”, disse. “Quando você **negocia com bandidos**, está sendo tão bandido quanto eles.” Lula quer que o caso seja esclarecido logo.
[...]

Alckmin afirmou que Lula “teve sua chance e deixou passar”. “Do ponto de vista ético, Lula podia ter dado o **exemplo**, e infelizmente não foi o que vimos.” Disse apostar na rejeição do petista. (FSP, 03/10/2006, p A1 – Anexo I, p. 122)

A sequência SD20 se insere em uma rede de sentidos que, partindo da reação de Lula às denúncias do mensalão, retoma as declarações do presidente de que não tinha conhecimento do esquema. A presença desse enunciado no jornal significa Lula de forma negativa por dois efeitos de sentido. Se de fato não sabe dos casos de corrupção, é porque não tem conhecimento de tudo o que se passa em seu próprio governo e em seu próprio partido. Esse efeito de sentido retoma a memória da falta de preparo do presidente que, enquanto candidato, é sempre questionado pelas limitações de sua educação formal. Outro efeito de sentido possível remete justamente à imagem do PT enquanto partido corrupto, e significa as declarações de Lula como uma desculpa, uma forma de se safar das punições decorrentes de atos seus e do partido. Em ambas as interpretações descritas, percebemos a inserção desse enunciado na rede de sentidos que funciona pela imagem do PT enquanto corrupto. Ao afirmar que tem pressa na resolução do caso e que considera os envolvidos na compra do dossiê como bandidos, Lula busca um distanciamento com relação ao escândalo de corrupção, significando a si próprio a ao partido, ao menos em sua faceta oficial, como avessos à corrupção. Entretanto, a inserção desse enunciado na rede que estamos descrevemos permite compreendermos sua emersão como um reforço à imagem da corrupção. Independente de Lula estar ou não ciente do que ocorreu, a ato de corrupção foi

praticado, e o presidente não agiu de forma correta, ou seja, não quis ou não foi capaz de impedir tal ato.

A fala de Lula produz sentidos que o distanciam do escândalo de corrupção, o que pode beneficiá-lo nas eleições, entretanto, independente da ligação de Lula com o escândalo, sua declaração produz sentidos para o partido. Lula não nega que a compra do dossiê tenha sido arquitetada dentro de seu partido. Ao buscar a solução do problema, enuncia traços que explicitam a forma como a corrupção opera dentro de seu partido, e a escolha dessa declaração para reprodução no jornal faz com que esses sentidos venham à tona, em detrimento de outros que possam ter composto a defesa de Lula. O uso de *negociar* significa a conduta do partido como corrupto por constituição, e não por acaso. Negociar implica discutir, implica ofertas e contraofertas, implica benefício mútuo. *Negociar com bandidos*, portanto, significa o partido como uma organização que beneficia indivíduos que vivem à margem das leis. Além disso, o termo *obra de arquitetura* significa o caso em sua complexidade. Produz sentidos em torno do esquema como um esquema grande, que envolve diversos sujeitos e setores do partido. Novamente percebemos, pela remissão à rede de sentido que constitui o enunciado, o funcionamento da imagem do partido enquanto corrupto em sua constituição, pois para que um caso de corrupção seja uma obra de arquitetura, não se trata de algo pequeno, mas sim de atos com grandes proporções.

O texto do qual retiramos esse enunciado, publicado na primeira página do jornal, noticia declarações dos dois candidatos logo após a definição de que iriam disputar o segundo turno. Em um primeiro momento, percebermos o funcionamento da imagem do PT como um partido corrupto na medida em que, nesse texto, o tema central é um escândalo de corrupção. Diversos outros temas poderiam ter sido abordados, entre eles temas tradicionalmente ligados à campanhas políticas, como saúde, educação, segurança, distribuição de renda, as propostas a serem enfocadas no segundo turno, as alianças a serem propostas e realizadas, a forma como as campanhas seriam organizadas. Esses outros temas são apagados e o que percebemos é o tema da corrupção protagonizando o texto. Destacamos também que o texto noticia as declarações feitas pelos candidatos, sendo que em ambos os casos os enunciados selecionados para reprodução no jornal são referente ao escândalo do dossiê. Dessa forma, percebemos que além de apresentar esses enunciados, a leitura do texto indica a

forma como esses enunciados se inserem em redes de sentido. Temos no mesmo texto um jogo de acusação e defesa. Em relação a um mesmo escândalo, Lula tenta defender seu partido e a si mesmo enquanto Alckmin, em uma forma indireta de ataque, cobra de Lula que seja um exemplo para o país, e afirma que o candidato não está sendo um exemplo do ponto de vista ético, ou seja, que sua conduta à frente do país é corrupta ou conivente com a corrupção, conforme abordado na análise da fala de Lula. Dessa forma, percebemos o funcionamento de uma imagem que marca no PT a corrupção enquanto traço inegável, pois ao iniciarem a disputa do segundo turno, ambos os candidatos discutem justamente um escândalo de corrupção que envolveu o PT, sendo que nenhum dos dois nega que o fato tenha ocorrido e que o PT estava envolvido com o mesmo.

Percebemos também na retomada da fala de Alckmin uma remissão à rede de sentido que descrevemos anteriormente. O uso do termo *exemplo* denota uma imagem da política marcada pela necessidade de moralidade. Espera-se bons exemplos de pais e mães de famílias, líderes religiosos, pessoas que em posição de liderança são responsáveis por defenderem um determinado conjunto de valores. Nesse enunciado percebemos a política inserida nesse grupo, sendo que a ética e o respeito às leis são significadas como essa moralidade, e os políticos como responsáveis pela sua manutenção. As atitudes de Lula, por sua vez, são significadas justamente como quebra desse código. Sendo assim, ao mesmo tempo em que essa fala significa a política como corrupta em sua totalidade, responsabiliza Lula por ser um exemplo que, quando seguido, é causa desse problema. O uso do termo *aposta* em *aposta na rejeição do petista* também se abre à interpretação na medida em que uma aposta sempre envolve riscos, uma aposta pode ou não ser vencida. Nesse enunciado, percebemos a possibilidade de uma inserção na rede de sentidos que caracteriza a política como corrupta uma vez que, apesar de a corrupção ser uma característica do PT, o partido consegue se manter no poder.

SD21

Erenice muda versão e admite reunião com firma que negociou com seus filhos

À PF, ex-ministra admitiu estes e outros encontros com interessados em negócios no governo, que Casa Civil nega

Reunião com empresa de Campinas assediada por firma de lobby foi revelada pela Folha e negada várias vezes. (FSP, 26/10/2010, p. E1 – Anexo IV, p. 205).

Percebemos nessa sequência algumas escolhas lexicais que indicam uma memória marcada pelo estigma da corrupção. Primeiramente a emersão do verbo *mudar*, que indica mudança de postura, fazer ou dizer de forma diferente do que havia sido feito ou dito anteriormente. O verbo *mudar* significa aliado ao verbo *admitir*, que implica uma prática que contraria o esperado, nesse caso, a prática da corrupção na política, sendo que essa prática é inicialmente negada, e na sequência admitida. Mais do que a inserção desse enunciado em uma rede de sentidos que significa o PT como corrupto por meio de seu envolvimento em diversos escândalos, destacamos nesse enunciado um efeito de descredito produzido para as falas dos membros do partido. Erenice Guerra negou em diversas ocasiões a veracidade das acusações de lobby, entretanto, diante das evidências, apresentadas, acaba mudando sua versão e admitindo a reunião. Desse forma, pela remissão a outros enunciados em que membros do PT negam envolvimento em escândalos, esse enunciado produz sentidos que põe em dúvida a veracidade das declarações ao mesmo tempo em que reforça a imagem da corrupção como prática generalizada no PT.

6.2.1 Escândalos de corrupção e voto

Outra rede de sentido que pudemos observar na cobertura midiática de escândalos de corrupção se configura em torno da explicação dos resultados das pesquisas por meio desses escândalos. De forma geral, percebemos que, ao longo das eleições, a *Folha de S.Paulo* assume uma posição de explicar os resultados das pesquisas, de forma que sentidos se produzam em torno das causas das variações nas porcentagens de voto.

SD22

Os petistas acreditam que o presidente Luiz Inácio Lula da **Silva só não venceu a eleição no primeiro turno por conta do envolvimento de integrantes da legenda na compra de um dossiê** contra o PSDB. (FSP, 06/10/2006, p. A7 – Anexo V, p. 218)

O escândalo da compra do dossiê, conforme explicitado na introdução desta seção, foi a principal polêmica que marcou as eleições 2006, e vem retomado na materialidade como causa da ida ao segundo turno. Nesse enunciado, destacamos a mobilização da memória das pesquisas que apontavam a vitória em primeiro turno. As pesquisas produzem uma expectativa de vitória, espera-se que Lula vença no primeiro turno, assim como Fernando Henrique Cardoso venceu duas eleições no primeiro turno, fato constantemente retomado pelo jornal. Dessa forma, ir ao segundo turno, quando inserido nessa rede de sentidos, produz um efeito de derrota, uma frustração das expectativas do partido e de seus apoiadores. Sendo assim, o enunciado *Luiz Inácio Lula da Silva só não venceu a eleição no primeiro turno* só é possível por emergir no seio dessa rede de sentidos. É relevante também lembrarmos que Lula obteve a maior votação no primeiro turno, conquistando o primeiro lugar ao final dessa fase do pleito, ainda assim o enunciado que noticia essa vitória se insere em uma rede de sentidos que, ao operar a memória da expectativa da vitória definitiva em primeiro turno, significa o primeiro lugar como uma derrota, uma vez que não marca o final as eleições. O termo *só* também pode ser interpretado como um elemento que ameniza o efeito de derrota: ainda que Lula não tenha vencido, só um problema o impediu de alcançá-lo, o escândalo da compra do dossiê. O enunciado noticia declarações feitas por aliados do partido, desse forma, é possível remetê-la a uma rede de sentidos outra que signifique a expectativa da vitória em primeiro turno como resultado do bom trabalho realizado por Lula, e a frustração dessa expectativa como resultado de um escândalo no qual Lula não se envolveu.

É preciso destacar também a causa levantada para explicar esse efeito de derrota: o escândalo do dossiê. Pêcheux (2008 [1983]) mostra como a produção midiática em torno de um tema pode silenciar as especificidades que o constituem, de forma que os campos que o autor chama de não logicamente estabilizados, como a filosofia e a política, campos nos quais a produção de sentidos se abre amplamente para interpretação e polissemia, são significados da mesma forma que os logicamente estabilizados, como o campo dos esportes, no qual uma vitória é sempre uma vitória, sem abrir espaço para interpretação. Dessa forma, a memória do escândalo do dossiê funciona nessa rede de sentidos impedindo que o deslize de sentido ocorra em outras direções. Trata-se de um apagamento do polissêmico e de um efeito que significa a

política como logicamente estabilizada. Esse funcionamento se materializa pelo termo *só em só não venceu*, em que o dossiê figura como a única razão que impediu a vitória em primeiro turno. Dessa forma, um fato que se abre à diversas interpretações passa a ser significado de uma única forma. A corrupção passa a funcionar, a partir daqui, como uma característica do partido que é causa de suas derrotas, o que cristaliza a imagem do partido enquanto corrupto.

Em 2010, a primeira menção ao papel dos escândalos no segundo turno ocorre no dia 04 de outubro, o dia seguinte ao da votação do primeiro turno. O jornal aponta os escândalos envolvendo Dilma e o PT como causas da ida ao segundo turno em meio a uma conjuntura que apontava a vitória no primeiro. Iniciamos a análise das eleições 2010 pela sequência SD23:

SD23

A então favorita nesta eleição **passou a cair nas pesquisas por conta dos escândalos** envolvendo a quebra de sigilos fiscais de tucanos e a queda de sua ex-braço direito na Casa Civil, Erenice Guerra. (FSP, 04/10/2010, p. E3 – Anexo V, p. 221)

Trazemos a sequência SD23 para nossas análises por conta desse enunciado: “*A então favorita nesta eleição passou a cair nas pesquisas por conta dos escândalos*”. Destacamos, inicialmente, que nesse ponto o logicamente estabilizado mais uma vez se sobrepõe ao intrincado funcionamento da campanha política. Inicialmente, apontamos para a questão do favoritismo significada como uma constante, se Dilma era favorita, espera-se que vença. O temo *passou* indica aqui a quebra do esperado, ainda que fosse a favorita, percebemos uma mudança nos resultados das pesquisas. A questão central, aqui, entretanto, se apresenta na formulação das causas para essa mudança: *por conta dos escândalos*. A materialidade se apresenta de forma tal que diversas outras questões relacionadas à eleição sejam esquecidas, diferente de outros enunciados que trazem os escândalos ao lado de outras questões, sendo o aborto a principal delas nas eleições 2010. É justamente nesse ponto que percebemos um funcionamento de estabilização lógica operando no enunciado: os escândalos políticos fazem com a candidata perca votos, outras questões, atravessadas ou não pelo sentido da corrupção, não são significadas nessa queda. Durante as eleições, uma imensa quantidade de enunciados circula por diversos meios de

comunicação, e os sentidos produzidos nesses vários espaços atravessam os sujeitos eleitores e os interpela, levando-os a assumir diferentes posições no momento de responder uma pesquisa. Toda esse processo, entretanto, fica apagado. Destacamos dois aspectos a partir disso: de um lado, um imaginário que significa a questão da honestidade política (vista aqui como oposto de corrupção), como central ao campo político. De outro um imaginário acerca do PT que significa o partido como marcado pela corrupção, o que traduz na prática em perder votos.

SD24

Caso Erenice tirou de Dilma mais votos do que as igrejas

As acusações que derrubaram Erenice Guerra da Casa Civil e a quebra de sigilo de tucanos tiveram o triplo do peso das questões religiosas na perda de votos que Dilma Rousseff, candidata do PT à presidência sofreu no primeiro turno. [...]

A petista perdeu quatro pontos (4 milhões de votos), 75% deles devido aos escândalos. Dilma deixou de vencer no primeiro turno por pouco mais de três pontos.

Serra, por sua vez, perdeu dois pontos (2 milhões de eleitores). O total dos que tomaram conhecimento dos escândalos é muito maior que o dos que receberam orientação de igreja na escolha do candidato. (FSP, 11/10/2010, p. A1 – Anexo V, p. 225)

A sequência SD24, por sua vez, é sintomática do funcionamento de estabilização lógica do processo eleitoral. Ao afirmar que os escândalos políticos tiveram *o triplo do peso* das questões religiosas, e ao identificar o número dos votos perdidos devido à divulgação dos escândalos, percebemos que as questões são vistas de forma direta, como se existisse uma correlação unívoca entre determinado escândalo e cada eleitor, que muda seu voto ao descobrir determinado fato após sua circulação na mídia. Esse funcionamento apaga a natureza não logicamente estabilizada do processo eleitoral, de forma que a pluralidade de fatores que pesam na decisão do voto são apagados enquanto cristalizam-se efeitos de sentido que fazem determinados fatos serem significados como decisivos. É fundamental compreendermos aqui que esse funcionamento produz um imaginário sobre as eleições, de modo a indicar questões que sejam fundamentais na decisão do voto. Em outras palavras, a corrupção atravessa o imaginário sobre as eleições como um ponto fundamental a ser considerado na escolha dos representantes políticos, de forma tal

que o candidato ou partido cuja imagem seja associada a escândalos políticos terá seu desempenho eleitoral afetado.

Ao observarmos a questão dos partidos políticos, destacamos dois pontos na sequência SD24. Em primeiro lugar, temos a enunciação material de dois escândalos envolvendo o PT, o caso Erenice e a quebra de sigilo fiscal, enquanto o caso Paulo Preto não é mencionado. Dessa forma, percebemos o funcionamento de um imaginário que marca o PT como partido endemicamente corrupto, em oposição ao PSDB, cujos escândalos, quando noticiados, repercutem menos do que os relacionados ao PT. Além disso, notamos uma vez mais a estabilização lógica do peso dos escândalos, a qual marca para a corrupção petista um custo de votos total de 3 milhões, uma vez que 75% dos 4 milhões de votos perdidos pela candidata forma perdidos por conta dos escândalos. Enquanto isso, o PSDB perde 2 milhões de eleitores, entretanto, não há menção aos motivos dessa queda.

6.3 Discussão

A questão da corrupção como traço da política nacional se faz presente também nas eleições 2006 e 2010. Se retomamos as análises feitas até aqui, percebemos que termos como *desvio congênito* (SD17), e *aqui e ali* (SD18), entre outros, constituem, pela metáfora, uma rede de sentido na qual funciona o imaginário da política enquanto corrupta de forma generaliza. Esse imaginário está materializado não só na rede de sentido constituída por deslizos diversos entre enunciados, mas também em funcionamentos como o exemplificado em SD16, em que percebemos a Formação Imaginária da política enquanto corrupta de forma generalizada funcionando na escolha do enunciado que vira notícia. Como nas eleições 2002, a corrupção é vista como um desvio de conduta, sendo que ao lado dos sentidos sobre a moral, articulam-se efeitos de sentidos acerca da ética. Os discursos que se cruzam com a corrupção nessas eleições advêm tanto do campo legal quanto, e principalmente, do campo da moral e da ética. A corrupção é significada como uma prática que atinge todos os setores da sociedade. As normas de conduta estabelecidas para a política são as mesmas estabelecidas para a sociedade como um todo: o respeito ao coletivo e a valores tradicionais acerca de família, educação, comportamento entre

outros. Dessa forma, a corrupção se constitui como a faceta política de um fenômeno que atinge a sociedade como um todo, e a prática corrupta como um desrespeito não apenas às normas de conduta da política, mas da sociedade como um todo.

Ao voltarmos nosso olhar para o imaginário do PT nessas eleições é preciso retomar brevemente um escândalo que atingiu o partido um ano antes das eleições, o escândalo do mensalão, em que pagamentos mensais eram destinados a aliados e membros do partido que, dessa forma, seguiam as orientações do partido em sua prática política. Esse escândalo marca o primeiro mandato do PT na presidência, sendo que a partir das eleições 2006, os questionamentos acerca de como seria a prática do PT no poder são substituídos pela avaliação de como o partido se saiu em seu mandato. Dessa forma, de partido de oposição que lança críticas à forma que os demais partidos agem politicamente, o PT passa a ser alvo das críticas da oposição.

Essa nova conjuntura organiza os sentidos acerca do PT e acerca da corrupção em torno da questão dos escândalos políticos, constituindo um deslizamento quando comparamos o imaginário acerca da corrupção no PT em 2006 e 2010 com as demais eleições. O escândalo do mensalão não é nominalmente retomado na cobertura das eleições pela *Folha de S.Paulo*, entretanto, este funciona enquanto memória. A questão da reincidência do PT em casos de corrupção produz sentidos que constroem uma imagem de partido corrupto, a partir da construção de uma memória que se sustenta na significação das denúncias como sendo verdadeiras, ou seja, as denúncias são sustentadas por uma memória que significa o partido como provável culpado nos casos em que é acusado. A questão da corrupção como ato imoral e antiético também atravessa o imaginário do PT. A escolha do tema corrupção como tema de diversos textos publicados nessas eleições também tem respaldo nesse traço do imaginário do partido.

Além disso, retomamos um funcionamento discursivo que significa a corrupção no PT como causa de sua ida ao segundo turno nas duas eleições. Dessa forma, quando o resultado das pesquisas de opinião e do primeiro turno é retomado discursivamente a partir do imaginário acerca da corrupção, se torna possível uma interpretação que apaga os sentidos de vitória que poderiam advir do fato de que os candidatos petistas estão em primeiro lugar, e se produz um sentido de derrota causada pela corrupção, dessa forma, percebemos que a corrupção não é apenas significada

como um traço constitutivo do PT, mas como um traço que afeta, na prática, os resultados eleitorais do partido.

Destacamos, assim, que ao lado de uma retomada dos sentidos acerca da corrupção como um todo, que atravessam as cinco eleições estudadas mantendo uma característica fundamental de remissão ao campo da ética e da moral, percebemos a partir de 2006 um deslocamento na forma como a corrupção é significava enquanto traço constitutivo do PT. Ainda que em 2002 seja possível elencar elementos que constituem a imagem do PT enquanto um partido corrupto, esses sentidos estão colados ao funcionamento do imaginário acerca da corrupção na política nacional, os quais, como dissemos, resvalam em um imaginário acerca do brasileiro como constitutivamente corrupto. A partir de 2006, entretanto, a questão do escândalo político se torna protagonista no funcionamento do discurso político eleitoral em sua faceta midiática. O escândalo do dossiê em 2006, e os escândalos Erenice Guerra e quebra de sigilo em 2010 organizaram em torno de si os escândalos acerca de corrupção produzindo para o PT o imaginário de um partido corrupto, ainda que seja um partido corrupto em meio a outros que também o são.

Considerações finais

Nosso trabalho teve como ponto de partida o enlace de alguns elementos particulares. Primeiramente, nosso trabalho prévio com a AD, o qual foi responsável por um olhar menos inocente sobre os processos de produção de sentidos, sobre a língua, e sobre a política. Em segundo lugar, nosso contato com o acervo *Folha de S.Paulo*, responsável pela inquietação que, aliada a nosso interesse já demonstrado em trabalhos anteriores, nos levou à decisão pelo trabalho com mídia impressa. Por fim, nosso desejo de investigar o entremeio entre o discurso político eleitoral e o discurso midiático. Foi a partir desse nó, representativo da inserção num processo que o preexiste e o ultrapassa, que iniciamos uma reflexão que a seu tempo se tornou projeto e agora dissertação de mestrado, e se constituiu a partir do seguinte questionamento: refletir sobre o imaginário acerca da corrupção no PT que funciona na *Folha de S.Paulo* e se constitui historicamente ao longo de diversas eleições.

Do ponto de vista teórico, partimos de um interesse em compreender a constituição histórica dos conceitos em Análise do Discurso, e, a partir dessa investida, pudemos explorar a produtividade analítica desses conceitos. Discutimos a forma como as Formações Imaginárias se constituem discursivamente e como atravessam a produção de efeitos de sentido. Uma vez que a mídia constitui imaginários para o PT e esses imaginários são cristalizados pela repetição, estes passam a influenciar o imaginário coletivo dos leitores do jornal, cristalizando certos sentidos e apagando outros, produzindo remissões a redes de sentidos específicas em detrimento de outras. Assim, o trabalho de compreensão dessas imagens ao longo de cinco eleições presidenciais no Brasil ajuda a compreender a forma como os jornais não apenas informam, mas, mais do que isso, participam da política nacional.

Uma das formas de se estudar a constituição das Formação Imaginárias é através da memória discursiva, vista como retomada de enunciados que compõem redes de sentido. A partir de um enunciado que se queira analisar é possível operar a retomada de outros aos quais nosso enunciado se refira, e com os quais constitua, pelo funcionamento do efeito metafórico, redes de sentido. Dessa forma, é possível buscar a compreensão das condições de produção que cercam cada um dos enunciados com

os quais trabalhamos, suas interpretações possíveis, e, dessa forma, tomarmos os enunciados que analisamos em sua opacidade, ou seja, pela relação que estabelecem com seu contexto de produção e com a história que se faz presente nas redes de sentido.

Acerca do *Acervo Folha*, apontamos para os sentidos que sua existência possibilita e implica. A forma como o arquivo é disposto produz um efeito de sentidos de narratividade da história. O *Acervo Folha* funciona como uma forma de acesso aos fatos que constituem a história do Brasil nos últimos 90 anos, entretanto, a partir do aparato teórico que a AD nos propõe, operamos nossa leitura desse arquivo a partir de uma desconstrução desse efeito de verdade. O funcionamento de um imaginário acerca do PT no jornal é um índice de que a forma como o arquivo significa não é, como sabemos, isenta de uma interpelação ideológica, de forma que constitui apenas uma interpretação dos fatos dentre outras possíveis. Nosso trabalho se integra a outros que trabalham com a leitura de grandes arquivos de que facilmente dispomos com a internet, como as hemerotecas virtuais e também arquivo que podem ser construídos a partir, por exemplo, de pesquisas no site de buscas www.google.com. A prática de leitura da AD busca ler para além dos efeitos de sentido, operando uma leitura dos enunciados que revela sua opacidade, ou seja, as diversas possibilidades de interpretação do enunciado e os processos discursivos que permitem essas interpretações.

A corrupção no PT foi eleita como recorte temático de nossa pesquisa por conta da relevância e recorrência dessa temática nas últimas eleições presidenciais. Entretanto, para compreender discursivamente o funcionamento do imaginário acerca da corrupção no PT, não podemos nos restringir à um conjunto de textos ingenuamente construídos em torno dessa temática. Foi preciso, antes, buscar discursivamente as redes de sentido a partir das quais enunciados sobre o PT significam. Para tanto, nosso gesto de leitura se iniciou por uma investigação do imaginário acerca da corrupção, sendo que nossa atenção foi centrada nos textos que abordam a corrupção como um traço da política nacional, avançando para os textos que significam a corrupção no PT e o PSDB.

Em nossas leituras, analisamos enunciados constituintes de redes de sentido as quais atravessam uma ou mais eleições, verificando deslocamentos, retomadas e

apagamentos que funcionam na produção de efeitos de sentido. A leitura do arquivo nos munuiu de um volumoso conjunto de enunciados, os quais se encontram nos anexos dessa dissertação. Esses enunciados foram organizados por temas, e analisados por meio das relações que estabeleceram uns com os outros. A partir dessas análises, pudemos discutir como efeitos de sentido diversos derivam de inserções a determinadas redes de sentido, mostrando como a abertura dos enunciados à múltiplas interpretações funciona justamente nessas inserções, já que diferentes memórias discursivas se organizam em redes de sentido específicas. Nossas análises iniciais já apontam para redes de sentido que ultrapassam uma eleição, uma vez que dois de nossos três agrupamentos do arquivo consistem em um olhar sobre dois processos eleitorais.

As temáticas abordadas foram estudadas sempre em, pelo menos, três processos eleitorais distintos. Dessa forma, observamos a constituição histórica dos sentidos sobre corrupção e PT ao longo de coberturas de diferentes eleições presidenciais pela *Folha de S.Paulo*, discutindo os modos como a memória discursiva constitui o imaginário político na *Folha de S.Paulo*. Nosso gesto de leitura tomou os enunciados em sua espessura histórica, ou seja, ao retomarmos as condições de produção das sequências discursivas analisadas, discutimos como a produção de efeitos de sentido se torna possível pela inserção dessas sequências em redes constituídas por outras sequências cujas condições de produção também analisamos. Ainda que não seja possível exaurir quantitativamente os enunciados que compõem uma rede de sentido, também não se faz necessária tal exaustão, uma vez que em AD descrevemos funcionamentos que explicam a forma como os sentidos são produzidos, sem negar a existência de outros funcionamentos em jogo, e operando gestos qualitativos, que permitem a explicitação dos funcionamentos a partir de um conjunto de enunciados.

O imaginário acerca da corrupção funciona em torno de redes de sentido que caracterizam a corrupção na política como um traço constitutivo da política nacional que se mantém nas cinco eleições estudadas. Analisamos também deslocamentos na forma como a corrupção é significada em diferentes eleições. Inicialmente, nas eleições 1994 e 1998 a corrupção é significada como desrespeito às leis. Nas eleições 2002 deslizes que remetem a corrupção à questão da moral, dos deveres do cidadão de

bem. Nas eleições 2006 e 2010, além da manutenção dos sentidos acerca da corrupção como prática imoral, pudemos observar um deslocamento que alia a imoralidade à antiética, ao desrespeito das normas de conduta sociais.

O imaginário acerca da corrupção no PT começa a ser construído nas eleições 1994 e 1998, nas quais a corrupção é significada também como uso da máquina pública. Ainda que Lula não seja candidato à reeleição nesses pleitos, a questão do uso da máquina pública é explorada em estados e municípios governados pelo PT. Destacamos que nessas eleições os sentidos acerca da corrupção se organizam também como característica constitutiva do PSDB, com escândalos de corrupção e a questão do uso da máquina pública, entretanto, o fato de que essas eleições não foram midiaticizadas com a mesma intensidade que as demais produz um apagamento desses efeitos de sentidos. Nas eleições 2002, a corrupção foi significada como prática imoral, sendo que pudemos observar que a rede de sentidos que caracteriza a corrupção como prática política também atravessa os sentidos a respeito da corrupção no PT, caracterizando o partido como imoral e, portanto, corrupto. Além disso, destacamos os sentidos que se organizam em torno das figuras de Lula e FHC, expoentes de seus partidos. A partir do contraponto que se estabelece entre ambos os políticos e, por consequência, seus partidos, percebemos a cristalização de efeitos de sentidos acerca do PT como corrupto em sua essência, produzindo um efeito de sentido para a corrupção no PSDB como deslize, não como característica fundamental.

Nas eleições 2006 e 2010 pudemos perceber que a corrupção funciona, pela memória dos escândalos de corrupção, como traço fundamental do imaginário na *Folha de S.Paulo* acerca do PT. A questão dos escândalos políticos constitui uma característica dessas eleições, sendo assim, confirmamos nossa hipótese de que existe um deslocamento no funcionamento da imagem acerca da corrupção no PT, o qual se materializa na forma como essa imagem se organiza em torno dos escândalos de corrupção. Por fim, podemos afirmar que os sentidos acerca da corrupção se constituem historicamente em redes de sentidos que, por meio da metáfora, significam pela relação que estabelecem umas com as outras. Destacamos, por fim, que esses sentidos não são apenas complementares uns aos outros, mas antes se organizam pelo conflito, por rupturas, pelo deslize, pela constante reorganização das redes de sentido.

Ainda que nosso trabalho produza um efeito de completude por sua estruturação, destacamos que sua produção ao mesmo tempo em que se sustenta em trabalhos que o precederam, aponta a necessidade de outras pesquisas. Nossas reflexões estão centradas no imaginário acerca da corrupção no PT, entretanto, destacamos a possibilidade de outras reflexões que avancem esse estudo de forma a refletirem acerca da imagem do PT na interface mídia e política. Destacamos, por fim, que a partir da tomada histórica dos sentidos que operamos em nosso trabalho, são possíveis outras abordagens que avancem na compreensão da forma como os sentidos se constituem historicamente em funcionamentos discursivos que atravessam a produção de sentidos no discurso político em sua interface midiática.

Referências

- ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar; PENTEADO, Cláudio Luis de Camargo e SANTOS, Marcelo Burgo Pimentel dos. Informação e contra-informação: o papel dos blogs no debate político das eleições presidências de 2010. In: **IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR**, 2011.
- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In.: ACHARD, Pierre. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes Editore, 2007.
- ARCINE, Raquel de Freitas. **Ethos e antiethos no discurso político eleitoral de José Serra (PSDB) no HGPE/TV da eleição presidencial de 2010 no Brasil**. 2012. 149f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.
- AZEVEDO, Fernando. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p 14-19, mar. 2010.
- BOBBIO. Norberto. **Dicionário de Política**. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília. Editora universidade de Brasília, 13º Ed. 2010.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira e BRITTOS, Valério Cruz. Blogosfera, espaço público e campo jornalístico: o caso das eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 237-256, jan./jun. 2010.
- CHAIA, Vera. O medo como estratégia política. In.: RUBIN, A. A. C. **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker, 2004.
- COLLING, Leandro. **Os estudos sobre mídia e eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura**. 2006. 432f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- FILGUEIRAS, Fernando. Comunicação política e corrupção. **Rev. Estud. Comun.**, Curitiba, v. 9, n. 19, p. 77-87, maio/ago. 2008.
- FLEISCHER, David. V. Os Partidos Políticos. In: AVELAR, Lúcia e CINTRA Antônio Octávio. (Org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: UNESP, 2004, p. 265-310.
- FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. **Trajetos e perspectivas social-democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil**. 1996. 194 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: **II SEAD** (Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2005, Porto Alegre. CD rom - II SEAD - O campo da Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites, 2005.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel e HENRY. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In.: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

MALDIDIER, Deninse. **A inquietação do Discurso – (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARECO, Raquel Tiemi Masuda. **Do debate televisivo ao jornal impresso: aforizações na mídia nacional**. 2013. 124f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARQUES, Ludimila Machado. **Efeitos de legitimidade e de credibilidade no discurso propagandístico de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010**. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

MENEZES, Willian Augusto. **Argumentação e discurso político eleitoral no Brasil (1994-1998): mudança, conservação e utopia**. 2000. 191 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2000.

MUNDIM, Pedro Santos. Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. **Rev. Social. Política**, Curitiba, v. 20. n. 41, p. 123-147, fev. 2012.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos**. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho no simbólico**. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. **RUA** [online], Campinas, v. 2. N. 16, p. 5-18, 2010.

PASSETTI, Maria Célia Cortez. O discurso irônico em textos opinativos da Folha de S.Paulo. In: VASCONCELOS, Silvia Inês Coneglian Carrilho de. (org.). **Os discursos jornalísticos: manchete, reportagem, classificados & artigo**. Itajaí-SC, Maringá-PR: Univali, 1999. p.7-60.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi e outros. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In.: ORLANDI, Eni (ORG.). **Gestos de Leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Remontemos de Foucault a Spinoza**. Trad. de Maria do Rosário. Fotocópia, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In.: ACHARD, Pierre. **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes Editore, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução de Eni P. Orlandi. In.: Françoise Galet e Tony Hak (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010a.

PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas. In.: Françoise Galet e Tony Hak (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010b.

PÊCHEUX, Michel. Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em Francês. Tradução de José Horta Nunes. In.: Eni P. Orlandi (Org). **Análise do Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011a.

PÊCHEUX, Michel. Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa. In.: Eni P. Orlandi (Org). **Análise do Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011b.

PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e Paráfrase Discursiva. In.: Eni Puccinelli Orlandi (org.) **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Campinas, Pontes: 2011c.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

RENNÓ, Lucio R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 260-282, nov. 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia. **Opinião Pública (UNICAMP)**, Campinas, v. VII, n.2, p. 172-185, 2001.

RUBIN, Antonio Albino Canelas. Visibilidade e estratégias nas eleições presidenciais de 2002: política, mídia e cultura. In.: RUBIN, A. A. C. **Eleições presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker, 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas e COLLING, Leandro. Mídia e Eleições Presidenciais no Brasil Pós-Ditadura. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 22, n.3, p. 169-189, 2004.

SAÏD. Farhat. **Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis: Companhia melhoramentos, 1996.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini. São Paulo: Cultrix, 2006.

SANTOS, Elaine de Moraes. **O espetáculo político e a docilização do corpo na campanha eleitoral de Lula em 2002**. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

SANTOS, Helder Souza. **A paráfrase no vestibular: uma prática de (re)formulação do dizer**. Dissertação de Mestrado. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia: 2010.

SANTOS, Luiz Alberto dos. **Regulamentação das atividades de lobby e seu impacto sobre as relações entre políticos, burocratas e grupos de interesse no ciclo de políticas públicas: análise comparativa dos Estados Unidos e Brasil**. 2007. 542 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SERRANI, Silvana M. **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

SILVA, Rosilene Alves da. **Charges: do discurso “político” eleitoral ao discurso político da opinião pública**. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VIANA, Nildo. **O que são partidos políticos**. Goiás: Edições Germinal, 2003.

Anexo 1

Corrupção na política

Eleições 1994

O Brasil numa fria

A turma do deixa-disso, interessada na eleição a fórceps de FHC, está tentando botar água fria no caso. Não é à toa que o Brasil vive numa fria. (FSP, 08/09/1994, p. A1)

SD1

Fora isso, é tudo tão ridículo que dá até uma certa saudade de Fernando Collor. Por ser farsante profissional, dava à sua farsa uma qualidade que os farsantes amadores de hoje não conseguem alcançar, por mais que tentem. (FSP, 14/09/1994, p. A2)

Volta, Collor

Clóvis Rossi

SÃO PAULO — Para quem já cobriu incontáveis eleições do Primeiro ao Quarto Mundo, a campanha brasileira de 94 parece muito mais próxima da Guatemala do que da França ou da Espanha.

Começa pelos candidatos. Fernando Henrique Cardoso desandou a dizer bariedades com insuspetada cara-de-pau. Insuspetada pelo menos para quem conseguiu tanta certa ingenuidade, caso do tanto aqui.

Luz Inacio Lula da Silva parece ter perdido sua melhor qualidade, o fino sensor para o humor do tal de povo. O erro na avaliação da reação popular ao real é desses que desqualificam um "líder de massas", como o designou FHC.

Mas o pior são os áulicos de parte a parte. De um lado, tenta-se crucificar até a filha do ex-ministro Rubens Ricupero, obrigada a trancar matrícula na faculdade. Só em El Salvador, no auge da guerra civil, a intolerância em relação aos pais transferia-se automaticamente para os filhos.

Do outro lado, tenta-se entronizar Ricupero no panteão dos heróis nacionais,

como o fez ontem, por exemplo, Arnaldo Jabor nesta **Folha**. Um dos argumentos dessa corrente é o de que Ricupero teve um momento de sinceridade em meio a um mar de mentiras. Bobagem. Ricupero só foi sincero porque achava que sua sinceridade ficaria confinada aos ouvidos do repórter com quem conversava.

Outra linha de argumentação é o elogio ao fato de ter-se demitido rapidamente, quando o hábito das autoridades é agarrarem-se ao cargo.

Aí, é má-fé ou ingenuidade demais. Alguém acha mesmo que Ricupero se demitiria se não houvesse um punhado de fitas gravadas que permitiram reconstituir o que disse?

Menos mal que Renato Janine Ribeiro em seu impecável artigo de ontem na **Folha** repôs as coisas em seus devidos termos.

Fora isso, é tudo tão ridículo que dá até uma certa saudade de Fernando Collor. Por ser farsante profissional, dava à sua farsa uma qualidade que os farsantes amadores de hoje não conseguem alcançar, por mais que tentem.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha de São Paulo S.A.

Diretor Presidente: Luiz Inácio

Presidente: Roberto Campos

Gerente Geral: Roberto Campos

Conselho Editorial: Luiz Alberto Silva, Rogério César de Campos Lima, Plácido Castro, José de Fátima, Manoel Soares Jr., Gilberto Dinizenstein, Luiz Faria e Osvaldo Cruz (Secretário)

Dólar barato

A taxa recente do dólar nos últimos dias — atingindo o furo de 95% em relação ao real — reflete a expectativa de que as mudanças na política cambial são mais profundas do que o imaginado inicialmente. O cambio flutuante consolidado e o novo dólar no ar — perspectiva de manutenção do dólar.

A medida adotada anteriormente, permitindo que o Banco Central tivesse o controle da taxa de câmbio, não foi suficiente para conter a especulação que vinha ocorrendo no mercado de câmbio.

Consenso na saúde

Os planos dos partidos para a área da saúde — com exceção representada pelo Partido Comunista — não diferem muito entre si. Há um consenso em torno da necessidade de uma reforma estrutural do sistema de saúde pública, com ênfase na atenção primária e na atenção básica.

O documento do Cairo

O documento do Cairo, assinado por líderes de movimentos democráticos de vários países, é um documento histórico que estabelece princípios para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

em um dólar. Assim, os que querem vender dólares recebem uma taxa superior em que se desconta a expectativa de uma taxa de câmbio mais alta no futuro.

Antes da introdução da nova moeda, esperava-se que o Banco Central não capta de evitar que o dólar superasse a cotação de 100 reais por dólar.

Continua subindo

BRASÍLIA — Uma nova rodada de negociações entre o governo e o sindicato de trabalhadores do setor de serviços, resultando em uma nova rodada de negociações.

Genealogia do tubérculo

RIO DE JANEIRO — Nas últimas décadas, a tuberculose tornou-se uma das principais causas de morte em muitos países em desenvolvimento.



Volta, Collor

SÃO PAULO — Para quem há alguns meses atrás criticava o Primeiro ao Quarto Mandato a campanha eleitoral de 94 parece muito mais próximo da realidade do que de Franco ou de Euzébio.

Continua subindo

BRASÍLIA — Uma nova rodada de negociações entre o governo e o sindicato de trabalhadores do setor de serviços, resultando em uma nova rodada de negociações.

Genealogia do tubérculo

RIO DE JANEIRO — Nas últimas décadas, a tuberculose tornou-se uma das principais causas de morte em muitos países em desenvolvimento.

Perigos à vista

Antonio Delfim Netto
O plano de estabilização que temos a nos colar nos próximos meses é um plano desafiador. Temos, portanto, desde o primeiro dia, que um dos objetivos mais importantes da intervenção de mercado é a URV, foi a correção e o congelamento do salário real pela medida do período setembro-outubro de 94.

FRASES

"O Brasil tem milhões de trabalhadores; só 70 mil pararam. Não tem grande atenção à isso, não."
Fernando Henrique Cardoso, candidato da PSD à Presidência, na TV.

TREPIDAÇÃO

"A restrição aos salários é muito importante... A restrição não é boa, mas ainda está muito frágil."
Jeffrey Sachs, economista norte-americano, em entrevista a uma revista de negócios, sobre os "Salários Fixados".

JOGANDO A TOALHA

"Fizemos o possível para ajudar Lula."
Miguel Arraes, candidato da PSD ao governo de Pernambuco, em uma entrevista.

PÓDIO

"Chegar ao topo da glória, só com muita luta; mas, para sair, basta um resquício."
José Roberto Guimarães, técnico de seleção brasileira de futebol, em uma entrevista.

HOMENAGEM

"Assim foi sua 'revolução'. Foi a revolução brasileira de 'Brasil Carapuceiro' porque é a única que não foi liderada por um líder. Foi liderada por um povo."
José Roberto Guimarães, técnico de seleção brasileira de futebol, em uma entrevista.

Cobertor curto e eleitoreiro

É o dedo da agricultura. Afinal, segurar o financiamento da safra agrícola apenas para evitar que estourem as metas de emissão monetária previstas no Plano Real é o mesmo que plantar uma bomba de tempo.

O plantio agrícola não é como a compra de um carro novo, por exemplo, que pode ser deixada para amanhã, para o mês que vem ou até para o ano que vem. Ou se faz numa determinada época ou a colheita jamais será a mesma.

Ou seja, corre-se o risco, se o atraso na liberação das verbas persistir, de o próximo presidente ser obrigado a enfrentar os problemas decorrentes de uma safra inferior à prevista ou à necessária.

O que demonstra duas coisas: 1) o cobertor do Plano Real é curto demais; 2) o uso eleitoreiro do plano fica cada vez mais evidente.

Se o governo liberasse o financiamento da safra e estourasse a meta de emissão, poderia estar gerando inflação desde já, o que prejudicaria a candidatura FHC. Então, aplica-se esse passa-moleque, à espera de que o período eleitoral se encerre. (FSP, 11/09/1994, p. A2)

Jamais se concederia tal flexibilidade aos pés-rapados. Imagine-se um indivíduo preso por bater uma carteira. Na delegacia, admite o crime, mas pede para ser solto. Afinal, centenas de milhares de brasileiros também assaltam. O delegado vai rir. Se o ladrão tiver sorte, não recebe uma bolacha na cara. (FSP, 16/09/1994, p. A2)

O Brasil disputa seriamente o campeonato de cassações. Em pouco tempo, suspendemos os direitos dos presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional – entre outros. (FSP, 18/09/1994, p. A2)

O leitor já conhece a agudez de raciocínio do meu amigo Matias, fazendeiro de médio porte do interior de São Paulo. Ele me ligou na quinta-feira para expressar sua alegria ao ver que, finalmente, um juiz de Brasília decretou o sequestro de bens de um ex-deputado do PMDB da Bahia – um dos anões do orçamento. O seu comentário, porém, veio logo acompanhado de uma pergunta, bem ao estilo do Matias: Mas, será que ele vai devolver toda “grana” que usufruiu? [...]

Ele estava indignado também com a petulância dos nossos parlamentares que, depois de tanto escândalo, continuaram a zombar da boa-fé do nosso povo, em pleno ano eleitoral. (FSP, 02/10/1994, p. A2)

Eleições 1998

O candidato do PMDB ao governo de Goiás, o senador Iris Rezende, vem promovendo uma espécie de gincana para aliciar eleitores. Em comícios itinerantes por todo o Estado, Rezende patrocina uma competição: promete, caso seja eleito, fazer a primeira obra e a primeira visita ao município que lhe der, proporcionalmente, mais votos. [...]

Infelizmente, esse tipo de ação ainda exerce grande poder de atração sobre uma ampla fatia do eleitorado, pobre, pouco informada e vítima histórica do clientelismo.

Os métodos de Rezende põem em evidência certos vícios da política brasileira, mais frequentes em períodos eleitorais, mas que sobrevivem para além deles. Que se pense, por exemplo, na profusão de emendas parlamentares que todo ano desfiguram o Orçamento para atender particularismos e conveniências políticas. A lógica desses remendos é a mesma que permite a Rezende subordinar sua ação a critérios pessoais, sem levar em consideração prioridades e sem compromisso com a racionalidade administrativa. (FSP, 12/09/1998, p. A2)

Ética nas eleições

A igreja, fiel à sua missão, insiste no aspecto ético. O cristão é chamado a dar exemplo no exercício da cidadania e a testemunhar e defender as exigências éticas, que decorrem da dignidade da pessoa, à luz de Deus:

1) A primazia da vida, desde a concepção, com direitos e deveres que daí decorrem, o respeito e estima fraterna entre as raças e nações; 2) a defesa da família e empenho pelas condições dignas de vida, com especial atenção à moradia, à saúde e à educação; 3) a dignidade do trabalhador, o direito de ganhar a vida com salário justo, de organizar-se em sindicatos e participar nas decisões; 4) a opção pelos pobres, mais atingidos pelas injustiças, e o empenho constante na promoção dos excluídos.

A igreja ensina o respeito à liberdade e à dignidade de cada cidadão e recorda a todos a responsabilidade de promover, pelo voto consciente, o bem do povo. Diante de tantos candidatos, qual o nosso dever de eleitor?

1) Escolher pessoas idôneas, homens e mulheres: a) comprometidas com o bem comum, competentes e capazes de captar o grito e anseios dos excluídos; b) candidatos honestos que exerçam o mandato com desprendimento, transparência e sincera adesão aos princípios éticos, evitando toda corrupção; c) pessoa que, uma vez eleitas, mantenham a necessária e constante ligação com os eleitores. (FSP, 12/09/1998, p. A2)

Pode-se mentir na vida privada

Advogo o direito de qualquer pessoa – mesmo o presidente dos EUA – mentir sobre sua vida privada. Clinton tinha de mentir.

Será que não estamos diante de um absurdo? Quem acha que candidato não mente? A perseguição a Clinton é uma perseguição ao reino da mentira instituído com o marketing eleitoral. (FSP, 23/09/1998, p. A1)

SD3

Como tantos políticos o fazem, o ministro não demonstra especial apreço por leis ou pela compostura do cargo, a não ser que exista o risco de o deslize se tornar público. (FSP, 26/09/1998, p. A2)

O MINISTRO NA CALÇADA

O cidadão que atravança calçadas com seu carro está sujeito a uma justa multa. No caso do cidadão Eliseu Padilha, que ocorre ser ministro dos Transportes, deu-se um jeito para que não fosse multado, atropelando-se ademais a atitude de um fiscal cumpridor de seus deveres —quis aplicar a punição e foi desautorizado por seu chefe, ora demitido.

Trata-se de uma pequena história; talvez de um caso menor, dirão alguns. Escondido numa pequena cidade gaúcha, o ministro ocupou indevidamente uma calçada e burlou uma pequena parte da lei de trânsito. Em matéria de desmandos, corrupção e desprezo pelos direitos há muito mais do que se queixar, sem dúvida e justamente. O país tem de lidar ainda com um número expressivo de governantes e parlamentares que esvaziam cofres públicos, por meio de saque direto ou falência.

Padilha teria apenas cometido um pecadilho que, de resto, ainda é prática comum ou aceito com a irres-

ponsável despreocupação nacional com leis. Seria apenas mais um gesto típico desses brasileiros infelizmente comuns? Talvez, mas no caso trata-se de um alto funcionário do Estado, de quem se espera mais compostura. Com isso, no entanto, o ministro parece não se preocupar o bastante. Ele deixa transparecer, desse modo, uma mentalidade comum a várias figuras públicas do país.

Este político, como tantos, acredita que não será pilhado, atropelando uma sarjeta, fazendo brincadeiras racistas contra negros ou negociações no balcão menor da política. Cabe lembrar ainda que pesa no currículo de Padilha uma condenação, em última instância, por irregularidades em negociações imobiliárias.

Como tantos políticos o fazem, o ministro não demonstra especial apreço por leis ou pela compostura do cargo, a não ser que exista o risco de o deslize se tornar público.

Orgulho restabelecido, não tive coragem de violentar a inocência do menino e explicar que o problema da política brasileira é exatamente esse: a grande maioria dos candidatos brinca com o eleitorado antes da eleição (no sentido de iludi-lo) e, uma vez eleita, para de “brincar” com a maioria dele (no sentido de dar-lhe atenção). E, ainda por cima, não cuida de todos, como supõe o Tiago, mas de seus próprios interesses, dos interesses de seus amigos ou de coisas ainda mais feias. (FSP, 04/10/1998, p. A2)

O candidato do PT à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem que FHC não tem “condição moral” para propor um pacto nacional contra a crise econômica. (FSP, 04/10/1998, p. E7)

2002

SD7

Ligações perigosas: *Indústria automobilística cria mecanismo para financiar campanhas de políticos e preservarem o sigilo.*

Na surdina, montadoras engatam lobby (FSP, 20/10/2002, p. E6)

LIGAÇÕES PERIGOSAS Indústria automobilística cria mecanismo para financiar campanhas de políticos e preservar o sigilo

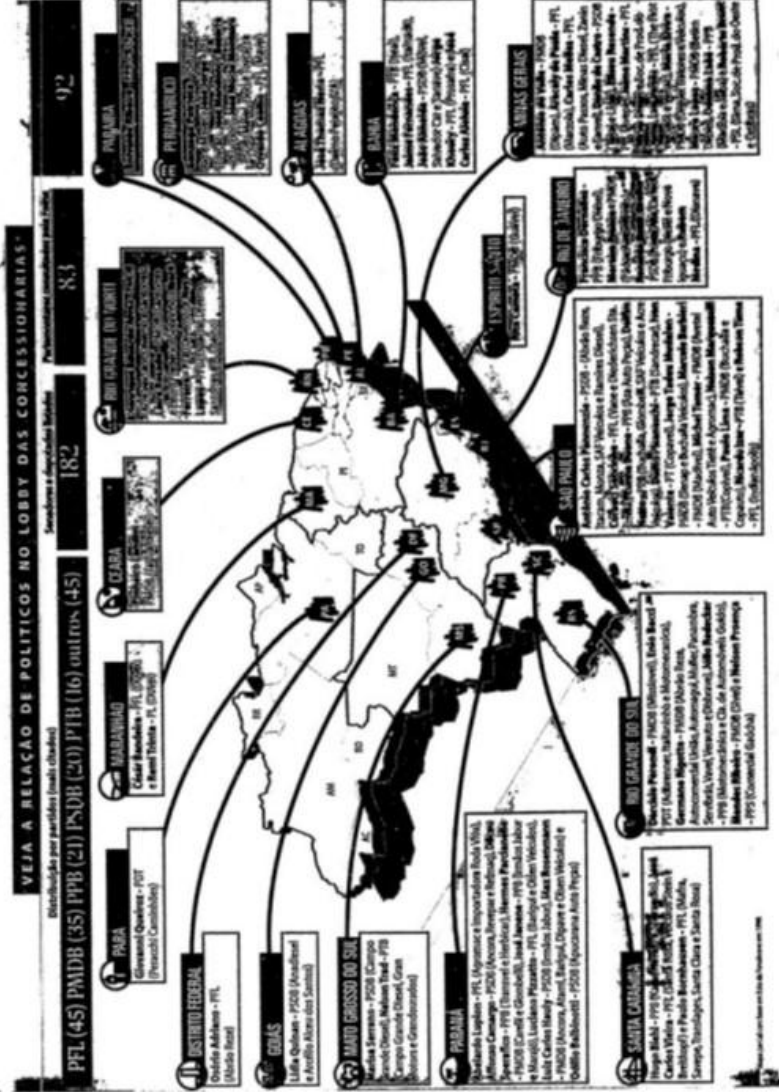
Na surdina, montadoras engatam lobby

Os nomes do setor são conhecidos: a indústria automobilística é o maior empregador do Brasil e um dos mais importantes setores da economia. Mas, até agora, não se sabia muito sobre o mecanismo que a indústria criou para financiar as campanhas dos políticos e preservar o sigilo.

Nas eleições de 1996, a indústria automobilística criou o mecanismo de distribuição de verbas para apoiar quem concorresse às eleições municipais, estaduais e federais. O mecanismo foi criado para garantir que as montadoras não fossem desautoradas e o dinheiro não fosse desviado para campanhas eleitorais de candidatos de oposição.

Em 1998, a indústria criou o mecanismo de distribuição de verbas para apoiar quem concorresse às eleições municipais, estaduais e federais. O mecanismo foi criado para garantir que as montadoras não fossem desautoradas e o dinheiro não fosse desviado para campanhas eleitorais de candidatos de oposição.

A indústria é o maior empregador do Brasil e um dos mais importantes setores da economia. Mas, até agora, não se sabia muito sobre o mecanismo que a indústria criou para financiar as campanhas dos políticos e preservar o sigilo.



LIGAÇÕES PERIGOSAS Indústria automobilística cria mecanismo para financiar campanhas de políticos e preservarem o sigilo Na surdina, montadoras engatam lobby

dois setores o apoio do setor aos eleições de 1998 e 2002, apenas 27 manifestantes. Somente dois indicaram ter recebido contribuições, como empresários de veículos: o deputado Rito Carrara (PMDB-GO) e o deputado Antônio Carlos Penazzato (PSDB-SP). Apenas 4 das 52 distribuidoras

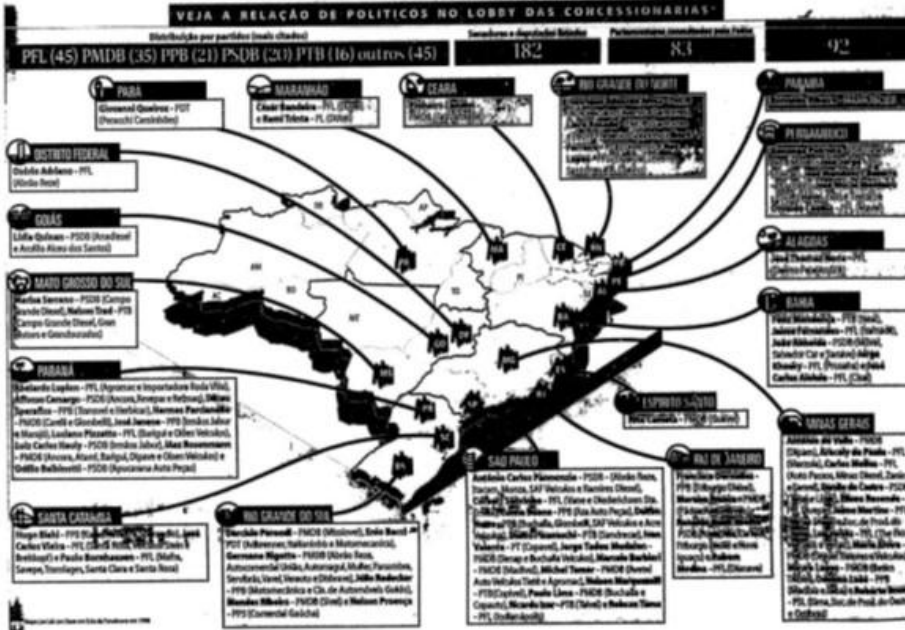
de veículos procedem regularmente ao questionário, segundo fontes consultadas. Nos eleições de 1998, a Follia aponta que algumas concessionárias entregaram veículos usados e mudaram o nome em condições especiais, resguardando a imagem das montadoras.

A Follia também apontou deputados federados e distribuidoras a partir de uma relação de 1998, de José Carlos Penazzato (PSDB-SP) e de outros deputados estaduais, com 20% entregando e depositando e os outros de condições especiais, resguardando a imagem das montadoras.

A Follia também apontou deputados federados e distribuidoras a partir de uma relação de 1998, de José Carlos Penazzato (PSDB-SP) e de outros deputados estaduais, com 20% entregando e depositando e os outros de condições especiais, resguardando a imagem das montadoras.

A Follia também apontou deputados federados e distribuidoras a partir de uma relação de 1998, de José Carlos Penazzato (PSDB-SP) e de outros deputados estaduais, com 20% entregando e depositando e os outros de condições especiais, resguardando a imagem das montadoras.

A Follia também apontou deputados federados e distribuidoras a partir de uma relação de 1998, de José Carlos Penazzato (PSDB-SP) e de outros deputados estaduais, com 20% entregando e depositando e os outros de condições especiais, resguardando a imagem das montadoras.



Distribuidoras negam apoio a candidatos

Voltações, que permitiu Marcos José Olivo, da Abred (distribuidora Ford), está vinculada a Max Rosenbaum (PMDB-PI) e Luciano Pinheiro (PTB-PE). Gláucia Goers, da Diprom, diz que é amiga de Rosenbaum, mas não sabe de financiamento.

Políticos afirmam que não recebem favorecimentos

A assembleia da deputada Rita Carrara (PMDB-GO) informou que a Goem (Goem Geral) recebeu 10 de propiedade de pimentas perfumadas, justificando, portanto, a contribuição. A assembleia da deputada Antônio Carlos Penazzato confirmou que a Abred tem veículos, de propriedade da Follia, em São Paulo, e que recebeu com "grande indignação" a contribuição da Follia.

Políticos afirmam que não recebem favorecimentos

A assembleia da deputada Rita Carrara (PMDB-GO) informou que a Goem (Goem Geral) recebeu 10 de propiedade de pimentas perfumadas, justificando, portanto, a contribuição. A assembleia da deputada Antônio Carlos Penazzato confirmou que a Abred tem veículos, de propriedade da Follia, em São Paulo, e que recebeu com "grande indignação" a contribuição da Follia.

Políticos afirmam que não recebem favorecimentos

A assembleia da deputada Rita Carrara (PMDB-GO) informou que a Goem (Goem Geral) recebeu 10 de propiedade de pimentas perfumadas, justificando, portanto, a contribuição. A assembleia da deputada Antônio Carlos Penazzato confirmou que a Abred tem veículos, de propriedade da Follia, em São Paulo, e que recebeu com "grande indignação" a contribuição da Follia.

Políticos afirmam que não recebem favorecimentos

A assembleia da deputada Rita Carrara (PMDB-GO) informou que a Goem (Goem Geral) recebeu 10 de propiedade de pimentas perfumadas, justificando, portanto, a contribuição. A assembleia da deputada Antônio Carlos Penazzato confirmou que a Abred tem veículos, de propriedade da Follia, em São Paulo, e que recebeu com "grande indignação" a contribuição da Follia.

Políticos afirmam que não recebem favorecimentos

A assembleia da deputada Rita Carrara (PMDB-GO) informou que a Goem (Goem Geral) recebeu 10 de propiedade de pimentas perfumadas, justificando, portanto, a contribuição. A assembleia da deputada Antônio Carlos Penazzato confirmou que a Abred tem veículos, de propriedade da Follia, em São Paulo, e que recebeu com "grande indignação" a contribuição da Follia.

Carta Aberta Presidente nega que 'alerta que possa ser dado', de cunho ideológico, seja 'rebaixamento do nível da campanha' Intelectuais apelam a FHC contra 'exploração eleitoral'

Leia a íntegra da carta aberta ao presidente

Leia a seguir o texto da carta aberta ao presidente Fernando Henrique Cardoso assinada por Antonio Candido, Celso Furtado, Fernando Lora e Sérgio Magalhães Góes e pelo senador Paulo Dráusio Azeite.

Uma de suas ideias e respeito à liberdade que se deu mediante de Vitor Fontana, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, de maneira a assegurar a autonomia de pesquisa e a liberdade de expressão.

Leia a resposta do presidente ao manifesto

Uma resposta do presidente Fernando Henrique Cardoso ao manifesto dos intelectuais.

Uma resposta do presidente Fernando Henrique Cardoso ao manifesto dos intelectuais.

Uma resposta do presidente Fernando Henrique Cardoso ao manifesto dos intelectuais.

SD9

Tudo, menos anjo

Antônio Ermínio de Moraes, presidente do grupo Votorantim, chamou de “covardes” os empresários que trocaram José Serra (PSDB) por Lula (PT). “Isso é falta de caráter”. Afirmou o empresário. (FSP, 11/10/2002, p. A1)

NO AR

Tudo, menos anjo

NELSON DE SÁ
EDITOR DA ILUSTRADA

BASTOU CIRO anunciar apoio “irrestrito” a Lula — e Garotinho colocou de lado as exigências para dar apoio sem “condicionantes”.

Ele disse que, como o problema eram os petistas do Rio, vai montar um palanque do PSB só para fazer a campanha de Lula. Dele, na Globo:

— Nós organizaremos nossos comícios.

Não foi assim que começou o dia, para o PSB. A Globo dizia de manhã que, “ao contrário de Ciro Gomes, Garotinho impõe condições”. E que “emissários” de José Serra já conversavam com ele.

Ao que parece, aos poucos a coisa mudou também porque socialistas como Ronaldo Lessa, de Alagoas, saíram em apoio ao petista.

No fim do dia, o presidente do PSB, Miguel Arraes, irritado, prometia “não fazer barganha nenhuma”.

O âncora Boris Casoy, diante dos movimentos de Lula e José Serra por apoio, comentou, em relação aos cortejados que criam dificuldades para vender facilidades:

— Em política tem de tudo, menos anjo.

Dos dois lados. Como notou a Globo, o tucano passou o dia cercado aqueles que o apóiam com dificuldade:

— Se no primeiro turno o PSDB tolerou que alguns fossem discretos, o jogo agora é outro. Aécio e Tasso Jereissati terão que ser enfáticos.

Tasso bem que vem tentando. Mas Aécio Neves dizia ontem que fará no segundo o que fez no primeiro turno — apoiar Serra. Não comentou a pouca ênfase do apoio.

Pelo contrário, saiu dizendo, entre outras coisas, como é bom ter dois candidatos “inatacáveis do ponto de vista moral”. Quer dizer, elogiou Lula.

No PMDB foi bem pior. Michel Temer, o governista presidente do partido, tratava abertamente dos dissidentes na televisão — casos de Roberto Requião no Paraná e de Roberto Paulino na Paraíba.

Declarou aos telejornais que vai falar com todos e propor “neutralidade”. Do catarinense Lutz Henrique, não vai pedir nem isso.

Num momento de revelação dos “anjos”, o PFL não poderia ficar de fora.

Marco Maciel arrancou uma recomendação de apoio a Serra, respeitadas as “peculiaridades estaduais”, mas a cobertura só parecia trazer “peculiaridades”, mais e mais.

O pefelista Clésio Andrade, eleito vice de Aécio, anunciou voto em Lula. Roseana Sarney reafirmou o seu. O presidente do partido, Jorge Bornhausen, se negou a dizer em quem deverá votar. Só queria saber de “voltar a Santa Catarina”.

Para o tucano, no PFL como no PPB, restou pouco a somar. Até pelo contrário. O presidente do PT já se aproveitava ontem, na Globo:

— José Serra é o candidato do continuísmo. O apoio do PFL só reforça isso.

SD8

O militar não pode torturar, o jogador de futebol não pode quebrar pernas alheias, os políticos não devem meter a mão no meio nem inventar dossiês. Mas candidatos podem e devem forçar comparações, enaltecendo suas qualidades e evidenciando os defeitos dos adversários. (FSP, 11/10/2002, p. A2)

ELIANE CANTANHÊDE

Matar ou morrer

BRÁSILIA - Lulinha pode continuar todo "paz e amor", mas o Serrinha que vem aí no segundo turno televisivo não tem nada de "paz e amor".

Lula saiu do primeiro turno com cerca de 20 milhões a mais de votos e pode se dar ao luxo de manter programas emotivos e plasticamente impecáveis. Serra, porém, só tem chance se for incisivo, contundente. Tem de ir para o ataque — o que não é necessariamente ilegítimo.

O militar não pode torturar, o jogador de futebol não pode quebrar pernas alheias, os políticos não devem meter a mão no meio nem inventar dossiês. Mas candidatos podem e devem forçar comparações, enaltecendo suas qualidades e evidenciando os defeitos dos adversários.

No segundo turno, com um embate tão direto entre governo e oposição, não poderia ser diferente. Serra vai provocar, Lula vai resistir até o limite e daí em diante vai reagir. Vale tudo dentro do seguinte pacote: confronto de idéias, idéias, passado, incoerências, experiências administrativas.

Por que o PT não deveria falar dos

erros do governo FHC? E por que os tucanos não poderiam falar dos erros das administrações do PT? Cada um defende o seu time, se é que Serra se considera do time de FHC. Faz parte do jogo. Quer dizer, da campanha.

O que não vale é baixaria, entrar na vida pessoal, partir para a ignorância, sacar denúncias inconsistentes de última hora — que não só enlameiam o processo democrático como denigrem mais a imagem de quem faz do que a de quem sofre.

O segundo turno é matar ou morrer. O tempo é curto e Serra não vai jogar siso, mas ele é guerreiro, não tem nada de "paz e amor" e está em desvantagem. O programa, os tucanos e os aliados vão refletir isso.

Mas eles que se cuidem. Licenciado para a campanha de José Eduardo Dutra ao governo de Sergipe no segundo turno, o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT), vai logo avisando: "O Lulinha pode ser o que bem quiser, mas com a gente não tem essa de 'paz e amor', não. Se vier pancada de lá, vai de cá. E em dobro".

Em outras palavras, pau puro.

do crédito externo, o fluxo de dólares vem se revelando mingamante já há tempos, mas não parece ter sido ponto adicional nos últimos dias. Assim, a nova alta do dólar — que ontem fechou a R\$ 3,99 — parece se dever sobretudo a uma piora de expectativas.

As cotações do dólar no mercado futuro e no paralelo tiveram repique ainda mais forte nos últimos dias e se aproximaram bastante do preço do dólar comercial à vista. Não é bom sinal. Essas cotações vinham se situando claramente abaixo da cotação no mercado à vista. Isso era um indicativo de que preponderava a avaliação segundo a qual o preço à vista do dólar tendia a reful. Também indicava que a compra de dólares no paralelo não era vista como boa alternativa de aplicação financeira.

A piora de expectativas pode ter di-

pode fazer a fim de conter o contágio do dólar. A "frenagem" parece ter sido alguma reforçar suas apostas na alta da moeda norte-americana. Certamente há limites para a venda de dólares no mercado à vista pelo BC. Mas ainda há medidas administrativas que, se adotadas, limitariam o espaço para ações especulativas.

Poderia ser cogitada, por exemplo, uma elevação da parcela dos depósitos à vista e a prazo que os bancos têm que depositar no BC, mecanismo conhecido como depósito compulsório. A medida restringiria a liquidez, hoje excessiva. O impacto sobre a atividade econômica não tenderia a ser significativo, pois a oferta de crédito já se encontra inibida pela política incerta. É a sinalização de que o BC segue atento e ativo seria um triunfo valioso na batalha das expectativas.

TRANSFERÊNCIA INDEVIDA

LANCES SURREAIS OCORRERAM à eleição para o governo do Maranhão. Pelo resultado que emergiu dos urnas, haveria um segundo turno entre os candidatos José Reynaldo Tavares (PFL) e Jackson Lago (PDT). Tavares, que é ligado à família Sarney, havia obtido 48,4% dos votos, contra 40,3% de Lago. Só que, depois de fechadas as urnas e divulgado o resultado, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reverteu o desfecho, dando a vitória a Tavares no primeiro turno. Lago ainda pode recorrer.

O Tribunal evidentemente teve razões jurídicas para fazê-lo. O TSE considerou não um recurso que o candidato Ricardo Muzard (PSB) havia apresentado à corte. O advogado de Muzard não juntou à documentação a comprovação que o autoriza a atuar em nome de seu cliente. Dita ou não, é como se o recurso jamais tivesse sido apresentado. Assim, voltou a vigorar uma outra decisão do TSE, anunciada duas semanas antes, que cassara a candidatura de Muzard.

Os 114.640 votos que o candidato recebeu (5,15%) passaram a ser con-

siderados nulos e, com isso, a proporção dos votos válidos obteve por Tavares sobra para mais de 50%, o que o dispensa de passar por um segundo turno eleitoral. A candidatura de Muzard havia sido impugnada pelo fato de ele ser cunhado da governadora Roseana Sarney. Como ela já foi eleita e reeleita para o cargo, nem ela nem seus parentes até o segundo grau podem disputar a sucessão. Ricardo Muzard é casado com os Sarney e um de seus mais ferrenhos adversários, mas tal circunstância evidentemente não altera a lei.

O fato objetivo e lamentável é que uma decisão que teria cabido exclusivamente aos eleitores foi transferida para o Judiciário, que se tornou com base em formalidades jurídicas. Caso não poderia ser diferente. Para evitar a repetição de situações absurdas, legisladores e juristas precisam estabelecer um sistema de registro de candidaturas melhor, que não permita que impugnações sejam julgadas às vésperas do pleito ou após sua realização. É a população que cabe decidir o resultado de eleições.

ABERTURA HISTÓRICA

É HISTÓRICA a decisão do União Europeia de expandir-se para o leste, permitindo a inclusão de dez novos membros. A partir de 2004, poderão pertencer efetivamente à UE: Polónia, Hungria, República Tcheca, Eslováquia, Eslovénia, Letónia, Lituânia, Estónia, Malta e Chipre.

Do ponto de vista político, a integração e menos problemática do que no terreno econômico. Passados 13 anos da queda do Muro de Berlim e II do colapso da União Soviética, os países do Leste Europeu agora candidatos a membros da UE se tornaram democracias relativamente estáveis. Não haverá maiores dificuldades para integrá-los às estruturas de poder da União, como a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e até a Presidência rotativa.

Na economia as coisas são bem diferentes, principalmente para os países de maior peso, como a Polónia e a Hungria. A UE nem cogita de integrá-los já. Como lembrou o jornal francês "Le Monde", "eles são dez, são pobres e possuem uma grande

população agrícola". A Itália é que a convergência econômica ocorre lentamente. Pode-se prever um período de vários anos antes que todos os novos membros tenham condições de entrar na zona do euro, por exemplo.

A UE parece disposta a recolher já os bilhões propiciados da expansão, mas menos ávida para pagar por seus custos. A Alemanha, que é a principal financiadora da União, enfrenta uma série de dificuldades domésticas e já não está disposta a arcar com tantos dispêndios. Os fundos estruturais, que a UE destina aos membros mais atrasados, deverão ser revisados. A Política Agrícola Comum também, o que em longo prazo tende a ser bom para o Brasil.

O risco é o de que a expansão acabe criando uma UE com países de primeira e de segunda classes. Se isso é inevitável num primeiro momento, é desejável que não se torne algo permanente. Para o bem e para o mal, a UE é o que de mais próximo o mundo tem como alternativa à hegemonia norte-americana.

SÃO PAULO - Ao dizer que, da parte do governo, não há nada o que fazer para conter a alta do dólar, o presidente do Banco Central, Arnaldo Jansen, está encorajando o mercado de um presidente que, assim e outras vezes, se comprometerá a governar até 31 de dezembro próximo.

Ninguém espera do atual governo que lance, agora, um novo plano econômico, de nada, ambiental ou que se proponha a construir uma ponte ligando Manaus a Porto Alegre. Espera-se que administre a crise cambial, porém.

Se não tem muito o que fazer nessa área, não tem muito a governar. Como o eleito para suceder FHC não governará a partir de janeiro, até lá o país vai ficar à mercê dos mercados.

Para por mais que negue, o presidente do BC não permite outra interpretação, que não a eleitoral, para suas declarações.

Vejamos na data 31, o presidente Fernando Henrique Cardoso encontra-se com os exatos quatro princí-

pais candidatos presidenciais. O que acontecerá? Talvez a Folha:

"Depois de se encontrar com os quatro principais candidatos à sua sucessão, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que estava satisfeito porque todos haviam assumido o compromisso de honrar o acordo assinado com o FMI (Fundo Monetário Internacional)".

"Todos disseram que vão honrar", afirmou FHC. Ora, o acordo com o FMI prevê exatamente o que Arnaldo volta a cobrar agora, quando diz que "existe hoje um clima de medo de que não se vá prosseguir numa trajetória de responsabilidade fiscal e de transparência, medo de que não vá haver um compromisso firme com taxas de inflação baixas".

Os o presidente eleito há dois meses, ou o presidente do BC resolveu voltar no pulcraço e fixar o mesmo terrível prazo eleitoral que o candidato de Serra emulou no início e não foi cumprido pelo eleito.

ELIANE CANTANHÊDE



Matar ou morrer

BRASÍLIA - Lulista pode continuar todo "paz e amor", mas o Serrista que vem aí no segundo turno televisivo não tem nada de "paz e amor".

Lula saiu do primeiro turno com cerca de 20 milhões a mais de votos e pode se dar ao luxo de manter programas emotivos e politicamente impopulares. Serra, porém, só tem chance se for incisivo, contundente. Tem de se dar a atingir — e que não é necessariamente flagrantemente.

O melhor não pode ser, o jogador de futebol não pode questionar seus árbitros, os políticos não devem meter a mão no nariz nem inventar desculpas. Mas candidatos podem e devem fazer comparações, estabelecer suas qualidades e evidenciando os defeitos dos adversários.

No segundo turno, com seu embate tão diverso entre governo e oposição, não poderia ser diferente. Serra vai provocar, Lula vai resistir até o limite e daí em diante vai reagir. Vale tudo dentro do seguinte parâmetro: confronto de idéias, ideias, programas, inovações, experiências administrativas.

Por que o PT não deveria falar dos

erros do governo FHC? E por que os tucanos não poderiam falar dos erros das administrações do PT? Cada um defende o seu time, se é que Serra se considera do time de FHC. Faz parte do jogo. Quer dizer, da campanha.

O que não vale é belarrear, entrar na vida pessoal, partir para a ignorância, acusar denúncias inconsistentes de última hora — que não são evidências ou processos democráticos como deveriam ser — e invogação de quem faz do que a de quem sofre.

O segundo turno é matar ou morrer. O tempo é curto e Serra não vai jogar nada, mas ele é guerrilha, não tem nada de "paz e amor" e está em desvantagem. O programa, os factos e os aliados vão refletir isso.

Mas eles que se cuidem. Lacerando para o candidato de José Eduardo Durval ao governo de Sérgio no segundo turno, o prefeito de Anapuá, Marcelo Dória (PT), vai logo avisando: "O Lulista pode ser o que bem quiser, mas com a gente não tem nada de 'paz e amor', não. Se vier panchada de lá, vai de cá. E em dobro".

Em outras palavras, paz para.

no passado.

O mundo mudou. Socialismo, hoje, não é mais uma separação ideológica, marcada por uma concepção teórica. Passou a ser um estímodo de consciência ideológica, característico das pessoas que têm sensibilidade para o lado social, para a justiça social, num câmbio humano, e não numa concepção individualista da vida. Essa atitude aplicada à política contraria um socialista. Bobó chegou mesmo a escrever, na linha dessa caracterização dos tipos ideológicos, que não sabia nem nunca soubera o que é uma social-democracia.

A política real é hoje a massa de trabalho dos políticos. É essa política real que vai ser o desafio do próximo governo. Tratar, como diz Gillo Gaspari, dos "defeitos visuais".

A importância do Parlamento nesse processo é fundamental. Ele será o suporte da estabilidade. Ultimamente se criou no país o hábito de sempre julgar o Parlamento com uma visão cômica, crítica, sempre pessimista. Na realidade, o Congresso é um corte da sociedade, nem mala nem mimos. Com seus defeitos e virtudes, a maior delas a de ser a caixa de ressonância das reivindicações do povo, no qual se questiona o governo, as instituições, os modelos sociais, o próprio Parlamento e seus interesses.

As decisões legislativas são abertas, tomadas sob o controle da opinião pública. As decisões do Executivo são julgadas não conhecidas depois de tomadas e não são sujeitas a interdições e a modificações durante o próprio processo de decidir, muitas vezes, monocraticamente. Isso leva a julgamentos interessados, porque, ao decidir, sempre se contraria alguém.

No novo modelo, que está chegando, precisamos de um Parlamento responsável e forte. Sem Parlamento forte, não há democracia. A melhor forma de compreender que o Congresso não é coarctado dele, mas participante, e completamente sua tarefa de expressar a opinião pública e de representar o que melhor se deseja para o país.

É hora de concluir. E concluir é o que a política tem de maior a fazer.

Devemos, assim, ter presente a sabedoria do provérbio nordestino: "Com gritos não se aferra taboca".

BOA BANCADA "Esta bancada é muito boa para o movimento e para a política agrária."

PACIFISMO "Quanto mais nos ameaçam, mais se levantam os ânimos. Estamos canalizando isso por uma via pacífica."

INICIATIVA CONTRA "É uma iniciativa contra a 'exceção' do Salvador."

CLAUDIA ANTUNES

Luz no fim do túnel

RIO DE JANEIRO - E quem automaticamente, no Rio, relacionar a violência e os surtos de vandalismo com o veredicto eleitoral. Foi assim quando Benedita da Silva (PT) foi derrotada por César Maia (PMDB) na disputa pela prefeitura em 1992, depois de uma série de ataques nas praças da zona sul. Foi assim quando Moreira Franco (PMDB) promoveu acabar com a violência em seu mandato, venceu Darcy Ribeiro (PDT) na eleição para o governo do Estado, em 1996.

Essa relação parecia, mas tem nuances novas. De junho das urnas de 2002, surge a esperança de que o estabelecimento do eleito em relação ao combate à criminalidade esteja um pouco mais sofisticado.

Na vitória de Roberto Carratino (PSB), não esteve em questão a violência no Estado. Ele chegou-se no primeiro turno graças aos votos do interior e da Baixada, onde sempre votou eleitoralmente com os programas assistenciais que implantamos como secretária de Ação Social. Foi beneficiada por ser detida o cargo em abril, livrando-se, com o marido, de

delegue de administrar um Departamento cuja despesa haviam sido levemente aumentadas.

A candidatura da governadora Benedita da Silva foi, em parte, minada pela criminalidade. A sete dias da votação, ameaças e boatos fecharam o comércio em dezenas de bairros. Mesmo assim, na capital, duas vezes afetada pelo terror do tráfico, ela teve 30% dos votos, o que a levaria a um segundo turno contra Roberto, com 35%. Em crises anteriores, sua equipe convocava setores mais radicais de que tentava agir com seriedade contra o crime organizado.

No entanto foi na votação de Solange Amaral (PFL), candidata do projeto Ceará Maia, que ficou patente o estabelecimento de discurso que explorava a insegurança com irresponsabilidade. O programa de Solange na TV divulgava-se a martelar a seguinte falta de juízo firme de Benedita e de Roberto. Maia chegou a defender que se matassem "500 mil", se isso fosse necessário, para pôr fim à violência. A populista teve 18% dos votos de capital, 9% no Estado.

FRASES

"Esse é o prazo legal para o ajuste, mas a lei não impede que se faça antes, quando há um excesso de arrecadação."

BOA BANCADA "Esta bancada é muito boa para o movimento e para a política agrária."

PACIFISMO "Quanto mais nos ameaçam, mais se levantam os ânimos. Estamos canalizando isso por uma via pacífica."

INICIATIVA CONTRA "É uma iniciativa contra a 'exceção' do Salvador."

SD11

Os discursos, incluindo o de Serra, foram duros com o PT e tentaram animar a militância, diante do mal desempenho de Serra nas pesquisas: “O PT tem duas caras: a da TV e a do MST”, disse o candidato, que afirmou ainda que há o PT da “tropa de choque”, do Rio de Janeiro. (FSP, 20/10/2002, p. E4)

Serra acusa embaixador da Venezuela de patrulhamento

DA ENFERMIA CAMPINAS

O candidato José Serra (PSDB) acusa o embaixador da Venezuela, Vladimir Villegas, de "patrulhar" sua campanha à Presidência da República. O tucano discursou ontem num evento promovido pelo diretório estadual do partido, em Campinas, interior paulista.

"Agora virou moda até o embaixador de outros países, como o da Venezuela, vir me patrulhar. Eu não disse nada demais. Todos sabem que o PT tem afinidades com o governo da Venezuela. Por que negar isso?"

Villegas disse anteontem que Serra está fazendo uma "campanha sistemática" contra a Venezuela. Classificou isso de um "ataque contra a democracia" do seu país e disse que são "pouco amistosas e sem consideração" as afirmações do tucano em relação ao presidente Hugo Chávez.

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse em entrevista à Folha que as comparações feitas por Serra envolvendo Brasil, Argentina e Venezuela são "superficiais". E o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, afirmou que as declarações do tucano podem atrapalhar as relações comerciais entre os três países.

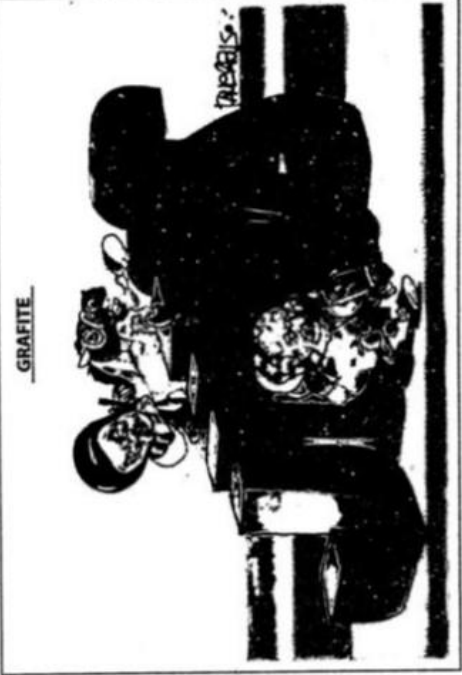
Durante o discurso, Serra assegurou que defenderá a "reguladora de democracia" na Venezuela de onde estiver. Mas lamentou a declaração do embaixador.

"Qual é o patrulhamento? Eu dizer que o Chávez, na campanha, prometeu o céu e a terra [os venezuelanos] muito longe do céu, muito abaixo do céu? O desemprego na Venezuela é mais do dobro do que no nosso país."

Jose Vereduto/Rede Imagem



Serra e Geraldo Alckmin conversam em evento em Campinas



GRAFITE

"Direito de crítica"

O PSDB recebe bem críticas que lhe são feitas por estar acostumado à democracia. "Do lado de lá do mundo fala mal do Fernando Henrique e do governo e ninguém fica patrulhando porque estamos numa democracia e acolhamos a respeitar o direito de crítica", afirmou.

Referindo-se às mudanças registradas por seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Serra disse que a Argentina e a Venezuela chegaram presidentes que prometiam mudanças e o resultado foi negativo. "Eles [Fernando de la Rúa, que renunciou, e Chávez] trouxeram mudanças, mas

para muito pior".

Depois do discurso de Serra —que não deu entrevista—, o deputado federal reeleito Alberto Goldman falou em nome da campanha tucana. Para o deputado, as declarações do presidente e do ministro são condizentes com os cargos que ocupam. Já os candidatos não precisariam ter este tipo de cautela.

Cerca de 2.500 pessoas compareceram ao evento. Estavam presentes o governador e candidato a prefeito de Alckmin (PSDB-SP), 26 anos, e o deputado estadual de Serra, 36 anos.

Os discursos, incluindo o de Serra, foram ditados com o PT e o PSDB. Serra afirmou que o PT e o PSDB não têm nada de mal desamparados de

Serra nas pesquisas: "O PT tem duas caras: a da TV e a do MST", disse o candidato, que afirmou ainda que já o PT da "tropa de choque", do Rio de Janeiro.

Todos prepararam que chegou a "hora da virada" de Serra. Goldman disse que o tucano ainda tem chances de se eleger e citou eleições ganhas na última semana.

Carlos Sampaio, deputado federal eleito pelo PSDB, disse que o PT é um partido que "quer libertar-se de suas raízes" e que hoje perde a "boa vontade".

Crítica interna

O candidato à reeleição ao governo do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), rechaçou ontem, no colégio Sagrado Cora-

ção de Jesus, em Campinas, o modelo de campanha eleitoral baseado em ataques aos adversários.

"O eleitor não gosta de ataques. Ele quer uma campanha limpa, com propostas."

A afirmação contrariou a atual campanha do candidato a sucessão presidencial pelo PSDB, José Serra, que tem feito frequentes ataques a Luiz Inácio Lula da Silva sugerindo que uma suposta vitória do PT vai ignar o Brasil à Argentina e à Venezuela.

Alckmin negou que estivesse criticando Serra. "Nunca se fez durante a campanha [de Serra], um ataque pessoal ao Lula", disse. (JORNALISTA/STPA)

Colaboração ANA PAULA MANGABEIRO, do Folha Campinas

FRASE

Agora virou moda até o embaixador de outros países, como o da Venezuela. Eu não disse nada demais. Todos sabem que o PT tem afinidades com o governo da Venezuela. Por que negar isso?

MAQUINA ELEITORAL Coordenadora do programa do governador Zeca do PT, que distribui comida, diz a carentes: "É o Lula, gente" Petistas usam cesta básica a favor de Lula

RENATO VALENTE
REDAÇÃO FOLHA DE SPINHO
FABIANO MARQUES
REDAÇÃO FOLHA DE SPINHO

Coordenadora do programa de distribuição de cestas básicas do governador de São Paulo, Luiz Inácio Lula da Silva, o Zeca do PT, ela luta para garantir que os alimentos cheguem aos pobres nos bairros de Campo Grande para pedir votos a Luiz Inácio Lula da Silva e Zeca, candidato à reeleição. O programa distribui 40 mil cestas por mês.

Uma coordenadora responsável por uma máquina com propaganda de Zeca e de seu sobrinho Vladimir Leites, deputado federal eleito. Na hora marcada, o perfil está aberto e as pessoas vão chegando. A maioria fica em pé. As 130 cestas começam a fazer uma fila que se abre e se fecha como um rio de leite e diz que se "pueda comer" ou "está cheio".

Isabel questiona: "É a mesa, quanto vale?". É o momento: "Comer e beber não". Então acontece: "Isabel, não fale de política, não fale de partido, não fale de Zeca, não fale de Lula, não fale de nada disso". Imagina se o mesmo Estado não distribui, se não fosse a secretaria de governo Zeca, de estar dando R\$ 130 para 20 mil famílias. Já não se dá para garantir?

ENTENDA O CASO

1. CRIAÇÃO DO PROGRAMA
Em 1998, o governador Zeca do PT criou o programa de distribuição de cestas básicas em Aracatuba.

2. PROBLEMA NA ELEIÇÃO
Após a vitória de Zeca do PT em 2002, o programa foi mantido, mas com mudanças.

3. PERÍODO DE 3 DE VOTOS
O programa é distribuído em três períodos: antes, durante e depois da eleição.

4. O QUE SE PASSA POR DENTRO
A distribuição é feita por meio de caminhões que vão para os bairros de campo grande.

5. O QUE SE PASSA POR DENTRO
A distribuição é feita por meio de caminhões que vão para os bairros de campo grande.

6. O QUE SE PASSA POR DENTRO
A distribuição é feita por meio de caminhões que vão para os bairros de campo grande.

Na hora marcada, o perfil está aberto e as pessoas vão chegando. A maioria fica em pé. As 130 cestas começam a fazer uma fila que se abre e se fecha como um rio de leite e diz que se "pueda comer" ou "está cheio".

Uma máquina com propaganda de Zeca e de seu sobrinho Vladimir Leites, deputado federal eleito. Na hora marcada, o perfil está aberto e as pessoas vão chegando. A maioria fica em pé. As 130 cestas começam a fazer uma fila que se abre e se fecha como um rio de leite e diz que se "pueda comer" ou "está cheio".

Isabel questiona: "É a mesa, quanto vale?". É o momento: "Comer e beber não". Então acontece: "Isabel, não fale de política, não fale de partido, não fale de Zeca, não fale de Lula, não fale de nada disso". Imagina se o mesmo Estado não distribui, se não fosse a secretaria de governo Zeca, de estar dando R\$ 130 para 20 mil famílias. Já não se dá para garantir?

OUTRO LADO

Reuniões são fora do expediente, diz coordenador

O coordenador estadual do Programa de Segurança Alimentar do governo de Mato Grosso do Sul, Herberto Figueiredo, diz que reuniões de que o programa seria desenvolvido do fim de semana e em horários não oficiais.

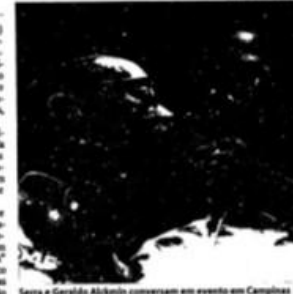
Reuniões são fora do expediente, diz coordenador

O coordenador estadual do Programa de Segurança Alimentar do governo de Mato Grosso do Sul, Herberto Figueiredo, diz que reuniões de que o programa seria desenvolvido do fim de semana e em horários não oficiais.

para dar "votacionismo" às famílias. A festa da mesa básica é o momento de acalorar o coração e "milhões de PT".

Serra acusa embaixador da Venezuela de patrulhamento

O candidato José Serra (PSDB) acusa o embaixador da Venezuela, Vladimir Villegas, de "patrulhar" sua campanha à Presidência da República. O acusado alega que tem recebido informações sobre o trabalho eleitoral do PT em Caracas, em Campesina, interior paulista.



Serra e Gerardo Alcázar conversando em Campesina.



"Agora virou moda até o embaixador de outros países, como o da Venezuela, vir me patrulhar. Eu não disse nada disso. Talvez tenham que o PT tem afinidades com o governo da Venezuela. Por que negar isso?"

"Divulga de crítica" O presidente Fernando Henrique Cardoso disse em entrevista à Folha que se surpreendeu ao ler por Serra embaixador José, Argentina e Venezuela são "superficiais". É o ministro das Relações Exteriores, Carlos Lacerda, afirmou que a declaração do tucano poderia prejudicar as relações comerciais entre os dois países.

Depois do discurso de Serra —que não deu entrevista—, o deputado federal eleito Alberto Goldman falou em nome da esquerda tucana. Para o deputado, as declarações do presidente e do ministro são condizentes com os cargos que ocupam. Já os candidatos não poderiam ter este tipo de postura.

Serra não negou: "O PT tem duas caras e da TV e da rádio", disse o candidato, que afirmou ainda que há o PT de "troupe de choque", de Sérgio Buarque.

Logo depois que chegou a "hora da verdade" de Serra, Goldman disse que o tucano ainda tem chances de se eleger e citou vários obstáculos no último semana.

Agora virou moda até o embaixador de outros países, como o da Venezuela, vir me patrulhar. Eu não disse nada disso. Talvez tenham que o PT tem afinidades com o governo da Venezuela. Por que negar isso?"

2006

SD20

Lula tem pressa no dossiê; para Alckmin, petista perdeu a vez

Quero saber quem arquitetou essa obra de engenharia”, disse. “Quando você negocia com bandidos, está sendo tão bandido quanto eles.” Lula quer que o caso seja esclarecido logo.

[...]

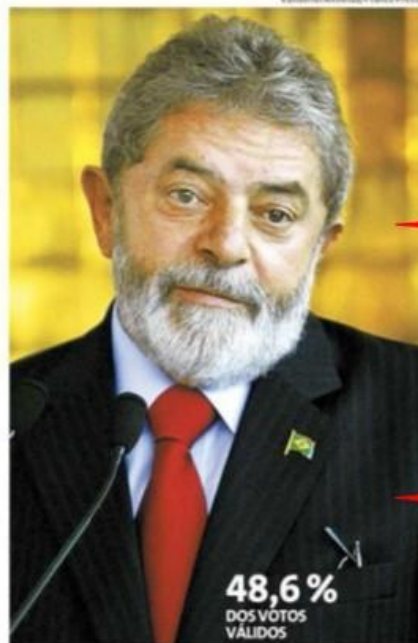
Alckmin afirmou que Lula “teve sua chance e deixou passar”. “Do ponto de vista ético, Lula podia ter dado o exemplo, e infelizmente não foi o que vimos.” Disse apostar na rejeição do petista. (FSP, 03/10/2006, p A1)

Lula tem pressa no dossiê; para Alckmin, petista perdeu a vez

Presidente diz que escândalo foi 'tiro no pé' e reforça campanha com governadores eleitos



O tucano Geraldo Alckmin almoça em restaurante de São Paulo



Lula dá entrevista coletiva no Palácio da Alvorada, em Brasília

Na primeira entrevista após a definição de que terá de ir ao segundo turno com Geraldo Alckmin (PSDB), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que o escândalo do dossiê contra tucanos foi um "tiro no pé".

"Quero saber quem arquitetou essa obra de engenharia", disse. "Quando você negocia com bandidos, está sendo tão bandido quanto eles." Lula quer que o caso seja esclarecido logo.

A noite, o comando da campanha falou em "coalizão" para o segundo turno. Os governadores eleitos Jacques Wagner (BA) e Marcelo Déda (SE) e o deputado eleito Ciro Gomes (PSB-CE) vão reforçar a campanha.

Alckmin afirmou que Lula "teve sua chance e deixou passar". "Do ponto de vista ético, Lula podia ter dado o exemplo, e infelizmente não foi o que vimos." Disse apostar na rejeição do petista.

Acordo entre as campanhas pode adiar para a próxima semana o reinício do horário eleitoral. O primeiro debate na TV está marcado para domingo. **Diários 2006**

FOLHA DE S.PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OSCAR FREIXAS FILHO

TERÇA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2006

EDIÇÃO SÃO PAULO, CONCLUÍDA ÀS 18h30



Sucessão de erros provocou desastre que derrubou Boeing

RODRIGUELO
DEPARTAMENTO DE NOTÍCIAS
 E REPORTAGEM
 LUZIA MARSA
DEPARTAMENTO DE NOTÍCIAS

O maior acidente aéreo do país resultou de uma série de erros: do piloto de vôo errado e do "desaparecimento" do radar do jato Legacy, além de problemas na comunicação com o centro de controle em Brasília, aponta investigação.

O choque entre o Boeing 737-800 da Gol e o jato Legacy, na sexta-feira, matou 153 pessoas. Não é possível falar em culpa, mas a lista de erros faz muitas dúvidas. Uma delas é por que o Legacy, que deveria baixar de 37 mil para 30 mil pés ao sobreviver Brasília, não o fez. Além disso, controladores de vôo do Cindacta-1 não alertaram logo o jato.

Familiares de vítimas são levados à região em que foram achados destroços do Boeing 737-800

VAIVEM ELEITORAL

sobem

- Paulo Maluf (PP)**
 O ex-governador de São Paulo é o deputado federal mais votado do país, com 758.421 votos
- Claudio de Barros (PSB)**
 O vereador carioca conquistou um mandato no deputado federal mais votado do Brasil com 191.414 votos
- Ciro Gomes (PSB)**
 Ex-terceiro presidente, o deputado federal mais votado do país, com 141.474 votos no CE
- Antonio Palocci (PT)**
 O ex-ministro brasileiro é o deputado federal mais votado do Brasil com 141.474 votos
- Fernando Collor de Mello (PSDB)**
 Após 14 anos, o ex-presidente voltou à Brasília como senador (teve que voltar por Alagoas)

descem

- Reinaldo Cavalcanti (PSDB)**
 O ex-governador de Pernambuco é o deputado federal menos votado do Brasil, com 5.129 votos (RJ), em 21 de maio de agosto
- Alexandre Collor de Mello (PT)**
 Ex-governador do Ceará, o deputado federal menos votado do Brasil, com 5.129 votos (RJ), em 21 de maio de agosto
- Juliano Borges (PSDB)**
 O ex-governador de Mato Grosso do Sul é o deputado federal menos votado do Brasil, com 5.129 votos (RJ), em 21 de maio de agosto

Lula tem pressa no dossiê; para Alckmin, petista perdeu a vez

Presidente diz que escândalo foi "tiro no pé" e reforça campanha com governadores eleitos



41,6% DOS VOTOS VÁLIDOS

48,6% DOS VOTOS VÁLIDOS

O governador Geraldo Alckmin atém-se em um restaurante de São Paulo

Lula dá entrevista coletiva no Palácio da Alvorada, em Brasília

Na primeira entrevista após a deliberação de que terá de ir ao segundo turno com Geraldo Alckmin (PSDB), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que o escândalo do dossiê contra Tucanos foi um "tiro no pé".

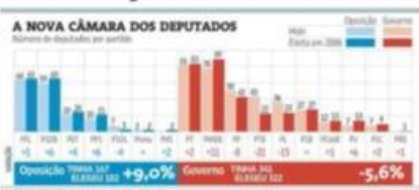
"Quero saber quem manipulou essa obra de engenharia", disse. "Quando você negocia com bandidos, está sendo tão bandido quanto eles." Lula quer que o caso seja concluído logo.

A noite, o comando da campanha fala em "condição" para o segundo turno. Os governadores eleitos Jaques Wagner (BA) e Marcelo Dória (SE) e o deputado eleito Ciro Gomes (PSB-CE) vão reforçar a campanha.

Alckmin afirmou que Lula "teve sua chance e deixou passar". De pontos de vista críticos, Lula podia ter dado o exemplo, e infelizmente não fez o que vinha. Disse apoiar sua rejeição do petista. Acordo entre as campanhas pode adiar para o próximo semana o reinício do trabalho eleitoral. O primeiro debate na TV está marcado para domingo. *Áurea* 100

Câmara terá renovação de 46% em 2007

A Câmara dos Deputados que toma posse em fevereiro terá renovação de 46%. É o maior índice desde 1994, quando os novos parlamentares foram 50%. Em 2002, a renovação foi de 41,6%. A maior bancada será do PMDB, com 89 deputados. O PT, hoje com 61, será o 2º.



RESULTADO FINAL

Partido	Atual	2007
Lula (PT)	30.941.349 (55,23%)	30.941.349 (55,23%)
Alckmin (PSDB)	18.941.349 (33,94%)	18.941.349 (33,94%)
Branco	2.988.544 (5,38%)	2.988.544 (5,38%)
Demais	8.888.544 (15,83%)	8.888.544 (15,83%)

Só 7 de 29 partidos atingem 5%

Só 7 dos 29 partidos políticos do país superaram a cláusula de barreira, que impõe sérias restrições às siglas que não a superam.

Duas respostas de uma só vez

O candidato deu duas respostas de uma só vez. Uma à coalizão infundada e outra ao próprio Lula e à sua pregação crescente.

ciência
 Nobel de Medicina premia estudo sobre "silenciador" de genes **411**

EDITORIAIS *41*
 Lula "Parangolé" *42*
 Adeus aos governadores de oposição *43*
 "Supremacia Diária" *44*

KODIZIO EM SP *12*
 De R\$ 3,00 para R\$ 3,40 **3.4**

ATMOSFERA *14*
 O que esperar do próximo ano *15*
 Previsão: 21°C máxima, 17°C mínima **21°C**

Coleção Folha Cozinha Para a Paixão

Próximo domingo:
Folha
 +
 R\$ 5,00
 com
 Peru

SD16

A noite, em pronunciamento ao “Jornal Nacional”, da TV Globo. Lula disse que no segundo turno pretende “politizar a sociedade” e comparar o seu desempenho no campo ético com o dos tucanos. “Quero fazer um debate profundo sobre a questão ética no país para que a gente possa inclusive fazer comparação nessa questão, porque nós temos feito mais do que qualquer outro governo fez na história deste país para punir qualquer desvio.” (FSP, 03/10/2006, p E2)

EM CAMPANHA

Lula elogia Collor e diz que PT atirou no pé

Presidente pede a Deus para desvendar caso do dossiê e acredita que ex-presidente impedido pode fazer trabalho 'excepcional'

O petista desconsiderou se licenciar do cargo para se dedicar só à campanha e afirmou que debate é melhor com dois candidatos

FEDRO DIAS LEITE
 LUCIANA CONSTANTINO
 DA SOCURESA DE BRASÍLIA

Em sua primeira entrevista depois do resultado das urnas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que ainda não tem como explicar por que não ganhou no domingo e que simplesmente "faltou voto", mas que "não vai faltar no segundo".

Sobre o dossiê dos petistas e sua ausência no debate da Rede Globo, dois motivos apontados como os responsáveis por ele não ter vencido no primeiro turno, Lula disse que não tem uma "bola de cristal". Ele também admitiu que o episódio do dossiê foi um "tiro no pé".

"Eu confesso que não tenho um medidor ainda. Quem sabe nas próximas pesquisas comecem a aparecer [os motivos de não ter vencido]. Não sei que matéria, se foi debate, o que foi", disse Lula durante entrevista no Palácio da Alvorada.

O presidente fez elogios à imprensa e, sem identificar quem, afirmou que "havia uma pressão de setores da sociedade muito grande para que houvesse dois turnos", sem no entanto reclamar disso. "Não vejo nenhum problema nisso."

Lula, que a todo momento fazia um evidente esforço para dar um clima de descontração e não demonstrar desânimo, disse que não pode "culpar o PT" e descartou se licenciar do cargo para fazer campanha.

A noite, em pronunciamento no "Jornal Nacional", da TV Globo, Lula disse que no segundo turno pretende "politicizar a sociedade" e comparar o seu desempenho no campo ético com o dos tucanos. "Quero fazer um debate profundo sobre a questão ética no país para que a gente possa inclusive fazer comparação nessa questão, porque nós temos feito mais do que qualquer outro governo fez na história deste país para punir qualquer desvio."

No trecho de sua fala voltada para a militância, prometeu uma campanha com "pé na estrada, pé na rua".

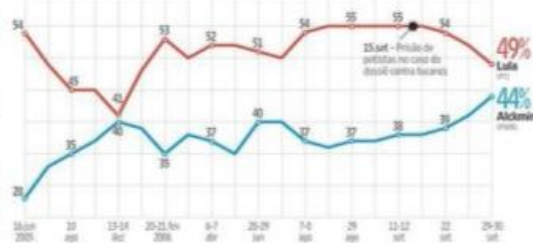


Walfrido Mares Góia (segundo da esq. para a dir.), Marco Aurélio Garcia, Marta Suplicy e a primeira-dama, Marisa Letícia, assistem à entrevista de Lula, no Alvorada

A EVOLUÇÃO DO 2º TURNO DESDE 2005

Segundo pesquisa Datafolha

Resposta estimulada e única, em %



COMO FOI EM 2002



COMO FOI EM 1999



Diferença entre os candidatos volta a diminuir

DA SOCURESA DE BRASÍLIA

Após terminar o primeiro turno apenas 6,97 pontos à frente de Geraldo Alckmin (PSDB), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) repetiu um momento que já foi captado em outras fases da atual campanha presidencial. Em dezembro do ano passado, quando todos os efeitos da crise do escândalo do mensalão eram muito fortes, Lula chegou a ter apenas 4% das intenções de voto contra 40% de Alckmin num hipotético segundo turno da eleição presidencial.

Depois do final do ano passado, os bons números da economia e a relativa calma na área de escândalos acabaram levando o petista a ficar com 52% contra apenas

tuais, sempre a favor de Lula. Até que veio o caso do dossiê contra tucanos, comprado por petistas com dinheiro de origem indefinida.

O noticiário negativo acabou enxugando a diferença entre Lula e Alckmin para apenas cinco pontos percentuais, na pesquisa dos dias 29 e 30 últimos. O petista marcou 49% e Alckmin ficou com 44%.

Para o diretor do Instituto Datafolha, Mauro Paulino, "essas curvas mostram que não se trata de algo inédito o fato de Lula e de Alckmin estarem próximos numa simulação de segundo turno".

Eleições anteriores

Eleições presidenciais anteriores com Lula indo ao segundo turno mostram curvas diferentes. Em 1989, contra Fernando Collor, o petista esteve sempre atrás — ou, no máximo, em situação de empate técnico (dentro da margem de erro). Em 2002,

EM CAMPANHA

Lula elogia Collor e diz que PT atirou no pé

Presidente pede a Deus para desvendar caso do dossiê e acredita que ex-presidente impedido pode fazer trabalho 'excepcional'

O petista desconsiderou se licenciar do cargo para se dedicar só à campanha e afirmou que debate é melhor com dois candidatos

PEDRO DIAS LETTE
LUCIANA CONSTANTINO
INFORMAÇÕES

Em sua primeira entrevista depois do resultado das urnas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que ainda não tem como explicar por que não ganhou no domingo e que simplesmente "faltou voto", mas que "não vai falar no passado".
Sob o dossiê dos petistas e sua atuação no debate de Rádio Globo, dois momentos apontados como se responsáveis por não ter vencido no primeiro turno, Lula disse que não tem como "falar de coisas". Ele também admitiu que o episódio do dossiê foi um "erro meu".
"Eu confesso que não tenho um vencedor ainda. Quem sabe nas próximas pesquisas comece a aparecer [o vencedor] e não ter vencido. Não sei que matéria, se foi debate, o que foi", disse Lula durante entrevista no Palácio Alvorada.

O presidente fez elogios à imprensa, sem identificar quem, afirmando que "há um processo de retorno da sociedade muito grande para que tenhamos dois turnos", sem no entanto reclamar disso. "Não vejo nenhum problema nisso".
Lula, que a todos os momentos tem evidência enfática para dar um clima de desconstrução e não demonstrar desânimo, disse que não pode "culpar" PT e desmentir se licenciar do cargo para fazer campanha.

A noite, em pronunciamento no "Anual Nacional" da TV Globo, Lula disse que no segundo turno pretende "politicizar a sociedade" e comparecer a um desfilamento no campo físico com o dos tucanos. "Quero fazer um debate profundo sobre a questão ética no país para que a gente possa inclusive fazer compensação destas questões, porque não temos feito nada de que qualquer outro governo faria há bastante tempo", afirmou para não parecer qualquer dor.

No trecho de sua fala voltada para a militância, prometeu uma campanha com "pé no estrado de guerra".

VITÓRIA DEMORADA

"Faltou voto para a gente ganhar no primeiro turno, certamente não vai faltar para a gente ganhar no segundo, se isso vai acontecer apenas um pouco mais e vitória".

BOLA DE CRISTAL

O petista não quis dizer se se arrependeu, se foi o debate, se foram os fatos do dossiê ou falta voto. "Se eu tivesse uma bola de cristal que me dissesse: 'Você não vai ganhar no primeiro turno, não há como você perder o voto', eu teria tido aquilo que eu gostaria de ter".

DOSSIÊ

"Se o fato aconteceu, ele tem de ser analisado. Tudo mundialmente acontece de alguma forma. Dado que toda uma política que não se quer de repente. Mas dia, mesmo dia, ele tem uma questão. (...) O fato concreto é que aconteceu, foi o debate, foi a fotografia, que poderia ter sido montado no dia, poderia ter sido montado quando bem entendido", afirmou.

TIBO NO PÉ

Lula disse que ficou "pedra-corta" depois para que não se reconheça nada até desvendar esse mistério [quem teve o pé do dossiê]. Por que tem um mistério nesse dossiê que eu gostaria de saber. Não é apenas a questão do dossiê e de onde veio o dossiê. Eu quero saber quem entregou isso para não se propaga", disse Lula.

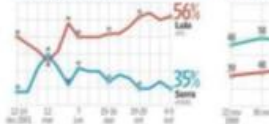


Walter Bertoletti (segundo da esq. para a dir.), Marco Aurélio Garcia, Marta Supryl e o primeiro-dama, Marisa Leticia, assistem à entrevista de Lula, no Alvorada

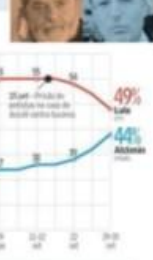
A EVOLUÇÃO DO 2º TURNO DESDE 2005



COMO FOI EM 2002



COMO FOI EM 1989



Diferença entre os candidatos volta a diminuir

Após terminar o primeiro turno apenas 8,97 pontos a favor de Geraldo Alckmin (PSDB), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se põe com uma vantagem que já foi captada em outros dias da atual campanha presidencial. Em dezembro de ano passado, quando houve os efeitos da crise do escândalo de mensalismo entre outros fatores, Lula chegou a ter apenas 4% dos votos de voto contra 40% de Alckmin num hipotético segundo turno de eleições presidenciais.
Depois do fim de ano passado, os boatos relativos da economia e a relativa calma no área de escândalos acabaram levando o petista a ficar com 35% contra apenas 30% do tucano nas pesquisas de segundo turno feitas pelo Datafolha.
Em geral, a diferença entre os dois candidatos oscila durante a campanha no faixa de 7 a 15 pontos percentuais, sempre a favor de Lula.

Collor diz que integraria base de apoio a Lula e defende reeleição

aderência e muito pensando em eleições locais".
Dias ainda que usará a tribuna de Collor para dar suas opiniões sobre os candidatos com o mesmo tom de proximidade a Presidência e a sua oposição "votar a pagar".
"Não vamos pagar nada", afirmou. Pelo mesmo país sim, vai ser muito pagando.
Collor retomou a presidência da República em 1992 para evitar o impeachment. Mesmo assim, teve um diálogo político construtivo até 2000. Na volta à política, está disposto a manter aquele espírito congressual.
Questionado sobre uma possível disputa à Presidência da República, disse que é muito pouco pensativo.
"Com duas filhas gêmeas nascidas há quatro meses e quando com a esposa Caroline Medeiros, 29, o ex-presidente disse que está no melhor momento de sua vida. Ainda não se afastou da entrevista. Collor apontou estar transigente. Ele disse que ainda não decidiu se vai fazer a morte no caso da Dinda, terminou em Brasília que se tornaria um símbolo de sua governança. "É um lugar extraordinário, mas muito distante".

DEBATES

Agora vai ser um debate mais esclarecedor, o candidato não vai ficar muito tempo fora do ar, porque quando tem muito candidato não fica muito tempo fora do ar, esperando uma pergunta, as vezes perguntam para outro e não para você. Agora são dois candidatos, o tipo de debate é muito mais ágil, você pode responder e posso perguntar, é uma coisa muito mais esclarecedora para a sociedade do que um debate com muitos gente", afirmou.

ALIANÇAS

O presidente indicou o peso dos apoios de Heloisa Helena e Cristiano Buarque a algum candidato no segundo turno. "Ela já deu uma declaração muito clara para votar em quem quiser. É uma vitória da cidadania", afirmou.

COM OLHEIRAS, PRESIDENTE LULA MOSTROU ABATIMENTO EM ENTREVISTA

Com um pouco de abate, o presidente Lula começou com um abate e pronunciamento coletivo, no Palácio do Alvorada. Primeiro com o lançamento de campanha "Lula de novo com a força do povo" e depois a força "não possível". Na parte das compromissos, ele elogiou os debates e votações de urna eletrônica e aos partidos políticos. Lula demonstrou abate e começou a falar com os jornalistas, quando um fato de voz mais baixa do que o usual. Depois, ele demonstrou mais confiança e descontração.

ESTADOS

"Estou extremamente feliz com a vitória de comuniquei João Wagner em Bahia, uma coisa que acho que para todo mundo, por você também, foi uma surpresa extraordinária. A vitória do Marcelo Dinda também é importante, porque quem eram dois Estados governados pelo PT e foram derrotados".

RICOS PORRES

Lula diz que não tem intenção de voltar ao risco e preferiu não voltar. "A sociedade brasileira não aceita mais dívidas, a cultura brasileira não aceita mais dívidas. (...) Se fosse assim, como tem muito mais países do que isso, já estaria ganhando a eleição. Não é assim que o país vai se recuperar. Se eu voltar, eu vou fazer um trabalho no Brasil, não vou voltar".

SEM LICENÇA

"Eu já provei que é possível fazer campanha exercendo a Presidência. Se eu me licenciar, o [primeiro-dama] Zé Aldenice vai ter de assumir, e ele é muito importante em Minas, também vai ter de fazer campanha. Vou fazer como fizemos no primeiro turno", afirmou.

Críticas aos tucanos

“Vocês não vão me ver, enquanto presidente da República, evitar que haja CPI. Porque, se der resultado, parabéns à CPI. Se não der, vai desmoralizar quem participou dela (...). Seria muito pior se o presidente tivesse interferido para evitar que acontecesse CPI, como houve interferência no governo passado, como houve no governo de São Paulo.” (FSP, 03/10/2006, p. E2)

Collor diz que integraria base de apoio a Lula e defende reeleição

“Entre todos os candidatos, entendo que Lula é o que melhor se adapta às necessidades e às circunstâncias do Brasil, tirando a crônica policial”, disse ele. (FSP, 03/10/2006, p. E2)

Em crise, [Lula] exibiu o fantasma do cordeiro inocente e abatido. Ferido, mostra o mesmo viso melancólico e benévolo, enquanto suga a riqueza do país em prol de si, da “companheirada” e dos que tem poder real. (FSP, 05/10/2006, p A1)

Para Tarso, eleitor está cansado de debate ético

O ministro Tarso genro (Relações Internacionais) defendeu que o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) seja cobrado a respeito do fortalecimento do PCC em São Paulo toda vez que o adversário questionar o presidente Lula a respeito de escândalos de corrupção.

“O eleitor já está exaurido do debate sobre ética”, disse o ministro, que quer mudar o foco da campanha. (FSP, 16/10/2006, p. A1)

2010

SD18

Ele [Ciro Gomes] disse que os eleitores que apoiaram Marina Silva (PV) no primeiro turno estão preocupados com a ‘frouxidão moral’ demonstrada ‘aqui e ali’ e que a ida de Dilma ao segundo turno foi uma ‘lição de humildade’ (FSP, 06/10/2010, p. E1)

Ciro coordenará campanha no Nordeste

DE BRASÍLIA

O deputado federal **Ciro Gomes** (PSB-CE) foi anunciando ontem como um dos novos coordenadores para a região Nordeste da campanha de **Dilma Rousseff** (PT) à Presidência.

Logo na estreia, **Ciro** fez críticas indiretas aos recentes escândalos de irregularidades no governo, como a demissão de **Erenice Guerra** e a quebra de sigilo fiscal de pessoas ligadas ao PSDB.

Ele disse que os eleitores que apoiaram **Marina Silva** (PV) no primeiro turno estão preocupados com a “frouxidão moral” demonstrada “aqui e ali” e que a ida de **Dilma** ao segundo turno foi uma “lição de humildade”.

O deputado teve sua pré-candidatura abortada pelo

PSB no início do ano, por pressão de **Lula**. Na ocasião, ele disse que **Serra** era mais preparado do que **Dilma** e chamou o PMDB de “ajuntamento de assaltantes”.

Ontem, após reunião com **Lula** no Palácio da Alvorada, **Ciro** disse é preciso dialogar com a parcela do eleitorado que ele identificou como sendo seus apoiadores para mostrar que a candidatura de **Dilma** representa a continuidade do governo **Lula** e é a melhor opção.

“[É preciso ter] um diálogo com esse brasileiro maravilhoso, que votou em mim e na **Marina**, que é classe média que tá zangada com despidores, com essas frouxidão morais aqui e ali, essa simplificação grosseira que a política de **SP** quer impor ao país de que só existe vida in-

teligente no PSDB e no PT.”

Para **Ciro**, que se disse “a pessoa que tem talvez a maior intimidade, amizade, carinho e respeito pela **Marina** [Silva]”, a verde deve se manter neutra no segundo turno, mas o PV deve apoiar **José Serra** (PSDB).

“O PV vai ser cooptado pelo **Serra**, porque a burocracia do PV já é controlada pelo **Serra**”, disse. O partido faz parte da base que apoiou **Serra** no governo de **São Paulo**.

Segundo **Ciro**, **Marina** é “digna e tem história”, por isso não apoiaria a aliança PSDB-DEM. Entretanto, as “concessões que o PT andou fazendo” também afastam a chance de seu apoio a **Dilma**.

Ele aproveitou para atacar **Serra**, disse que ele foi ministro do governo “mais escandaloso que o **Brasil** já teve.”

Eleições 2010

PRESIDENTE 40

Lula determina **guinada** na campanha de Dilma, que vai explorar privatizações

Presidente também quer que PT evite agenda religiosa e que a candidata passe a adotar atitude menos formal

Orientação é utilizar o horário na TV, que começa na sexta, para comparar os projetos de governo de PT e PSDB

BRASÍLIA
FOTOGRAFIA ESPECIAL ABRÁVILA

O presidente Lula e os governadores eleitos cobraram ajustes na estratégia de campanha de Dilma Rousseff (PT) no segundo turno. Lula pediu para explicar o tema privatizações nos programas de TV, numa revidição do que foi feito em 2006.

Outra orientação foi tirar a agenda religiosa, incluindo a política do aborto, intensificando de fato a campanha, e usar os programas de TV para comparar os projetos de governo petista e tucanos.

De acordo com governadores eleitos, ontem no Alvorada, Lula disse que a campanha de Dilma tem de enfrentar a política do aborto, mas não pode deixar que o tema domine o segundo turno, fazendo o juiz que interessa ao adversário José Serra (PSDB).

Lula também determinou que Dilma se aproxime mais das pessoas e da imprensa, falando com o tom informal e com o clima de segurança de suas viagens. Ontem mesmo a candidata concedeu entrevista em meio à aglomeração de repórteres.

Outra mudança notada foi o tom de sua fala. Dilma disse que o governo Lula também atendeu à classe média e baixa que sua campanha vai explicar as comparações na área social e a vida privatizada do PSDB.

"Nosso objetivo principal é deixar cada vez mais claro que se trata de confronto entre dois projetos. Um projeto



Lula no Palácio da Alvorada, cercado de governadores e senadores aliados eleitos, após reunião que redefiniu estratégia para a campanha de Dilma

é necessariamente uma volta ao passado", afirmou.

"Sem dúvida a gente tem que responder a questões das privatizações. E o tratamento que eles fazem à Petrobrás, quando tiraram até o que é mais brasileiro, que é o 'braz', e tentaram colocar o

"braz", disse, se referindo a ideia surgida em 2000 de trocar o nome para "Petrobras".

Dilma levou rapidamente a cabo a política em torno do aborto, limitando-se apenas a dizer que defende a vida. "Fizesse por uma especificidade explícita muito forte, que foi

o nascimento do meu neto".

Também estimulada pelos governadores eleitos, a redefinição da campanha fez uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral na tentativa de regularizar parte dos programas de TV e comentar o segundo turno.

A ideia é fazer pelo menos parte da propaganda e dos programas de Dilma com conteúdos voltados para cada região em que ela atuar.

A autorização do TSE é necessária porque o tribunal é responsável pela grade dos programas. A partir dela, a

distribuição é feita para todo o país. Ingressos da campanha são críticos em relação à possibilidade logística de regularizar todos os conteúdos.

(FOLHA ONLINE, MARINA BRAGA, 51-9080-10113 e 9080-10114)

LEIA MAIS na pág. 3



Ciro coordenará campanha no Nordeste

BRASÍLIA

O deputado federal Ciro Gomes (PSB-CE) foi anunciado ontem como um dos novos coordenadores para a região Nordeste da campanha de Dilma Rousseff (PT) à Presidência.

Logo na estreia, Ciro fez críticas indiretas aos recentes escândalos de irregularidades no governo, como a demissão de Evencio Guerra e a quebra de sigilo fiscal de pessoas ligadas ao PSDB.

Ele disse que sua estratégia que apóia Marina Silva (PV) no primeiro turno não se preocupou com a "transparência moral" demonstrada "agora ali" e que a ida de Dilma ao segundo turno foi uma "falha de humanidade".

O deputado teve sua candidatura abortada pelo

PSB no início do ano, por pressão de Lula. Na ocasião, ele disse que Serra era mais preparado do que Dilma e chamou o PSDB de "sumiço de assaltantes".

Ontem, após reunião com Lula no Palácio da Alvorada, Ciro disse é previsto dialogar com a parcela da elite da direita que ele identifica como sendo seus apoiadores para mostrar que a candidatura de Dilma representa a continuidade do governo Lula e é a melhor opção.

"É preciso ter um diálogo com esse brasileiro maravilhoso, que votou em mim e na Marina, que é classe média que já navegou com desconfiança, com essas frustrações morais aqui e ali, essa identificação grosseira que a política de SP quer impor ao país de que só existe vida in-

teligente no PSDB no PT".

Para Ciro, que se diz "a pessoa que tem talvez a maior intimidade, amizade, carinho e respeito pela Marina Silva", a verdade deve se manter neutra no segundo turno, mas a PV deve apoiar José Serra (PSDB).

"O PV vai ser cooptado pelo Serra, porque a burocracia do PV já é controlada pelo Serra", disse. O partido faz parte da base que apoiou Serra no governo de São Paulo.

Segundo Ciro, Marina é "digna e tem história", por isso não apoiaria a aliança PSDB-DEM. Entretanto, as "necessidades que o PT acabou fazendo" também afastam a chance de seu apoio a Dilma.

Ele aproveitou para atacar Serra, disse que ele foi ministro do governo "mais escandaloso que o Brasil já teve."

A aliados, petista atribui 2º turno a escândalos

BRASÍLIA

Em reunião de emergência com aliados para traçar estratégias para o segundo turno, a presidente Dilma Rousseff (PT) afirmou três motivos para não ter vencido no primeiro turno, segundo transcrição do encontro publicada no blog do Nôbô, do jornalista Ricardo Noblat.

São eles: a "volatilidade" sobre suas posições em relação ao aborto, o vazamento de dados sigilosos de tucanos e o caso de lobby na Casa Civil.

De acordo com o blog, a candidata petista apontou como principal causa, a campanha feita contra ela pela oposição na reta final de campanha eleitoral.

"A oposição utilizou falsidades, mentiras e preconceitos. Últimos questiona-mentos

de valores, a desconstrução da minha campanha, da minha pessoa".

RECEITA

Sobre o vazamento de sigilo de tucanos por servidores da Receita Federal, Dilma disse que "isso não mudou nada" e agora desculpou porque ficou cansado porque havia uma situação em que se tratava de um esquema de corrupção específico da Receita".

E concluiu, ainda de acordo com o blog: "Não contribuí para ter uma redução na minha campanha, mas para evitá-la, para paralisar o crescimento a partir de um determinado momento".

Antes governadora, Dilma manteve a estratégia de lutar Evencio Guerra, seu braço direito no governo Lula.

"Não disse respeito a mim nem à minha campanha".

Dilma ouviu conselhos e críticas dos governadores que avaliaram como um dos erros os ataques do presidente Lula e do PT à imprensa.

DESCULPAS

Para Eduardo Campos (PSB), reeleito ao governo de Pernambuco, o PT deve "desculpar" a classe média e precisa se reaproximar desta parcela do eleitorado, que, de acordo com ele, migrou para Marina Silva (PV).

Sérgio Cabral (PMDB), governador reeleito do Rio, afirmou que Dilma tem mais calma para dar entrevistas e propôs uma campanha com "muita humildade, quarto para baixo, fala simples".

LEIA MAIS na pág. 11

COLUNA

MARCO ANTONIO VILLA

Agora Dilma vai ter as mesmas condições que Serra; o presidente continuará a falar por ela vai pegar muito mal. Pág. 8

ESTREIA

Humoristas são responsáveis pela campanha de Tiririca na TV. Pág. 9



RECEITA

Corregedoria do fisco conclui que acesso a dados de EJ em Minas foi ilegal. Pág. 3

CÂMARA

PSDB tem a maior renovação na nova legislatura. Pág. 8

[É preciso ter] um diálogo com esse brasileiro maravilhoso, que votou em mim e na Marina, que é classe média que tá zangada com despudores, com essas frouxidões morais aqui e ali, essa simplificação grosseira que a política de SP quer impor ao país de que só existe vida inteligente no PSDB e no PT. (FSP, 06/10/2010, p. E1)

Serra diz que rival tem duas caras; ela o acusa de espalhar calúnias (FSP, 11/10/2010, p. A1)

Eu acho, Serra, que você tem que ter cuidado para não ter mil caras. (FSP, 11/10/2010, p. A10)

SD17

Com raríssimas exceções, todos os partidos têm custos superiores aos declarados para lançar seus candidatos nas ruas. O efeito colateral de tamanha informalidade são os milhões em caixas dois e os maços de dinheiro escondidos em cuecas, bolsos e sapatos dos mais desavisados.

[...]

Como curar a política desse incurável desvio congênito?

Não seria exagero sugerir que, desse jeito, a democracia leva ao crime. (FSP, 24/10/2010, p. E5)

APROFUNDAMENTO DAS DIFERENTES AGENDAS DOS CANDIDATOS? Esquece. O segundo turno começou temente a D'Água e ameaça terminar em tiro.

Lula jura que o objeto que acertou a cabeça de Serra não passou de papelão. Serra, além de tonto, se mostrou indignado.

Um perigoso saco plástico cheio d'água atingiu o carro da comitiva de Dilma em Curitiba.

O sigilo fiscal de pessoas ligadas a Serra teria sido quebrado por advogados dentro do próprio PSDB e depois jogado aos tigres pelo PT.

Watergate perde.
Grande parte da energia dos dois combatentes foi gasta em rezas e na tentativa de convencer o eleitor de que os supostos desvios financeiros para custeio de campanha, tanto no Distrito Federal quanto em São Paulo, teriam acontecido à revelia deles.

Dilma afirmou o discurso e afirma que Erenice Guerra errou ao usar o

poder de seu cargo em benefício da própria família e o governo acertou em agir com prontidão, afastando os envolvidos e abrindo sindicância. Nenhum dirigente é capaz de saber de tudo o que ocorre à sua volta e ponto final.

Erenice aceitou a reprimenda de maneira exemplar. Não deu nenhuma declaração que comprometesse Dilma ou o PT e, ao contrário de Paulo Peto, jamais reclamou por ter sido abandonada na beira do caminho.

A política requer um pacto de confiança figadal.

Que o diga Joaquim Roriz e sua senhora, a Wesliam Perpétuo Socorro Roriz. Depois do advento do di-

Decrimocracia

FERNANDA TORRES

É um choque perceber que, além das suspeitas clássicas de corrupção, existe uma diretamente ligada à eleição

vício, da pílula anticoncepcional e do amor livre, poucos são os que podem contar com o perpétuo socorro de uma esposa como a do ex-governador do DF.

Numa profissão em que o acesso à informação privilegiada e aos contatos farãoicos de energia, transporte e comunicação gera fortunas e perpetua o poder, restringir o círculo de amizades é um cuidado imprescindível.

O grande choque da democracia recém restabelecida no Brasil é perceber que além das suspeitas clássicas de corrupção, que sempre envolvem os poderosos, existe uma outra, nova, relacionada diretamente à corrida eleitoral.

Muitos dos recentes escândalos, comprovados ou não, rondam o financiamento de uma máquina chamma eleição.

Com raríssimas exceções, todos os partidos têm custos superiores aos declarados para lançar seus candidatos nas ruas. O efeito colateral de tamanha informalidade são os milhões em caixas dois e os maços de dinheiro escondidos em cuecas, bol-

sos e sapatos dos mais desavisados.

Os que assumem o papel de cuidar da circulação sanguínea do dinheiro vivo do guichê de apostas eleitoral são peças tão fundamentais quanto a senhora Wesliam para o ex-governador Joaquim Roriz. Diante de qualquer problema, sabem que sofrerão na pele a malhação de Judas pelo bem de um projeto político.

A solitária figura de PC Farias é um exemplo sinistro do fato. Quando ocorreu o mensalão, o PT ameaçou retroceder as investigações até o período em que o PSDB estava no comando, numa espécie de atire a primeira pedra naquele que nunca pecou. Como curar a política desse incurável desejo congênito?

Não seria exagero sugerir que, desse jeito, a democracia leva ao crime.

FERNANDA TORRES é #PIZ

AMANHÃ EM PODER:
Vladimir Safatle

PRESIDENTE 40 ELEIÇÕES 2010

Eleitorado Na comparação com 2006, o Amapá é o Estado que registra o maior crescimento de eleitores (16,59%), seguido de Roraima (16,39%), Rio Grande do Sul, com 4,67%, e Bahia, com 4,35%, são os últimos do ranking.

1,1 milhão

de eleitores foram cadastrados pelo TSE para votar por meio de identificação biométrica (empresas digitais) nestas eleições

FOTOS

Assim como foi a campanha dos presidentes, assim como foi a campanha dos presidentes, assim como foi a campanha dos presidentes

APROFUNDAMENTO DAS diferenças agendas dos candidatos? Espaço. O segundo turno começa tomorrow. Deixa e ameaça terminar em dois.

Lula jura que o objeto que se encontra a cabeça de Serra não passará de po-pélio. Serra, além de tanto, se most-roa indignado.

Ele se propõe a uma política-chave d'aquele sempre o curso da comissão de Dilema em Curitiba.

O sigilo fiscal de pessoas ligadas a Serra teria sido quebrado por ad-versários dentro da própria PSDB e depois jogado aos olhos da PT.

Grande parte da energia dos dois combatentes foi gasta em rasas e em tentativas de convencer o eleitor de que os supostos delitos financeiros para o caso de campanha, tanto no Distrito Federal quanto em São Paulo, Aracaju e em outros estados.

Dilema afirma o discurso e afirma que Demétrio Guerra erra em usar o



Decrimocracia

FERNANDA TORRES

É um choque perceber que, além das suspeitas clássicas de corrupção, existe uma diretamente ligada à eleição

viúva, da política anticorruptiva e do amor livre, pouco são os que podem contar com o perpetuo sucesso de uma esposa como a do ex-governador do DF.

O grande choque da democracia recém restabelecida no Brasil é perceber que além das suspeitas clássicas de corrupção, existe uma diretamente ligada à eleição

Com raríssimas exceções, todos os partidos têm custos superiores aos despendidos para lançar seus candidatos nos muros. O objeto eleitoral de tamanha informalidade são as mulheres em cargos de alto e médio de alto nível executivo em empresas, ho-

tes e setores de meio desenvolvimento. Os que assumem o papel de cuidar da circulação sanguinea do planeta são peças tão fundamentais quanto a senhora Wendon para o ex-governador Joaquim Roriz. Diante de qual-quer problema, sabere que se referir na pele a mutilação de João Pedro tem de ser um projeto político. A nobreza figura de PC Farias é um exemplo sintético do fato. Quando ocorreu o mensalão, o PT ameaçou renunciar as investigações até o período em que o PSDB estava no comando, numa espécie de ato a primeira pessoa que se mexeu para. Como cura a política deve ter um nível de consciência que, de ser-gerito, a democracia leve ao crime.

Paulo Preto deixou empreiteira mudar obra

Um dia após assumir Rodoanel, ex-diretor da Dersa alterou contrato e liberou mudanças em projeto original

Nova regra previa "preço fechado" para acelerar a obra, mas acabou permitindo até materiais mais baratos

ALENCAR SIDORIO

Um dia após assumir a direção da Dersa responsável pelo Rodoanel, Paulo Vieira de Souza assinou uma alteração contratual na obra que deu liberdade para empreiteiras fazerem mudanças no projeto e, na prática, até usar materiais mais baratos.

DEMONSTRAÇÃO

A alteração no contrato do Rodoanel foi assinada por Paulo Preto e pelo ex-presidente da Dersa Thomaz de Aquino Nogueira Neto em 25 de maio de 2007.

Ligado ao tacano Aloysio Nunes —secretário da Casa Civil na época—, Paulo Preto havia sido nomeado para essa missão um dia antes.

Ele assinou a diretoria de engenharia da Dersa em 28 de maio, no lugar de José Carlos Karabahal, que estava no cargo havia só cinco meses e pediu demissão dois dias antes da assinatura do aditivo.

A mudança contratual reduziu o investimento na obra, tanto pelo aspecto jurídico como pela avaliação de que não havia mais ganhos.

Paulo Preto, até então, era diretor de relações institucionais da Dersa, sem vínculo direto com a construção do trecho sul do Rodoanel.

Em 2006, a Folha revelou que uma filha dele era advogada das empreiteiras contratadas para fazer a obra.

GESTÃO DO RODOANEL

Paulo Preto assinou mudança radical em contrato um dia após assumir a obra



PAULO VIEIRA DE SOUZA (PAULO PRETO) Assumiu, em maio de 2007, a diretoria de engenharia da Dersa, cargo responsável pelas obras do trecho sul do Rodoanel. É ligado a tacanos

A MUDANÇA

Como era Contrato previa pagamento por "preço fechado" —peça que as construtoras não poderiam cobrar materiais, mão de obra e procedimentos utilizados

O QUE DESSEDERAM

TCU Autorities apontam "alterações significativas" no projeto, "incluindo com adição de alternativas de menor custo em relação ao originalmente fechado"

RAIO-A DO TRECHO SUL

ESTRADA 5,7 km CUSTO R\$ 5,5 bil (obras, desapropriações e compensações ambientais)



ACIDENTE VIGAS DA OBRA DESABARAM SOBRE CARROS Foi no trecho sul do Rodoanel que vigas de um viaduto em construção caíram em cima de veículos na rodovia Régis Bittencourt em novembro de 2009, deixando três feridos. A investigação do acidente feita pelo IPT e divulgada pela Folha não apontou a má qualidade de materiais como causa do desabamento.

CRONOLOGIA DA OBRA

- 31.05.2007 Início obras. Paulo Vieira de Souza assume a direção de relações institucionais da Dersa
Abr.2006 Dersa assina contrato do trecho sul do Rodoanel por R\$ 2,58 bil, obras começam em set.2006
Jan.2007 José Serra (PSDB) assume governo de São Paulo
24.mai.2007 Após demissão de José Carlos Karabahal, diretor de engenharia da Dersa, Paulo de Souza assume posto e obra do Rodoanel
25.mai.2007 São assinados os aditivos contratual que alteram a Dersa de pagamento de materiais
Set.2009 Ministério Público Federal firma ajustamento de conduta com Dersa e paralisação das obras seria uma ameaça. Acordo limita aditivos a R\$ 264 mil (empresas queriam R\$ 500 mil)
Nov.2009 Derrubada vigas da obra derruba três feridos
31.mai.2010 Serra deixa governo de SP para ser candidato à Presidência, no dia seguinte trecho é aberto ao tráfego
09.abr.2010 Paulo de Souza é excluído por ordem de Roberto Guldman
Ago.2010 Segundo revista "Íntel", Paulo de Souza teria desapeado com R\$ 4 mil de campanha tacana, ele nega

CONSTRUTORAS (*)

- O trecho sul foi dividido em 5 lotes:
1) Andrade Guterres/Salvo Engenharia
2) Odebrecht/Constac
3) Quatrinha/Galvão/CR Almeida
4) Camargo Correa/Serveng
5) OAS/Mendes & Carneiro

OUTRO LADO

Engenharia e Dersa negam irregularidades

O ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza e a estatal afirmam que a obra do Rodoanel não tem irregularidades, argumentando que a mudança contratual em 2007 trouxe vantagens e que foi mantida a qualidade do empreendimento. Eles dizem que as alterações foram negociadas para seguir um decreto de José Serra de janeiro de 2007 sob o chamado a reavaliação dos contratos em vigor. A Dersa e Paulo Preto afirmam que, na ocasião, houve desconto de 4% (R\$ 100 milhões) e exigência de manter a qualidade. Ambos alegam que a elevação dos pagamentos em mais de R\$ 264 milhões após dois anos deve ser "uma superveniência", com acréscimo de serviços. O secretário de Transportes, Mauro Azeiteiro, afirma que os apontamentos do TCU sobre mudança de projeto e materiais mais baratos foram solucionados pelo TCU (Termo de Ajustamento de Conduta) intermediado pelo Ministério Público Federal no ano passado. Azeiteiro diz que não garantia a aprovação dos recursos federais pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Dersa e Paulo Preto afirmam a saída de José Carlos Karabahal a uma decisão pessoal e dizem que ele não se manifestou contra a alteração contratual. Afirmam que a medida foi discutida por toda a diretoria da Dersa desde janeiro de 2007 —são verdade, portanto, uma decisão exclusiva do diretor de engenharia. Paulo Preto é quem assina a mudança em todo o ex-presidente da estatal paulista. José Carlos Karabahal e Thomaz de Aquino Nogueira não retornaram em ligação de reportagem. O consultor Camargo Correa/Serveng diz que obras de grande porte estão sujeitas a ajustes e que os aditivos foram necessários. O Acronal (da Odebrecht) afirma que problemas citados pelo TCU referem-se a erros técnicos. Os demais construtores não se manifestaram.

Ficha limpa vale para eleição deste ano, decide STF

Eleições 2010

Em sessão tumultuada Supremo barra Jader Barbalho para o Senado e referenda posição do TSE

O Supremo Tribunal Federal decidiu, por 7 votos a 3, referendar a decisão do TSE(Tribunal Superior Eleitoral) e considerar a lei da Ficha Limpa constitucional e válida para este ano.

A sessão, tensa e tumultuada julgou recurso de Jader Barbalho(PMDB-PA).

A exemplo do caso do ex-governador Joaquim Roriz - que também renunciou ao cargo para não ser cassado - , o julgamento terminou empatado. O empasse terminou com a sugestão do ministro Celso de Mello de manter a decisão já tomada pelo TSE no mesmo caso.

Outros casos, como o deputado Paulo Maluf (PP-SP), serão analisadas um a um. Ministros ouvidos pela Folha tinham dúvida se o STP poderá decidir de forma diferente. O 11º integrante da corte, a ser indicado por Lula, pode votar o desempate. (FSP, 28/10/2010, p.3).

“ A corrupção no Brasil chegou a níveis insuportáveis. Tanto do ponto de vista de desvio de dinheiro como do ponto de vista do amor próprio da sociedade”. (FSP, 30/10/2010, p. E9).

Anexo 2

Corrupção no PT

2002

O primeiro turno de 2002 entra para a história pela qualidade dos candidatos, grau de exigência dos eleitores, nova atitude da mídia e ausência de denúncias de uso da máquina. (FSP, 06/10-2002, p. A2)

Um grande ausente da atual campanha é justamente a acusação mais comum em qualquer campanha: o uso da máquina a favor do candidato oficial. (FSP, 06/10-2002, p. E7)

O que é melhor: o Lula mito ou o Lula presidente? O Lula vitrine ou o Lula vidraça? [...]

O grande aliado de Lula é a expectativa negativa: será que ele vai dar certo? Tem capacidade? E a falta de experiência administrativa? E os estigmas do PT? Qualquer coisa que dê certo já é uma vitória. (FSP, 06/10/2002, p. A2)

PT pede voto por carta a cadastrado na prefeitura

O PT tem enviado carta a pessoas cadastradas em programas sociais, habitacionais e educacionais da Prefeitura de São Paulo, administrada pela petista Marta Suplicy, para pedir votos para Luiz Inácio Lula da Silva

O partido diz que o cadastro partiu de movimentos sociais ligados ao PT, e não da prefeitura. Mas os petistas não revelam quais são essas entidades. (FSP, 20/10/2002, p. A1)

SD10

Petistas usam cesta básica a favor de Lula

Coordenadores do programa de distribuição de cestas básicas do governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio, o Zeca do PT, têm feito reuniões com moradores pobres nos bairros de Campo Grande para pedir votos a Luiz Inácio Lula da Silva e

Zeca, candidato à reeleição. O programa distribuiu 60 mil cestas por mês. (FSP, 20/10/2002)

MÁQUINA ELEITORAL Coordenadora do programa do governador Zeca do PT, que distribui comida, diz a carentes: "É o Lula, gente"

Petistas usam cesta básica a favor de Lula

RUBENS VALENTE
ESPECIAL ESPECIAL A CAMPO GRANDE
FABIANO MAISONOVRE
SA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPO GRANDE

Coordenadores do programa de distribuição de cestas básicas do governador de Mato Grosso do Sul, José Irajá, o Zeca do PT, têm feito reuniões com moradores pobres nos bairros de Campo Grande para pedir votos a Lula Inácio Lula da Silva e Zeca, candidato à reeleição. O programa distribui 60 mil cestas por mês.

Mouve pelo menos 14 reuniões em dois dias da semana passada. Sem que fosse possível identificação à reportagem, a Folha acompanhou uma dessas reuniões na última quarta. A platéia é formada por cerca de 60 mulheres, muitas delas com crianças no colo, e quatro homens. Todos ouvem a palestrante com atenção e alguns apertam na mão tirantes de cinto e cartolinas de identificação.

No centro da roda, no quintal de uma casa de três cômodos na periferia de Campo Grande, a psicóloga Isabel Fernandes Alversura, 47, discursa: "Dia da eleição, é 13. É fácil, não é mais complicado. Aberta o [botão] vermelho, pelo 13 de novo, aperta o vermelho, 56. Ninguém vai saber em quem vocês votaram".

A palestrante não é uma simples militante do PT. Coordena em Campo Grande o Programa de Segurança Alimentar do governo, que distribui mensalmente 60 mil cestas básicas.

O grupo começou a chegar às 13h. Durante toda a manhã, pessoas passaram em casa do bairro Monte Castelo para chamar moradores "para fazer o cadastro e ter direito a uma cesta básica".

Silva
Na reunião, Isabel se identifica como coordenadora do Programa de Segurança Alimentar e pede votos para Zeca do PT e para Lula. "Quem tem trânsito na sociedade, seja do mais simples sem-terra ao maior? É o Lula, gente. É uma pessoa que tem trânsito, que tem respeito. Então, a gente não tem que ter medo. É da Silva, sim. É Lula Inácio Lula da Silva. Igual muita gente que é Silva".

Uma senhora concordou: "Eu também sou Silva". Encorajada, a oradora segue em frente: "É nossa hora, nós temos chance, como o Lula tem chance". Na parede da casa, um adesivo do PT. A proprietária, Yolanda re-

cebe os convidados vestindo uma camiseta com propaganda de Zeca e do seu sobrinho Vander Lobet, deputado federal eleito.

Na hora marcada, o portão está aberto e as pessoas vão entrando. A maioria fica em pé. As 13h30 começa a falar uma mulher que se apresenta como assistente social do governo. Ela embute o governo nacional, explica que ele atende 60 mil famílias com cestas básicas e leite e diz que ele "precisa continuar esse trabalho".

Por fim da oradora, uma senhora de uns 80 anos de idade começa a chorar e balbuciar: "Eu quero em Jurema, lá 70 km de Campo Grande" e não recebe essa cesta básica. Ela precisa muito".

A assistente social diz que aquele caso "vai ser resolvido".

Uma outra senhora pergunta o que deve fazer para receber a cesta de alimentos, básica que parece comum a todos. A assistente social explica que "a coordenadora" chegará logo para explicar como seria "o cadastramento".

No fundo da platéia, uma mulher vira-se para outra e comenta: "Eles vão cadastrar a gente e depois entregar a cesta em casa".

Após o primeiro discurso da tarde, todos ficam à espera da "coordenadora". Passa-se uma hora. A impaciência causa algumas delações. Algumas senhores vão embora com suas senhas e cartões de bebê. Uma tenta convencer a amiga a ficar: "Eles vão cadastrar a gente". A outra responde: "Eu não faço que era só política".

'Compração de voto'
Uma gerida de 38 anos, com o título de doutora em mídias, atravessa a conversa: "Será que eles não vão entregar o sacolinha". A mulher explica: "Não, só vão cadastrar e depois dar. Então fica que nem 'compração' [sic] de voto".

Dois homens com trocados do PT circulam com cadáveres na mão, ansiosos. Isabel chega, para alívio geral, por volta das 15h. Põe a bolsa numa cadeira e logo se forma um círculo ao seu redor. Desculpa-se pelo atraso, dizendo que estava em outra reunião.

Muito tarde, provocada pela Folha, ela comenta ter feito três reuniões do gênero naquele dia e diz que faria oito no dia seguinte, quinta-feira. A agenda está lotada no segundo turno. Isabel também embute o governador petista. "Porque o nosso

governo, o do Zeca, o futuro governo do Lula, é um governo que pensa na pessoa. Enquanto quando a gente fala de Bolsa-Escola, o governo Fernando Henrique também tem Bolsa-Escola. Só que a dele quanto vale?", pergunta à platéia, que responde, em coro: "Quase zero".

Isabel continua: "É a nossa, quanto vale?". E as mulheres: "Cento e trinta só!". Então argumenta: "Nosso Estado é pequeno. Imagina se o nosso Estado teria condições, se não fosse a seriedade do governador Zeca, de estar dando R\$ 130 para 20 mil famílias. Só tem se far governo sério".

A psicóloga fala por 20 minutos, pede votos, mas diz que "não está forçando ninguém" a votar no PT. Mas ressalta: "Só que a gente sabe. Se não for o nosso governo, não fica assim". E conclui: "Meu pedido é esse, não é cobrar ninguém, não é pressionar ninguém, não. É um pedido que a gente faz. Nós precisamos continuar com nossos projetos sociais".

Triagem

Uma mulher se apresenta e pergunta o que deve fazer para receber uma cesta básica. Isabel explica que o governo quer ampliar o número de cestas para 100 mil. Adverte que o governo não está distribuindo cestas no período eleitoral — "em casos emergenciais" —, mas orienta os interessados a dar nome e endereço para a técnica do programa que está na reunião, Aparecida, para uma triagem posterior, que dará se o caso é grave ou não.

O grupo se anima quando a técnica se sente num banquinho e começa a anotar os primeiros nomes e endereços. Rapidamente se forma uma fila de 31 pessoas. Cada faz as anotações numa agenda.

Está na hora de Isabel ir embora. Ela se despede: "Cada, estou indo para o [bairro] Campo Belo". E cada responde: "Bom viagem. Daqui a pouco vou para o Itaipava".

O repórter pede um telefone de contato de Cida. Ela entrega um papel com o seu celular anotado. Do outro lado, vem uma mensagem escrita à lápis, assinada por uma moradora da rua Doutor Meireles, e duas quadras dali.

A sílica revela o que ela, afinal, esperava daquela reunião: "Teu filho dois meses para criar e necessário deste sacolinha para ajudar na alimentação da família".

ENTENDA O CASO

1) CRIAÇÃO DO PROGRAMA
O Programa de Segurança Alimentar do governo de MS foi criado em 1999, no gestão de Zeca do PT, que agora tenta a reeleição.

2) PROBLEMA NA ELEIÇÃO
Um agente, que coordena o programa há pouco quando pediu votos para Zeca do PT durante distribuição em Anastácio (MS).

3) PEDIDO DE VOTOS
O que ocorre aqui: Coordenadores do Programa de Segurança Alimentar fazem reuniões em casas de periferia para pedir votos a Lula e a Zeca do PT. A Folha encontrou funcionários fazendo anotações de nomes e endereços de eleitores.

4) O PROGRAMA DISTRIBUI CESTA DE 32 QUILOS DE ALIMENTOS POR MÊS E, EM CAMPO GRANDE, TAMBÉM DISTRIBUI MAIS TRÊS LITROS DE LEITE POR SEMANA. ESTIMAM 60 MIL PESSOAS CADASTRADAS EM MS.

5) APÓS A PRIMA, A JUSTIÇA DEBILITADA DETERMINOU QUE A DISTRIBUIÇÃO DAS CESTAS SEJA FEITA APENAS COM A PRESENÇA DE UM OFICIAL DE JUSTIÇA.

6) A CORRESPONDENTE DO TFE APURA O CASO DE ANASTÁCIO.

Reuniões são fora do expediente, diz coordenador

DE ENVIADO ESPECIAL
SA AGÊNCIA FOLHA, EM CAMPO GRANDE

O coordenador estadual do Programa de Segurança Alimentar do governo de Mato Grosso do Sul, Heriberto Furlaneto, 41, disse que reuniões de funcionários do órgão com a população carente, para pedir votos a candidatos do PT, têm sido feitas "a pedido dos coordenadores" e fora do horário de expediente, que vai das 7h às 13h.

Furlaneto disse que ele preferiu participar de alguns desses encontros, nos quais são pedidos votos para petistas. "Eu sou informado de todas as reuniões políticas". Ele disse que os nomes anotados nos encontros são de famílias "em extrema necessidade", só atendidas após a comprovação da gravidade do caso e autorização judicial.

Segundo ele, os nomes e endereços anotados na reunião do bairro Monte Castelo, "vão entrar na fila dos cadastros nor-

OUTRO LADO

malmente, para serem analisados, e as cestas de alimentos, se forem liberadas, só chegam às famílias depois das eleições.

Um decreto do governador Zeca do PT de 21 de agosto diz não veda a inclusão de novas famílias no programa até novembro. Furlaneto disse que os palestras servem para o programa se contrapor ao que chama de "terroresismo da oposição". Segundo ele, foram espalhados boatos de que o programa seria encerrado.

"As famílias são muito humildes, qualquer coisa que se fala, elas acreditam", disse. "Agora, nós vamos ficar quietos". O coordenador não vê problema se "uma funcionária" do programa anota nomes e endereços de pessoas. "Fora do horário de expediente, ela pode fazer o que quiser", disse.

Isabel Alversura, coordenadora do PSA em Campo Grande que pediu votos a Lula e Zeca na reunião em Monte Castelo, disse que a anotação das famílias ocorreu "em um ou outro caso, porque são famílias que depois não vamos ter como localizar".

'Escarmentados'
Segundo Isabel, a reunião foi

para dar "esclarecimento" às famílias. A dona da casa onde houve o encontro, de acordo com ela, é "militante do PT".

"A gente vai lá trabalhar com a consciência, [falar sobre] o que era o governo antes do Zeca e o que é o governo depois do Zeca", disse Isabel.

"Depois do meu horário de trabalho, eu tenho liberdade para fazer o que quiser", definiu. Questionada por que não deixou claro às famílias que estava no governo antes do Zeca e o que é o governo depois do Zeca, disse Isabel.

Isabel defendeu o "direito" de "dar informações às famílias" porque "um monte de boatos" estava sendo espalhado contra o programa.

Segundo ela, "as pessoas acham que o Zeca lá ser reeleito" no primeiro turno. "Ele não foi, então agora as pessoas [militantes do PT] estão tomando uma atitude, porque a compra de votos está muito grande. Isso é que é crime", afirmou.

MÁQUINA ELEITORAL Coordenadora do programa do governador Zeca do PT, que distribui comida, diz a carentes: "É o Lula, gente"

Petistas usam cesta básica a favor de Lula

ROBERTO VALENTE
REPORTAGEM DE CARLOS GOMES
FABIANO MARQUES
REDAÇÃO FOLHA DE SÃO PAULO

Coordenadora do programa de distribuição de cestas básicas do governador de Mato Grosso do Sul, José Carlos, o Zeca do PT, não tem nenhuma conexão com os petistas nem mesmo de Campo Grande para pedir votos a Lula. Isso foi revelado em uma reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo e no site do programa de distribuição de cestas básicas.

Em uma entrevista realizada com a coordenadora do programa de distribuição de cestas básicas de Zeca, o ex-deputado federal Luiz Fernando, o Zeca do PT, afirmou que não tem nenhuma conexão com os petistas nem mesmo de Campo Grande para pedir votos a Lula. Isso foi revelado em uma reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo e no site do programa de distribuição de cestas básicas.

governo, o do Zeca, o futuro governador de Mato Grosso do Sul, é um governo que pensa na pessoa. Exemplar quando o Zeca foi de São Paulo, o governador Fernando Henrique também não ficou satisfeito. Só que a ideia quanto ao Zeca, pergunta à família, que responde, em uma "entrevista": "É a mesma, quanto ao Zeca". É a mesma, quanto ao Zeca. É a mesma, quanto ao Zeca. É a mesma, quanto ao Zeca.

ENTENDA O CASO

- CHAMADO DO PROGRAMA** - O Programa de Segurança Alimentar do governo de Zeca do PT foi criado em 1998, no governo de Zeca do PT, que agora tenta a reeleição.
- PROBLEMA NA ELEIÇÃO** - Após a eleição, o programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.
- PESSOAS DE INTERESSE** - O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.

Um programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.

Um programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.

Um programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.

Um programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.

Um programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.

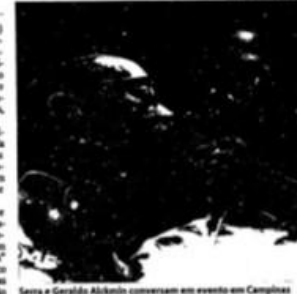
Um programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.

Um programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.

Um programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.

Serra acusa embaixador da Venezuela de patrulhamento

O candidato José Serra (PSDB) acusa o embaixador da Venezuela, Vladimir Villegas, de "patrulhar" sua campanha à Presidência da República. O tom das declarações antecipa um possível confronto pelo direito estadual do petróleo, em Campinas, interior paulista.



Serra e Gerardo Alcázar conversam em evento em Campinas



GRAFITO

"Agora vivemos uma situação de patrulhamento de outros países, como é a Venezuela, vir no petróleo. Eu não disse nada demais. Todos sabem que o PT tem alianças com o governo da Venezuela. Por que negar isso?"

"Direito de crítica" O presidente disse ainda que o PSDB recebe críticas que ele não teme por estar comprometido com a democracia. "O lado de lá não tem nada de patrulhamento, mas o lado de cá tem. Isso é uma crítica que eu não tenho medo de receber", afirmou.

Um programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.

Serra nas palavras: "O PT tem tudo o que a TV e o rádio têm, mas não tem o que a imprensa tem. Isso é uma crítica que eu não tenho medo de receber", afirmou.

Um programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso. O programa de distribuição de cestas básicas do Zeca do PT não teve sucesso.

Tomando o cuidado em dizer que Lula não era “ um demônio perigoso, coisa que muitos fizeram no passado”, mas que também não era “um santo” e sim um candidato que “deve ser questionado”, Serra procurou fazer um contraponto entre o que Lula diz para o povo e o que diz para empresários e para o FMI.

E deu o bote: “Se o Lula fosse eleito, estaríamos diante de duas possibilidades: ou ele cumpriria seus compromissos recentemente assumidos com os empresários e estaríamos, assim, diante do maior estelionato eleitoral, depois da eleição de Collor, ou, se tentasse cumprir suas promessas mágicas com a população, levaria o Brasil à ruína”. (FSP, 21/10/2002, p. E3).

SD14

Outra característica de um eventual governo Lula será a influência de caciques regionais que apoiaram o petista. (FSP, 27/10/2002, p. E3)

Primeiro desafio do PT seria acomodar legião de 'aliados'

DA REPUBLICA FOLHA DE SÃO PAULO

Um dos primeiros desafios de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na hipótese de confirmada sua eleição, será encubar integrantes de seu partido, de legendas aliadas e representantes da sociedade civil em um primeiro escalão que não deverá ter mais de 25 vagas.

"É uma conta que não fecha", admite um integrante do comando petista que prefere o anonimato. "Lula vai ter de exercitar ao máximo sua capacidade de suportar pressões", diz.

A única certeza é que o núcleo político do governo será composto por petistas das alas modernas, com o núcleo econômico ficando a cargo de pessoas de fora

do partido.

Em uma difícil equação, Lula precisará ainda encontrar lugar no governo para aliados de primeiro hora, como o PL e o PC do B, além de contemplar as alas "esquerdas" do PT.

Partidos que apoiaram o petista no segundo turno, como PSB, PPS, PDT e PTB, também terão seu quinhão. E, em nome da governabilidade —leia-se uma maioria no Congresso—, petemedebistas, pedelistas e até tocanos poderão compor o governo.

O PL é um dos que já se movimentam. Quando fechou o acordo que deu a Lula o senador José Alencar (MG) como candidato a vice, o partido recebeu o aceno de quem teria dois ministérios. Cons-

ciente da dificuldade de Lula em acomodar todos, o partido já rejeita que ficará com no máximo uma pasta.

"A verdade é que a realização do segundo turno foi muito ruim para os objetivos do PL. Precisamos reforçar nossa condição de aliados preferenciais", diz um cacique do partido.

A solução seria acomodar o partido no segundo escalão, principalmente em estatais. Dentro do PL, há uma preleção por direções de empresas como Petrobras, Furnas, BR Distribuidora e Correios.

Também aliado de primeira hora, o PC do B quer um ministro. Lula se na pasta dos Esportes para o deputado federal trechito Aldo

Rebello (SP).

Quanto à "esquerda" do partido, espera uma única pasta, mas é possível que nem isso consiga. São nomes citados frequentemente dessa ala como possíveis integrantes do governo o depu- do federal Walter Pinheiro (BA) e o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio.

Caciques com poder

Apesar de os presidentes-vereiros derrotados no primeiro turno Ciro (Jones) (PPS) e Anthony Garotinho (PSB) provavelmente não entrarem pessoalmente no ministério, seus partidos deverão ser contemplados. Fala-se em cozer ao menos uma pasta a eles, mas certamente fora do núcleo princ-

pal da administração.

Situação diferente vivera o PMDB. Mesmo tendo estado formalmente coligado a José Serra (PSDB), o partido teve vários de seus quadros apoiando Lula desde o primeiro turno.

Pelo seu tamanho e capitalidade nos Estados, o partido discretamente já revivida dos ministérios de peso num eventual governo. Um para a ala oposicionista e outro para os que se aliam ao atual governo.

Outra característica de um eventual governo de Lula será a influência de caciques regionais que apoiaram o petista.

Em especial, terão voz ativa os ex-presidentes Itamar Franco e José Sarney, que, apesar das far-

pas trocadas com Lula no passado, foram acertos pela campanha porque, avaliou o PT, empresariam respeitabilidade ao petista. Sarney, possível presidente do Senado em um mandato de petista, será uma figura crucial na nomeação de vários postos. Na reestruturação da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), por exemplo, deverá ter influência.

Segundo dizem integrantes da coordenação de Lula, influência ainda maior de Sarney junto ao governo ocorrerá na interfaceação com os militares, com os quais tem bom trânsito. Sua opinião de

verá ser levada em conta na hora de definir o titular da pasta da Defesa. (FOLHA DE SÃO PAULO)

Sob pressão, PT tenta adiar ministério

TRANSIÇÃO José Dirceu e Antônio Palocci são nomes praticamente certos para compor governo; José Genoino, se perder a eleição para o governo de São Paulo, é cotado para assumir a Defesa



O candidato Lula Inácio Lula da Silva desembarca no aeroporto de Congonhas (SP), um dia após o debate na Rede Globo

Lula afirma que vai procurar Serra

No Rio, candidato não dá esmola a garoto de 13 anos e diz que só fala de governo após eleição

PARÍS **DIZIAN**
FÁBIO VICTOR
CORRESPONDENTE
CORRESPONDENTE
DE SÃO PAULO

Depois de ter afirmado, no debate de ontem na Rede Globo, que não poderia pedir a cada voto, pois temer caso contrário seria "2000 dólares", o candidato do PT à Presidência, Lula Inácio Lula da Silva, revelou ontem um tom mais moderado e se recusou a falar sobre a transição para o eventual governo. "Claramente é algo muito importante a gente ter cuidado. Estou otimista. Acrescento que vou ganhar. Mas qualquer coisa em relação ao governo, a transição, só depois do processo eleitoral", afirmou o presidente eleito.



Garoto pede esmola a Lula no aeroporto Santos Dumont

Uma das últimas perguntas pelo Rio antes do diação, Lula foi muito acalorado e disse que o melhor presente que pode ganhar de eleitores é "o voto de milhões de brasileiros". "Vou aguardar o resultado, mas estou otimista e ao mesmo tempo otimista com o final da campanha, pois foi muito penosa e dura". Hospitalar no hotel Glória trouxe ao de Lula. Lula foi cotado, no segundo dia, por cerca de 30 bilhões, que foram logo anulados. O presidente do PT local, José Abreu de Melo, apresentou a petista com um boio decorado com um desenho do candidato ainda como metalinguagem. Também deu a ele uma placa, com uma frase dita por Lula na grande reunião do ABC, de 1980: "Quem não quiser trabalhar não trabalhe".

Primeiro desafio do PT seria acomodar legião de 'aliados'

Um dos primeiros desafios de Lula Inácio Lula da Silva (PT) na hipótese de confirmação sua eleição, será acomodar integrantes de seu partido, de legendas aliadas e representantes da sociedade civil em seu primeiro desafio que não deverá ser mais de 25 dias.

Um dos primeiros desafios de Lula Inácio Lula da Silva (PT) na hipótese de confirmação sua eleição, será acomodar integrantes de seu partido, de legendas aliadas e representantes da sociedade civil em seu primeiro desafio que não deverá ser mais de 25 dias.

Um dos primeiros desafios de Lula Inácio Lula da Silva (PT) na hipótese de confirmação sua eleição, será acomodar integrantes de seu partido, de legendas aliadas e representantes da sociedade civil em seu primeiro desafio que não deverá ser mais de 25 dias.

Um dos primeiros desafios de Lula Inácio Lula da Silva (PT) na hipótese de confirmação sua eleição, será acomodar integrantes de seu partido, de legendas aliadas e representantes da sociedade civil em seu primeiro desafio que não deverá ser mais de 25 dias.

Um dos primeiros desafios de Lula Inácio Lula da Silva (PT) na hipótese de confirmação sua eleição, será acomodar integrantes de seu partido, de legendas aliadas e representantes da sociedade civil em seu primeiro desafio que não deverá ser mais de 25 dias.

Um dos primeiros desafios de Lula Inácio Lula da Silva (PT) na hipótese de confirmação sua eleição, será acomodar integrantes de seu partido, de legendas aliadas e representantes da sociedade civil em seu primeiro desafio que não deverá ser mais de 25 dias.

Um dos primeiros desafios de Lula Inácio Lula da Silva (PT) na hipótese de confirmação sua eleição, será acomodar integrantes de seu partido, de legendas aliadas e representantes da sociedade civil em seu primeiro desafio que não deverá ser mais de 25 dias.

Caciques

Pode descartar desde já o apoio de Antônio Carlos Magalhães (BA) e do clã Sarney (MA) – eles estão com Lula desde o primeiro turno e acusam Serra de ter participado de toda a operação policial que desmontou a candidatura de Roseana Sarney.

Apesar do antilulismo da maioria do partido, caciques pefelistas resistem a declarar voto no candidato tucano

Dividido, PFL agora discute apoio a Serra

O papel dos pefelistas no segundo turno será debatido depois de amanhã em Brasília. A divisão interna é clara. Se o antilulismo une, por ora, grande parte dos caciques do partido, ainda não há consenso se os pefelistas devem se unir a Serra.

SD13

FHC exalta queda de caciques

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse achar “extraordinário” que caciques tradicionais da política brasileira não tenham sido eleitos –casos de Paulo Maluf, em SP, Newton Cardoso, em Minas, e Fernando Collor, em Alagoas.

“Agora vejo até que as forças oligárquicas, talvez para tentar sobreviver, correm para o Lula [presidenciável do PT]”

Ele cobrou clareza dos candidatos no segundo turno e disse que atuará na campanha de José Serra (PSDB). (FSP, 08/10/2002, p. A1)

FHC exalta queda de caciques

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse achar “extraordinário” que caciques tradicionais da política brasileira não tenham sido eleitos — casos de Paulo Maluf, em SP, Newton Cardoso, em Minas, e Fernando Collor, em Alagoas.

“Agora vejo até que as forças oligárquicas, talvez para tentar sobreviver, correram para o Lula [presidenciável do PT].”

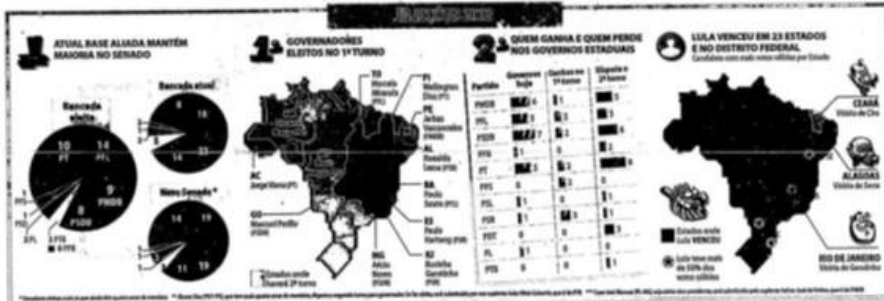
Ele cobrou clareza dos candidatos no segundo turno e disse que atuará na campanha de José Serra (PSDB). **Pág. A6**



FOLHA DE S. PAULO

São Paulo, terça-feira, 8 de outubro de 2003

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FREITAS FILHO ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ALAMEDA BARÃO DE LIMEIRA, 433 ★ ANO 84 ★ Nº 24.371 ★ R\$ 1,00



Oposição sai fortalecida das urnas

★ Dos 12 governadores eleitos, 7 são de partidos que se opõem a FHC ★ PSB já garantiu três Estados no 1º turno, dois a mais do que tem hoje ★ PT ganha cadeiras no Senado e na Câmara; PSDB e PMDB perdem

PT aumenta sua bancada de federais por SP

Na bancada de deputados federais por São Paulo, o PT passou de 14 para 18, segundo levantamento feito com os resultados da maior de 1998 das urnas. O PSDB, que tinha 14, deve cair para 11. Já o PFL deve manter sete federais paulistas. Devem ficar de fora políticos como o ex-questor de São Paulo Carlos Piza (PSL) e Emerson Kapen (PPS). Pág. 10



Lula da Silva em barbearia, antes de sua primeira entrevista depois do 1º turno

Com 1,5 milhão de votos, Enéas elege outros 5

Enéas Carneiro (PSDB), 63, foi o deputado federal mais votado do país, com mais de 1,5 milhão de votos. Com isso, o sigla deverá ter três deputados por São Paulo. Um deles, Vladimir Araújo, tinha 275 votos, com 99% das urnas apuradas. Haroldo Nizze teve 680 mil votos para a Assembleia e deve eleger mais três deputados estaduais do Paraná. Pág. 10

Eleição causa mudanças na Câmara de SP

A eleição de vereadores para a Assembleia Legislativa e para a Câmara dos Deputados vai provocar uma renovação de 14,5% na Câmara Municipal de São Paulo a partir de 2005. Haverá oito novos vereadores. A alteração mais significativa ocorre na bancada petista, que troca 6 dos 16 representantes e ganha mais um. Sem estrélas antigas, como José Edson Carneiro. Pág. 11



Enéas Carneiro, deputado federal eleito mais votado do país, durante entrevista em SP

OPINIÃO EDITORIAIS

Lula "Clonado impressionante", sobre nova desvalorização do real, "Voto de protesto", acerca do fortalecimento Enéas em SP, e "Ela de transparente", sobre doação-de-órgãos. Pág. A2

Estudo de célula suicida ganha o Prêmio Nobel

Dois cientistas britânicos e um americano ganharam o Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina por uma pesquisa com as células iniciadoras de um câncer descoberto pelos três brasileiros para entender problemas como o câncer, a Aids e o diabetes. Pág. A14 e A16

14 morrem em ofensiva de Israel em Gaza

Anos 14 palestinos morreram e cerca de 130 se feriram em ofensiva de Israel na faixa de Gaza. Nove mortos foram vítimas de míssil lançado sobre grupo de pessoas, em reação a suposto ataque. Israel diz que a maioria dos mortos era do grupo extremista Hamas, que prometeu vingança. Pág. A11

Medida do BC tenta conter a alta do dólar

O Banco Central anunciou medida para frear os bancos e vender dólares a fim de reduzir a cotação do moeda. Outem, sobiu 3,18% e atingiu R\$ 3,73. Para manter o nível atual de suas aplicações em dólar, os bancos terão de aumentar em capital. Caso contrário, devem vender a moeda. Pág. B1

Os resultados da eleição de domingo mostram que partidos de oposição ao governo federal saem fortalecidos. Dos 12 Estados em que a eleição já foi definida, oposicionistas venceram em 7. No segundo turno as eleições estão em 11 disputas — em 8, com o PT. O PSB e o PPS foram os que mais cresceram por enquanto. O PSB ganha um governador e alguns senas. O PPS não tinha nenhum a eleger dele. Os partidos de oposição também cresceram no Congresso, onde terão a sua maior bancada desde a redemocratização.

FHC exalta queda de caciques

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse sobre "tanques tradicionais" que caciques tradicionais da política brasileira não tenham sido eleitos — caso de Paulo Maluf, em SP, Silvestre Calmon, em Minas, e Fernando Collor, em Alagoas.

Serra quer fazer debates entre 'emoção e razão'

As condições de Lula da Silva (PT), José Serra (PSDB) quer participar do maior número de debates possíveis, para fazer o que os brasileiros veem como uma comparação entre "emoção e razão". O deputado Flávio da Veiga disse a coordenação da campanha luciana. Agora assinam os presidentes do PSDB, José Aníbal, e do PMDB, Michel Temer. Pág. 10

ATMOSFERA Pág. C1

Parque de Ibirapuera em São Paulo

Minima... 20°C Máxima... 28°C

Umidade... 75% Vento... 12 km/h

Assimilação... 100%

ÍNDICE

Brasil	100
Argentina	100
Bolivia	100
Brasil	100
Canadá	100
Chile	100
China	100
Colômbia	100
Coreia	100
Costa Rica	100
Equador	100
Espanha	100
Estados Unidos	100
Francia	100
Grã-Bretanha	100
Holanda	100
Itália	100
Japão	100
México	100
Paraguai	100
Peru	100
Rússia	100
Suécia	100
Suíça	100
Taiwan	100
Uruguai	100
Venezuela	100

www.folha.com.br

A CASA LIMPA O PATIO DA FORD. GRANDE PROMOÇÃO.



O revés dos caciques

Para um cacique que sai de cena pode haver outro, ainda em gestação, que entra. Mas o que é possível dizer é que o ambiente da política brasileira se torna mais avesso a tal perfil de mandatário e que esse é um dos bônus da vivência democrática. (FSP, 09/10/2002, p. A2)

SD12

“Graças ao meu estilo de governar, pouco a pouco as oligarquias, os caciques foram perdendo centralidade na política” (FSP, 09/10/2002, p. A2)

FRASES

“Graças ao meu estilo de governar, pouco a pouco as oligarquias, os caciques foram perdendo centralidade na política.”

Fernando Henrique Cardoso, dizendo, em balanço sobre as eleições, que, no seu governo, as oligarquias perderam o peso e a centralidade que tiveram no passado, ontem na Folha.

O REVÊS DOS CACIQUES

AS ELEIÇÕES de domingo significaram mais um passo no processo de amadurecimento do eleitorado brasileiro e das instituições democráticas de modo geral. Foi notório o repúdio a candidatos que representam um modo antigo de fazer política, resumido no termo "caciquismo". Nomes como os do ex-presidente Fernando Collor de Mello, dos ex-governadores Paulo Maluf, Orestes Quéricia, Leonel Brizola e Newton Cardoso e do ex-prefeito paulistano Celso Pitta foram rejeitados pelos eleitores e não terão mandato eletivo pelo menos nos próximos dois anos.

O estilo mais tradicional de fazer política geralmente precisa contar com fatores como: uso da máquina pública em proveito próprio e contra adversários; certo controle das informações; e alguma benevolência, para dizer o menos, das autoridades fiscalizadoras do exercício do poder.

Essas facilidades do passado vêm sendo progressivamente desfeitas conforme avança a democratização. Governantes já não podem dispor dos dinheiros públicos como antes, correm o risco de prisão insistindo na farra fiscal; a evolução da imprensa rumo a um jornalismo mais independente também é um fenômeno a ressaltar; e instituições como o Ministério Público e a própria Justiça

vêm exercendo a sua autonomia cada vez mais plenamente.

Alguns acontecimentos no Senado, em 2000 e 2001, ilustram essa evolução. Numa instituição que se considerava imune às investigações internas, senadores que se julgavam desobrigados de prestar contas foram levados de roldão num processo que exigia depuração. Luiz Estevão foi cassado e não pôde concorrer no domingo; José Roberto Arruda e Jader Barbalho voltaram ao Congresso, mas como deputados. Antonio Carlos Magalhães volta ao Senado, mas dificilmente retomará grande influência na esfera federal.

Essas figuras voltam politicamente menores, fenômeno que também ocorreu, por exemplo, com o ex-governador paulista Fleury Filho, que, desde que deixou o governo, só conseguiu eleger-se deputado federal.

É evidente que todo esse processo deve ser visto com algumas ressalvas. Em política os fenômenos são quase sempre sinuosos, apresentando idas e vindas. Para um cacique que sai de cena pode haver um outro, ainda em gestação, que entra. Mas o que é possível dizer é que o ambiente da política brasileira se torna mais avesso a tal perfil de mandatário e que esse é um dos bônus da vivência democrática.

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL...
Fundada em 19 de março de 1925...
Redação: Rua do Carmo, 150...
Telefone: (11) 3233-1000...

EDITORIAIS

O REVÊS DOS CACIQUES

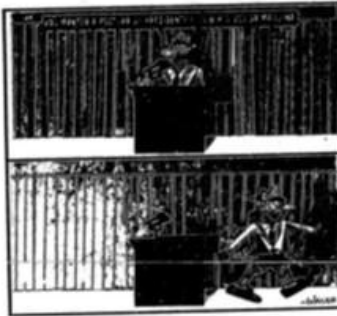
As eleições de domingo significam mais um passo no processo de amadurecimento do sistema brasileiro e das instituições democráticas de modo geral...
Alguns acontecimentos ao longo do ano, em 2001 e 2002, tiveram essa revolução. Muitas instituições que se consideravam immune às investigações passaram, senão por um julgamento, ao menos por uma investigação de caráter mais formal...

GUARDAR RESERVAS

É SEM-VÍDUA, embora tenha a maior parte das reservas de dólares em mãos, o Brasil não pode deixar de guardar reservas...
A atual conjuntura tem sido propícia a movimentos especulativos. A cotação do dólar nos dias que antecederam grandes reuniões de líderes mundiais sofreu alterações de ordem de valor pelo qual o BC se resguarda...
Como se observa, o momento da abertura oportunística hoje é menor do que o de 1974. Mas após tal movimento de reservas, o Brasil não deve recorrer à venda maciça de dólares no mercado à vista para alcançar seus objetivos...

ATAQUE MORTÍFERO

O ATACQUE brasileiro à falta de Graça que deixou pelos menos 15 palestrantes mortos e mais de cem feridos seria, por si só, um fim grave, que exigiria investigações...
Por motivos que também são os motivos da tecnologia bélica, é absolutamente impossível lançar um míssil com uma precisão por cento, mesmo que o alvo pretenda não ser atingido...
Não se pretende constatar o direito de Israel de defender-se dos ataques terroristas. É preciso reconhecer que há um direito de levar uma soldado até as cidades palestinas, pois é nelas que os milhares dos grupos terroristas se escondem, misturando-se à população civil...



CLÓVIS ROSSI

Não é Suíça, mas melhorou

SÃO PAULO - O governador reeleito de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB), tem muitas a dever a Fernando Collor, já no primeiro turno, é uma medida profilática adotada pelo governador para não repetir o que Alagoas tentou virando uma Suíça...
O Brasil sempre viveu uma Suíça depois das eleições de domingo, mas não, não, não para o sistema eleitoral brasileiro...
Alguns fatos mostram que o Brasil não é uma Suíça, mas melhorou...
Enquanto isso, Estados Unidos, justificam sua importância...
Segunda, começa a estruturar uma nova agenda no Brasil. Serão de cerca de 100 milhões, por cento, os recursos ligados à 2004 (contra os 400 milhões e o dobro de que foram em 2001).

FERNANDO RODRIGUES

Quase um 1974 em 2002

BRASÍLIA - Brasileiros com mais de 40 anos, 34% dos 125,3 milhões de eleitores, devem ter alguma lembrança de 1974. Governados os proprietários, as eleições de domingo foi um ponto de partida de disputa...
A grande diferença é que o Brasil viveu sob um novo regime militar em 1974. São dois pontos entre eles: A Aeronáutica, governada, e o MTB, o órgão de controle...
Alerta os senhores em 1974, a oposição foi de 174.796 votos em 22 estados em disputa para o Senado. Neste ano, os votos atribuídos a FIC foram 222.222 votos de senadores (46.776)...

CARLOS HEITOR CONTI

Vovô viu a ave

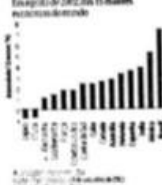
RIO DE JANEIRO - Não está parado, participou do Juri do Povo, Cruz e Serra, patrocinada pela Fundação de Cultura de Santa Catarina, neste ano dedicado ao cinema...
A realidade não é bastante trabalhada, mas, em muitos e felizes, Mônica Selles, Izal Vilela, Flavia Moura, João Alcântara e eu, com o apoio da Fundação de Cultura de Santa Catarina, apresentamos um resultado comunitário, de qualidade dos melhores costumes...
Evidente que houve trabalho realizado e está equivocado. Não foi por tal que figurou impressionado com a realidade do governo, que muitos consideramos bastante interessantes...
Em tão pouco tempo para as eleições, que exigiam originais bem apresentados e comprometidos de quem queríamos representar em congressos oficiais, a expressão livreza, que tem hoje a característica de expressão autêntica, está longe de sua infância...
Vida e morte, governo e o fim da literatura. Dois conceitos, pelo menos, habitam-se a ver e a ouvir uma necessidade de ler. O vocabulário das palavras, em 20 anos, remonta-se a 40 ou 50 palavras básicas, e, logo, não há, entre elas...

ANTONIO DELZIM NETTO

Nossa inflação

UM DOS aspectos positivos do governo Fernando Henrique foi, certamente, ter conseguido o controle da inflação iniciado quando ainda era ministro da Fazenda de Inácio Franco...
Quando o mercado financeiro e a desvalorização cambial (duas semanas depois da posse de FHC) em segundo mandato, foi possível se estabelecer um sistema de câmbio flutuante e um sistema de "meta" inflacionária que tem funcionado surpreendentemente bem...
A taxa de inflação brasileira foi relativamente estável (3,7% anual em agosto), mas está muito longe da meta de 2% estabelecida pelo Plano Real...
O gráfico mostra o desenvolvimento de nossa posição em matéria de taxa de inflação (taxa acumulada) em relação à taxa de inflação dos Estados Unidos...

TAXA DE INFLAÇÃO



Isso mostra que o nosso governo deve estar com cuidado o controle da inflação. Porém, como disse, o Brasil não está parado de inflação. Tentando manter a calma, o Brasil não está parado de inflação...

FRASES

"Graças ao meu estilo de governar, pouco a pouco os oligarquias, os caciques foram perdendo centralidade na política."

SOBRE A MESA "Não converso e que vou saber e que vai ser acertado. Se os companheiros [de FHC e PT] quiserem discutir coisas programáticas, se quiserem discutir governo, tudo isso vai estar na mesa de conversa."

O caciquismo foi varrido – Verdade em termos. Não existe dúvida de que uma leva de políticos tradicionais foi derrotada. Podemos divisar elementos em comum no perfil dos naufragos. Não custa lembrar, no entanto, que isso acontece de tempos em tempos. Nova camada de políticos emerge a cada onda dessas, instala-se no poder, desgasta-se e um dia é varrida por sua vez. [...]

A base do PT na classe média é ampla e crescente. Os meios de comunicação refletem, em parte, a inclinação do estrato onde se encontra a sua clientela. O lobby petista é intenso nos meios intelectuais, que incluem o ambiente jornalístico. O poder em via de se tornar dominante é o PT. Depois de ser estilingue, está na hora de aprender a ser vidraça. (FSP, 10/10/2002, p. A2)

Lula diz que governo faz ‘terrorismo’ econômico

O candidato do PT à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, acusou o governo de explorar eleitoralmente a crise do câmbio. “O que não pode é o governo ficar brincando de fazer terrorismo com a economia brasileira, que é frágil.”

Ele respondeu a insinuações tucanas que associaram sua eventual vitória a uma piora da economia. Pesquisas do PT concluem que essa ideia não convenceu, e, por isso, Lula deve continuar “light”. (FSP, 12/10/2002, p. A1)

Eleições 2006

SD19

Diante da reincidência do Partido dos Trabalhadores num desmando ético, quando faltavam 15 dias para o primeiro turno, o eleitor brasileiro decidiu estender a disputa pelo Planalto por mais quatro semanas. (FSP, 02/10/2006, p. A2)

Segundo turno

Mais quatro semanas de campanha presidencial dão margem a um debate franco e maduro entre Lula e Alckmin

DIANTE DA reincidência do Partido dos Trabalhadores num desmando ético, quando faltavam 15 dias para o primeiro turno, o eleitor brasileiro decidiu estender a disputa pelo Planalto por mais quatro semanas. A uma velocidade acachapante, esboçou-se a margem de cerca de 12 milhões de votos que, segundo o Datafolha, Luiz Inácio Lula da Silva mantém sobre o conjunto de seus adversários há duas semanas. Foi o suficiente para o presidente, por diferença estreita, ver frustrada sua expectativa de vitória no pleito de ontem.

As mais otimistas projeções de Geraldo Alckmin, que enfrentará o petista em 29 de outubro, foram superadas pelo resultado de ontem. O ex-governador não apenas conseguiu avançar para a votação decisiva, algo pouco provável há duas semanas, mas encerra o turno inicial em patamar próximo ao de seu adversário.

O mapa da votação deste domingo radicaliza a sensação de um país dividido. Dividido em classes de renda e escolaridade; dividido regionalmente; dividido politicamente. É vermelha (cor do PT) a mancha que vai de Minas ao Amazonas, passando pelo Nordeste. É azul (dos tucanos) o espectro que vai do Rio Grande do Sul, passa por São Paulo e abrange o Centro-Oeste.

Da mesma maneira, o eleitorado de menor renda apoiou francamente a reeleição do presidente da República; já as fatias com

maior rendimento e escolaridade apoiaram de modo maciço o ex-governador paulista.

Do ponto de vista da análise política, a questão crucial passa a ser até onde vai o movimento que retirou apoio de Lula e o transferiu a Alckmin. Uma “fotografia” parecida com a correlação de forças que acaba de sair da eleições foi revelada por pesquisas eleitorais no final do ano passado. Naquele momento, o acúmulo de escândalos na administração petista chegou a tirar de Lula a condição de favorito à reeleição, mas o presidente se recuperou. Resta saber se demonstrará resistência parecida agora.

Do ponto de vista institucional —sem embargo da legitimidade de uma eventual vitória de Lula ontem—, a deflagração do segundo turno traz vantagens. Há tempo para a elucidação total do chamado escândalo do dossiê, com a identificação dos sacadores e da origem do R\$ 1,7 milhão usado por integrantes da campanha petista na tentativa de comprar informações contra adversários.

Há tempo, oportunidade e interesse dos dois políticos que estão na disputa final para emprender um debate franco e maduro sobre as prioridades de gestão. Ambos precisam superar as platitudes a que vêm se dedicando a título de exprimir seus “programas de governo”.

Há tempo para que as redes de apoio político em torno de Lula e de Alckmin se agreguem e se explicitem, facilitando a visualização dos blocos parlamentares na gestão que se iniciará em janeiro.

Ao longo das próximas quatro semanas, portanto, os mais de 125 milhões de brasileiros habilitados a votar terão a chance de aperfeiçoar bastante a sua decisão a respeito de quem os representará na Presidência até 2010.

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL...
Publicada desde 1947 - Propriedade do Grupo Folha de S.Paulo S.A.
R. do Comércio, 390, Congonhas, São Paulo, SP

Presidente: Luís Figueiredo
Diretor Executivo: Ricardo Luiz de Moraes...
Chefe de Redação: Roberto de Campos...
Diretor Administrativo: Alexandre...
Diretor de Redação: Roberto de Campos...
Diretor de Operações: Roberto de Campos...

Editoriais

editoriais@folha.com.br

Segundo turno

Mais quatro semanas de campanha presidencial dão margem a um debate franco e maduro entre Lula e Alckmin

DANTES DA REINSCENECIDA do Partido dos Trabalhadores... Mais quatro semanas de campanha presidencial dão margem a um debate franco e maduro entre Lula e Alckmin

Maior rendimento e escuridão de apontar de modo mais ou ex-governador paratista... Mais quatro semanas de campanha presidencial dão margem a um debate franco e maduro entre Lula e Alckmin

Do ponto de vista institucional... Mais quatro semanas de campanha presidencial dão margem a um debate franco e maduro entre Lula e Alckmin

Hi tempo, oportunismo e intencionalismo... Mais quatro semanas de campanha presidencial dão margem a um debate franco e maduro entre Lula e Alckmin

A vitória de Serra

ALICIONAÇÃO de José Serra para o governo do Estado de São Paulo... A vitória de Serra dá uma prioridade para Serra

vidas criminosas no Estado, lutar as lideranças e tomar as medidas necessárias para fortalecer a organização e sua prioridade para Serra

Outras áreas que vão cobrar atenção são a educação e a saúde... A vitória de Serra dá uma prioridade para Serra

Problemas e dificuldades, enfim, é o que não faltará no próximo mandato do governador



FERNANDO DE BARROS E SILVA

País dividido

SÃO PAULO - Por mais que seja, a imagem do Rio na p... País dividido

País dividido... País dividido

FERNANDO RODRIGUES

Mais democracia

BRASÍLIA - O Brasil realizou ontem sua segunda eleição... Mais democracia

Mais democracia... Mais democracia

Nesta eleição de 2010, houve muito movimento na tela final... Mais democracia

Mais democracia... Mais democracia

IGOR SAYAD
Sexta-feira

INSCENIO no sexta, afflu pro saber o resultado das eleições... Igor Sayad

Indústria e agricultura vão mal com a atual taxa de câmbio... Igor Sayad

Política externa brasileira delirou e Morenar se demarcou... Igor Sayad

Política externa brasileira delirou e Morenar se demarcou... Igor Sayad

igorsayad@folha.com.br

FRASES

CLAMOR: A oposição passou 15 dias gritando: "Cadê as fotos?"

MEMÓRIA: A Polícia Federal já deveria ter mostrado isso às fotos do dinheiro! há tempos. Quem está por trás disso? Por que estão escondendo até a eleição?

AMAZOIAS PERDIDAS: A gente tem esperança, mas, sendo realista, sabe que não tem muita chance.

OBJETIVO NACIONAL: O objetivo nacional é ser melhor que antes e não pior.

No reinício da campanha, Lula pede a Deus para desvendar “mistério do dossiê” e admite “tiro no pé”; tucano volta a abordar a ética e diz que petista deixou passar sua chance.

Alckmin atacou sem muita ênfase o lado ético do PT, dando o tom do que deve ser a sua campanha. “Sob o ponto de vista ético, Lula poderia ter dado o exemplo e infelizmente não foi o que vimos. Lula teve sua chance e deixou passar”, afirmou o tucano em entrevista coletiva em São Paulo. Antes, ele havia citado o bordão “diga-me com quem andas e te direi quem és” para falar sobre o governo do PT.” (FSP, 03/10/2006, p E1)

Falas de Serra no debate, em destaque e entre aspas

“A sociedade está esperando as respostas de quem é o dinheiro, de quem é dólar, o dono das contas e como entrou no país.”

“Lula teve sua chance e deixou passar. Poderia ter dado o exemplo e não foi o que vimos.” (FSP, 03/10/2006, p A1)

Lula mostra viso de cordeiro enquanto suga riqueza do país.

Lula projetou, sempre, a figura pacificadora do conservador distribuindo benesses a ricos e pobres. Nunca apareceu na figura do guerreiro valente e irado.

Em crise, exibiu o fantasma do cordeiro inocente e abatido. Ferido, mostra o mesmo viso melancólico e benévolo, enquanto suga a riqueza do país em prol de si, da “companheirada” e dos que detêm por real. (FSP, 05/10/2006, p A2).

Ética, segurança e emprego marcam duelo final da TV.

Alckmin cita dossiê ao atacar Lula, que destaca problemas da violência em SP.

Impaciente, Lula chegou a segurar o braço de Alckmin enquanto dava respostas a perguntas de eleitores em encontro na Globo.

Corrupção, segurança e economia, provocaram os maiores ataques entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu adversário Geraldo Alckmin (PSDB), no ultimo debate desta eleição, realizado ontem à noite, no Rio, pela TV Globo. (FSP, 28/10/2006, p. A4).

Na primeira entrevista após a definição de que terá de ir ao segundo turno com Geraldo Alckmin (PSDB), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que o escândalo do dossiê contra os tucanos “foi um tiro no pé”.

“Quero saber quem arquitetou essa obra de engenharia”, disse. “Quando você negocia com bandidos, está sendo tão bandido quanto eles”. Lula quer que o caso seja esclarecido logo.

À noite, o comando da campanha falou em “coalizão” para o segundo turno. Os governadores eleitos Jaques Wagner (BA) e Marcelo Déda (SE) e o deputado eleito Ciro Gomes (PSB-CE) vão reforçar campanha.

Alckemin afirmou que Lula “teve sua chance e deixou passar”. “Do ponto de vista ético, Lula podia ter dado o exemplo, e infelizmente não foi o que vimos”. Disse apostar na rejeição do petista.

Acordo entre as campanhas pode adiar para a próxima semana do reinício do horário eleitoral. O primeiro debate na TV está marcado. (FSP, 03/10/2006, p. A5).

Sobre o dossiê dos petistas e sua ausência de debates da Rede Globo, dois motivos apontados como os responsáveis por ele não ter vencido no primeiro turno, Lula disse que não tem uma “bola de cristal”. Ele também admitiu que o episódio do dossiê foi um “tiro no pé”. [...]

À noite, em pronunciamento ao “Jornal nacional”, da TV Globo, Lula disse que no segundo turno pretende “politizar a sociedade” e comparar o seu desempenho no campo ético com o dos tucanos. “Quero fazer um debate profundo sobre a questão ética no país para que a gente possa inclusive fazer comparação nessa questão, porque nós temos feito mais do que qualquer outro governo fez na história deste país para punir qualquer desvio”. (FSP, 03/10/2006, p. E2).

DOSSIÊGATE

“Se o fato aconteceu, ele tem de ser mostrado. Todo mundo normalmente se queixa de imprensa. Duvido que tenha um político que não se queixe de imprensa. Mais dia, menos dia, ele tem uma queixa (...). O fato concreto é eu aconteceu, tinha o

dinheiro, tinha a fotografia, que poderia ter sido mostrada no dia, poderia ter sido mostrada quando bem entendesse”, afirmou.

TIRO NO PÉ

Lula disse que fica “pedindo a Deus para que não me aconteça nada até desvendar esse mistério [quem teve a ideia do dossiê]. Porque tem um mistério nesse dossiê que eu gostaria de saber. Não é apenas a questão do dinheiro e de onde veio o dinheiro. Eu quero saber quem arquitetou essa obra de engenharia para atirar no próprio pé”. Disse Lula. [...]

CRITICAS AO TUCANO

“Vocês não vão me ver, enquanto presidente da Republica, evitar que haja CPI. Porque se der resultado, parabéns a CPI. Se não der, vai desmoralizar quem participou dela (...). Seria muito pior se o presidente tivesse interferido para evitar que acontecesse CPI, como houve interferência no governo passado, como houve no governo São Paulo”. (FSP, 03/10/2006, p E2).

Anexo 3
Uso da máquina pública

1994

SD4

Lula usa obra da prefeitura para comício

O comício de Luiz Inácio Lula da Silva anteontem à em Santos ocorreu em aterro sanitário feito pela prefeitura administrada por petistas. Lula descreveu a obra como “exemplo do que o PT realiza quando é governo”. (FSP, 08/09/1994, p. A1)

**Lula usa obra
de prefeitura
para comício**

O comício de Luiz Inácio Lula da Silva anteontem à noite em Santos ocorreu em aterro sanitário feito pela prefeitura, administrada por petistas. Lula descreveu a obra como “exemplo do que o PT realiza quando é governo”. PÁG. Esp. 4



FOLHA DE S. PAULO



Director de Redação: Otávio Frias Filho. • São Paulo, quarta-feira, 8 de setembro de 1994. • Um jornal a serviço do Brasil. • Ano 74. • N. 21.897. • Av. Barão de Limeira, 471. • R\$ 0,50

Começa o verão em Pernambuco

Começa este mês oficialmente a temporada de verão em Pernambuco. O Estado tem 127 km de praias, com piscinas naturais de água morna, coqueiros e construções históricas. A visita pode incluir a agitação do carnaval temporário de Recife. PÁGS. 6-1 e 6-5



Biggy na praia de Maracajá, Recife no dia Pernambuco

San Martín une culturas

San Martín, ao Colômbia, uniu a cultura da América Latina e do Brasil. O evento foi realizado em Bogotá e contou com a presença de artistas brasileiros e colombianos. PÁGS. 6-1 e 6-5

CLASSILINE

AS VANTAGENS

- Qualidade
- Preço
- Condição
- Atendimento
- Segurança
- Flexibilidade

Veja classificações interessantes da Folha

Veja hoje o "Classiliner", serviço de classificações pessoais da Folha que vai ajudar as empresas a encontrar o melhor profissional. Cada anúncio custa R\$ 5,00. Semanas passadas, os 169 anúncios geraram 794 telefonemas, 56 o associado para acesso à mensagem. Via SP

FHC quer investir reservas em obras

Programa do tucano prevê aplicar US\$ 20 bi das reservas do país em infra-estrutura; uso exige mudança na lei

BRASIL

Opinião da Folha
Lêo na pág. 1-2 se editou "Certo dos meus", sob o pseudônimo "O editor paga a conta", como um dos críticos da máquina pública; e "Meus meus, para que?"

Itamar assiste em Brasília a desfile
Um grupo de 35 funcionários públicos desfilou pelo ex-presidente Collor numa parada para o desfile. PÁGS. 1-4

MUNDO

Morre Clavell, o autor de 'Shogun'
James Clavell, 66, autor de obras, seu livro "Shogun" foi transformado em filme de sucesso. PÁGS. 1-4



O novo ministro da Fazenda, **Ciro Gomes**, recebe as bênçãos de participantes de missa na Igreja do Pai, em Curitiba. Ele tomou posse ontem em cerimônia de 3 minutos e evitou dar declaração sobre os próximos passos do governo - Pág. 1-6

O programa de Fernando Henrique Cardoso (FHC), divulgado ontem, prevê o uso de US\$ 20 bilhões das reservas em dívida e ouso do governo para a infra-estrutura durante eventual mandato. Atualmente, elas são de US\$ 40 bilhões.

Para lei atual, só podem ser usadas para pagar dívida externa e pagar mercado de câmbio. É necessário, ao todo, a aplicação de R\$ 100 bilhões para a infra-estrutura, dinheiro que depende de reformas na Constituição, entrada maior de recursos externos e inflação baixa.

FHC citou o presidente argentino Kubitschek (56-61), ligaria que um contrabando contra o racismo. Superintendente

PFL articula manter **Ciro** na Fazenda

O PFL começou articulação para manter **Ciro Gomes** na Fazenda se Fernando Henrique vencer a eleição. **Ciro** "já era um ministro certo", disse o ex-governador Antônio Carlos Magalhães. "É o homem certo no lugar certo", afirmou Marco Maciel, vice do PFL. PÁGS. 1-6

BOA NOTÍCIA

Indústria ensina jovens carentes
Programa de indústria de máquinas agrícolas Inco-Mapa, iniciado em São Paulo, permite que jovens carentes estudem mecânica. O curso dura um ano.

Segundo a empresa, o programa já formou 142 técnicos e 100 deles conseguiram emprego. PÁGS. 3-8

ORIENTE 54

US\$	1,764,00
YEN	1,681,00
LIBRA	1,681,00
FRANCO	1,681,00
REAL	1,681,00
PAULO	1,681,00
ARGENTINA	1,681,00
INDIA	1,681,00
CHINA	1,681,00
JAPÃO	1,681,00
RUSSIA	1,681,00
ÁFRICA	1,681,00
AMÉRICA	1,681,00
EUROPA	1,681,00
ASIA	1,681,00
OCEANIA	1,681,00

Assassinados 2 policiais em Vigário Geral
Dois policiais civis foram mortos a tiros, aparentemente à noite, em frente ao principal acesso da favela de Vigário Geral (RJ). A polícia suspeita de traficantes. Em agosto de 93, o assassinato de quatro PMs na mesma favela provocou a chacota de 21 mortos. PÁGS. 3-4

Jornal mostra foto do príncipe Charles nu

Uma foto do príncipe Charles nu foi publicada na primeira página do jornal sensacionalista alemão "Bild Zeitung".

Sua foto, ele aparece no quarto de um castelo na França com uma mulher cobrindo parcialmente sua virilha.



Luiz Inácio Lula da Silva (à esquerda) e a esposa, Mariza, em uma das bandeiras da campanha de Lula da Silva. O deputado do Gerador Partido não quis participar - Pág. Exp. 4

Lula usa obra de prefeitura para comício

O comício de Lula da Silva aconteceu à noite em Santos e contou com o uso de uma obra feita pela prefeitura, administrada por petistas. Lula descreveu a obra como "exemplo de que o PT mudou quando é governo". PÁGS. Exp. 4

Dezembro pode ter medidas anticonsumo

O governo pode adotar medidas anticonsumo em dezembro, quando há alta de vendas. Celso Carneiro, secretário-executivo da Fazenda, disse haver "uma lista de medidas investigadas". Uma seria congelar o salário na economia. PÁGS. 1-6

Assassinados 2 policiais em Vigário Geral

Dois policiais civis foram mortos a tiros, aparentemente à noite, em frente ao principal acesso da favela de Vigário Geral (RJ). A polícia suspeita de traficantes. Em agosto de 93, o assassinato de quatro PMs na mesma favela provocou a chacota de 21 mortos. PÁGS. 3-4

Igreja firma no Cairo posição contra aborto

O Vaticano reiterou ontem na conferência internacional sobre população no Cairo sua oposição ao aborto e a medidas artificiais de contracepção.

As organizações sobre uma nova reunião para o tema de aborto no documento da conferência foram aliados. PÁGS. 2-6

ESPORTE

Palmeiras bate União e segue líder invicto

O Palmeiras manteve a invencibilidade no Campeonato Brasileiro ao derrotar o União São João, em Araras, por 1 a 0, gol contra de Fabiano. O Palmeiras teve dois gols, Roberto Carlos e César Sampaio.

Em Salvador, o São Paulo empatou em 1 a 1 com o Vitória. Cláudio Abelio o mandado. Mateus Roberto, em cobrança de pênalti, empata para o São Paulo. PÁGS. 4-1 e 4-3



Guastavo Borges (2), medalha de bronze, parabeniza o colega Papinho, vencedor das 100 no livro no Mundial de Esportes Aquáticos - Pág. 4-4



O atacante Ronaldo (seg.) disputa lance

Meu nome é jornalista

[...] Agora, em pleno feriado, vou ter que atrair as iras de quase toda a Redação da **Folha** a propósito dessa história de uso da máquina. Não chego ao extremo de dizer, como o fez FHC, que os jornalistas estão “deseducando” a massa, ao tratar do tema, mas que está havendo confusão, lá isso está.

Uma coisa é, por exemplo, alocar recursos para a eletrificação da cidade de Sinop (MT) apenas porque o candidato do governo havia prometido o benefício. Aí, até dá para falar em uso da máquina, desde que se verifique antes se os recursos já não estavam previstos.

Outra coisa, bem diferente, é considerar uso da máquina a presença do candidato na inauguração de uma obra qualquer, como esse porto em Sergipe. [...]

Vale o mesmo raciocínio para o uso do real por FHC. Foi ele quem inventou o plano, não foi? Por que teria que se esconder dele? Só seria razoável se houvesse um acordo entre todos os candidatos para que ninguém lembrasse a paternidade do plano no caso de este fracassar, certo?

Diferente, é claro, é a propaganda indireta, admitida por Ricupero, porque aí violou-se a igualdade de oportunidades para todos os candidatos. (FSP, 08/09/1994, p. A2)

SD5

Fernando Henrique corre o sério risco de virar um ex-Fernando Henrique. Ele nega que tenha dito “esqueçam o que escrevi”. Mas, na prática, faz algo pior: pede que esqueçam quem foi ele. Sua campanha macula-se pelas alianças com a oligarquia mais retrograda e pela manipulação inescrupulosa da máquina pública. (FSP, 08/09/1994, p. A2)

O “ateu” Fernando Henrique

Gilberto Dimenstein

BRASÍLIA — *Escrevi nesta coluna que Lula corria um risco maior do que virar ex-candidato: corre o risco de virar um ex-Lula. Essa suspeita ficou mais forte quando ele resolveu agora chamar Fernando Henrique Cardoso de “ateu”, numa exploração barata da religião.*

Considero Lula o personagem vivo mais interessante da política brasileira. Nunca, em toda a história do Brasil, alguém que veio de tão baixo na escala social provocou tantas mudanças: mudou a cara do sindicalismo e criou o único partido que merece o nome de partido.

Seu lugar na história já estaria garantido apenas por uma de suas idéias: a campanha contra a fome. Coordenada por Betinho, a campanha tornou-se um dos movimentos sociais mais férteis do país. Coloco-a no mesmo nível do movimento abolicionista. Não pode existir maior escravidão do que a fome.

A ressonância de sua pregação pelos excluídos ajudou decisivamente a manter a miséria no topo da agenda nacional. Dele partiu a melhor bandeira dessa sucessão: “Nenhuma criança fora da escola”. Apesar de dominar pouquíssimas prefeituras, o PT tem a exibir uma rica coleção de experiências bem-sucedidas

em saúde e educação. Experiências em cidades mais ricas, como Porto Alegre, e pobres, como Icapuí, no Ceará.

Fernando Henrique corre o sério risco de virar um ex-Fernando Henrique. Ele nega que tenha dito “esqueçam o que escrevi”. Mas, na prática, faz algo pior: pede que esqueçam quem foi ele. Sua campanha macula-se pelas alianças com a oligarquia mais retrograda e pela manipulação inescrupulosa da máquina pública.

E Lula corre o risco de virar um ex-Lula por um fato óbvio: sua campanha está suja. Chamar Fernando Henrique de “ateu” é apenas um dos pontos salientes dessa evidência. Antes, classificou-o de “Ali Baba”. Aos berros, xingou Rubens Ricupero de “trapula”. Referiu-se a donos de jornais e jornalistas como “filhos da puta”.

Sua campanha não propõe alternativas. Limita-se a tentativa de destruir um candidato. Indistigável a torcida para que o agravamento da inflação forneça bom material de campanha.

Ja somos um país tão pobre de sérias lideranças populares. Lula é muito importante ao país para que corramos o risco de ter um ex-Lula.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha de São Paulo S.A.

Diretor Presidente Luiz Faria

Diretor Editorial Cláudio Fraga Filho

Diretor Administrativo Cláudio Fraga Filho

Conselho Editorial: Luiz Roberto Bello, Rogério César de Campos Leite, Marcelo Coelho, João de Freitas, Márcio Souto Jr., Gilmar Diniz, Luiz Faria e Cláudio Fraga Filho (presidente)

Guerra dos mundos

A inflação está sendo atacada e a confiança no plano continua a crescer. Mas é necessário lembrar que o real e não só o mundo da macroeconomia, como também o das agendas cotidianas, da sobrevivência microeconômica. E, nessa área, ainda há muitas agendas por fazer.

A segurança da 100 mil reais criação de moedas em circulação tem sido um número imposto tanto a alguns e não quanto a proprietários de escritórios. Amarrados aos bancos, não há política de inflação contínua e não há agenda.

Os governos, mas uma vez, recorre a medidas mais radicais de ajuste no plano. Para, portanto, sem nenhuma garantia de sucesso, surge o plano de emergência. O governo, porém, não consegue fazer cumprir as regras, mas sim o plano. E, nesse sentido, o plano é uma promessa vazia.

O leitor paga a conta

A atuação de elite eleitoral contra o presidente do Senado, Humberto Lucena, traz à tona um caso feroz de atuação eleitoral no âmbito do constituinte do Congresso.

Em meio a uma campanha eleitoral, o senador Humberto Lucena, do PFL, está sendo atacado por um grupo de parlamentares que se autodenominam "leigos".

Muitos museus, pouca arte

Uma política cultural do Brasil parece estar sendo desenvolvida com o intuito de criar muitos museus, mas pouca arte.

Um museu não é apenas um espaço físico onde se guardam objetos, mas um espaço de reflexão e de diálogo com a sociedade.

agresse, o ponto de convergência dos índices de ajuste.

Diante-se muito, também, a sustentabilidade de um consenso de emergência ou a necessidade de medidas de emergência do consenso. Em alguns setores há sinais de uma possível recuperação econômica.

O governo, mas uma vez, recorre a medidas mais radicais de ajuste no plano. Para, portanto, sem nenhuma garantia de sucesso, surge o plano de emergência.

O "ateu" Fernando Henrique

BRASÍLIA — Escrito sobre o "ateu" Fernando Henrique, o jornalista Gilberto Dimenstein afirma que o candidato não é um ateu, mas um agnóstico.

Dimenstein afirma que Fernando Henrique não é um ateu, mas um agnóstico. Ele acredita em Deus, mas não acredita em nenhuma religião específica.

Dimenstein afirma que Fernando Henrique não é um ateu, mas um agnóstico. Ele acredita em Deus, mas não acredita em nenhuma religião específica.

O Brasil numa fria

RIO DE JANEIRO — Todo ficante brasileiro tem o hábito de olhar para o Brasil com um olhar frio.

Carlos Heitor Cony afirma que o Brasil é um país que vive em um estado de emergência econômica.

Cony afirma que o Brasil é um país que vive em um estado de emergência econômica. Ele acredita que o Brasil precisa de uma reforma estrutural.



Meu nome é jornalista

SÃO PAULO — Em época de campanha eleitoral, o jornalista Cláudio Fraga Filho afirma que o nome de jornalista é uma honra.

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

Hipócritas

Os dois deputados chegaram assim ao plenário. Um com uma declaração, um com uma declaração.

Cláudio Fraga Filho afirma que os políticos são hipócritas. Ele acredita que eles dizem uma coisa e fazem outra.

Cláudio Fraga Filho afirma que os políticos são hipócritas. Ele acredita que eles dizem uma coisa e fazem outra.

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho



Cláudio Fraga Filho

Cláudio Fraga Filho afirma que os políticos são hipócritas. Ele acredita que eles dizem uma coisa e fazem outra.

Cláudio Fraga Filho afirma que os políticos são hipócritas. Ele acredita que eles dizem uma coisa e fazem outra.

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

FRASES

"Não é a máquina eleitoral sendo usada, mas a máquina política sendo usada." - Cláudio Fraga Filho

Os comitês do PSDB e do PT transformaram-se em usinas de imagens falsas e conceitos deturpados. Os dois principais concorrentes jogaram na confusão. [...]

Vejamos o que diz o pessoal de Fernando Henrique. Primeiro, que o candidato tucano fez o real. Depois, que Lula quer demolir a nova moeda.

O eleitor está diante de duas bobagens. O Plano Real é uma obra inacabada. Sua consolidação depende de um pacote de reformas econômicas e políticas, para dizer o mínimo.

A moeda estável está por ser feita. Quanto a Lula, sua trajetória desautoriza a suposição de que seja contra a estabilidade econômica.

Note-se agora o que se diz à volta do candidato do PT: a mobilização da máquina administrativa torna a candidatura de Fernando Henrique ilegítima.

Outra tolice. É evidente que a engrenagem do Estado pende para o lado de Fernando Henrique. As palavras de Ricupero e os textos de Stepanenko provam isso.

Mas os pedidos de impugnação à candidatura de Fernando Henrique não passam de exageradas peças de campanha.

Há muita fumaça, mas nenhuma prova concreta do envolvimento pessoal do candidato. Nada que autorize a sua exclusão da disputa.

O TSE deve promover apenas a punição do governo e de seus ministros, sobretudo Stepanenko, cuja desfaçatez já lhe garante até a execração dos tucanos. (FSP, 08/09/1994, p. E1)

FHC lança projeto; PT usa obra em Santos

Em Brasília, o candidato tucano divulgou programa que prevê o uso de US\$ 20 bilhões das reservas do governo em projetos de infra-estrutura. O palanque do comício de Lula em Santos (SP), anteontem à noite, foi montado em cima de um aterro sanitário feito pela prefeitura local, que é do PT. (FSP, 08/09/1994, p. E1)

Fleury acusa Fazenda de apoiar PSDB

Governador afirma que ministério bloqueou verbas destinadas a São Paulo para beneficiar Covas e FHC

O governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho (PMDB), acusa o Ministério da Fazenda de uso eleitoral da máquina de governo em favor de Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, candidatos do PSDB. (FSP, 08/09/1994, p. E3)

Obra do PT serve à campanha de Lula

Candidato realiza comício em favela onde a Prefeitura de Santos, administrada pelo partido, realiza construções

O comício de Luiz Inácio Lula em Santos (72 km a sudeste de São Paulo), anteontem à noite, foi montado para que ele tirasse proveito político de uma obra realizada pela prefeitura municipal, administrada pelo PT.

O palanque usado no evento foi montado em cima de um aterro sanitário que está sendo realizado pela administração local. [...]

O PT está pedindo na Justiça Eleitoral a impugnação da candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O tucano é acusado de se beneficiar eleitoralmente de obras e programas do governo.

Lula descreveu o projeto em Santos como “um exemplo do que o PT realiza quando é governo. (FSP, 08/09/1994, p. E4)

PPR se une a petistas e PDT contra tucano

Os advogados do PT, PDT e PPR se reúnem hoje no Rio para discutir a possibilidade de uma ação jurídica conjunta contra o uso da máquina administrativa em favor da candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

O candidato do PPR, senador Esperidião Amin, disse ontem que aceitou o convite para a reunião por entender que o Plano Real foi feito para favorecer FHC.

“A adoção do real sem a revisão constitucional exige esse tipo de ginástica de jogar a sujeira para baixo do tapete”, disse. (FSP, 08/09/1994, p. E4)

Governo cearense pagou viagem tucana

O governo do Ceará pagou passagens para militantes e assessores do PSDB para a convenção que escolheu, em maio, Fernando Henrique Cardoso candidato à presidência. [...]

A legislação eleitoral proíbe o uso de recursos de governos em campanhas. (FSP, 09/09/1994, p. A1)

Ciro pagou viagens de tucano a convenção com dinheiro público.

O governo do Ceará bancou despesas com passagens para militantes e assessores do PSDB que participaram da convenção que escolheu Fernando Henrique Cardoso candidato do partido à presidência. O atual ministro da Fazenda, Ciro Gomes, governava o estado.

A convenção foi realizada em maio deste ano, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte.

Documentos e cópias de cheques obtidos pela **Folha** revelam que as despesas foram pagas pela Secretaria de Governo. (FSP, 09/09/1994, p. E1)

Empresa contratada sem licitação assessora FHC

O instituto de pesquisa Ipespe, que assessora o candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB-PFL-PTB), ganhou um contrato de US\$ 972 mil do governo do Ceará em maio, ainda sob o comando do agora ministro da Fazenda, Ciro Gomes. (FSP, 09/09/1994, p. E1)

Para FHC, sua presença no evento não reforça as denúncias de uso da máquina pública em sua campanha. “Eu sou tucano, o Ciro é tucano, e estou torcendo para que o Brasil dê certo”, disse. “Nós queremos os tucanos mostrando que sabem governar.” (FSP, 09/09/1994, p. E3)

As acusações de uso da máquina do governo federal em benefício da candidatura do PSDB à presidência fizeram com que PT, PMDB e PDT decidissem, no rio, atuar em conjunto para viabilizar suas ações na Justiça Eleitoral. (FSP, 09/09/1994, p. E3)

Ao contrário do candidato, direção do partido mantém críticas a Itamar Franco pelo uso eleitoral da máquina federal

A direção petista ainda não compreendeu e tampouco digeriu a avaliação de Lula sobre a atuação do presidente Itamar Franco no processo eleitoral.

Anteontem à noite em São Paulo, o candidato petista isentou Itamar de responsabilidade nos episódios que caracterizam o uso da máquina federal na campanha de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). [...]

Para o dirigente petista, a falta de punição ao ministro Alexis Stepanenko prova que o governo não está isento do processo eleitoral.

“A máquina continua sendo usada, em conjunto com a grande mídia, particularmente com a Rede Globo”, acha Falcão. (FSP, 09/09/1994, p. E4)

Segundas intenções

“Eles (os empresários) deixam de lucrar durante dois meses para eleger Fernando Henrique e lucrar muito mais durante quatro anos.”

Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT à presidência, ontem na Folha. (FSP, 10/09/1994, p. A2)

Em Ribeirão Preto (319 km ao norte de São Paulo), FHC atribuiu a “fofocas” a revelação da **Folha** de que o governo do Ceará gastou dinheiro público na convenção que homologou sua candidatura. [...]

Na última terça-feira, ao ser abordado sobre o uso da máquina do governo federal em sua campanha, FHC afirmou que a imprensa “deseduca” o eleitorado. [...]

Em Campinas (100 km a noroeste de SP), onde participou de outra carreata, FHC disse que o uso eleitoral da máquina do governo é parte “cultura brasileira”. (FSP, 10/09/1994, p. E1)

Ex-funcionária contesta governo Ciro

Geni Faria diz que saiu do emprego meses antes de ter seu nome usado para justificar pagamentos de passagens do PSDB

A vendedora Geni Cristina Pessoa de Farias, 26, ex-funcionária da Petrelli Turismo Ltda., contestou ontem a versão apresentada pelo governo do Ceará para tentar justificar os gastos públicos com passagens para militantes e assessores do PSDB.

Conforme revelou ontem a **Folha**, os tucanos viajaram – de Fortaleza (CE) a Belo Horizonte (MG) 0 com despesas pagas pela Secretaria de Governo.

O objetivo da viagem foi participar da convenção que escolheu Fernando Henrique Cardoso candidato do PSDB à Presidência em maio desse ano.

Na época, o atual ministro da Fazenda, Ciro Gomes, governava o Estado. A convenção foi realizada em Contagem (MG).

Um dos cheques usados pelo governo para pagar as passagens, conforme documentos obtidos pela **Folha**, foi emitido em nome de Geni, em 14 de junho deste ano.

De acordo com versão do governo cearense, os cheques foram emitidos em nome de “funcionários” da Petrelli por conta de “serviços prestados” por estas pessoas à Secretaria do Governo.

Geni contraria essa versão. Ela disse que nem trabalhava mais na agência quando o cheque foi emitido em seu nome.

Contou que vendia passagens para o governo do Ceará, mas apenas até dezembro de 93, quando deixou de trabalhar na Petrelli.

A vendedora afirma que nunca prestou serviços à administração estadual, conforme informou a Secretaria de Governo. Por este motivo, não teria como receber o cheque por conta de serviços que nunca prestou.

Disse também que nunca recebeu o dinheiro cujo valor consta do cheque emitido em seu nome.

O valor do cheque emitido em nome de Geni foi de CR\$ 1.059.084,00, com data de 14 de junho desta ano (R\$385,12). A ex-funcionária da Petrelli disse que não sabe explicar o fato de o seu nome ter sido usado no cheque.

Os cheques oficiais foram assinados por Francisco Alfredo da Silveira Fortuna (ex-chefe de gabinete da Secretaria de Governo e atual secretário de Governo) e Francisco Augusto de Souza, responsável pelo setor financeiro do órgão estadual.

Conforme os recibos da Fetrelli, pelo menos 15 pessoas viajaram de avião às custas da administração pública cearense.

A secretaria pagou ainda despesas com um ônibus alugado para conduzir outros militantes tucanos do Ceará até Minas. Os custos correspondem hoje a R\$6,7 mil.

A Petrelli informou, por intermédio de seus advogados, que vai contratar uma auditoria para estudar o caso.

Ouro lado

Ciro nega ter pago passagens.

O ministro da Fazenda, Ciro Gomes, negou ontem, no Rio, que seu governo no Ceará tenha pago passagens para militantes do PSDB irem à convenção nacional do partido, em 14 de maio.

“Meu governo nunca fez isso”, disse o ministro. Ciro disse ainda que a notícia era “futrica de palanque”.

A assessoria de imprensa da Secretaria de Governo do Ceará informou ontem que a Procuradoria Geral do Estado está elaborando um projeto de auditoria para apurar as denúncias das despesas com a Agência Petrelli.

O secretário de Governo, Franciso Alfredo Fortuna, disse que os cheques, inclusive o de Gina Farias, serviram para a prestação de serviços de eventos organizados pela secretaria. (FSP, 10/09/1994, p. E3)

A Justiça Eleitoral não tem um terceiro caminho: ou cassa os candidatos implicados ou diz que não houve abuso da máquina do governo em favor de Fernando Henrique nem da máquina sindical em favor do Lula. [...]

Folha – A falta de cerimônia com que autoridades e candidatos desrespeitam a legislação eleitoral é fruto da impunidade?

Scartezzini – Pode ser impunidade ou falta de educação.

O rigor da legislação deve impedir o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de punir o candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e seu rival Luiz Inácio Lula da Silva (PT), caso se comprovem as acusações de abusos em suas campanhas presidenciais.

FHC é acusado de receber ajuda ilegal do governo Itamar Franco, enquanto Lula Responde a Inquérito por uso indevido de recursos de sindicatos.

Por lei, tanto a máquina do governo quanto a máquina sindical devem ficar fora da eleição. [...] (FSP, 12/09/1994, p. E1).

O candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a acusar o governo de estar usando a liberação de crédito agrícola só como discurso político.

A declaração foi feita ontem em Porto Alegre (RS). Documento que Lula recebeu de entidades rurais afirma que os pequenos produtores não estão conseguindo acesso ao crédito rural nas agências do BB (Banco do Brasil). [...]

Disse que FHC não faz campanha. “Tudo o que ele faz é usar a máquina pública. Isso é típico de um candidato chapa branca”. (FSP, 18/09/1994, p. E3).

Com cédulas de real, participantes de comício acenam a FHC e Marco Maciel em PE; parte do público foi levado em ônibus gratuitamente. (FSP, 19/09/1994, p. A1)

Bilhetes derrubam Stepanenko

Em sua gestão, Ministério das Minas e Energia foi acusado de favorecer candidatura de Fernando Henrique [...]

Stepanenko é acusado de ter usado o Ministério de Minas e Energia em favor de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A **Folha** revelou bilhetes enviados por Stepanenko a subordinados propondo a inauguração de obras antes da eleição. (FSP, 20/09/1994, p. A1)

Lula diz em artigo que eleições são ilegítimas

Segundo ele, há ilegitimidade devido ao “uso da máquina” e a “manipulação pela grande imprensa. (FSP, 21/09/1994, p. A1)

Lula escreve em revista estrangeira que eleições é ilegítima e manipulada.

O candidato do PT, Luiz Inácio da Silva, escreveu um artigo para a revista espanhola “Cambio 16” em que afirma eu o processo eleitoral brasileiro se tornou “ilegítimo”.

Segundo ele a ilegitimade se configura pelo “uso da máquina do Estado” e pela “manipulação articulada da informação pela grande imprensa”.

O petista diz ainda que o fato é “extrema gravidade” e que representa “um novo golpe na já debilitada democracia latino-americana”. [...]

Segundo a assessoria, Lula escreveu o texto em português, e a revista o verteu para o espanhol. A assessoria afirma que, no original, Lula teria escrito que o uso da máquina do Estado e a manipulação da imprensa “estão tornando” ilegítimo o processo eleitoral. [...]

Essa é a segunda vez que Lula usa o conceito do legítimo e do ilegítimo em sua campanha. Em 25 de maio, ele disse: “Entre a lei e a coisa justa e legítima, sempre disse que o justo e o legítimo são muito mais importantes”.

Na ocasião, ele se referia à ilegalidade do uso de carros de som de sindicatos em seus comícios. (FSP, 21/09/1994, p. E1).

Ciro terá que explicar acusação de ajudar FHC

O ministro Ciro Gomes foi notificado pelo Tribunal Superior Eleitoral para que se defenda da suspeita de uso de dinheiro do governo do Ceará na campanha de FHC, em meio. (FSP, 22/09/1994, p. A1)

Em artigo para a revista espanhola “Cambio 16”, Lula disse que a eleição presidencial brasileira é “ilegítima”.

Para confirmar a tese, o candidato diz que o Estado foi posto a serviço do seu adversário. Considera-se também vítima de um suposto complô da grande imprensa. [...]

Embora fale de uma suposta articulação da grande imprensa para massacrar o PT, o documento exemplifica o uso da máquina a partir de denúncias feitas pela imprensa, em especial a Folha.

Outro comentário do texto: “o processo eleitoral tem sido digno de uma república de bananas, com pouca discussão sobre os problemas nacionais”. (FSP, 22/09/1994, p. E3).

RIO DE JANEIRO – Dou razão ao candidato do governo quando diz que não precisa da máquina. Tanto a intervenção de Ricupero como a de Stepanenko (e outras que não foram faturadas, mas escondidas) são redundantes. FHC não é candidato do governo. É candidato do sistema e tem no governo a sua expressão executiva e legal.

Repete o esquema de Collor, que foi apoiado pelo mesmíssimo sistema. O primeiro Fernando não teve apoio do governo de catão – que já estava desmoralizado e não mais servia como expressão das forças que dominam a sociedade e o Estado. Com visual moderno, beijando as mãos de Frei Damião, sacrificando galos e bodes em rituais de magia negra, caçando marajás e prometendo o paraíso aos despossuídos. Collor não dependia da máquina: dependia do esquema de PC, que, este sim, expressou o apoio do sistema.

É uma simplificação afirmar que FHC é candidato do governo. Evidente que é, mais nada mais que um governo tenha candidato, desde que não atrepele os demais candidatos com a truculência de Ricupero ou Stepanenko. (FSP, 24/09/1994, p. A2).

Estou seguro de que os senhores Rubens Ricupero e Alexis Stepanenko ainda não entenderam porque foram obrigados a deixar seus cargos de ministros.

A incompetência verbal de um e os bilhetes explícitos do outro sempre foram considerados normais para um tipo de exercício político que ainda predomina na política brasileira e que se caracteriza pelo cinismo. (FSP, 25/09/1994, p. A2).

O candidato do PT à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. Voltou a dizer ontem que pode haver fraude nas eleições. Em **outras** iria à rádio CBN, ele disse que “desviar dois ou três milhões de votos neste país é mais fácil que tirar pirulito de criança”.

Entre os indícios de fraude, Lula disse que já foram descobertas cidades na Bahia e em Tocantins onde há mais eleições que habitantes. “Nestas cidades não poderia haver eleições”, reclamou. (FSP, 28/09/1994, p. E3).

TSE condena distribuição de cédula falsa pró-FHC que prejudica Lula.

O presidente do TSE (Superior Tribunal Eleitoral), ministro Sepúlveda Pertence, considerou “jogo baixo” a distribuição de cédulas como modelo de votação em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aparece em terceiro lugar. (FSP, 01/10/1994, p. E1).

1998

SD6

A condução da política econômica brasileira parece estar se submetendo demasiadamente ao calendário eleitoral. Há mesmo sinais de que o pedido de socorro a organismos multilaterais e ao FMI estaria sendo postergado por esse motivo.

Embora compreensível, essa atitude das autoridades econômicas e, acima de todos, do presidente-candidato, além de eticamente discutível, é arriscada, pois tende a reduzir a eficácia das medidas já anunciadas e por anunciar como defesa do real. (FSP, 18/09/1998, p. A2)

COM MEDO DE SER INFELIZ

A condução da política econômica brasileira parece estar se submetendo demasiadamente ao calendário eleitoral. Há mesmo sinais de que o pedido de socorro a organismos multilaterais e ao FMI estaria sendo postergado por esse motivo.

Embora compreensível, essa atitude das autoridades econômicas e, acima de todos, do presidente-candidato, além de eticamente discutível é arriscada, pois tende a reduzir a eficácia das medidas já anunciadas e por anunciar como defesa do real.

Significa sujeitar o caixa de reservas internacionais do Banco Central às necessidades da campanha eleitoral em um momento em que analistas reputados consideram insustentável o ritmo de fuga de capitais.

Faltam cerca de duas semanas para as eleições. Se o governo, como parece provável, anunciar imediatamente após a votação um conjunto de medidas mais duras, de acordo com o receituário do FMI, estará repetindo gestos lamentáveis de governos passados, os quais se tornaram conhecidos como "estelionato eleitoral".

A história da política econômica brasileira já demonstrou que a suposta astúcia do governo volta-se contra a eficácia das próprias medidas. Afinal, como disse tantas vezes o próprio FHC, a estabilidade nas regras e a confiança na atuação às claras foram essenciais para que a sociedade apoiasse o Real e o governo.

A condução escamoteada de negociações com organismos internacionais pode, em última análise, conduzir a uma solução capaz de tirar o país do epicentro do terremoto financeiro em que foi envolvido. Mas a falta de transparência e o receio de mobilizar a sociedade para tempos duros costumam ricochetear contra a credibilidade do governo.

Ora, as medidas inevitáveis de ajuste fiscal dependerão do Congresso. Sem credibilidade, sem transparência, no vácuo de uma estratégia nebulosa, as mudanças e reformas poderão ser difíceis e insuficientes.

Com medo de criar para si mesmo mais problemas agora, o governo cria expectativas que, se frustradas, poderão ter efeitos ainda piores.

FOLHA DE S. PAULO

Publicação desde 1925 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Presidente: Luís Faria
Diretor Editorial: Cláudio Farias Filho
Diretor: Pedro Passerun Jr.

Conselho Editorial: Luiz Alberto Rubin,
Rogério César de Corgatta Leite, Marcelo Cinthio,
Luciano de Freitas, Gilberto Diniz de Sá, Luís Nassif,
Flávio Pires, Cláudio Rossi, Carlos Walter Correia,
Célio Faria, Luís Faria e Otávio Farias Filho (secretário)

COM MEDO DE SER INFELIZ

A condução da política econômica brasileira parece estar se submetendo domesticamente ao calendário eleitoral. Há mesmo sinais de que o pedido de socorro a organismos multilaterais e ao FMI esteja sendo postergado por mais motivos.

Embora comprometida, essa atitude das autoridades econômicas e, acima de todos, do presidente candidato, além de evidentemente disculpável e arriscada, não tende a reduzir a eficácia das medidas já anunciadas e por anunciar como efeito do real.

Significa sujeitar o país de reservas internacionais do Banco Central às necessidades da campanha eleitoral em um momento em que análises retrospectivas consideram insustentável o ritmo de fuga de capitais.

Além disso, em duas semanas para as eleições, se o governo, como parece possível, anunciar imediatamente após a votação um conjunto de medidas mais duras, de acordo com o recetário do FMI, estará repudiando antes lamentar-se de governos passados, os quais se tornaram conhecidos como "visionários eleitorais".

A história da política econômica brasileira já demonstrou que a suposta astúcia do governo volta-se contra a eficácia das próprias medidas. Afinal, como disse tantas vezes o próprio FMI, a estabilidade nas regras e a confiança na situação às vezes ficam essenciais para que a sociedade apoiasse o FMI e o governo.

Uma política escamoteada de negociações com organismos internacionais pode, em última análise, conduzir a uma solução capaz de tirar o país do episódio do terremoto financeiro em que foi envolvido. Mas a falta de transparência e o medo de mobilizar a sociedade para tempos duros costumam chochetar contra a credibilidade do governo.

Ora, as medidas inevitáveis de ajuste fiscal dependem do Congresso. Sem credibilidade, sem transparência, no vértice de uma estratégia neoliberal, as mudanças e reformas poderão ser difíceis e insuportáveis.

Com medo de criar para si mesmo mais problemas agora, o governo cria expectativas que, se frustradas, poderão ter efeitos ainda piores.

A CRISE É NOSSA

A moeda do mundo obedece aos imperativos de um Estado nacional. Isso dá globalização, o dólar é acima de tudo a moeda financeira de um único país, o mais poderoso do planeta. Essa lógica já foi aprendida muitas vezes, mas parece que a maioria dos governos preferiu esquecer.

A "decada perdida", em que os países em desenvolvimento temeram os quais o Brasil naufragava sem mar de dólares contrariados a juros flutuantes, iniciou-se quando o FMI, banco central dos EUA, impôs ao mundo um brutal choque de juros.

A crise mexicana, no final de 1994, também ocorreu em razão de uma alta das taxas de juros no centro da economia global. Há dois dias, mais uma vez o Fed, por meio de sua presidente, deixou claro para os investidores e cidadãos de todo o mundo que a moeda internacional obedecerá, antes de mais nada, aos ditames do interesse nacional norte-americano.

Governos não podem sem consciência a possibilidade de redução dos

justos norte-americanos, mas ao descartar a possibilidade de coordenação entre as políticas monetárias dos principais bancos centrais do mundo ele tornou explícitos os limites da globalização. Aar dos que acreditavam demais nela, esgotando-se das suas próprias fronteiras.

Nos EUA, há motivos para a cautela de Greenberg. Apesar do incipiente desaquecimento da economia mundial, há sinais de inflação. Está lá — não permitir que os ativos financeiros denominados em dólar tenham o valor erodido — é primordial para o responsável pelo mais poderoso banco central do mundo.

A prioridade conferida pelos líderes financeiros mundiais às suas próprias questões domésticas torna ainda mais limitadas as opções dos países em desenvolvimento. Aparelhos, predominantemente entre os mais ricos a percepção de que a crise, mesmo afetando suas economias, não será jamais grande o suficiente para colocar em risco seu domínio global.

OS 850 METROS DE PITTA

O furo-fila foi o primeiro símbolo da campanha de César Pitta à prefeitura em 98. A apresentação aconteceu em 850 metros de pista pelo perímetro, equivalente a um décimo da primeira linha do furo-fila, e o símbolo de uma prefeitura sem recursos.

Decorados 25 meses de governo, Pitta mostra à população da maior cidade do país o resultado concreto de um dos maiores projetos de sua administração — alguns metros de pista de uma obra inacabada. Essa apresentação fidelizada não chega a surpreender aqueles que acompanharam a atual gestão paulistana.

O furo-fila é um projeto no mínimo controverso. Tem sua eficácia contrariada por especialistas na Alemanha, onde foi adotado. A sua aprovação pela Câmara Municipal de São Paulo, no entanto, se fez da maneira habitual, sem a discussão necessária, extremamente breve depois de Pitta ter anunciado a liberação de R\$ 25 milhões para as administrações regionais da cidade, controladas por vereadores governistas.

Na época, lembre-se, o aprovação do projeto foi usada como marketing pela prefeitura para desviar a atenção da CPI dos precatórios, esboçada no qual estavam envolvidos o ex-prefeito Paulo Maluf e o próprio Pitta.

O problema, portanto, vai muito além do não-cumprimento de prazos de uma obra que foi inaugurada em meio de uma crise de população. Emblema de campanha e depois municipal, o furo-fila volta a ser utilizado na esperança da eleição para o governo de Estado com o fim de marcar as enormes dificuldades financeiras da cidade, pelas quais Maluf e Pitta são os maiores responsáveis.

Foram eles, um como prefeito e outro como secretário das Finanças, que envidaram a cidade de maneira irresponsável, para dizer o mínimo, com obras em volume e ritmo insustentáveis — tudo para eleger Pitta. O resultado está exposto ao longo desses quase dois anos de gestão.



O "desastre" da vez

CLÓVIS ROSSI

São Paulo — Dev em "The New York Times" de ontem: "O Brasil pode de fato transformar-se no próximo desastre financeiro internacional".

Os jornais brasileiros "Financial Times" e "The Wall Street Journal" também afirmam que o Brasil é o próximo grande desastre financeiro internacional. Não parece.

O mesmo jornal comenta que a superavaliação de real fez com que "as expectativas, como propiciadas por prognósticos otimistas, estejam abaladas de praticamente qualquer outro país do mundo".

No entanto, Martin Wolf, o notável colunista do jornal britânico "Financial Times", informa que alguns países latino-americanos estão agora tendo dificuldades em obter empréstimos (e que nada indica as transações de um país com o exterior) tão grandes como as que atingem países asiáticos antes de sua catástrofe.

No Brasil é o México, "a relação é similar à das economias asiáticas anteriormente afetadas".

O óbvio às vezes dói

ELIANE CANTANHÊDE

Brasília — As coisas voltaram a cair. A fuga de dólares diminuiu, mas continua. Nenhum país precisa ser um globo de neve para sobreviver, mas o Brasil precisa ser um país que não se desintegre.

Nenhum país precisa ser um globo de neve para sobreviver, mas o Brasil precisa ser um país que não se desintegre. Nenhum país precisa ser um globo de neve para sobreviver, mas o Brasil precisa ser um país que não se desintegre.

Nenhum país precisa ser um globo de neve para sobreviver, mas o Brasil precisa ser um país que não se desintegre. Nenhum país precisa ser um globo de neve para sobreviver, mas o Brasil precisa ser um país que não se desintegre.

Nenhum país precisa ser um globo de neve para sobreviver, mas o Brasil precisa ser um país que não se desintegre. Nenhum país precisa ser um globo de neve para sobreviver, mas o Brasil precisa ser um país que não se desintegre.

Deus a nos intimidar

LUIZ CAVERSAN

Rio de Janeiro — O arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, mandou distribuir para as igrejas locais da região um "índice" político-religioso, contendo os nomes de 37 candidatos por ele votados nesta eleição.

"Índice" era o nome da lista de livros proibidos pela Igreja Católica nos tempos em que ela votava abertamente no mundo civilizado, como dizia já na esperança da eleição para o governo de Estado com o fim de marcar as enormes dificuldades financeiras da cidade, pelas quais Maluf e Pitta são os maiores responsáveis.

A retórica e a faca

JOSÉ SAMINÉ

Que a crise é grande todos sabem. Quando termina, ninguém sabe. Cláudio Rossi diz que é a maior dos últimos 50 anos. Não existe memória de problemas dessa natureza com solução rápida e fácil. A crise é mais profunda. É a falência do modelo do capitalismo econômico especulativo, é a primeira grande crise do neoliberalismo e o alerta de que as contradições internas do capitalismo estão em processo de estilhaço, como aconteceu com o comunismo.

A mídia globalizada alienta soluções mágicas, muitas vezes alcançadas, quando consegue acalmar os ânimos e acurta com satisfação para os desesperados. Vê-se o que ocorreu nos últimos dias: Clinton procurou reverter as expectativas mundiais de que a bola da vez era a América Latina, coisa grave para os Estados Unidos, região onde vive mais de 20% do seu comércio exterior e seus bancos, expansão significativa. No mais, como sempre, ninguém sabe o que vem.

A retórica de Clinton tem duas faces a primeira, o "bom gosto" com os latinos, a segunda, o instrumento retórico, muito usado. Não se esqueça: 1) Sugerir a bolsa dos juros pelo Fed para o Brasil, o que estaria uma barreira do crescimento americano e permitiria a migração de capitais voláteis para os países emergentes como o Brasil e a América Latina. 2) Pedir ao Japão e à Europa que estivessem, em conclusão. Bem intencional, talvez, sem realismo. 3) Permitir que empresas asiáticas saíssem das suas atividades. 4) Pedir ao Banco Mundial que doze o apoio a um sistema de previdência social na Ásia. Nada com a crise. 5) Pedir aos principais países industrializados uma "resposta" de US\$ 15 bilhões para ajudar os países da América Latina. Ora, nem o Congresso americano Clinton aprovou medida para ajudar, que não os contribuintes, ainda mais com eleições em novembro. Que autoridade para pedir aos outros?

6) Ampliar os créditos do Eimbank, nos próximos três meses? O discurso do presidente americano foi por demais polêmico.

No Brasil, o Grupo das 7 não se falou em América Latina. O fato forte é a constatação de que o fogo chegou à nossa casa. Brasil e Argentina não se uniram. Partiram para a negociação de um pacote concreto com o FMI, depois disso, cheio de cartas de mais intenções. Seria um dispositivo de monitoramento, de difícil montagem. Sua função mais efetiva seria a de dissuadir a política. O problema real não é que o "Wall Street Journal", "The New York Times", qualquer coisa seja isso.

O primeiro furo de tudo isso, fora das discussões, é a situação da empresa nacional, sem crédito, queda de vendas, ineficiência. Firms brasileiras caminhando para o pior, sem perspectiva de uma linha de apoio e vendendo a qualquer preço.

O Brasil deve ficar alerta e ter outras opções. Em nenhuma hipótese permitir que sua reserva de ouro seja tocada. Ele deve ter sua "defesa", ultrapassada a linha vermelha, jogar dinheiro e sair a fugir.

FRASES

"Como convencer um marido energúmeno a não ter relações fora de casa sem tomar cuidado?"



Manuelzinho, Depoimento de Cláudio Rossi, sobre sua participação no Congresso para a redução de impostos de Cláudio Rossi, sobre os 850 metros de pista.

O candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem que “só cego não vê” que está havendo abuso “descarado” do poder econômico e político nas eleições.

A declaração se refere a afirmação dada anteontem pelo presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Ilmar Galvão, de que a reeleição “acabou sendo uma experiência vitoriosa”, sem abusos “de monta” por parte dos candidatos que tentam um novo mandato.

Lula disse que os abusos na campanha reforçam a tese de que a reeleição “não é uma coisa boa e não está na cultura do país”. Segundo ele, a máquina pública está sendo usada “24 horas por dia”. (FSP, 20/09/1998, p. E2)

PT pede a inelegibilidade de FHC

O PT entrou ontem com representação no Superior Tribunal Eleitoral (TSE) pedindo a inelegibilidade de Fernando Henrique Cardoso. Entre outros pontos, o partido argumenta que o presidente da República burlou a Lei Eleitoral ao fazer um pronunciamento na última quarta-feira sobre a situação econômica do país.

“Fernando Henrique Cardoso usou de artifícios espúrios para instrumentalizar a imprensa e criar um fato político para tirar proveito eleitoral”, afirmou José Dirceu, presidente nacional do Partido.

Para Lula, TSE não vê horário eleitoral

O candidato do PT à presidência, Luís Inácio Lula da Silva, disse ontem em Salvador que os membros do Tribunal Superior Eleitoral não assistem o horário eleitoral gratuito.

“Se eles estivessem assistindo, perceberiam claramente que o presidente Fernando Henrique Cardoso está usando a máquina administrativa como forma de fazer propaganda.”

Anteontem, o PT encaminhou ao TSE pedido de impugnação da candidatura de FHC, alegando uso indevido dos meios de comunicação para fazer campanha. (FSP, 27/09/1998, p. E4)

O governo aproveitou o quarto ano do de aniversário do Plano Real para fazer uma grande festa, transformando-a em evento eleitoral, com lançamento de novas moedas. (FSP, 04/10/1998, p. E3)

2002

O primeiro turno de 2002 entra para a história pela qualidade dos candidatos, grau de exigência dos eleitores, nova atitude da mídia e ausência de denúncias de uso da máquina. (FSP, 06/10-2002, p. A2)

Um grande ausente da atual campanha é justamente a acusação mais comum em qualquer campanha: o uso da máquina a favor do candidato oficial. (FSP, 06/10-2002, p. E7)

O estilo mais tradicional de fazer política geralmente precisa contar com fatores como: uso da máquina pública em proveito próprio e contra adversários; certo controle das informações; e algumas benevolências, para dizer o menos, das autoridades fiscalizadoras do exercício do poder. (FSP, 09/10/2002, p. A2)

Folha – O que o sr. quer dizer com isso, que o voto só vale num dia, naquela votação?

FHC – Quero dizer que, depois você passa a ter a responsabilidade de gerir o país. Leva tempo. As opiniões sobre todas essas coisas são transitórias. Do meu ponto de vista, o que interessa agora? Invar na transição. Nunca ninguém fez o que estamos fazendo. Passou-se a vida inteira falando em máquina para lá, máquina para cá. Ninguém mais fala nisso.

PT pede voto por carta a cadastrado na prefeitura

O PT tem enviado carta a pessoas cadastradas em programas sociais, habitacionais e educacionais da Prefeitura de São Paulo, administrada pela petista Marta Suplicy, para pedir votos para Luiz Inácio Lula da Silva

O partido diz que o cadastro partiu de movimentos sociais ligados ao PT, e não da prefeitura. Mas os petistas não revelam quais são essas entidades. (FSP, 20/10/2002, p. A1)

Coordenadora do programa do governador Zeca do PT, que distribui comida, diz a carentes: “É o Lula, gente”.

Petistas usam cesta básica a favor de Lula.

Coordenador do programa de distribuição de cesta básicas do governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio, o Zeca do PT, têm feito reuniões com moradores pobres nos bairros de Campo Grande para pedir votos a Luiz Inácio Lula da Silva e Zeca, candidato à reeleição. O programa distribui 60 mil cestas por mês. [...]

No centro da roda, no quintal de uma casa de três cômodos na periferia de Campo Grande, a psicóloga Isabel Fernandes Alvarenga, 47, discursa: “ Dia da eleição, é 13. É fácil, não é mais complicado. Aperta o (botão) verdinho, põe 13 de novo, aperta o verdinho. Só. Ninguém vai saber em quem vocês votaram”.

A palestrante não é uma simples militante do PT. Coordena em Campo Grande o Programa de Segurança Alimentar do governo, que distribui mensalmente 60 mil cestas básicas. (FSP, 20/10/2002, p. E4).

Anexo 4

Escândalos políticos

Eleições 1994

Caso Ricupero

O Brasil numa fria

Todos ficamos comovidos com o ato de humildade do diplomata Rubens Ricupero pedindo desculpas à nação pela sua última aparição na TV com ministro da Fazenda. [...]

Sendo Ricupero um católico praticante, na certa conhece a mecânica da absolvição. Não basta confessar a falta e pedir perdão a Deus e ao próximo. Dentro de suas possibilidades, o penitente precisa reparar a falta. E a reparação não se limita só à confissão em si.

O ex-ministro fez referência às mutretas dos bancos, aludiu a “negócios” de CDBs, insinuou que o governo sabia e continua sabendo de coisas anormais ou ilícitas. Que coisas? Revelar essas coisas é um dos pontos que ele Deveria incluir no mecanismo de seu arrependimento e na reparação de sua falta.

Assim como o ladrão só é absolvido se devolver o fruto de seu roubo, Ricupero só será realmente perdoado se devolver a verdade que nos foi roubada. [...]

A turma do deixa-disso, interessada na eleição a fórceps de FHC, está tentando botar água fria no caso. Não é à toa que o Brasil vive numa fria. (FSP, 08/09/1994, p. A1)

O caso Ricupero deflagrou uma onda confessional. Nos comentários, nos artigos, nas declarações, tudo o que se viu foram mea culpas, como se um incêndio moral tivesse sido causado pelo abismo entre a compunção ostentada em público e o pérfido amoralismo flagrado em particular.

O caso expõe um problema tão profundo que, ao reagir a ele, qualquer que seja a reação, já estamos confessando nossas culpas por tabela e sendo ricuperos nós mesmos. [...]

O holocausto de Ricupero, embora cruel, tem uma justificativa política. é que na esfera pública somos obrigados a impor um parâmetro de correção que sabemos inatingível por qualquer um, “santo” ou “canalha”.

Não poderia ser de outra forma, se acreditamos que a política é o meio pelo qual a sociedade se aperfeiçoa. Pena que o aperfeiçoamento seja sempre traiçoeiro.

Pois quando parece haver progresso, não foram necessariamente as pessoas, mas a hipocrisia quem melhorou, cumprindo destino inverso ao do provérbio de La Rochefoucauld para ser, enfim, homenagem que a virtude presta ao vício. (FSP, 08/09/1994, p. A2)

Fala emocional de FHC combate efeito Ricupero.

Até a semana passada, quando ainda não tinha sido divulgada a conversa de Ricupero na TV Globo, que provocou sua demissão, FHC fazia um discurso diferente sobre o real.

Defendia a estabilidade econômica, o fim da inflação e a necessidade de ser eleito para que o Plano Real fosse mantido. Agora, centra o discurso sobre os adversários.

Nos palanques em que subiu após o episódio Ricupero, FHC diz que seus adversários na disputa presidencial se uniram para acabar com a nova moeda. (FSP, 08/09/1994, p. E1)

TSE proíbe uso da conversa de Ricupero

O ministro Costa Leite, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), deferiu ontem liminar pedida pelo candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que proíbe a veiculação da conversa de Rubens Ricupero com o jornalista Carlos Monforte, da Rede Globo.

O candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, vinha usando a conversa, captada por antenas parabólicas, no horário eleitoral gratuito. (FSP, 08/09/1994, p. E4)

Como é revelador o perdão rápido a Ricupero, apenas por ter pedido desculpas. Fico imaginando se tivesse sido Delfim Netto e não Ricupero o autor das parabólicas confissões. [...]

Da mesma forma que o deslize eletrônico não anula qualidades anteriores de Ricupero, o ato público de contrição não basta para anular o deslize.

Pergunto: quantos funcionários do setor privado seriam tão facilmente perdoados apenas por eventualmente confessarem a prática de uma falta grave? (FSP, 09/09/1994, p. A2)

A tentação de Ricupero

Reli e tornei a ler várias vezes a sua conversa.

Não vi o Ricupero. Vi as aspas que a parabólica não põe nas passagens mais discutidas, como aludindo a pensamentos de outro, não seus. Assim interpretei, para vê-lo, sentindo nas suas chagas as marcas dos seus pecados e o castigo de Deus, sem desconfiar de que tudo aquilo era coisa do Diabo para pôr à prova sua fé, sua lealdade a um bem muito maior, que é a humildade para pedir perdão. Perdão que ele não precisava pedir, porque seus lábios não eram seus e, sim, obra da vontade de Deus que, pela força do Diabo, queria testar-lhe o amor.

O episódio eleva-o no meu conceito. Sei que ninguém mais do que ele tem noção dos princípios morais. Tem uma vida de retidão e tem o temor de Deus. E sabe que, perante Ele, tem de prestar contas. (FSP, 09/09/1994, p. A2)

Real tem avaliação estável

Na reta final da campanha presidencial, a prioridade da campanha de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) é atrair novamente os votos de eleitores que se afastaram por conta do caso Ricupero. A estratégia tucana, mais do que nunca, é apontar o Plano Real como a saída mais palpável para a crise econômica.

A comparação das últimas pesquisas Datafolha indica que essa linha pode trazer resultados para FHC. Isso porque, apesar de o candidato tucano ter caído quatro pontos percentuais na intenção de votos nas regiões metropolitanas, a avaliação do real continua estável nas grandes cidades (com mais de 160 mil eleitores) e melhorou nas médias (entre 19,6 mil e 160 mil eleitores).

Esse quadro foi registrado já após a crise da saída de Ricupero do Ministério da Fazenda. (FSP, 09/09/1994, p. E2)

Estabilidade e queda de Fernando Henrique

A pesquisa realizada pelo Datafolha no último dia 5 de setembro revelou que, após o episódio envolvendo o ex-ministro Rubens Ricupero, o candidato Fernando Henrique Cardoso teve uma queda sensível em alguns segmentos sociais – a qual, por atingir setores minoritários, não se refletiu, pelo menos até o momento, numa queda no conjunto do eleitorado nacional. [...]

A principal transferência de votos após o impacto inicial do caso Ricupero não beneficiou nenhum candidato, mas parece ter inflado o número de eleitores indecisos, cuja taxa oscilou, em todo o país, de 10% para 12%. [...]

Variações menores também foram registradas nas regiões metropolitanas (de 5% a 6% entre aqueles que têm 2º grau, de 4% a 6% entre os com nível superior) e interior (de 4% a 6% entre os votantes com nível superior). A pesquisa do dia 5 só reflete o primeiro momento após o caso Ricupero. Ela parece indicar uma interrupção do crescimento de FHC (cuja taxa já vinha se estabilizando), mas ainda não aponta nenhuma tendência clara do eleitorado para o futuro. (FSP, 09/09/1994, p. E2)

Plateia aplaude de pé discurso de Ricupero

A solenidade de transmissão do cargo de ministro da Fazenda a Ciro Gomes acabou se transformando num ato de desagravo ao ex-ministro Rubens Ricupero.

Elogiado pelo sucessor, Ricupero foi aplaudido de pé pela plateia formada por autoridades governamentais, empresário e funcionários públicos de alto escalão. (FSP, 09/09/1994, p. E5)

A escolha de Ciro Gomes para ministro da Fazenda teve impacto positivo nos mercados e na opinião pública. Cumpriu um papel duplo: o de assegurar continuidade ao Plano Real e o de criar um fato político capaz de superar a crise aberta pelo episódio Ricupero. (FSP, 10/09/1994, p. A2)

As acusações de uso da máquina oficial na campanha de Fernando Henrique Cardoso e as confissões voluntárias do ex-ministro Rubens Ricupero serviram de palco a uma comédia de relativismo ético inédita na história recente. [...]

Ainda que escribas maiores e menores tenham emprestado o suor de sua pena para ver “falso moralismo” onde o limite é a lei, a verdade é que a distinção entre o público e o privado tem uma história no pensamento social e político. De forma sistemática, a diferenciação é feita pelo menos desde o século 18.

É certo que o Brasil não fez a sua Revolução Francesa de modo a consubstanciar também nos usos e costumes a submissão ao Estado de Direito. No entanto, movimentos como o das diretas já e o da luta pela ética na política criaram, à moda brasileira, uma agenda que pede a revisão do seio dos donos do poder. Mas não. Os Robespierre e os Marat de ontem são hoje os pais de uma espécie de restauração, não se figa da ordem monárquica, mas anárquica, em que a lei é mera ilusão ou filigrana decorativa.

O próprio PT, vítima presumida do conluio revelado pelo ex-ministro Rubens Ricupero, afirma que a lei eleitoral deve, sob certas circunstâncias, ser respeitada. Os comunicados da federação dos empregados dos Correios incentivando o uso da máquina sindical a favor de Luiz Inácio Lula da Silva são o duplo negativo dos torpedos eleitoreiros de Alexis Stepanenko.

Ricupero e suas confissões parabólicas brilham como emblemas desse relativismo ético. Transmitissem as antenas que o ex-ministro tem uma amante ou um apartamento para encontros amorosos secretos, e estaríamos a engrossar o coro dos que apontam invasão da privacidade. Mas não. O então ministro – que em nenhum momento deixou a investidura de seu cargo e só estava num estúdio de TV porque ministro – definiu-se com clareza sobre uma questão pública, de interesse, portanto, do conjunto dos cidadãos e, dado o momento, do eleitorado.

O flagrante da falta de escrúpulo político não se resolve na esfera do pecado e do perdão. Qualquer um que tenha alguma intimidade com o pensamento católico, ainda que não professe tal fé, sabe que o pecado não é parte de um sistema ou de um organismo: é eventual, acidental, e dos pecadores cuida Deus, para que retomem o caminho, já mais sabedores da verdade.

Ricupero não revelou um deslize, mas parte de uma engenharia destinada a pôr a serviço de um candidato um plano econômico a que todos estamos sujeitos por força de medidas provisórias – atos voluntários do Executivo contra os quais um dos Poderes da República pouco pode, e o que pode frequentemente não quer poder.

E que se desfaça aqui um equívoco malicioso. Não foi o PT que trouxe à luz as confissões de Ricupero, mas esta **Folha**, hoje o único dos grandes órgãos de imprensa que pode, de fato, se dizer de rabo preso com o (e)leitor.

Entusiastas do relativismo ético têm recorrido à metáfora do udenismo para qualificar os que pedem lisura no processo eleitoral e o respeito dos governantes às leis.

Metáforas em política quase sempre são burras (daí tantos psicologismos, antropologismos, literatices...). Em respeito à história, diga-se que o mal que a UDN fez ao país não decorreu de seu moralismo, mas de sua amoralidade. (FSP, 10/09/1994, p. E2)

Não mudou

A grande novidade da pesquisa datafolha publicada hoje é que não existe nenhuma novidade. Fernando Henrique Cardoso ainda ganha no primeiro turno e, ainda por cima, recupera pontos perdidos nas regiões metropolitanas, podados depois do episódio Ricupero.

Tradução: o efeito parabólica não pegou. Suspeitava-se que a queda nas regiões metropolitanas continuaria o interior. Fernando Henrique sobe para 44% e Lula permanece estacionado nos 23%. (FSP, 11/09/1994, p. A2)

Reconhece o ministro Rubens Ricupero que, após um dia estafante, em tom mais coloquial, possa ter dito coisas irrefletidas. Suas palavras foram divulgadas. Como interpretá-las?

Antes de tudo, é necessário colocá-las no contexto de uma vida benemerita de múltiplos e valiosos serviços ao Brasil. Quem acompanhou a trajetória de sua dedicação à pátria conhece não só sua honestidade e competência, mas a vontade de ajudar o país a vencer sua crise em bem da população mais sofrida. Ninguém pode disto duvidar.

Jesus Cristo nos ensinou como é difícil julgar o próximo. Nem podemos tirar o cisco do olho do irmão, sem antes retirarmos a trave do nosso próprio olhar. (FSP, 10/09/1994, p. A2)

Com a imagem em frangalhos graças ao envolvimento com PC Farias, os empresários concluíram que o melhor a ser feito era manter um distanciamento tático em relação ao candidato. [...]

O susto provocado pelo incidente Ricupero, seguido de uma quase imperceptível queda de Fernando Henrique nas pesquisas, leva agora os empresários a ensaiarem um segundo pacto. (FSP, 10/09/1994, p. E1)

Segundo ele, as entrevistas do ex-ministro à Rede Globo referiam-se à execução do Plano Real e, logo, “ninguém poderia dizer que se tratava de publicidade ostensiva de Fernando Henrique”. (FSP, 10/09/1994, p. E1)

Quércia afirmou ainda que o “caso parabólica”, que provocou a saída de Rubens Ricupero do Ministério da Fazenda, não deve afetar o desempenho de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), líder nas pesquisas, e render muitos votos para os adversários do tucano. (FSP, 10/09/1994, p. E3)

O candidato afirmou ainda que a negociação dos empresários fortalece as declarações feitas pelo ex-ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, à Rede Globo. Ricupero reconheceu que escondia informações sobre o desempenho da inflação e que sua atuação à frente do ministério servia a FHC. [...]

A reportagem mostra que o presidente do PT, Rui Falcão, e o secretário-geral do partido, Gilberto Carvalho, não gostaram das declarações feitas por Lula, isentando o presidente Itamar Franco das acusações de uso da máquina administrativa em favor de FHC. (FSP, 10/09/1994, p. E4)

PT não aproveita deslize de Ricupero

O comando de campanha de Lula não conseguiu reverter em votos a divulgação das declarações do ex-ministro da Fazenda, que disse não ter escrúpulos de

esconder os números da inflação. A indicação de Ciro Gomes para o cargo conseguiu atenuar os efeitos negativos do episódio para a campanha tucana.

No início da semana, disse que as tentativas da exploração do caso Ricupero pelos adversários sairiam “pela culatra”. Na terça, em São Paulo acusou a imprensa de “falta de seriedade”. Em Brasília, na quarta, fez o lançamento oficial de seu programa de governo (leia texto abaixo). Continuou na cidade para a transmissão de cargo de ministro da Fazenda. Na sexta, no interior de SP, voltou a criticar a imprensa, devido a reportagens sobre uso da máquina pelo governo cearense.

Começou a semana defendendo ação conjunta com Brizola- com quem conversou por telefone – Amin e Quêrcia contra o suposto uso da máquina por FHC. Na terça usou obra da prefeitura prevista em Santos (SP) para comício. Na quinta, em Brasília, apontou o comprometimento da próxima safra agrícola pelo atraso do governo na liberação de recursos para o plantio. Na Bahia, sexta criticou acordo de empresários para controlar preços até as eleições. Criticou também reportagem da Folha que apontava divergências entre candidato e direção do PT. (FSP, 11/09/1994, p. E2)

Partido acha que não soube explicar caso Ricupero para maioria do eleitorado, que desconhece termo “escrúpulo”

O PT não conseguiu explicar a substituição de ex-ministro Rubens Ricupero para a maioria da população, segundo avaliação da própria direção do partido. [...]

A partir desta semana, o partido vai tentar fazer com que seus programas eleitorais na TV sejam mais didáticos. A avaliação é de que uma parcela do eleitorado não entende sequer o que significa a palavra “escrúpulo” – o termo mais repetido em todos os comícios e programas de TV do PT.

A intenção é tentar mostrar, através de uma linguagem simplificada, casos que eles cassificam de uso da máquina federal em favor da candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). [...]

O grupo encarregado de dar esse tom mais didático é o mesmo que já vem controlando os programas de TV. De qualquer forma, o PT vai continuar explorando o episódio Ricupero – até por falta de alternativas para tentar reverter o quadro eleitoral. [...]

O partido utilizaria, por exemplo, os bilhetes do ministro Alexis Stepanenko para contrapor a sua proposta para as áreas de transporte e de energia. (FSP, 11/09/1994, p. E3)

O escândalo dos últimos dias tem sido as declarações e o comportamento do sr. Rubens Ricupero. Homem lúcido, autor de trabalhos importantes, suas atitudes caíram como uma dádiva nos meios de comunicação e nos mexericos políticos.

Indo além do que as coisas parecem ser, é preciso prestar a pessoas e às circunstâncias maior consideração. Adotando uma perspectiva hipotética, penso que suas declarações anteriores e as que forneceu à Globo contêm o mesmo significado. Elas traduzem um mesmo estado de espírito e se reiteram e completam. As responsabilidades assumidas no governo do sr. Itamar Franco colidiram com as exigências éticas de Ricupero. Não com sua capacidade intelectual, administrativa ou política. (FSP, 12/09/1994, p. A2).

Os tucanos acham que a greve repercutirá muito mal junto ao eleitorado e a classificam de “caso Ricupero do PT”. (FSP, 13/09/1994, p. E1)

FHC atribui a uma “esperta manobra tecnológica” a divulgação da conversa entre o ex-ministro Rubens Ricupero e o jornalista Carlos Monforte, da TV Globo. (FSP, 13/09/1994, p. E1)

Acabou a animação que o episódio Ricupero havia gerado no PT. A cúpula do partido avalia internamente que é cada vez mais complicada a situação eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva. [...]

Mas Mercadante admitiu que o partido não espera mais estragos na candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) por causa da conversa que derrubou Rubens Ricupero do Ministério da Fazenda. (FSP, 13/09/1994, p. E1)

O Ricupero de Lula

Ontem, um dos auxiliares do candidato do PSDB chegou a classificar a greve como “a parabólica do PT”, “o Ricupero de Lula”. (FSP, 13/09/1994, p. E1)

Há uma semana, logo após a eclosão da crise que teve o ex-ministro Ruben Ricupero como pivô, falava-se na necessidade de 2º turno para derrotar Lula. [...]

Os aliados de FHC esperavam que a repercussão negativa do escândalo envolvendo Ricupero sobre a candidatura de FHC fosse bem maior e mais duradoura do que a que foi registrada. [...]

Um integrante do comando da campanha chegou a dizer que o partido teve “um enorme rabo (sorte) e alguma competência”. Ao comentar a repercussão do episódio Ricupero sobre a eleição. Segundo ele, a estratégia do PT de vincular FHC à crise “não colou”. (FSP, 13/09/1994, p. E3)

A justiça Eleitoral decidiu suspender por um dia a propaganda de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no horário gratuito.

O partido foi punido em razão da exibição das imagens da conversa entre ex-ministro Rubens Ricupero e o jornalista Carlos Monforte. (FSP, 16/09/1994, p. E1).

Ao ouvir o comentário, a assessora de imprensa do candidato, Ana Tavares, completou, em tom de brincadeira: “Olha a parabólica”, numa referencia ao escândalo envolvendo o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero. [...]

“Não estou preocupado com o apoio dos partidos e, sim, com o apoio do povo”, disse FHC. Ele também afirmou que não causa temor sua convocação para depor no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sob acusação de uso da máquina do governo.

“Acho normal, a democracia é assim e não conseguiram dizer até hoje onde é que houve o uso da máquina”, alegou FHC. [...]

O prefeito de Vitória da Conquista (BA), José Pedral Sampaio (PMDB), usou a máquina da prefeitura no comício do presidenciável Fernando Henrique Cardoso ontem. Holofotes do estádio municipal iluminaram o evento. [...]

No muro do estádio, estão pintados painéis com os nomes de FHC e da chapa majoritária do PFL baiano: Paulo Souto (governo do Estado). Antônio Carlos Magalhães e Waldeck Ornelas (Senado). Esta pratica também é ilegal. (FSP, 17/09/1994, p. E1).

Ricupero se contradiz ao depor no TSE.

Ex-ministro diz que nunca leu a transcrição da conversa que ele mesmo citou quando deixou o ministério.

O ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero não conseguiu dar explicações convincentes sobre suas declarações ao repórter Carlos Monforte, na conversa captada a 20 dias por antenas parabólicas.

Ricupero depôs no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no processo que investiga o uso da máquina do Estado pelo candidato Fernando Henrique Cardoso, e chegou a dizer que quando se referia a “ele” na conversa captada pelas antenas parabólicas falava do Plano Real e não de Fernando Henrique. (FSP, 21/09/1994, p. E4).

Há cerca de um mês, ele teve seu primeiro encontro com o candidato do PSDB, mas diz que só decidiu seu voto depois do episódio Ricupero. A seguir, trechos de sua entrevista. [...]

Folha – Você teria dúvidas antes de decidir apoiá-lo?

Gil – Estava em dúvida entre ele, o Lula e o Brizola, que considero e sempre considerei. Até a saída do ministro Ricupero, estava em dúvida. Mas ali achei que era bom de decidir. Já que as coisa estava ficando meio irracional por causa desse inconsciente destrutivo que o Brasil tem. (FSP, 24/09/1994, p. E1).

Caso Stepanenko

Lula isenta o presidente de acusação.

O Candidato do PT à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, isentou o presidente Itamar Franco de responsabilidade no uso da máquina do governo federal na campanha eleitoral. [...]

O candidato do PT avalia que “pessoalmente” o presidente não “está envolvido nessas maracutaiais”, referindo-se ao emprego de obras e programas do governo federal em favor da candidatura de Fernando Henrique (PSDB).

Para Lula, “como o governo é grande e existem muitos secretários, é possível que pelas costas do presidente alguns estejam usando a máquina em benefício de um candidato”. (FSP, 08/09/1994, p. E3)

Justiça Eleitoral pede ofício de Stepanenko

O ministro das Minas e Energia, Alexis Stepanenko, terá que apresentar à Justiça Eleitoral o original do ofício que enviou ao presidente Itamar Franco.

No ofício, o ministro sugere a presença do presidente em inauguração de obra em Sergipe “para reforçar” a candidatura de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) à Presidência. [...]

O Planalto tem considerado os atos de Stepanenko como posição “isolada” e nega o uso da Máquina no processo eleitoral. Mas Itamar deve voltar a falar o ministro sobre o caso. [...]

Para Lula, o “ministro é reincidente” em usar a máquina para favorecer o tucano. (FSP, 08/09/1994, p. E3)

PSDB critica o ministro

O secretário-geral do PSDB, Sérgio Motta, classificou de “trapalhadas” os bilhetes do ministro Alexis Stepanenko cobrando apoio a Fernando Henrique. (FSP, 08/09/1994, p. E3)

Stepanenko vê ‘invasão de privacidade’

O ministro das Minas e Energia, Alexis Stepanenko, classificou de “invasão de privacidade em nome de um falso moralismo” a divulgação do ofício que enviou ao presidente Itamar Franco. [...]

O documento foi anexado ao processo movido pelo PT contra Stepanenko sob acusação de uso da máquina para favorecer FHC. [...]

Nos bilhetes publicados pela **Folha**, Stepanenko pediu apoio para garantir energia elétrica para o município de Sinop (MT).

No bilhete, ele afirmava que a obra era de interesse do presidente e de FHC. Duas semanas antes do envio deste bilhete, FHC esteve em Sinop prometendo energia para o município. (FSP, 09/09/1994, p. E3)

O ministro Henrique Hargreaves disse ontem que o presidente Itamar Franco advertiu o ministro Alexis Stepanenko sobre o envolvimento nas eleições, ao receber seu primeiro bilhete, em agosto. [...]

A situação do ministro se complicou ontem com um novo bilhete no qual afirma que o partido dele é o “Itamar/Fernando Henrique”. (FSP, 10/09/1994m p. E1)

Defesa de Stepanenko nega uso da máquina

O advogado Roberto Rosas, defensor do ministro das minas e Energia, Alexis Stepanenko, disse à **Folha** que vai provar que não houve uso da máquina do governo a favor de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). (FSP, 13/09/1994, p. E1)

Alguns assessores do Planalto acham que o caso dos bilhetes foi superado por outros escândalos de campanha. Não veem nenhuma irregularidade nas ações do ministro. Outros defendem sua demissão. (FSP, 17/09/1994, p. E1).

O ministro das Minas e Energia, Alexis Stepanenko, tem até o dia de hoje para aparecer em casa e receber a notificação de TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para que deponha na investigação de uso da maquina de Fernando Henrique Cardoso (PMDB). [...]

Stepanenko terá que explicar à Justiça Eleitoral os bilhetes em que identifica Fernando Henrique Cardoso como o candidato do governo e sugere a vinculação de obras do governo ao candidato tucano. (FSP, 19/09/1994, p. E3).

Bilhetes derrubam Stepanenko

Em sua gestão, Ministério das Minas e Energia foi acusado de favorecer candidatura de Fernando Henrique [...]

Stepanenko é acusado de ter usado o Ministério de Minas e Energia em favor de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A **Folha** revelou bilhetes enviados por Stepanenko a subordinados propondo a inauguração de obras antes da eleição. (FSP, 20/09/1994, p. A1)

Uso da máquina em favor de FHC provoca demissão de Stepanenko.

O Senado Federal recuou e, pelo menos por enquanto, não vai contestar judicialmente a cassação de registro da candidatura do presidente da Casa, Senador Humberto Lucena (PMDB-PB) pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral). [...]

As denúncias de uso do Ministério das Minas e Energia em apoio à candidatura à Presidência do tucano Fernando Henrique Cardoso, publicada pela Folha derrubando ontem o ministro Alexis Stepanenko. (FSP, 20/09/1994, p. E1).

Stepanenko diz ter tentado ajudar FHC.

O ex-ministro das Minas e energias Alexis Stepanenko disse ontem ter tentado ajudar o candidato do PSDB à Presidência. Fernando Henrique Cardoso, em pedidos de conclusão de obras públicas antes das eleições.

Em depoimento ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) confirmou ser autor de dois bilhetes nos quais pedia a revisão de cronograma de inaugurações de obras e 8766669a eletrificação da cidade de Sinop (MT). (FSP, 24/09/1994, p. E3)

Caso Lucena

O eleitor paga a conta

A acusação de crime eleitoral contra o presidente do Senado, Humberto Lucena, traz à tona um outro foco de ameaças eleitorais ao dinheiro do contribuinte: o Congresso. Enquanto causa polêmica o comportamento Executivo face à campanha presidencial, mais longe dos olhos da opinião pública, como que sorrateiramente, parlamentares vêm agindo de modo a levantar graves suspeitas de uso da máquina estatal – explicitamente da estrutura e recursos do Parlamento – com fins eleitoreiros. [...]

O que não se pode aceitar, o que configura crime eleitoral, é o uso da máquina pública, com o desvio da estrutura ou de recursos do Estado em benefício de um postulante. (FSP, 08/09/1994, p. A2)

FHC defende Lucena, punido por usar máquina do Senado.

Decisão do TSE prejudica acordo tucano na Paraíba.

O candidato do PSDB à presidência, Fernando Henrique Cardoso, considerou “um exagero” a decisão do TSE de cassar a candidatura de Humberto Lucena (PMDB-PB), presidente do Senado e do Congresso.

Lucena teve a candidatura cassada por mandar imprimir, na gráfica do senado, em dezembro do ano passado, 130 mil calendários com sua fotografia. Ele era pré-candidato ao governo da Paraíba. [...]

Segundo FHC, o uso da gráfica do Senado para impressão de material eleitoral “deve ser revisto”, mas o candidato considera que é o senado que deveria “acabar com isso”. [...]

Por que não cassaram os senadores Fernando Henrique (PSDB-SP), Mario Covas (PSDB-SP), Nelson Carneiro (PP-RJ), perguntou. Disse ter citado as três porque são “exemplos de moralidade”. (FSP, 15/09/1994, p. E1).

SD2

Ao se defender, Lucena escudou-se na noção de normalidade – ou seja, se “todos fazem, também posso fazer”. É a suposição de que a banalização do delito o transforma em legal. O argumento costuma ser repetido quando a vítima tem poder – e muitas vezes funciona. Foi usado e abusado, por exemplo, pelos políticos e empresários que passaram pelas CPIs. (FSP, 16/09/1994, p. A2)

É injusto?

Gilberto Dimenstein

BRASÍLIA — Com sua candidatura impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral, o presidente do Senado, Humberto Lucena, virou um bode expiatório? Resposta: virou. O uso da máquina pública é generalizado dentro e fora do Congresso: tão generalizado que se tornou um costume aceito como "normal". Mas ele deveria ou não ser punido?

Ao se defender, Lucena escudou-se na noção da normalidade —ou seja, se "todos fazem, também posso fazer". É a suposição de que a banalização do delito o transforma em legal. O argumento costuma ser repetido quando a vítima tem poder —e muitas vezes funciona. Foi usado e abusado, por exemplo, pelos políticos e empresários que passaram pelas CPIs.

Jamais se concederia tal flexibilidade aos pés-rapados. Imagine-se um indivíduo preso por bater uma carteira. Na delegacia, admite o crime, mas pede para ser solto. Afinal, centenas de milhares de brasileiros também assaltam. O delegado vai rir. Se o ladrão tiver sorte, não recebe uma bolacha na cara.

O problema é que, no Brasil, a lei serve para um amplo show de encenação.

O Congresso produziu uma legislação eleitoral: determina que a manipulação de dinheiro público por um candidato estabelece como pena a impugnação da candidatura. É certo ou errado? Não importa.

Importa que a lei foi votada pelos próprios parlamentares. Cabe ao Judiciário executá-la. De duas, uma: ou o Congresso pára de produzir leis a fim de que não corra o risco de infringi-las. Ou proíbe o Judiciário de julgar.

Até considero injusto que o senador Lucena seja punido sozinho. Como por várias vezes, nesta coluna, considere injusto só o empresário PC Farias estar na cadeia: é algo como prender o gerente do banco pela alta taxa de juros. Reconheço que a prática é generalizada e até consigo entender por que Lucena se sente injustiçado.

Mas são episódios assim que se prestam a vigorosos exemplos para que práticas "normais" deixem de ser normais. Nunca devemos cansar de repetir o terrivelmente óbvio: dinheiro público chama-se público porque é do público.

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

Fundada em 1921

Propriedade da Empresa Folha de Papel S.A.

Diretor Presidente: Luiz Figueira
Diretor Editorial: César Pires Filho
Diretor Administrativo: Roberto de Mello

Comitê Editorial: Luiz Roberto Alcibiades, Rogério César do Carmo, Carlos Lacerda, Paulo Roberto de Souza, Paulo Roberto de Souza, Gilberto Silveira, Luiz Figueira e César Pires Filho (coordenador)

Privatizar antes que tarde

As mudanças no perfil econômico das instituições financeiras e as mudanças em sua estrutura de capital de longo prazo são desafios de médio prazo que não se deixam. As instituições financeiras e as bancas em geral passam a trabalhar dentro de limites menos estritos. Essas medidas, adotadas antes pelo Banco Central, destinam a recomposição de seu balanço estrutural em função das mudanças estruturais previstas, exigindo altos juros. O ativo que esse crédito não deva ser pago não deve, portanto, servir de alívio para que os governos e bancos estaduais continuem a não se preocupar com a sustentabilidade de suas operações. Enquanto as instituições financeiras se prepararem para a nova realidade, os bancos do setor público e os bancos privados de restituição que o setor privado veio criando nos últimos anos. No caso dos governos estaduais, porém, o que se observa é o contrário: há instauração de créditos. A maioria das administrações con-

tinua agindo de modo irresponsável, gastando recursos de que não dispõem. O resultado dessas gestões vendicativamente irresponsáveis foi o endividamento crescente das entidades com suas próprias instituições financeiras. Nos países das quais que governos estaduais existem como grandes instituições não são fruto de uma administração de mau efeito. Ao contrário, os resultados de tais gestões são fruto de uma administração de mau efeito. Isso não tem nada de novo.

Em privatisações que uma grande quantidade de instituições financeiras, enquanto as instituições financeiras se prepararem para a nova realidade, os bancos do setor público e os bancos privados de restituição que o setor privado veio criando nos últimos anos. No caso dos governos estaduais, porém, o que se observa é o contrário: há instauração de créditos. A maioria das administrações con-

"Esprit de corps"

A reação do presidente à concessão da condutividade do Semado à Cassa Humberto Lucena, é altamente ilustrativa do espírito de desconfiança política em que se encontra o país. A concessão, como se sabe, foi imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral pelo seu caráter político. Não trata-se de concessão política, mas de concessão política em que se encontra o país. A concessão, como se sabe, foi imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral pelo seu caráter político. Não trata-se de concessão política, mas de concessão política em que se encontra o país.

maioridade política, porém justificável. Há suspeitas de que pelas menos de 16 parlamentares sejam praticado o mesmo abuso de Humberto Lucena, e a expectativa do Ministério Público Eleitoral é de que, com um exemplo de justiça efetiva, consigam a surgir muitas novas denúncias também nas instituições estaduais e municipais.

Não surpreende, de fato, que décadas de impunidade tenham determinado o costume de usar o direito da população para propagação política pessoal. De todo modo, se houver um mínimo de honestidade entre a Câmara Alta e a população que a eleger — mesmo entre aqueles que o tratamento histórico atual —, seria de esperar uma reação firme da Casa no sentido de buscar cultura e política efetiva no âmbito do cidadão. O Brasil de hoje, sendo que de forma lenta e sóbria, talvez seja uma referência para o Brasil de amanhã. É um exemplo de cultura e política efetiva no âmbito do cidadão. O Brasil de hoje, sendo que de forma lenta e sóbria, talvez seja uma referência para o Brasil de amanhã.

O ódio que se encerra

O relatório sobre os direitos humanos no Brasil divulgado esta semana pela Anistia Internacional descreve uma situação não muito diferente de outras. Mas — e talvez aí reside o fato mais relevante — não trata mais que não se vê. As violações ocorrem dia a dia, e a falta de diálogo — e o quadro de barbáridades sucessivas, como antes a própria Anistia, se encerra cada vez mais. A sociedade parece ter se acostumado a um cotidiano de brutalidade e violência.

Assustado de crueldade, chacotas sucessivas, torturas nas delegacias, impunidade das autoridades — tudo isso está incorpado, com cores de sangue, à realidade dos cidadãos brasileiros. É um reflexo trágico do estado de impugnação crítica, de violência urbana, corrupção e das vicissitudes de um período de crise econômica e social. Mas é preciso lembrar, mesmo de qualquer forma, que o documento da Anistia Internacional indica uma situação de fato inaceitável em qualquer lugar que se pretenda civilizado. Problemas graves como o desen-

opinião



Espólios

SÃO PAULO — Vai-se tornando cada vez mais evidente a existência de grandes espólios a serem ligados pelo artigo 14. Fernando Henrique Cardoso, cumprindo-se sua promessa, ficou com os recursos mais significativos da FDT e da FMD. No caso de Leonel Brizola, o espólio é, aliás, duplo. De um lado, o do patrimônio, por meio que esse fazendeiro político sempre usou em suas eleições. FHC não tem o direito de receber nada disso, mas, se ele não quiser, o que lhe dá um direito. Há o outro lado, o FDT, o FHC, por seu caráter atípico: os recursos dizem-se seus. Ou, no FDT, o grande vencedor se se confundir sua situação com a de Leonel Brizola, já no caso do FHC. Vale lembrar nacionalista para o FMD. O maior vencedor nesse ponto, até pela importância do Estado, por que quer o Brasil, há de ser o Brasil, não o Brasil de FHC. Um grande indulto, em matéria de espólios, fica a cargo do PT. Se Luiz Inácio...

É injusto?

Gilberto Dimenstein

BRASÍLIA — Com sua candidatura impopular pelo Tribunal Superior Eleitoral, o presidente do Senado, Humberto Lucena, vive um bom exemplo? Resposta: sim. O caso do deputado federal é generalizado dentro e fora do Congresso. Há generalizado que se tem um indivíduo com um nome "normal". Mas ele deturpa-se para ser "político". Há o suposto de que a banalização do direito se transforma em legal. O argumento comum é que se trata de um indivíduo com um nome "normal". Mas ele deturpa-se para ser "político". Há o suposto de que a banalização do direito se transforma em legal. O argumento comum é que se trata de um indivíduo com um nome "normal". Mas ele deturpa-se para ser "político".

O leite e o mel

Carlos Heitor Cony

RIO DE JANEIRO — De tal forma que o governo tenha a ousadia de candidatar-se ao primeiro turno, que o candidato eleitoral de J de outubro não poderia ser eliminado, por isso. Porém, o trabalho, dia a dia, e a espera. Quer o eleitor que não se deixe enganar. Passaramos dos três de aprovação ao novo governo. O trabalho, dia a dia, e a espera. Quer o eleitor que não se deixe enganar. Passaramos dos três de aprovação ao novo governo. O trabalho, dia a dia, e a espera. Quer o eleitor que não se deixe enganar. Passaramos dos três de aprovação ao novo governo.

Parar ou produzir?

José Sarney

A greve foi sem dúvida a grande instigadora de resistência e transformação que emergem da Revolução Industrial para um cenário de justiça social. A exploração do trabalho não tinha limites. O sofrimento econômico de produção da década 19 era o fruto de uma situação na qual os direitos do trabalhador não existiam. O seu instrumento de controle foi a paralisão, a imposição de paralisar em qualquer circunstância.

Nos primeiros do século 20, com a tentativa de solucionar os problemas da humanidade pela ideologia, a greve passou a ser encarada como um instrumento político. Lutas passaram a ser feitas não só a respeito da greve, mas a respeito da greve em si. Mas, quando presidente da República, em 1965, fui eleito pelo PT, minha preocupação foi a greve em si. Mas, quando presidente da República, em 1965, fui eleito pelo PT, minha preocupação foi a greve em si.

Vinte e dois dias de greve e sempre é levantado que os salários de hoje são menores do que em 1965. Mas não são, a menos que se considere o salário real. O salário real de hoje é maior do que em 1965. Mas não são, a menos que se considere o salário real. O salário real de hoje é maior do que em 1965.

Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente.

Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente.

Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente.

Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente.

Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente.

Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente.

Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente.

Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente.

Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente.

Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente. Hoje a situação é diferente.

Com sua candidatura impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral, o presidente do Senado, Humberto Lucena, virou um bode expiatório? Resposta: virou. O uso da máquina pública é generalizado dentro e fora do congresso; tão generalizado que se tornou um costume aceito como “normal”. Mas ele deveria ou não ser punido? (FSP, 16/09/1994, p. A2)

Eleições 2006

Escândalo do dossiê

Em dezembro do ano passado quando todos os eleitos da crise do escândalo do mensalão eram muito fortes, Lula chegou a ter apenas 41% das intenções de voto contra 40% de Alckmin num hipotético segundo turno da eleição presidencial. [...]

Até que veio o caso dos dossiês contra tucanos, comprado por petistas com dinheiro de origem indefinida. (FSP, 03/10/2006, p E2).

“entre todos os candidatos, entendo que Lula é o que melhor se adapta às necessidades e às circunstâncias do Brasil, tirando a crônica policial”, disse ele. (FSP, 03/10/2006, p. E2).

Estratégia do candidato é mostrar que o presidente está mal acompanhado: “Diga-me com quem andas que te direi quem és”, disse.

Deixando claro que investirá na estratégia de que o adversário é mal acompanhado, o candidato do PSDB à presidência, Geraldo Alckmin, afirmou “onde que [o presidente Luiz Inácio] Lula [da Silva] teve sua chance e deixou passar”.

“Sob o ponto de vista ético, Lula poderia ter dado o exemplo e infelizmente não foi o que vimos”, disse Alckmin. Segundo tucanos, o presidenciável não descarta usar na campanha imagens do dinheiro apreendido com petistas para a compra de um dossiê contra José Serra. [...]

E recorreu espontaneamente ao “diga-me com quem andas que te direi quem és” na primeira entrevista coletiva após a eleição. “Temos que ver o time, ninguém governa sozinho”.

Embora afirme que fará uma campanha para confrontação de propostas, Alckmin deixa evidente que a ética estará na pauta do embate. “A sociedade brasileira esta esperando as respostas. De quem é o dinheiro, de quem é dólar, quem é dono das contas e como entrou no país. O povo brasileiro quer respostas que ainda não foram dadas”, insistiu atribuindo como fator determinante para sua chegada ao segundo turno não só descoberta de envolvimento de petistas para a compra do dossiê, mas a “uma sequência de escândalos”. (FSP, 03/10/2006, p. E3).

Wagner quer os petistas do dossiê fora do partido.

O governador eleito da Bahia, Jaques Wagner (PT), disse que o dossiê contra os tucanos foi uma “armação”, mas que os petistas envolvidos tem de ser expulsos “porque se dispuseram a ir se relacionar com um marginal para comprar dossiê”.

Em São Paulo, Marta Suplicy, preterida como candidata ao governo, dirigirá a campanha de Lula. (FSP, 04/10/2006, p. A2).

Partido avalia que os seis envolvidos na negociação do caso dossiê precisam ser expulsos para evitar danos no 2º turno.

Ricardo Berzoini não deve ser alvo de expulsão, mas poderá ter que deixar a presidência do partido antes da eleição de 29 de outubro.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus aliados no PT consideram fundamental punir – com expulsão e afastamento de cargos no comando partidário – os envolvidos no caso dossiê para evitar danos maiores no segundo turno. O PT está convencido de que se perdoar os correligionários, como fez no mensalão, a reeleição de Lula está ameaçada. Se não houver uma atitude espontânea dos envolvidos para se desligarem da legenda, a ideia é que o caso seja analisado ou por sindicância interna ou pela comissão de ética do PT, respeitando o direito de defesa.

Em conversas reservadas nos últimos dias, Lula não esconde a irritação com os petistas que chamou de “aloprados”. Disse a interlocutores que há “meia dúzia de gente mentindo” para ele no partido. (FSP, 04/10/2006, p. A8).

PT e PSDB pretendem adotar eixos de campanha distintos no segundo turno: os tucanos querem insistir no discurso sobre a ética e o dossiê, enquanto os petistas tentarão, em vão, tirar esse debate da campanha. Os aliados de Lula sustentam que ele adotará um discurso programático no segundo turno. O petista quer convencer os eleitores de que o projeto do PT é distinto do projeto do PSDB. [...]

Os tucanos acham que não podem evitar no segundo turno o que é o principal assunto “na TV, nos jornais” nas últimas duas semanas: o dossiê preparado pela família dos Vedoin, envolvida na máfia dos sanguessugas, contra políticos do PSDB. Ainda que as denúncias atinjam figuras do partido. (FSP, 04/10/2006, p. A8).

Executiva do PT pressiona Berzoini a deixar o cargo.

Crise do dossiê pode provocar hoje a queda do presidente da legenda.

A Executiva Nacional do PT tentará hoje, em reunião, forçar o presidente nacional da legenda Ricardo Berzoini, a deixar o cargo. A expectativa da direção é que o próprio Berzoini, espontaneamente aceite se retirar. (FSP, 06/10/2006, p. A9).

Sob forte pressão do partido e do desejo velado do presidente Luiz Inácio da Silva, o presidente do PT, Ricardo Berzoini, se afastou ontem do comando da legenda, 16 dias após sua saída da coordenação de campanha da reeleição. [...]

Durante o anúncio do afastamento de Berzoini, Garcia chegou a utilizar a frase, mas recuou após perceber que poderia avaliar a culpa do dirigente no episódio: “Quem dera que todos os partidos pudessem fazer o que estamos fazendo aqui, e não jogasse sua sujeira para debaixo do tapete. No caso nosso, sequer é sujeira”, disse o presidente interino.[...]

O rigor e a rigidez com que o PT agiu na crise do dossiê diferem do escândalo do mensalão. Garcia reconheceu que em 2005 foi aberta uma “ferida” no PT. “E esse episódio [dossiê] reabriu essa ferida e criou as condições para que se tentasse exercer contra o governo e a candidatura do presidente Lula uma nova ofensiva”, disse.

Pela primeira vez desde o início da crise do dossiê. A direção do PT manifestou-se publicamente: “Os filiados envolvidos nessa negociação não consultaram a direção do PT, não consultaram a coordenação de campanha e não

consultaram os candidatos do partido. Portanto desrespeitaram as normas básicas de convivência num partido democrático”, diz trecho da nota em que são anunciadas as expulsões. (FSP, 07/10/2006, A6).

Tucano pergunta sobre dinheiro para Dossiê; petista diz que PSDB iniciou valerioduto

O presidente é uma das pessoas mais bem-informadas do país. Então eu pergunto: de onde veio o dinheiro sujo, o R\$ 1,7 milhão em dinheiro vivo para comprar o dossiê fajuto?(Geraldo Alckmin)

O primeiro debate entre Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin foi marcado por ataques mútuos, em torno do tema de ontem à noite, realizado pela TV Bandeirantes, foi dado por Alckmin já na primeira pergunta a Lula. Quis saber “de onde veio o dinheiro sujo” para compra de um dossiê fajuto.

Lula respondeu lançando suspeitas sobre quem arquitetou o “plano maquiavélico” dizendo-se maior prejudicado pelo caso. O petista contra-atacou, com menção ao ex-ministro da saúde Barjas Negri, investigado no caso dos sanguessugas, que foi secretário do governo de Alckmin em São Paulo.

Palavras fortes foram usadas. Lula acusou Alckmin de “leviandade”. O tucano negou ao presidente “autoridade moral” para falar de ética. O ex-governador atacou o presidente com escândalo do mensalão; Lula afirmou que o valerioduto Surgiu em Minas Gerais, com o envolvimento do PSDB.

O debate atingiu, segundo prévia do Ibope, o pico de 20 pontos de audiência na televisão – equivalente a 1,1 milhão de domicílios na grande São Paulo. (FSP, 09/10/2006, p. A6).

O presidente disse, em dado momento depois que Alckmin mencionara o dossiê e o mensalão, que queria saber “onde é que começou a compra de votos”. Era uma referência ao fato que, no governo FHC, a Folha mostrou que houve compra de deputados para votarem a favor da emenda da reeleição. (FSP, 09/10/2006, p. A4).

PF quer ouvir Mercadante para apurar caso dossiê

Senador deverá depor sobre ação de ex-coordenador de sua campanha

A PF pretende ouvir o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) sobre a negociação travada por petistas para a compra de dossiê montado pelos empresários Darci e Luiz Vedoin contra tucanos.

Conforme depoimentos os papéis seriam entregues a Hamilton Lacerda, então coordenador da campanha de Mercadante ao governo de São Paulo. Como senador, o petista pode escolher dia e hora para ser ouvido. (FSP, 12/10/2006, p. A8).

Envolvidos no caso do dossiê ligaram para órgãos públicos

Investigações da Polícia Federal mostram que os petistas envolvidos na negociação de um dossiê contra políticos tucanos fizeram ligações telefônicas para o PT e para ao menos de órgãos e instituições públicas, como Presidência da República, Ministério da Integração Nacional e Banco do Brasil.

Os contatos com os órgãos, segundo investigadores, eram previsíveis, elo fato de alguns envolvidos serem filiados ao partido ou trabalharem no governo.

A PF pediu á justiça a quebra de sigilo de cerca de cem novos números. (FSP, 14/10/2006, p. A10)

Petistas ligaram para órgãos federais, diz PF

Justiça recebe pedido de quebra de quase cem sigilos telefônicos; total vai a 750. Desde o início de apuração que faz um mês amanhã.

Mercadante admite encontro com petistas antes da operação

O senador Aloizio Mercadante, candidato ao governo de São Paulo pelo PT, admitiu ontem ter se encontrado com Osvaldo Bargas e Expedito Antonio Veloso dez dias antes da prisão de petistas acusados de tentar comprar um dossiê contra políticos do PSDB. (FSP, 14/10/2006 p. A10).

Oposição vê fascismo na PF; governo reage e vê golpismo

O ministro da justiça, Márcio Thomaz Bastos, reagiu ontem às acusações da oposição de que atua para que a Polícia Federal nas desvende a origem do dinheiro do caso do dossiê e, assim, beneficie a candidatura à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (FSP, 17/10/2006, p A4)

Dinheiro tem origem criminosa, diz Biscaia.

Justiça determina à PF que apresente relatório parcial da investigação sobre a compra do dossiê antes das eleições

Apesar de superintendente da polícia que a apuração está avançando, delegado deve pedir hoje mais prazo para inquérito. (FSP, 17/10/2006 p. A5)

Lula defende negócios do filho e diz que Berzoini caiu por não se explicar.

Presidente afirma que presidente do PT foi afastado porque não revelou responsáveis pela negociação do dossiê.

Petista acusa oposição de fazer ‘estardalhaço’ sobre a associação entre a Telemar e a Gamecorp, empresa de qual seu filho é sócio.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem no programa “Roda viva” da Tv Cultura, que tomou a decisão de afastar Ricardo Berzoini (PT-SP) da coordenação-geral de sua campanha após não ter obtido resposta sobre quem no partido, havia sido responsável pela “burrice” da operação dossiê – tentativa de comprar provas contra políticos do PSDB supostamente envolvidos na máfia dos sanguessugas. (FSP, 17/10/2006, p. A6)

Dossiê Berzoini

“Chamei o presidente do partido lá em casa e falei: Olha, quero saber quem fez essa burrice. (...) Porque isso é de uma sandice inominável. Ele me disse que não sabia. Falei: Ricardo, você, como presidente do partido, tem obrigação de apresentar para a sociedade uma resposta. Ele não fez nada, então o afastei da coordenação da campanha.(...) Se tivessem[os petistas envolvidos]assumido publicamente as razões pelas quais fizeram, quem deu o dinheiro, seria mais conveniente para a sociedade e mais tranquilo(...) mas não aconteceu. A ordem à Polícia Federal é que não deixe pedra sobre pedra”. (FSP, 17/10/2006, p. A6).

CPI dos sanguessugas quebra sigilos de Freud

A CPI dos sanguessugas decidiu convocar oito dos acusados no caso do dossiê contra políticos tucanos, incluindo Ricardo Berzoini, presidente afastado do PT e ex-

coordenador da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva, e Freud Godoy, ex-assessor de Lula. (FSP, 18/10/2006, p. A11).

Para delegado da PF, dinheiro do dossiê veio do PT

O delegado da PF Diógenes Curado escreveu em relatório parcial que, “ao que tudo indica”, o R\$ 1,7, milhão para a compra do dossiê contra tucanos saiu do PT.

Segundo membro da CPI dos sanguessugas, que pediu para não ser identificado, o delegado argumenta que “todos os envolvidos” no caso eram do PT. (FSP, 18/10/2006, p. A11).

Resposta, já

Origem do dinheiro sujo para comprar dossiê contra tucanos precisa ser desvendada antes do pleito, para o em do país.

Quem mais perde com a demora é o eleitor. Passados 34 dias da eclosão do escândalo, nada se sabe sobre o trajeto o dinheiro que alimentou malas petistas até sua chegada num hotel paulistano. A pronta elucidação do caso ampliará ao máximo o conjunto de elementos à disposição dos eleitores acerca do dossiê. Um ponto final no episódio, antes do pleito, permitiria ao eleito dedicar-se exclusivamente à formação do novo governo. (FSP, 18/10/2006, p. A2).

CPI derrota governo e convoca Berzoini e Freud para depor

Oposição aprovou acesso á quebra de sigilos do ex-assessor de Lula e barraram convocação de José Serra e Barjas Negri

Depoimentos só vão ocorrer após eleição; em minoria na CPI, PT aceita proposta de aprovar apenas um convite a ex-ministros da Saúde. (FSP, 18/10/2006, p. A9).

Berzoini negou na PF saber da negociação para a compra do dossiê

Em depoimento ontem na sede da Policia Federal, em Brasília, o ex-ministro e ex-coordenador da campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deputado Ricardo Berzoini (PT), negou conhecer a negociação feita por petistas para comprar e tornar público o conteúdo do dossiê contra tucanos. Ele disse que só soube do dossiê após da divulgação do caso na imprensa.

Berzoini também, indiretamente, contradisse versão sustentada por Hamilton Lacerda para negar que tivesse levado o dinheiro que seria usado na compra do dossiê para o ex-agente da PF contratado pelo hotel Íbis, em São Paulo, com R\$ 1,7 milhão. Lacerda foi flagrado com uma mesma bolsa depois carregada por Gedimar. (FSP, 18/10/2006, p. A10).

Se dinheiro do dossiê for da campanha, terei de pagar, afirma Lula.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse em sabatina da Folha que “duvida” que o RS 1,75 milhões que seria usado por petistas para comprar um dossiê contra tucanos tenha saído de sua campanha. Mas afirmou que, caso isso seja verdade, estará sujeito a punição da Justiça Eleitoral. (FSP, 19/10/2006, p. A1).

Parte do dinheiro do dossiê veio do jogo do bicho no Rio.

PF descobre que RS 5.000 passaram por bancas ligadas ao bicheiro Turcão.

A Polícia Federal descobre que RS 5.000 do RS 1,75 milhões, apreendidos com emissários petistas que iam comprar um dossiê contra políticos do PSDB tem origem em bancas de jogo do bicho do Rio de Janeiro. (FSP, 19/10/2006, p. A4).

A corrupção, tema principal do primeiro debate do segundo turno entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), ficou em segundo plano no confronto de ontem à noite.

Na última vez que o tema veio à tona, Alckmin voltou a perguntar a origem do dinheiro que seria usado para comprar dossiê contra os tucanos. Lula repetiu que o governo está investigando. (FSP, 20/10/2006, p. A4 a A6).

Corrupção fica em segundo plano em debate dominado por economia e saúde.

Tema que dominou embate anterior entre candidatos ontem só foi abordado mais longamente no 1º bloco, determinado por sorteio.

O tom agressivo e a discussão sobre corrupção que marcaram o primeiro debate entre Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin foram substituídos ontem, no segundo confronto entre os presidentiáveis pela citação quase professoral de uma profusão de números a respeito de indicadores sociais e econômicos. Estrela do

encontro anterior, a corrupção virou coadjuvante e em vários momentos sumiu de cena. (FSP, 20/10/2006, p. A4).

Neste país foram privatizados US\$ 200 bilhões. Eu quero saber onde foi parar esse dinheiro.

Neste país, se costumada arrastar denúncia para baixo da mesa, para baixo do tapete, para baixo do sofá. Quando existe um problema, nós tomamos a iniciativa de punir. (FSP, 20/10/2006, p. A5).

Secretário de Lula ligou para ‘articulador’ do dossiê.

Telefonema de Gilberto Carvalho para Lorenzetti foi no dia das prisões.

O secretário particular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho falou por telefone ao menos duas vezes com o ex-analista de risco e mídia da campanha da reeleição, Jorge Lorenzetti, no dia 15 de Setembro, data da prisão de duas pessoas ligadas ao PT com R\$ 1,75 milhões para comprar dossiê contra tucanos.

As ligações foram num momento em que o nome de Lorenzetti ainda não estava vinculado ao caso, o que só ocorreria três dias depois. (FSP, 21/10/2006, p. A6).

Dirceu trocou ligações com Lorenzetti dias antes do caso.

José Dirceu é a pessoa “conhecida” que, segundo a PF, ligou para Jorge Lorenzetti dias antes de surgir o dossiê. Dirceu nega participação no caso. (FSP, 21/10/2006, p. A6).

Imprensa digital

O petista Hamilton Lacerda chega com mala supostamente com dinheiro ao hotel onde Gedimar Passos (esq) foi depois preso com R\$ 1,75 milhão que seria usado na compra do dossiê. (FSP, 21/10/2006, p. A6).

Dirceu telefonou para suspeito de negociar dossiê antes da operação.

Conversas com Lorenzetti ocorreram 4 dias antes das prisões; advogado nega que caso tenha sido discutido.

PF não considera as ligações em si como prova de que Dirceu possa ter relação com a negociação do dossiê, mas vai investigar telefonemas. (FSP, 21/10/2006, p. A6).

Oposição usa telefonemas de carvalho para acusar Lula.

A oposição usará os telefonemas de Gilberto Carvalho, secretário particular do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para o petista Jorge Lorenzetti, personagem central do escândalo do dossiê, para tentar mostrar que Lula sabia de tudo. A CPI dos sanguessugas já pediu a convocação de Carvalho.

Ontem, ele disse que foi um membro da campanha de Lula que o informou da prisão dos petistas. (FSP, 22/10/2006, p. A4).

Ligações de assessor revelam que Lula saia, diz oposição.

Sub-relator da CPI dos Sanguessugas pede convocação do chefe-de-gabinete de Lula.

“O que está aí é suficiente para caracterizar que os homens do presidente estão envolvidos”, afirma senador Sérgio Guerra (PSDB-PE). (FSP, 22/10/2006, p. A4)

Pf investiga 3 casa de câmbio no caso dossiê.

A PF identificou mais três casos de câmbio pelas quais suspeita terem passado os dólares usados por membros do PT para tentar comprar dossiê contra tucanos. São elas: Vikatur, na Baixada Fluminense, no Rio; a Diskline, em São Paulo; e a Centauros, em Florianópolis. (FSP, 23/10/2006, p. A7).

Alckmin cobra ética e Lula exalta política social na TV.

Tucano ressalta diferenças: petista diz que governo apura escândalos.

Geraldo Alckmin (PSDB) voltou a enfatizar a questão ética no debate televisivo de ontem com Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o terceiro e penúltimo do segundo turno da eleição. Já Lula exaltou suas realizações no governo. (FSP, 24/10/2006, p. A4).

Vedoin quis vender dossiê contra Mercadante, diz Abel.

Empresário ligado a ex-ministro tucano diz que não avisou PSDB de denúncia.

A Polícia Federal localizou em Nova Iguaçu, na baixada fluminense os laranjas cujos nomes – todos de uma mesma família – constam como compradores de pelo menos parte dos dólares destinados à compra do dossiê contra políticos tucanos. (FSP, 24/10/2006, p. A12).

Laranja diz à PF não saber sobre compra dos Dólares.

A Polícia Federal ouviu um laranja cujo nome foi utilizado para comprar dólares que pagariam um dossiê contra tucanos negociado por petistas. O laranja negou saber da operação feita em seu nome, na casa de câmbio Vicatur, em nova Iguaçu, na Baixada Fluminense.

A pessoa faz parte de uma família pobre, que tem oito integrantes registrados como compradores de dólares na Vicatur. (FSP, 25/10/2006, p. A13).

José Simão

Debatédio! Chega! Quem viu um, viu todos!

E o debate? O monobate! O DEBATÉDIO! Lulalelé e Geraldo: os teletubbies! “De onde veio o dinheiro?” De novo? “Não sei!” De novo? “De onde veio o dinheiro!” “Não sei” Todo mundo já sabe que o Lula não sabe! (FSP, 25/10/2006, p. E9).

PF desconfia que dinheiro saiu de caixa dois do PT.

Policiais federais estão convencidos de que ex-assessor de Mercadante levou a quantia para a dupla detida em SP.

Fato de haver nota de alto e baixo valor além de dólares denota arrecadação em diversas fontes, segundo indícios, de praças distintas. (FSP, 26/10/2006, p. A10a).

Casa de câmbio admite uso de laranja.

PF indica donos da Vicatur por irregularidade na venda de dólares que podem ter sido usados no caso dossiê.

A Polícia Federal indicou os donos da casa de câmbio Vicatur, Sirley da Silva Chaves e Fernando Manoel Riboas, depois que eles confessaram ter pago R\$ 3.000 a laranjas para uma operação de venda de US\$ 44,3 mil.

A Vicatur é de Nova Iguaçu (Baixada Fluminense). A PF suspeita que parte dos US\$ 249 mil usados por petistas para tentar comprar dossiê contra tucanos tenha vindo da região e quer saber se os dólares retirados por laranjas eram para o dossiê. (FSP, 27/10/2006, p. A6).

Confirmada a sua reeleição, Lula terá de lidar com a investigação sobre a compra de um dossiê contra tucanos por membros de sua campanha. (FSP, 29/10/2006, p. E7).

Lula também deixará claro que não aceitara deixar o cargo numa batalha política e jurídica com a oposição. Não crê que a oposição tenha cacife para patrocinar um impeachment, mais avaliam que rivais tentarão levar adiante o pedido de sua candidatura, já apresentado à Justiça Eleitoral devido ao dossiêgate. (FSP, 29/10/2006, p. E4).

O fim do primeiro turno, não é necessariamente, um zerar de jogo. Para Alckmin não tinha motivo de sê-lo. O caso dossiê e as fotos da dinheirada, distribuídas suspeitamente na antevéspera da eleição, retiraram votos de Lula e aceleraram a subida de Alckmin, para disputar segundo turno. Deu-se então algo espantoso: o próprio Alckmin reprimiu o embalo decisivo que recebera e interrompeu o seu movimento de ascensão. [...]

O caso dossiê foi visto na cúpula do PSDB – aparentemente, bem mais do que por Alckmin – como a arma explosiva para derrubar Lula e tomar-lhe a dianteira. A partida, nessa linha, não foi do candidato. Criou-se, por isso, uma situação exótica: as críticas mais incisivas e feiras de público, à campanha de Alckmin e à situação mais comedida do próprio, não partiram de Lula e seus apoiadores, mas do PSDB. (FSP, 29/10/2006, p. E6)

SUSPEITAS

Se se comprovar (envolvimento com o dossiê contra o PSDB), se cometeu um crime. Se se cometeu um crime, eu e qualquer outro cidadão temos que pagar pelo crime.

Se alguém tiver alguma coisa que meu filho tenha cometido de errado, é simples: o meu filho está subordinado à mesma Constituição. (FSP, 29/10/2006, p. E7).

Eleições 2010

Caso Erenice

Escolhida pelo presidente Lula, Dilma enfrentou escândalos no último mês de campanha, como as acusações de tráfico de influência na Casa Civil, pasta da qual saiu para se candidata. (FSP, 04/10/2010, p. A2).

Ao depor, Erenice admite reunião que sempre negou

ESCÂNDALO DA CASA CIVIL Ex-ministra muda versão e diz que recebeu empresários que negociavam com o filho dela (FSP, 26/10/2010, p. A1)

Logo na estreia, Ciro fez críticas indiretas aos recentes escândalos de irregularidades no governo, como a demissão de Erenice Guerra e a queda do sigilo fiscal de pessoas ligadas aos PSDB.

Ele disse que os eleitores que apoiaram Marina Silva (PV) no primeiro turno estão preocupados com a “frouxidão moral” demonstrada “aqui e ali” e que a ida de Dilma ao segundo turno foi uma “lição de humanidade”. [...]

“[É preciso ter] um diálogo com esse brasileiro maravilhoso, quem votou em mim e na Marina, que é classe média que tá zangada com despudores, com essas frouxidões morais aqui e ali, essa simplificação grosseira que a polícia de SP quer impor ao país de que só existe vida inteligente no PSDB e no PT”. [...]

São eles: a “calúnia” sobre suas posições em relação ao aborto, o vazamento de dados sigilosos de tucanos e os casos de lobby na Casa Civil. [...]

Aos governadores, Dilma manteve a estratégia de isolar Erenice Guerra, seu braço direito no governo Lula. “Não dizia respeito a mim nem a minha campanha.” (FSP, 06/10/2010, p. 13).

Planalto evita que Erenice e Dilma falem de lobby ao Senado.

Senadores aliados ao Planalto esvaziaram reunião da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) que votariam convites a Dilma Rousseff e à ex-ministra da Casa Civil Erenice Guerra para explicar acusações de lobby.

Segundo Eduardo Suplicy (PT-SP), a orientação partiu do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) que vai sair de férias para reforçar a campanha de Dilma. (FSP, 07/10/2010, p. A7).

Planalto manobra para evitar ida de Dilma ao Senado.

Governistas esvaziam reunião que votaria convites para a candidata e Erenice explicarem tráfico de influência. (FSP, 07/10/2010, p. A7).

Quando promoveu Erenice Guerra ao comando da Casa Civil, no final de março passado, Lula afirmou que ela teria “uma responsabilidade imensa pelo que vai acontecer daqui para a frente, na continuidade dos trabalhos que fizeram”.[...]

Primeiro, não havia mais como prosseguir na tentativa de desqualificar as denúncias de tráfico de influência. Naquele dia, a Folha trouxe provas de que o esquema operado pela prole da ministra não atuava somente nas franjas do governo, mas fazia uso da estrutura da própria Presidência da República. (FSP, 07/10/2010, p. A10).

Entre hoje e a semana que vem o Ministério Público vai requisitar à Justiça Eleitoral autorização para que a PF possa copiar e analisar todo conteúdo do computador usado por Erenice na Casa Civil.

Nos próximos dias, a ex-ministra será chamada a depor e, muito provavelmente a PF também pedirá a quebra de seu sigilo telefônico. [...]

SIGILO

A PF está prestes a concluir a primeira etapa da investigação sobre a quebra do sigilo fiscal de familiares e pessoas ligadas a José Serra. (FSP, 08/10/2010, p. A7).

O caso Erenice trouxe de volta o caso do mensalão?

Talvez tenha feito a população pensar em episódios pretéritos e daí resolve dar um freio de arrumação. Mas há outro fato, que é o das pessoas pensando: “Nem o Lula ganhou no primeiro turno. Por que a candidata dele que chegou agora vai ganhar?” (FSP, 09/10/2010, p. A8).

Oliveira é suspeito de ter participado de um grupo de lobby que operava dentro da Casa Civil nas gestões da hoje candidata Dilma Rousseff (PT) e de sua substituta e ex-braço direito, Erenice Guerra. (FSP, 09/10/2010, p. A9).

“Há uma pessoa, chefe da Casa Civil, seu braço direito por sete anos e três meses, que organizou um grande esquema de corrupção. Você não tem nada a ver. É tudo alheio a você”, ironizou.

Dilma entrou no assunto superficialmente: “no que se refere a Erenice, fico indignada com a contratação de parente e de amigos, com critérios que não sejam técnicos”.

E continuou: “Mas você deveria se lembrar de Paulo Vieira de Souza, seu assessor que fugiu R\$ 4 milhões, dinheiro da sua campanha”.

Souza, conhecido como Paulo Preto, é o ex-diretor de engenharia da Dersa paulista citado no inquérito da Operação Castelo de Areia. Segundo a revista “IstoÉ”, ele arrecadou R\$ 4 milhões não declarados à Justiça Eleitoral..[...]

Em meios às trocas de acusações, o primeiro debate do segundo turno foi pobre em programas de governo. A petista e o tucano falaram ligeiramente, de propostas para a educação e a saúde, por exemplo, dois dos temas que mais inquietam os eleitores. (FSP, 11/10/2010, p. A10)

CASA CIVIL

Serra acusou Dilma por seu braço direito ter organizado um “esquema de corrupção”. No Mês passado, foi revelado suposto favorecimento a empresas envolvendo o filho de Erenice Guerra, ex-assessora da Dilma.

PAULO PRETO

Dilma disse que, como ela é questionada pelo caso Erenice, Serra deveria responder por Paulo Vieira de Souza. Conhecido como Paulo Preto, o ex-diretor da

Dersa teria arrecadado segundo “IstoÉ”. R\$ 4 mi que não teriam sido declarados pelo PSDB. (FSP, 11/10/2010, p. A10)

Ex-executivo da Dersa cobra defesa de Serra

Citado por Dilma Rousseff (PT) como o homem eu teria fugido com caixa dois de R\$ 4 milhões, o ex-diretor da Dersa Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, cobra defesa de José Serra (PSDB), mas diz que não vai processar a petista. (FSP,12/10/2010,p. A12)

Apuração sobre Erenice sairá só após o 2º turno.

A Casa Civil prorrogou por 30 dias o prazo para comissão de sindicância interna investigar tráfico de influência de servidores ligados a Israel Guerra, filho da ex-ministra Erenice Guerra. Com isso, a apuração sairá só depois da eleição. (FSP, 19/10/2010, p. A9).

Petista acusa Serra de evitar investigação.

Dilma Rousseff (PT) acusou José Serra (PSDB) de “acobertar” suspeita de pagamento irregular a Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto. No “Jornal Nacional”, Dilma comparou a situação ao caso Erenice, que está sendo investigado. (FSP, 19/10/2010, p. A12).

Sindicância aponta novos elos do caso Erenice na Presidência.

Sindicância do governo indica que o esquema comandado por Israel, filho da ex-ministra Erenice Guerra não usava só estrutura da Casa Civil, relata Andreza Matais e Felipe Coutinho. (FSP, 20/10/2010, p. A8 e A9)

SD21

Erenice muda versão e admite reunião com firma que negociou com seus filhos

À PF, ex-ministra admitiu estes e outros encontros com interessados em negócios no governo, que Casa Civil negara

Reunião com empresa de Campinas assediada por firma de lobby foi revelada pela Folha e negada várias vezes.

(...)

A assessoria da Casa Civil, por meio de notas oficiais, havia negado por duas vezes à **Folha** a participação de empresários de Campinas que negociavam com a empresa de lobby Capital.

(FSP, 26/10/2010, p. E1)

Erenice muda versão e admite reunião com firma que negociou com seus filhos

À PF, ex-ministra admitiu este e outros encontros com interessados em negócios no governo, que Casa Civil negara

Reunião com empresa de Campinas assediada por firma de lobby foi revelada pela Folha e negada várias vezes

ANDREZA MATAIS
FELIPE COUTINHO
DE BRASÍLIA

A ex-ministra Erenice Guerra mudou a versão que sustentava até agora e confirmou à Polícia Federal que recebeu na Casa Civil empresários que negociavam contrato com a firma de lobby dos filhos dela para obter um empréstimo do BNDES.

Na época, a ministra era Dilma Rousseff, atual candidata do PT à sucessão presidencial, e Erenice, seu braço direito. A **Folha** teve acesso à íntegra do depoimento dela, que durou quatro horas e teve mais de cem perguntas sobre o esquema de tráfico de influência na Casa Civil.

A assessoria da Casa Civil, por meio de notas oficiais, havia negado por duas vezes à **Folha** a participação de Erenice na reunião com os empresários de Campinas que negociavam com a empresa de lobby Capital.

Em uma delas a assessoria alegou "incompatibilidade de agenda" da então secretária-executiva da Casa Civil.

Após a **Folha** publicar a negociação do filho de Erenice com esses empresários, ela deixou o governo.

Erenice afirmou, em entrevista à revista "IstoÉ", após deixar o cargo, que "nunca" recebeu representante da EDRB Brasil, empresa de energia solar de Campinas que procurou a empresa dos filhos dela para obter financiamento do governo.

Ontem Erenice mudou a versão. Disse à PF que recebeu, no ano passado, os empresários paulistas no prédio do CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), onde funcionava provisoriamente o governo. Ela relatou que esteve na reunião "salvo emprego, entre 20 e 30 minutos".

Procurada mais uma vez, a Casa Civil disse ontem à **Folha** que as informações pres-



Erenice deixa a PF após depoimento em que mudou versão

tadas antes partiram da então ministra e que não iria comentar o depoimento.

O dono da EDRB, Aldo Vagner, e o consultor Rubnei Quicoli disseram à PF que após a reunião com Erenice foram procurados pela empresa dos filhos dela para viabilizar o projeto em troca de "taxa de sucesso".

A PF perguntou a Erenice se Dilma tinha conhecimento do projeto apresentado na reunião. Ela disse que não saberia responder.

Ela negou que tenha pedido, por intermédio do ex-diretor dos Correios Marco Antonio Oliveira (tio de um só-

cio do filho dela na empresa de lobby), dinheiro para a campanha de Dilma. Erenice afirmou que nem ela nem Dilma conhecem Oliveira.

No depoimento, Erenice também confirmou que se encontrou no início do ano, numa padaria de Brasília, em seu próprio apartamento, com outro empresário, da MTA Linhas Aéreas, que contratou a empresa dos filhos.

Erenice negara os encontros à revista "Veja". Em nota, a Casa Civil dizia que a ministra só recebia empre-

sa "em seu gabinete, com agenda prévia e pública". Erenice disse ainda que

DEPOIMENTO À PF

Erenice confirma participação em reunião com empresários agendada por acusados de intermediar negócios de empresas privadas com o governo

ATÉ ENTÃO, ERENICE NEGAVA PRESENÇA

15.set

Questionado se Erenice Guerra recebeu os empresários em uma reunião na Casa Civil, o ministro respondeu:

"A audiência foi pedida inicialmente com a secretária-executiva, mas, por incompatibilidade de agenda, foi conduzida pelo então assessor especial e atual chefe de gabinete da Casa Civil"

18.set

Em entrevista à revista "IstoÉ", dois dias após deixar o ministério por conta dos escândalos, Erenice voltou a negar a participação.

"Eu nunca recebi [um representante da EDRB]. Ele foi recebido na Casa Civil pelo meu assessor. Foi lá apenas para fazer a demonstração de um projeto de energia alternativa. É tudo o que eu sei sobre esse assunto"

NOVA VERSÃO

Ontem

A defesa da ex-ministra confirma participação no encontro, também admitida por ela em depoimento à PF.

"Foi uma reunião oficial agendada pela assessoria dela. Ela ficou no máximo 30 minutos em uma reunião de 1h15min. Foram tratadas apenas questões técnicas"

Explicação da defesa de Erenice

reunião foi em 10/11/2009, no Centro Cultural do Banco do Brasil. QUE a mesma foi presidida pelo assessor VLADIMIR, não sabendo informar se VINICIUS participou; QUE segundo foi informado por VLADIMIR, a declarante participou de reunião por alguns minutos, porém apenas entre 20 e 30 minutos; QUE a empresa apresentava um projeto de energia solar, QUE a declarante não fez nenhum contato com a CHEF para que a mesma atendesse à empresa EDRB; QUE não sabe

DEPOIMENTO Trecho do relato de Erenice à Polícia Federal em que confirma participação em reunião com empresários na Casa Civil

ENTENDA O CASO

Filho da ex-ministra é acusado por empresários de intermediar negócios com o governo mediante "taxa de êxito"

1 Indicação

Para conseguir empréstimo e tirar do papel um projeto de energia solar, Rubnei Quicoli procura o então diretor dos Correios Marco Antonio Oliveira. A proposta chega às mãos do sobrinho de Oliveira, Vinicius Castro, que era assessor da Casa Civil

2 Reunião

Vinicius agenda reunião dentro da Casa Civil em novembro do ano passado com Quicoli e o sócio da empresa EDRB,

3 Contrato

Para viabilizar o empréstimo do BNDES, Vinicius apresenta a Capital, empresa de lobby dele e do filho de Erenice Guerra. Minuta de contrato prevê pagamento de 5% do valor do empréstimo e R\$ 240 mil em seis parcelas para o crédito ser liberado. Quicoli diz que se recusou a pagar

4 Queda

No dia seguinte à revelação das negociações pela **Folha**, em 15.set, a então ministra Erenice pede demissão

PRESIDENTE 40 Eleições 2010

Erenice muda versão e admite reunião com firma que negociou com seus filhos

À PF, ex-ministra admitiu este e outros encontros com interessados em negócios no governo, que Casa Civil negara

Reunião com empresa de Campinas assediada por firma de lobby foi revelada pela Folha e negada várias vezes

ANDRÉZA MATOS
FOLHA ONLINE
DE SÃO PAULO

A ex-ministra Erenice Guerra mudou a versão que sustentava até agora e confinou à Polícia Federal que recebeu na Casa Civil representantes que negociavam contratos com a firma de lobby dos filhos dela para obter um empreendimento da ENDESA.

Na época, a ministra era Dilma Rousseff, atual candidato do PT à sucessão presidencial, e Erenice, seu irmão direito. A Folha teve acesso à íntegra do depoimento dela, que durou quatro horas e teve mais de cem perguntas sobre o esquema de lobby de influência na Casa Civil.

A assessoria da Casa Civil, por meio de notas oficiais, havia negado por duas vezes à Folha a participação de Erenice na reunião com os empresários de Campinas que negociavam com a empresa de lobby Capital.

Em uma delas a assessoria alegou "incompatibilidade de agenda" da então secretária-geral executiva da Casa Civil.

Após a Folha publicar a reportagem do filho de Erenice com estes empresários, ela desistiu do governo.

Erenice afirmou, em entrevista à revista "Isis", após deixar o cargo, que "nunca" recebeu representante da EDRB Brasil, empresa de energia solar de Campinas que procurava a empresa dos filhos dela para obter o empreendimento do governo.

O então Erenice mudou a versão. Disse à PF que recebeu, no ano passado, os empresários que estavam no perfil do CCBH (Centro Cultural Banco do Brasil), onde funcionava provisoriamente o governo. Ela afirmou que esteve no encontro "só por 20 a 30 minutos".

Procurada mais uma vez, a Casa Civil disse ontem à Folha que as informações pro-



Erenice deixa a PF após depoimento em que mudou versão

vidas antes partiam da então ministra e que não iria comentar o depoimento.

O dono da EDRB, Aldo Wagner, e o consultor Rubens Quicili disseram à PF que após a reunião com Erenice foram procurados pela empresa dos filhos dela para viabilizar o projeto em troca de "taxa de sucesso".

A PF perguntou a Erenice se Dilma tinha conhecimento do projeto apresentado na reunião. Ela disse que não sabia responder.

Ela negou que tenha pedido, por intermédio de ex-diretor dos Correios Mauro Antonio Oliveira (filho de um só-

cio do filho dela na empresa de lobby), dinheiro para a campanha de Dilma. Erenice afirmou que nem ela nem Dilma conhecem Oliveira.

No depoimento, Erenice também confirmou que se encontrou no início do ano, numa padaria de Brasília e em seu próprio apartamento, com outro empresário, da MTA Linhas Aéreas, que contratou a empresa dos filhos.

Erenice negou se encontrar à revista "Isis", fim nota, a Casa Civil disse que a ministra só recebeu empresários "em seu gabinete, com agenda pública e pública".

Erenice disse ainda que

DEPOIMENTO À PF

Erenice confirma participação em reunião com empresários agendada por acusados de intermediar negócios de empresas privadas com o governo

ATÉ ENTÃO, ERENICE NEGAVA PRESENÇA

15.set

Questionado se Erenice Guerra recebeu em seu apartamento em uma reunião na Casa Civil, o ministro se recusou a responder.

"A audiência foi pedida inicialmente com a secretária-executiva, mas, por incompatibilidade de agenda, foi conduzida pelo então assessor especial e atual chefe de gabinete da Casa Civil"

18.set

Em entrevista à revista "Isis", dois dias após deixar o ministério por conta dos escândalos, Erenice voltou a negar a participação.

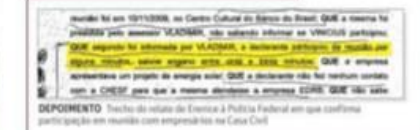
"Eu nunca recebi [um representante da EDRB]. Ele foi recebido na Casa Civil pelo meu assessor. Foi lá apenas para fazer a demonstração de um projeto de energia alternativa. É tudo o que eu sei sobre esse assunto"

NOVA VERSÃO

Ontem a defesa da ex-ministra confirma participação no encontro, também admitida por ela em depoimento à PF

"Foi uma reunião oficial agendada pela assessoria dela. Ela ficou no máximo 30 minutos em uma reunião de 1h30min. Foram tratadas apenas questões técnicas"

Exatidão de André de Oliveira



DEPOIMENTO Trecho do relato de Erenice à Polícia Federal em que confirma participação em reunião com empresários na Casa Civil

ENTENDA O CASO

Filho da ex-ministra é acusado por empresários de intermediar negócios com o governo mediante "taxa de lobby"

1. Indicação

Para conseguir o contrato e tirar do papel um projeto de energia solar, Rubens Quicili procurou o então diretor dos Correios Mauro Antonio Oliveira. A proposta chegou à mesa do subleito de Oliveira, Vinícius Castro, que era assessor da Casa Civil.

2. Reunião

Foram os agentes reunidos dentro da Casa Civil em novembro do ano passado com Quicili e o filho da empresa EDRB, Aldo Wagner. A participação do então secretário-executivo da pasta, Erenice Guerra, neste encontro era até então negada por ela e pelo governo.

Seu filho mais velho, Vinícius Castro, foi investigado sob acusação de pelo menos dois crimes (receptação de moeda falsa e criação de falsos recibos) e ficou preso no interior de São Paulo entre 2006 e 2007, mas recebeu da decisão judicial e foi absolvido em segunda instância. Ele diz que as acusações foram infundadas.

3. Contrato

Para viabilizar o empreendimento da ENDESA, Vinícius apresentou a Capital, empresa de lobby dele e do filho de Erenice Guerra. Quando o contrato prevê pagamento de 5% do valor do empreendimento e R\$ 240 mil em taxa paralela para o contrato em Brasília, Quicili diz que se recusou a pagar.

4. Quando

No dia seguinte à revelação das negociações pela Folha, em 23.set, a então ministra Erenice pediu demissão.

FOLHA DE S. PAULO
Filho de Erenice pediu PF por crédito de R\$100, de empresa investigada

E-mail agendado pelos representantes da EDRB para comprar o encontro agendado
levar, ex-diretor da reunião
Chá Erenice Guerra

Para consultor, é inadmissível que se negue o encontro

em reunião

O consultor Rubens Quicili manifestou ontem, em nota distribuída à imprensa, seu "repúdio" às negativas iniciais de Erenice Guerra sobre ter se encontrado com ele no final de 2009 na Casa Civil.

Ontem, em depoimento prestado à Polícia Federal, Erenice voltou atrás e reconheceu ter se reunido em audiência com ele em novembro.

"Houve um dia que já se pa-

saram, recebi inúmeras provocações, dizendo que eu menti, juntamente com as solicitações da EDRB do Brasil", disse Quicili.

Ele fez referência a entrevista de Erenice à revista "Isis" em setembro, quando ela negou ter estado com ele.

"É inadmissível uma então ministra de nível máximo do atual governo federal ir a uma revista de grande circulação dizer que nunca esteve na minha frente, sendo que

acabei de dizer que estive". Quicili contestou ainda a versão de que teve uma "conversa técnica" na Casa Civil, em São Paulo, em "um encaminhamento da então ministra".

Após o encontro com Erenice, a Casa Civil marcou - como indicam e-mails entregues por Quicili à Folha e à Polícia Federal - uma audiência do consultor com representantes da Chief (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), no escritório da

capital em São Paulo. A PF Erenice negou ter encontrado os representantes da EDRB à Chief.

Seu filho mais velho, Vinícius Castro, foi investigado sob acusação de pelo menos dois crimes (receptação de moeda falsa e criação de falsos recibos) e ficou preso no interior de São Paulo entre 2006 e 2007, mas recebeu da decisão judicial e foi absolvido em segunda instância. Ele diz que as acusações foram infundadas.

COLUNA

MAURO PAULINO

São os admiradores extremos de Lula, que enxergam seu governo como ótimo, que sustentam a liderança de Dilma Pág. 8

PROGRAMA

A seis dias da votação, Dilma lança diretrizes de plano de governo Pág. 6



ARRECAÇÃO

Desvantagem de Serra nas pesquisas provoca impacto nos cofres da campanha Pág. 5

SERVIÇO

Eleitores que não votaram no 1º turno devem votar no domingo Pág. 9

Tucano cita ida de Erenice à PF.

Petista contra-ataca e lembra do caso Paulo Preto

Atrás nas pesquisas a cinco dias da eleição, José Serra (PSDB) usou o penúltimo confronto na TV realizado ontem na Record, para atacar a adversária Dilma Rousseff (PT) eu revidou retornando denúncias contra o ex-assessor do tucano Paulo Vieira de Souza, ex-diretor da Dersa.

Em sucessivos ataques, Serra lembrou que a petista foi testemunha de defesa do ex-ministro José Dirceu no escândalo do mensalão. [...]

Serra abordou o caso do tráfico de influência que derrubou da Casa Civil a ex-ministra Erenice Guerra, braço direito da petista. “A verdade é que a Dilma está enrolada nesta história toda, e aí fica procurando pretexto para atacar os outros”.

Dilma contra-atacou: “O Paulo Preto é o braço esquerdo, direito e se duvidar, é a cabeça também”. Souza foi citado por supostamente fugir com R\$ 4 milhões destinados à campanha tucana.(FSP, 26/10/2010, p.E4)

“Ela fala em coisas de moralidade e foi testemunha de defesa do Dirceu. A Dilma foi lá [no STF] e fez uma fala carinhosa, empolgante, da moralidade de Dirceu”.(FSP, 26/10/2010, p. E5)

Revelaram-se falsas as veementes e repetidas declarações da ex-ministra Erenice Guerra de que jamais se reuniram com empresários beneficiados pelos serviços da firma de Lobby de seu filho. (FSP, 27/10/2010, p. A2)

Erenice fez pressão por empresas de padrinho

Erenice Guerra, ex-braço direito de Dilma Rousseff, pressionou a Anatel, em favor da Unicel, à qual seu marido dava consultoria.

O dono da empresa, que é seu padrinho de casamento enviou carta a Dilma reclamando de uma licitação.

Erenice mandou cópias à agência e cobrou explicação urgente, relata Elvira Lobato e Mario Cesar Carvalho. Seu advogado nega a pressão. Segundo a Casa Civil, Dilma, então ministra ignorava o elo entre Erenice e a Unicel. (FSP, 28/10/2010, p. E3)

Erenice usou carta Dilma para pressionar Anatel e dar concessão

Ex-ministra pressionou agência para favorecer a Unicel, empresa na qual seu marido atuava.

Firma de padrinho de casamento de Erenice ganhou concessão para entrar no mercado de telefonia celular em SP.

Erenice Guerra usou uma carta enviada à então titular da Casa Civil, Dilma Rousseff, para pressionar a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) em 2007 em favor da Unicel Telecomunicações. O marido de Erenice, José Roberto Campos, era consultor da empresa. (FSP, 28/10/2010, p E3)

A mulher do secretário nacional da Justiça, Pedro Abramovay, ganhou no mês passado um cargo na sub-chefia de Assuntos jurídicos da Casa Civil. O chefe dela é Beto Vasconcelos, advogado como Abramovay e um de seus melhores amigos.

A Folha apurou que a nomeação de Carolina Haber, no último dia 6 de setembro, partiu de um pedido do marido. Pedro Abramovay e a Casa Civil negam.

A nomeação dela fere a súmula do Supremo Tribunal Federal que proibiu o nepotismo nos três Poderes. Ela proíbe “a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente (..)em cargo de direção, chefia ou assessoramento (...) na administração pública direta ou indireta em qualquer dos Poderes da União”.(FSP, 28/10/2010, p E3)

DE BRASÍLIA – O assessor da Casa Civil Gabriel Laender prestou ontem depoimento na PF sobre o tráfico de influência no governo federal. Ele ficou na PF por cerca de três horas e não deu entrevista. Laender é mais uma pessoa ligada à ex-ministra Erenice Guerra que está envolvida nos casos de lobby na Casa Civil. (FSP, 30/10/2010, p. E3).

“Malfeito vai ocorrer em qualquer lugar em que houver ou impunidade ou não houver investigação. Tem de investigar e punir do a quem doer, atinja quem atingir”. (FSP, 30/10/2010, p. E8).

Caso quebra de sigilo

Investigação da Polícia Federal fez conexão entre a quebra de sigilo fiscal de pessoas ligadas ao candidato José Serra (PSDB) e o dossiê preparado pelo chamado “grupo de inteligência” da pré-campanha de Dilma Rousseff (PT).

A PF já descobriu quem encomendou as informações: O jornalista Amaury Ribeiro Jr., ligado ao “grupo de inteligência”.

Jornalista admite à PF que encomendou dados fiscais

Informações constavam de dossiê que circulou na pré-campanha de Dilma

O jornalista Amaury Ribeiro Jr., ligado ao chamado “grupo de inteligência” da pré-campanha de Dilma Rousseff (PT) reconheceu em depoimento à Polícia Federal que encomendou dados dos dirigentes tucanos e familiares de José Serra (PSDB), como a Folha revelou ontem. [...]

Ele desconversou quando questionado se pagou pelos dados – o que seria admitir um crime. Em nota, reiterou que “jamais pagaria” por informações sigilosas “de qualquer cidadão”.

O despachante Dirceu Rodrigues Garcia, porém declarou à PF que o jornalista pagou R\$ 12 mil em dinheiro, pelas informações (leia mais na pág. A6)

Segundo o delegado Alessandro Moretti, Amaury afirmou que todas as despesas relacionadas a seu trabalho, como as viagens de Brasília a São Paulo para buscar os dados, foram custeados pelo jornal “Estado de Minas”.

Amaury, no entanto, atribuiu a uma ala do PT vazamento dos dados para a imprensa. Segundo ele, uma ala do partido disputava o controle de contatos da campanha petista. (FSP, 21/10/2010, p.A4)

Depois de tantas acusações, denúncias, difamações e insultos a pancadaria física entre militante de um e de outro candidato à Presidência, no subúrbio do Rio, foi um desdobramento lógico e dá á campanha ares de coerência: mostra-a de fato como caso de polícia. Mas dispõe outro aspecto do nível reles da campanha: com tantos marqueteiros, coordenadores e integrantes de equipe, a nenhum deles a animosidade entre os dois lados sugeriu a necessidade de proteção da Polícia Militar no atos públicos[...]

Caso mais de outras coisas do que polícia, a violência de dados sigilosos de serristas chega à liberação pela Polícia Federal, de que o repórter Amaury Ribeiro Jr. Admitiu haver buscado tais dados. Como isso se deu em face da já distante quebra do sigilo telefônico do jornalista, não deixa de ser interessante que a PF só libera a informação venenosa tão próximo da votação final. (FSP, 21/10/2010, p. A6)

Despachante recebeu ‘ auxílio’ de R\$ 5 mil

O despachante Dirceu Rodrigues Garcia afirmou ao “Jornal Nacional” que recebeu do jornalista Amaury Ribeiro Jr. R\$ 5 mil no mês passado, segundo ele a título de “auxílio e ajuda”. A Polícia Federal diz que a quantia foi paga em dois depósitos, nos dias 09 e 17 de setembro feitos em dinheiro vivo numa agência bancária de Brasília. (FSP 21/10/2010, p.A6)

Dilma Rousseff, candidata do PT à Presidência, negou envolvimento da sua campanha na quebra de sigilo fiscal de pessoas ligadas a seu adversário, José Serra (PSDB).

Ela insinuou que a quebra foi fruto de disputa interna travada entre o tucano e ex-governador de Minas Aécio Neves (PSDB) pela candidatura à Presidência em 2009. (FSP, 21/10/2010, p. A7)

Deputado do PT furtou dados, acusa jornalista

Em depoimento à PF o jornalista Amaury Ribeiro Jr. disse “ter certeza” de que Rui Falcão, coordenador de imprensa da campanha de Dilma Rousseff (PT), copiou de seu computador dados de pessoas ligadas ao candidato tucano José Serra.

Amaury admitiu ter encomendado informações sobre tucanos, depois incluídas em dossiê que circulou na pré-campanha de Dilma.

Em nota, Rui Falcão deputado estadual licenciado negou “terminantemente” acusações.(FSP, 22/10/2010, p. A8)

Aliado de Dilma furtou dados, diz jornalista

Amaury Ribeiro Jr. afirma ‘ter certeza’ que Rui Falcão, coordenador da petista, copiou informações contra Serra

Segundo o pivô do caso, ele teve seus arquivos copiados em seu quarto de hotel no DF; Falcão contesta as acusações. (FSP, 22/10/2010, p. A8)

Pivô da quebra de sigilo usou flat de assessor ligado ao PT

Jorge Luiz Siqueira dono do imóvel atuava na Lanza na pré-campanha

O Jornalista Amaury Ribeiro Jr. pivô da quebra de sigilos de tucanos ligados a José Serra (PSDB), ficou hospedado em flat de um contratado de Pepper, empresa prestadora de serviços da campanha de Dilma Rousseff (PT).

Amaury usou o apartamento de Jorge Luiz Siqueira quando ele reuniu com o “grupo de inteligência” da pré-campanha petista no restaurante Fritz. Na ocasião, foi discutida a elaboração de um dossiê contra tucanos (FSP, 23/10/2010, p.A4)

Jornalista é indiciado sob suspeita de 4 crimes

PF acusa Amaury Ribeiro Jr. de corrupção, violação de sigilo, uso de documentação falsa e de dar dinheiro a testemunha

Para defesa, jornalista é um ‘bode expiatório’, mas vai poder provar que não cometeu crimes.

A PF indiciou Amaury sob suspeita de corrupção ativa, violação de sigilo, uso de documentação falsa e de dar dinheiro a testemunha. (FSP, 26/10/2010. P. E3)

Funcionário do banco admite á Polícia Federal ter consultado dados de tucano

Os dados bancários do vice presidente do PSDB, Eduardo Jorge, foram acessados sem motivos por duas vezes em agência do Banco do Brasil em Maricá, no Rio.

Em depoimento à Polícia Federal, o servidor Márcio Vinicius Alves, disse que consultou a conta do tucano em 26 de março deste ano – por engano, segundo ele.

Dados sigilosos do EJ, inclusive seu imposto de renda, circularam na pré-campanha de Dilma Rousseff (PT), como a Folha revelou.

A defesa do tucano pediu investigação. Para o BB, “até o momento”, os acessos “não configuram quebra do sigilo”. (FSP, 30/10/2010, p. 1).

Caso Paulo Preto

Ex-diretor da Dersa ataca Dilma e cobra Serra

“Não se larga um líder ferido na estrada a troco de nada. Não cometam esse erro” afirma ele a dirigentes do PSDB.

Citados pela candidata à Presidência Dilma Rousseff (PT) como o homem que “fugiu” com R\$ 4 milhões da campanha de José Serra (PSDB), O ex-diretor da engenharia da Dersa, Paulo Vieira de Souza, cobrou em entrevista à Folha que a petista apresente provas em que o tucano o defenda.

Paulo Preto, como ex-executivo da empresa estatal é conhecido, disse que todas as suas “atitudes” foram informadas a Serra. Por isso, afirma, o tucano deveria responder às acusações que ele vem sofrendo. (FSP, 12/10/2010, p.A12)

No primeiro mês como governador de São Paulo, José Serra (PSDB) nomeou uma figura do ex-diretor de engenharia da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A) Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto, para cargo de confiança no Palácio dos Bandeirantes.

A jornalista Tatiana Arana Souza Cremonini foi contratada como assistente técnica de gabinete em decreto assinado por Serra em 29 de janeiro de 2007. Ela atua no cerimonial, com salário de R\$ 4.595, com gratificações. (FSP, 17/10/2010, p. A 9).

Para Serra, SP não precisa ser investigado no caso do metrô.

José Serra (PSDB) disse apoiar inquérito sobre ação de empreiteiras de licitação suspeita de metrô, mas negou que o governo paulista precise ser investigado.

Serra criticou acertos prévios em licitações federais, Dilma Rousseff (PT) disse esperar que “desta vez” São Paulo apure a frente. (FSP, 28/10/2010, p. 8)

Serra descarta investigar governo por metrô

Dilma usa suspeita sobre licitação para dizer que espera que ‘pelo menos desta vez’ se investigue gestão tucana.

No mesmo dia em que o candidato do PSDB à Presidência, José Serra, disse o governo de São Paulo não precisa ser investigado no caso da licitação de lotes da linha

5 do metrô, sua adversária do PT, Dilma Rousseff, foi irônica ao afirmar que espera que “ pelo menos desta vez” se investigue a gestão tucana”.(FSP, 28/10/2010, p. E8)

Soluções fáceis

Sempre em tom irônico, Dilma insinuou que o governo tucano, que comanda São Paulo há 16 anos tem como prática “não investigar” e encontrar "soluções fáceis”.

“ eu acredito que, para apurar as responsabilidades e para não ser leviano fazendo acusações, acho que seria importante, pelo menos desta vez, que eles abram sindicância, inquérito e vão apurar”. Afirmou, em Brasília.

A petista disse que o que “marca a diferença de estilos de governo é a forma como se reage as denúncias. (FSD, 28/10/2010, p. E8).

Pressa encareceu obra do Rodoanel, afirmam empresas.

Para garantir entrega no prazo para Serra, construtoras alegam que custo subiu; Estado diz que conclusão até abril era contratual

Empreiteiras do trecho sul do Rodoanel, dizem que a obra ficou mais cara devido à necessidade de correr para conter os atrasos e entrega-la até abril – antes de José Serra (PSDB) sair do governo para ser candidato à Presidência. (FSP, 28/10/2010, p. E8).

Empresa da família de Paulo Preto trabalhou no Rodoanel.

O consórcio do Rodoanel pagou R\$ 91 mil à empresa do genro e da mãe do engenheiro Paulo Vieira de Souza, o Paulo Preto quando ele era diretor da Dersa a Peso Positivo foi contratada de forma emergencial.

A assessoria do consórcio e o advogado de Souza dizem que o negócio cumpriu os requisitos legais. O PT pediu investigação ao Ministério Público. (FSP, 30/10/2010, p. 3).

Consórcio contratou família de Paulo Preto.

Peso Positivo, do genro e da mãe do ex-diretor da Dersa, recebeu R\$ 91 mil de um dos construtores do Rodoanel.

Advogado da empresa e assessoria do consórcio afirmam que o negócio foi realizado conforme exigências da legislação.

Um dos consórcios construtores do Rodoanel contratou de forma emergencial e pagou R\$ 91 mil à empresa do genro e da mãe do engenheiro Paulo Vieira de Souza, conhecida como Paulo Preto, à época em que Souza era diretor de engenharia da estatal **petista** Dersa (Desenvolvimento Rodoviários S.A).

A companhia contratada pelo consórcio AndradeGutierrez/Galvão no ano de 2009 foi a Peso Positivo Transportes Comércio e Locações Ltda. ME, que tem como sócios Fernando Cremonini, genro de Souza, e Maria Orminda Vieira de Souza, mãe do engenheiro. (FSP, 30/10/2010, p. E3).

Anexo 5:

Resultado de pesquisas

2006

Diante da reincidência do Partido dos Trabalhadores num desmando ético, quando faltavam 15 dias para o primeiro turno, o eleitor brasileiro decidiu estender a disputa pelo Planalto por mais quatro semanas. (FSP, 02/10/2006, p. A2)

No reinício da campanha, Lula pede a Deus para desvendar “mistério do dossiê” e admite “tiro no pé”; tucano volta a abordar a ética e diz que petista deixou passar sua chance.

O presidente foi questionado sobre o dossiê contra os tucanos, apontado como um dos principais motivos para não ter ganho a eleição no domingo. “Fico pedindo a Deus para que não me aconteça nada até desvendar esse mistério. Não é apenas a questão do dinheiro e de onde veio o dinheiro. Eu quero saber quem arquitetou essa obra de engenharia para atirar no próprio pé”, afirmou. (FSP, 03/10/2006, p E1)

Punição pelo voto

Uma das boas notícias desta eleição é que muitos parlamentares acusados de comprometimento em escândalos foram rechaçados nas urnas. Houve exceções, mas, de um modo geral, o eleitor foi implacável com os envolvidos em denúncias.

Dos 69 deputados federais listados pela CPI dos Sanguesugas, apenas cinco se reelegeram. Dito de outra maneira, 93% dos deputados sanguessugas não estarão de volta na legislatura que se inicia ano que vem, a maioria porque foi formalmente rejeitada pelos eleitores.

[...]

Em relação aos mensaleiros, o eleitor foi mais brando. Dos 11 deputados que forma absolvidos pelo plenário da Câmara, cinco obtiveram novo mandato na eleição de anteontem. Como consolo fica a constatação de que os partidos mais

flagrantemente implicados no escândalo viram suas bancadas encolher. É o caso do PTB, do PP e do PL.

[...]

É alvissaveiro o fato de o eleitor ter escorraçado a maioria dos sanguessugas e boa parte dos mensaleiros. Resta esperar que os novos representante se mostrem à altura do cargo. Alguns dos nomes das listas de mais votados recomendam ceticismo. (FSP, 03/10/2006, p. A2)

SD22

Os petistas acreditam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva só não venceu a eleição no primeiro turno por conta do envolvimento de integrantes da legenda na compra de um dossiê contra o PSDB. (FSP, 06/10/2006, p. A7)

PT se reúne disposto a afastar Berzoini

Executiva do partido pretende convencer o atual presidente da legenda a deixar o cargo para abafar escândalo do dossiê

Reunião foi convocada pelo substituto do deputado na coordenação da campanha de Lula, que pode assumir lugar de ex-ministro no PT

MALU DELGADO
DA REPORTAGEM LOCAL
FABIO ZANINI
DA SUCCURSAL BRASÍLIA

A Executiva Nacional do PT reúne-se hoje disposta a forçar o presidente nacional da legenda, Ricardo Berzoini, a se afastar do cargo. A expectativa dos dirigentes do PT é que já na abertura da reunião o próprio Berzoini, espontaneamente, comunique a decisão. Caso não proceda desta forma, o presidente do PT passará pelo consentimento de ouvir de cole-

gas a sugestão.
A reunião de emergência foi convocada para traçar estratégias do segundo turno. O debate central, porém, será a crise do dossiê. Os petistas acreditam que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva só não venceu a eleição no primeiro turno por conta do envolvimento de integrantes da legenda na compra de um dossiê contra o PSDB.

Hoje, a Executiva transferirá para a direção estadual do PT de São Paulo a responsabilidade de analisar o afastamento da legenda de todos os petistas envolvidos no caso. A tendência é que sejam abertos processos na Comissão de Ética do PT.

A **Folha** apurou que a convocação da Executiva foi articulada pelo coordenador geral da campanha de Lula, Marco Au-

rélio Garcia. Se Berzoini se afastar hoje, Garcia, vice-presidente do PT, deve assumir o posto interinamente, até que todas as investigações sobre o caso estejam concluídas e o PT avalie se convoca novas eleições gerais para as direções partidárias. A interferência de Garcia é um claro sinal de que a manutenção de Berzoini incumoda Lula.

O presidente do PT foi afastado da coordenação geral da campanha logo que estourou a crise, embora tenha negado conhecer as negociações.

No entanto, essa versão, internamente, já foi desmontada. "Ele [Berzoini] sabia do que se tratava", disse um petista que pediu anonimato. Procurado pela **Folha**, Berzoini não retornou as ligações da reportagem.

O secretário-geral interino do PT, Joaquim Soriano, já defendeu o afastamento de Berzoini em reuniões internas. Hoje, repetirá o discurso. Falará o mesmo o terceiro-vice-presidente do PT, Jilmar Tatto, e o secretário de Relações Internacionais, Valter Pomar.

Condições políticas

A visão preponderante no PT hoje é que Berzoini perdeu a credibilidade para conduzir as alianças para o segundo turno. "É totalmente incongruente ele sair da campanha e continuar na presidência. Pelo amor de Deus, chega. Se ele não quiser se submeter ao ridículo, tem que sair", desabafou um petista. "Temos que tirá-lo do cenário, sem nenhum demérito. Ele deixou de ser funcional",

definiu um filiado da cúpula. "Se ficar, terá o ódio do partido contra si", disse outro.

Governador eleito de Sergipe, Marcelo Déda quer investigação interna e punição para todos os envolvidos, inclusive os que têm "responsabilidade política". Não excluiu da lista Berzoini. "Se Berzoini, Pedro, Antonio, João, sei lá quem, comprovou-se o envolvimento, o diretório tem que tomar a ini-

ciativa. Quem tiver envolvimento comprovado, que sofra punição exemplar."

Mas parte da cúpula partidária mantém dúvidas a respeito do que seria menos desagradável: que Berzoini saia agora ou que seja mantida a situação atual até o segundo turno. "Fazer esse debate agora é contraproducente para nós", afirmou Martus das Chagas, secretário de Mobilização do PT.

LOTERIA FEDERAL DO BRASIL, de dia 30/09/2006

27-000097/19013 LANC
30-04/002 220 01 01 0000 000000



1º Prêmio **64.446**
Do 2º ao 10º Prêmio* **4.446**
Do 11º ao 100º Prêmio** **446**

UNIBANCO
CAPITALIZAÇÃO

*Os prêmios são em contêineres

PT se reúne disposto a afastar Berzoini

Executiva do partido pretende convencer o atual presidente da legenda a deixar o cargo para abafar escândalo do dossiê

Reunião foi convocada pelo substituto do deputado da coordenação da campanha de Lula, que pode assumir lugar de ex-ministro no PT

MAJESTADISMO
FABIANO LAMINI
FOTOGRAFIA: MARCELO

A Executiva Nacional do PT reúne-se hoje disposto a afastar o presidente nacional da legenda, Ricardo Berzoini, a se afastar do cargo. A expectativa dos dirigentes do PT é que já na abertura da reunião o próprio Berzoini, respectivamente, renuncie o cargo e decida. Caso não proceda desta forma, o presidente do PT passará pelo encaminhamento da pauta de con-

dução a reunião de emergência foi convocada para tratar exclusivamente do segundo turno. O debate central, porém, será a crise do dossiê. Os petistas acreditam que o presidente Lula indicará a substituição de Berzoini na comissão de acompanhamento do lançamento da legenda na campanha de seu dossiê contra PSDB.

Hoje, a Executiva transferirá para a direção estadual do PT de São Paulo a responsabilidade de analisar o afastamento da legenda de todos os petistas envolvidos no caso. A intenção é que sejam abertos processos na Comissão Eleitoral do PT. A Folha apurou que a convocação da Executiva foi articulada pelo coordenador geral da campanha de Lula, Marco An-

selio Garcia. Se Berzoini se afastar hoje, Garcia, vice-presidente do PT, deve assumir o cargo imediatamente, até que todas as investigações sobre o caso sejam concluídas e o PT tenha se reunido para eleições gerais para os próximos dois anos.

O presidente do PT foi afastado da coordenação geral da campanha logo que recebeu a crise, embora tenha negado conhecer as negociações. No entanto, essa versão, internamente, já foi desmentida. "Ele [Berzoini] sabia do que se tratava", disse um petista que pediu anonimato. Procurador-pela-Folha, Berzoini não reconhece as ligações do reportagem.

O secretário-geral interno do PT, Joaquim Santana, já desmentiu o afastamento de Berzoini em reuniões internas. Hoje, repetirá o discurso. Faltou o mesmo a terceiro-vice-presidente do PT, Ilmar Taffa, e o secretário de Relações Internacionais, Valter Pimentel.

Condições políticas
A votação predominante no PT hoje é que Berzoini perca a credibilidade para conduzir as negociações para o segundo turno. "É totalmente incongruente sair da campanha e voltar a ser presidente. Pelo amor de Deus, chega. Se ele não quiser se submeter ao processo, tem que sair", desabafou um petista. "Isso que tira-lo do cenário, sem nenhuma demora. Ele é dono de um funcionalismo."

defeito um fiasco da campanha. "Se ficar, terá o lado do partido contra", disse outro. Governador eleito de Sergipe, Marcelo Delgado quer investigação interna e punição para todos os envolvidos, inclusive os que têm "responsabilidade política". Nas eleições de São Paulo, Berzoini, Pedro Antonio, João, sei lá quem, compraram os votos em troca de dinheiro sem que fosse a intenção.



NA MIRA DO PARTIDO

PT discute o afastamento de cargo no relatório do partido de petistas envolvidos na tentativa de compra de dossiê contra Lula.

AFASTAMENTO DO CARGO
Ricardo Berzoini
Resposta defendida pelo Berzoini na presidência do PT

EXPULSAO DA LEGENDA
Dovillo Bargas
Jorge Lamounier
Hamilton Lucena

EXPULSAO DA LEGENDA
Espinosa Inácio
Gedson Passos
Václav Havel

COMUNICADO

A Companhia Vale do Rio Doce, como signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo junto ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), repudia a existência do trabalho escravo e condena sua prática. A Vale, como principal apoiadora da Campanha Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e cliente do seu compromisso como empresa socialmente responsável, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos:

- 1) Na última terça-feira, 3/10/06, a Polícia Civil do Estado da Bahia realizou uma operação que resultou na detenção de 55 pessoas, devida à extração ilegal de minério de manganês, em áreas invadidas da Companhia, bem como sua comercialização ilegal. A operação foi realizada nos municípios de Caetité, Licínio de Almeida e Igarapé, no sudoeste da Bahia, a 750 km de Salvador.
- 2) A exploração ilegal envolve crimes como condição de trabalho escravo, formação de quadrilha, enriquecimento ilícito, sonegação fiscal, crime ambiental, exploração de menores e porte ilegal de armas. Agenciadores foram presos em flagrante e indicados por esses crimes.
- 3) A ação foi coordenada pelo Departamento de Polícia do Interior do Estado da Bahia e faz parte do desdobramento da comunicação que a Vale fez sobre as irregularidades na extração clandestina em suas minas.
- 4) Conforme foi comprovado na documentação apreendida na operação, algumas siderúrgicas de Minas Gerais foram envolvidas em decorrência da compra do produto extraído ilegalmente.
- 5) A Vale repudia tal situação, pois se trata de crimes graves, fomentados pelas empresas que adquirem o produto através de recepção.
- 6) A Vale espera que as autoridades competentes do Estado de Minas Gerais adotem as providências necessárias para punir atos de tal natureza.
- 7) A Vale reforça que seu compromisso e responsabilidade social e ambiental prevalecem em suas operações e lamenta tal atitude.

Belo Horizonte, 6 de outubro de 2006.

PF reclama de demora da Claro em fornecer dados telefônicos

A Polícia Federal reclama contra a Claro de demora em fornecer informações sobre ligações telefônicas dos envolvidos com o dossiê contra Lula. Há seis semanas, a Justiça Federal de Mato Grosso do Sul tem aguardado a entrega de quatro volumes, além de informações sobre quem são os donos de número 11. A Justiça endossa a reclamação.

Segundo a PF, as operações continuam passar-se em dados com um ou dois dias. Passada uma semana desde a ordem judicial, a Claro, além de ainda não ter fornecido as informações, vin-

Costão do Santinho

Sua única preocupação vai ser na hora de ir embora.

Florianópolis
Apartamento de 3 dormitórios, 120m², com piscina, playground, academia, churrasqueira, churrasquinho e 2 pontos para churrasqueira e churrasquinho.

A partir de R\$ 1.698,00
Mais informações em: 011-2333-3333

Bônus: até 10/2/2007 será oferecido um bônus de R\$ 200,00 por apartamento para quem fechar com entrada no Costão do Santinho.

Consulte sempre seu agente de viagens. CVC

Para Tarso, divulgação de fotos do dinheiro que seria usado na compra do dossiê foi determinante para levar eleição ao segundo turno. (FSP, 16/10/2006, p. A9)

2010

SD23

A então favorita nesta eleição passou a cair nas pesquisas por conta dos escândalos envolvendo a quebra de sigilos fiscais de tucanos e a queda de sua ex-braço direito na Casa Civil, Erenice Guerra. (FSP, 04/10/2010, p. E3)

Arrancada de Marina, voto de SP e queda de Dilma na classe C explicam o 2º turno

Candidata do PV confirmou tendência de alta prevista pelo Datafolha; ex-ministra de Lula manteve a queda

Em dez dias, senadora do Acre teve alta de 5,5 pontos, considerando os votos válidos; Dilma caiu 7, e Serra subiu 1,7

FERNANDO CANZIAN
DE SÃO PAULO

Votações com tendência de alta para Marina Silva (PV) e José Serra (PSDB) levaram a eleição presidencial de 2010 ao segundo turno.

Já Dilma Rousseff (PT) manteve sua trajetória de perda de apoio das últimas semanas. De franca favorita até meados de setembro, terá de enfrentar Serra no próximo dia 31 de outubro.

O resultado de ontem repete o padrão das eleições presidenciais desde 1994.

Desde então, os melhores colocados ou vencedores no primeiro turno tiveram pouco menos ou pouco mais de 50% dos votos válidos.

O resultado das urnas também seguiu e reforçou a tendência capçada pelas últimas pesquisas eleitorais realizadas pelo Datafolha.

Elas começaram a sinalizar a partir de terça passada a probabilidade de haver uma nova rodada eleitoral.

As pesquisas captaram três tendências principais, confirmadas pelos resultados da votação de ontem:

1) O desembarque de parcela expressiva do eleitorado da candidatura Dilma, espe-



José José Serra, candidato do PSDB à Presidência, chega para votar no colégio Santa Cruz, no bairro de Alto de Pinheiros

Dilma receberia o apoio de 31%. Outros 15% dizem que votariam em branco ou anulariam o voto. E 3% responderam ainda não ter decidido o que fazer em uma eventual segunda rodada eleitoral.

Segundo projeções do Datafolha feitas antes da votação de ontem, Dilma teria 53% das intenções de voto no segundo turno. Serra, 39%.

Mantida a migração de votos de Marina no dia 31 de outubro para os dois candidatos projetada pelo Datafolha, do total de votos de Dilma, 8% viriam dos eleitores da candidata do PV. No caso de Serra, seriam 18%.

A imposição de um segundo turno para Dilma pelos eleitores começou a ganhar corpo a partir da segunda quinzena de setembro.

A então favorita nesta eleição passou a cair nas pesquisas por conta dos escândalos envolvendo a quebra de sigilos fiscais de tucanos e a queda de sua ex-branca direita na Casa Civil, Erenice Guerra.

Entre a eclosão dos escândalos e a véspera da eleição, Dilma perdeu seis pontos junto aos eleitores com renda familiar mensal entre dois e cinco salários mínimos.

Cerca de 36% dos eleitores pertencem a essa faixa de renda, que agrupa a nova classe Brasileira.

Ironicamente, o mesmo eleitorado que progrediu economicamente no governo Lula obrigará Dilma a se submeter a nova votação.

rina e a queda de Dilma. Em dez dias, a candidata do PV cresceu 5,5 pontos percentuais, considerando os votos válidos; Dilma recuou 7. Serra subiu 1,7 ponto.

Assim, ganha relevância no segundo turno o espólio eleitoral da candidata do PV e seu posicionamento em favor ou não de PSDB ou PT.

Após a contagem dos vo-

Um movimento de recuperação das intenções de voto de Serra em sua base eleitoral. São Paulo (maior colégio eleitoral do país, com 30,3 milhões de eleitores); e sua vitória no "arco do agronegócio", que compreende Paraná, Mato Grosso do Sul, e Nordeste; e um apoio inédito do eleitorado feminino na reta final da campanha;

ram mais a arrancada de Ma-

os, Marina quase conseguiu dobrar o total de sufrágios válidos que tinha projetados no início do ano em relação aos que efetivamente conquistou no primeiro turno. Segundo projeção do Datafolha realizada na semana passada, 51% dos eleitores de Marina migrariam para a candidatura Serra em um eventual segundo turno.

Arrancada de Marina, voto de SP e queda de Dilma na classe C explicam o 2º turno

Candidata do PV confirmou tendência de alta prevista pelo Datafolha; ex-ministra de Lula manteve a queda

Em dez dias, senadora do Acze teve alta de 5,5 pontos, considerando os votos válidos; Dilma caiu 7, e Serra subiu 1,7

FERNANDO LACIAN
DE SÃO PAULO

Votações com tendência de alta para Marina Silva (PV) e José Serra (PSDB) levaram a eleição presidencial de 2010 ao segundo turno.

Já Dilma Rousseff (PT) manteve sua trajetória de perda de apoio das últimas semanas. De franca favorita até meados de setembro, teve de enfrentar Serra no primeiro dia 11 de outubro.

O resultado do censo repetido o padrão das eleições presidenciais desde 1994. Desde então, os medidores colocados ou vendidos no primeiro turno tiveram poucos meses ou pouco mais de 50% dos votos válidos.

O resultado das urnas também seguiu e refletiu a tendência captada pelas últimas pesquisas eleitorais realizadas pelo Datafolha.

Elas começaram a simular a partir de terça passada a probabilidade de haver uma nova rodada eleitoral.

As pesquisas captaram três tendências principais, confirmadas pelos resultados da votação de ontem.

O 1) O desaquecimento de parcela expressiva do eleitorado da candidatura Dilma, espe-



José Serra, candidato do PSDB à Presidência, chega para votar no colégio Santa Cruz, no bairro de Alto de Pinheiros

cialmente entre os eleitores da chamada nova classe C (com renda mensal entre R\$ 1.000 e R\$ 2.500) e entre os menos escolarizados.

2) Uma "onda verde" a favor de Marina nessa mesma classe C, com tendência de crescimento no Sul, Sudeste e Nordeste; e um apoio inédito do eleitorado feminino na reta final da campanha.

3) Um movimento de recuperação das intenções de voto de Serra em sua base eleitoral, São Paulo (maior colégio eleitoral do país, com 30,3 milhões de eleitores); e sua vitória no "arco do agronegócio", que compreende Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia.

Entre esses fatores, pesaram mais a arrancada de Marina e a queda de Dilma. Em dez dias, a candidata do PV cresceu 5,5 pontos percentuais, considerando os votos válidos. Dilma recuou 7,7 pontos, e Serra subiu 1,7 ponto.

Assim, ganha relevância no segundo turno o espólio eleitoral da candidatura do PV e seu posicionamento em favor ou não de PSDB ou PT. Após a contagem dos vo-

tos, Marina quase conseguiu dobrar o total de sufrágios válidos que tinha projetados no início do ano em relação aos que efetivamente conquistou no primeiro turno.

Segundo projeção do Datafolha feita antes da votação de ontem, Dilma teria 17% das intenções de voto no segundo turno. Serra, 29%.

Mantida a migração de votos de Marina no dia 11 de outubro para os dois candidatos projetada pelo Datafolha, do total de votos de Dilma, 8% viriam dos eleitores da candidatura do PV. No caso de Serra, seriam 18%.

A imposição de um segundo turno para Dilma pelos eleitores começou a ganhar corpo a partir da segunda quinzena de setembro.

A análise levanta outra questão: por que os eleitores que votaram em Dilma em outubro não se manifestaram em favor de Serra no dia 11 de outubro?

Entre as razões mais citadas estão a situação da eleição, Dilma perdeu seis pontos frente aos eleitores com renda familiar mensal entre dois e cinco salários mínimos.

Cerca de 30% dos eleitores perceberam a essa falta de renda, que agrupa a nova classe C brasileira.

Ironicamente, o mesmo eleitorado que priorizou economicamente em governo Lula obrigou Dilma a se submeter a nova votação.

NOVO

COMPLETAMENTE NOVO SANTA FE 2011.

3.5 V6 285 CV / 6 MARCHAS

RECOMENDADO POR QUEM MAIS EXIGE QUALIDADE NO MUNDO: A CONSUMER REPORTS.

Consumer Reports
RECOMENDADO

SE É RECOMENDADO PELA CONSUMER REPORTS SIGNIFICA TER QUALIDADE COMPROVADA PELO MAIS IMPORTANTE INSTITUTO DE PESQUISA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR NOS ESTADOS UNIDOS.

NOVO

3.5 V6 285 CV / 6 MARCHAS

NOVO

COMFORTO E ESPACIOSIDADE

NOVO

SEGURANÇA

NOVO

ESTABILIDADE

NOVO

COMFORTO

NOVO

TECNOLOGIA

No trânsito somos todos pedestres.

Em reunião de emergência com aliados, Dilma fez uma avaliação das razões para não ter vencido no primeiro turno, citando a questão do aborto, o vazamento de dados sigilosos de tucanos e as revelações de lobby praticado na Casa Civil.

Para o presidente estadual do PT, Edinho Silva, houve associação entre o caso Erenice Guerra e os escândalos do mensalão e dos ‘aloprados’. (FSP, 06/10/2010, p. A1)

A queda nas intenções de voto de Dilma Rousseff, que levou a disputa presidencial ao segundo turno, começou a ser detectada pelo Datafolha nos dias 22 e 23 de setembro. Seis dias antes, reportagem da Folha mostrando tráfico de influência envolvendo os filhos da ministra da Casa Civil tinha provocado a queda de Erenice Guerra, ex-braço direito de Dilma..

Na pesquisa do dia 15, Dilma atingira o ápice de suas intenções de voto, com 51% dos válidos. Logo após a queda de Erenice, oscilou negativamente dois pontos. Cinco dias depois, voltou a perder dois pontos, e recuperou 1 nas duas sondagens finais.

Antes, o escândalo da quebra do sigilo de pessoas ligadas ao PSDB não abalará a vantagem da petista.

Os filhos da ex-ministra Erenice Guerra (Casa Civil), Israel e Saulo, se recusaram a prestar depoimento no inquérito que investiga tráfico de influência na Casa Civil. Israel é acusado de usar o irmão como “laranja” para montar uma empresa de lobby em Brasília. (FSP, 06/10/2010, p E3).

SD24

Caso Erenice tirou de Dilma mais votos do que as igrejas

As acusações que derrubaram Erenice Guerra da Casa Civil e a quebra de sigilo de tucanos tiveram o triplo do peso das questões religiosas na perda de votos que Dilma Rousseff, candidata do PT à presidência sofreu no primeiro turno.

O dado consta da mais recente pesquisa Datafolha.

Os episódios na reta final da votação fizeram 6% dos eleitores mudarem seu voto, considerando tanto Dilma quanto José Serra (PSDB).

A petista perdeu quatro pontos (4 milhões de votos), 75% deles devido aos escândalos. Dilma deixou de vencer no primeiro turno por pouco mais de três pontos.

Serra, por sua vez, perdeu dois pontos (2 milhões de eleitores). O total dos que tomaram conhecimento dos escândalos é muito maior que o dos que receberam orientação de igreja na escolha do candidato. (FSP, 11/10/2010, p. A1)

Caso Erenice tirou de Dilma mais votos do que as igrejas

PRESIDENTE 40 ELEIÇÕES 2010 Datafolha revela que 6% dos eleitores trocaram de candidato no final

DOS ELEITORES QUE MUDARAM O VOTO (em %)

4 Deixaram de votar em Dilma			2 em Serra	
1	2	1	1	1
Orientação da igreja	Caso Erenice	Quebra de sigilo	Caso Erenice	Quebra de sigilo

1 Por religião

5 Pelos escândalos

Fonte: pesquisa Datafolha realizada no dia 8.out; registro no TSE 35114/2010

As acusações que derrubaram Erenice Guerra da Casa Civil e a quebra de sigilo de tucanos tiveram o triplo do peso das questões religiosas na perda de votos que Dilma Rousseff, candidata do PT à Presidência, sofreu no primeiro turno.

O dado consta da mais recente pesquisa Datafolha.

Os episódios na reta final da votação fizeram 6% dos eleitores mudarem seu voto, considerando tanto Dilma quanto José Serra (PSDB).

A petista perdeu quatro pontos (4 milhões de votos), 75% deles devido aos escândalos. Dilma deixou de vencer no primeiro turno por pouco mais de três pontos.

Serra, por sua vez, perdeu dois pontos (2 milhões de eleitores). O total dos que tomaram conhecimento dos escândalos é muito maior que o dos que receberam orientação de igreja na escolha do candidato. Pág. A4

Rejeição ao aborto chegou a 71%; é a maior desde 1993, quando o Datafolha iniciou a pesquisa do tema. Pág. A8

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 90 • SEGUNDA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2010 • Nº 29.776

EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 01:34 • R\$ 2,50

ESPORTE
Corinthians faz cinco jogos sem vitória, e técnico se demite Pág. D6

PVC
Ataque agressivo expõe defesa e explica queda do time Pág. D11

Cruzeiro vence o Fluminense e assume a liderança Pág. D9

ILUSTRADA
'Somos anti-rock', diz guitarrista dos Pixies, que tocam hoje no SWU Pág. E3

ALVARO PEREIRA
Festival não é sobre música, mas por zoeira Folhaonline, pág. 11



Murilo, eleito melhor jogador do torneio, e Bruninho

Brasil vence Cuba no vôlei e é tri mundial

Com a torcida italiana contra, a seleção masculina de vôlei bateu Cuba por 3 sets a 0 na decisão do Mundial, em Roma. Brasil e Itália, reconduzidas, agora têm três Mundiais cada um. Na segunda etapa, a equipe de Bernardinho perdeu para a Bulgária para evitar Cuba na fase seguinte. Pág. D2

CIDA SANTOS
Após campanha polêmica, final legitimou título Pág. D3

ERA BERNARDINHO: desde 2001, seleção de vôlei ganhou 23 dos 30 títulos disputados

Caso Erenice tirou de Dilma mais votos do que as igrejas

PRESIDENTE 40 ELEIÇÕES 2010 Datafolha revela que 6% dos eleitores trocaram de candidato no final

DOS ELEITORES QUE MUDARAM O VOTO (em %)

4	Deixaram de votar em Dilma	2	em Serra
1	2	1	1
Orientação: Caso da Igreja Erenice		Caso Erenice Quebra de sigilo	
1 Por religião		5 Pelos escândalos	

Foto: pesquisa Datafolha realizada em 8 de set. registro no TSE 2010/0048

As acusações que derrubaram Erenice Guerra da Casa Civil e a quebra de sigilo de Tucanos tiveram o triplo do peso das questões religiosas na perda de votos que Dilma Rousseff, candidata do PT à Presidência, sofreu no primeiro turno. O dado consta da mais recente pesquisa Datafolha.

Os episódios na reta final da votação fizeram 6% dos eleitores mudarem seu voto, considerando tanto Dilma quanto José Serra (PSDB). A petista perdeu quatro pontos (4 milhões de votos), 75% deles devido aos escândalos. Dilma deixou de vencer no primeiro turno por pouco mais de três pontos.

ENTREVISTA DA 2ª
SHIMIZU NEHME
Só se equilibra o câmbio com a redução do gasto público

Para o economista, o dólar continuará em queda no Brasil e no mundo enquanto os EUA não se recuperarem. No front interno, ele aponta que o governo não fez a "lição de casa" e gasta mais do que pode. Nehme afirma ainda que o BC estimula a desvalorização para baratear importações. Pág. A18

Em entrevista ao FOLHA, entrevistador no green, que entrevistou no acaloramento com essa moeda forte. Pág. A16

EDITORIAIS Pág. A2
Leia "Crédito imobiliário", sobre obstáculos ao crescimento da construção civil; e "Monotrilho no Morumbi", acerca da ampliação do metrô em SP.

ATMOSFERA Pág. C2
Bom dia para quem não gosta de trânsito. Máxima 29°C.



José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) durante debate promovido pela TV Bandeirantes

Serra diz que rival tem duas caras; ela o acusa de espalhar calúnias

Os candidatos à Presidência Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) fizeram ontem à noite, na TV Bandeirantes, o debate mais agressivo da campanha eleitoral. A troca de ataques envolveu temas como aborto, privatizações e acusações de corrupção na Casa Civil petista e na campanha tucana.

Citando dados positivos do governo Lula, Dilma acusou o tucano de lançar "calúnias" e de "bergjevizar". Serra chamou de "tró-lo-lo" falas da petista, disse que ela tem "duas caras" ao tratar do aborto e defendeu privatizações da gestão FHC. Ambos deixaram acusações sem resposta. Pág. A10

FERNANDO RODRIGUES
Candidata do PT tomou dianteira no ataque; tática é arriscada Pág. A10

82 páginas - 289.743 exemplares
Linha de notícias: 12 páginas de folheteria
diária especial "The New York Times"

FALE COM A FOLHA
Você também pode ser consultado em nosso site de notícias em português. Se preferir, envie e-mail para: folha@folha.com.br

cotidiano Pág. C7
SP dá 92 licenças a professores com problema nervoso por dia

boa notícia Pág. C6
Ônibus de Jau terão sistema para ajudar passageiro cego

rodízio está suspenso hoje e amanhã por causa do feriado

HYUNDAI
Drive your way

"HYUNDAI ENTRE AS QUATRO GRANDES."

FORTE: JT JORNAL DO CARRO.

www.hyundai-motor.com.br Faça revisões em seu veículo regularmente. VEJA NAS PÁGINAS 5, 6 E 7.

1º FIAT
2º VOLKSWAGEN
3º GENERAL MOTORS
4º HYUNDAI
5º FORD

FORTE: JT JORNAL DO CARRO - 19/09/10
PERMANENTE - SETEMBRO/2010

O percentual de eleitores no país que tomou conhecimento dos casos Erenice Guerra e da quebra de sigilo dos tucanos é expressivamente maior do que o do total que recebeu alguma orientação de sua igreja, para que deixasse de votar em determinado candidato.

Os resultados de pesquisa portanto, não confirmam de que foi o voto relacionado a questões religiosas que levou a eleição presidencial do segundo turno. [...]

Os dois casos que mais pesaram na mudança de votos dos eleitores na reta final do primeiro turno tiveram influência direta de reportagens publicadas pela Folha.

O primeiro (quebra de sigilo) foi revelado pelo jornal em junho, muito antes do primeiro turno.

Em relação à queda de Erenice, o caso foi levantado inicialmente pela revista “Veja”. Mas foi uma reportagem da Folha que levou à queda da ex-ministra no dia 16 de setembro, a duas semanas do primeiro turno. (FSP, 11/10/2010, p. A4).

A candidata escolhida por Lula enfrentou dois escândalos no último mês da campanha: a quebra de sigilos de pessoas ligadas ao PSDB e a revelação de esquema de facilitação de interesses privados montado na Casa Civil, que no último dia 16 derrubou a ministra Erenice Guerra, ex braço direito de Dilma no governo. (FSP, 04/10/2010, p. E1)

Aos governadores, Dilma manteve a estratégia de isolar Erenice Guerra, seu braço direito no governo Lula. ‘Não dizia respeito a mim nem à minha campanha.’ (FSP, 06/10/2010, p. E1)

“Há uma pessoa, chefe da Casa Civil, seu braço direito por sete anos e três meses, que organizou um grande esquema de corrupção. Você não tem nada a ver. É tudo alheio a você”, ironizou.

Dilma entrou no assunto superficialmente: “No que diz respeito à Erenice, fico indignada com a contratação de parente e de amigos, com critérios que não sejam técnicos”. (FSP, 11/10/2010, p. A10)